

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

VIVIANE AZEVEDO DE JESUZ

**A CIDADE SOB O TEXTO: UM ESTUDO ACERCA DA SOCIEDADE URBANA
INGLESA A PARTIR DA NARRATIVA DE GEOFFREY CHAUCER
(SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIV)**

NITERÓI

2012

VIVIANE AZEVEDO DE JESUZ

**A CIDADE SOB O TEXTO: UM ESTUDO ACERCA DA SOCIEDADE URBANA
INGLESA A PARTIR DA NARRATIVA DE GEOFFREY CHAUCER
(SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIV)**

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Área de concentração: História Social. Setor temático: História Antiga e Medieval.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. VÂNIA LEITE FRÓES

NITERÓI

2012

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

J58 Jesuz, Viviane Azevedo de.
A cidade sobre o texto: um estudo acerca da sociedade urbana inglesa a partir da narrativa de Geoffrey Chaucer (segunda metade do século XIV) / Viviane Azevedo de Jesuz. – 2012.
188 f.
Orientador: Vânia Leite Fróes.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.
Bibliografia: f. 182-188.

1. Peregrinação. 2. Londres (Inglaterra). 3. Século XIV. 4. Cidade; aspecto social. 5. Narrativa. I. Fróes, Vânia Leite. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 942.038

VIVIANE AZEVEDO DE JESUZ

**A CIDADE SOB O TEXTO: UM ESTUDO ACERCA DA SOCIEDADE URBANA
INGLESA A PARTIR DA NARRATIVA DE GEOFFREY CHAUCER
(SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIV)**

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Área de concentração: História Social. Setor temático: História Antiga e Medieval.

Banca examinadora

Professora Doutora Vânia Leite Fróes – Orientadora
Universidade Federal Fluminense

Professora Doutora Raquel Alvitos Pereira
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Professora Doutora Renata Rodrigues Vereza
Universidade Federal Fluminense

NITERÓI

2012

A Deus e à minha família, cujo amor e suporte nortearam toda esta trajetória.

AGRADECIMENTOS

Àquele que me concedeu o dom da vida e permitiu que eu chegasse ao fim de mais uma etapa.

À minha família, pelo amor incondicional e pela compreensão nos momentos de ausência.

À Professora Doutora Vânia Leite Fróes, com quem aprendi o verdadeiro sentido da palavra mestre, pela orientação dedicada e pelo incentivo ao longo do caminho acadêmico.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, com sua excelência, por proporcionar essa possibilidade de crescimento intelectual e profissional.

Às Professoras Raquel Alvitos e Renata Vereza, membros das bancas de Qualificação e Defesa, pela leitura atenta e pelas frutíferas contribuições, que foram essenciais na elaboração do texto final.

Aos meus queridos amigos Douglas Mota e Mariana Bonat Trevisan, pelo companheirismo, apoio e carinho ao longo destes dois anos de dedicação e colaboração.

Aos demais amigos do *Scriptorium* – Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos, por todos os questionamentos que estimularam minha pesquisa e pelo apoio constante.

A todos que estiveram presentes em meu caminho ao longo desse processo, por terem me ajudado a me tornar uma pesquisadora e pessoa melhor.

RESUMO

Estudo sobre as relações de identidade urbana no mundo medieval, tendo como base Londres na segunda metade do século XIV. Partindo de uma narrativa de peregrinação, *The Canterbury Tales*, e dos *Calendars of Letter Books*, procura-se analisar de que forma a sociedade se inscreve na narrativa, criando um novo lugar de pertencimento a partir da presença dos ofícios e das relações que seus membros estabelecem com a cidade.

Palavras-chave: Peregrinação – Cidade Inglesa – Ofícios

ABSTRACT

Research on urban identity relations in the medieval world, concerning London in the second half of the 14th century. Starting from a pilgrimage narrative, *The Canterbury Tales*, and the *Calendars of Letter Books*, we analyse in which way the society inscribes itself in the narrative, creating a new place to which it belongs due to the presence of trades and the relations its members establish between them and the city.

Key words: Pilgrimage – British cities – Trades

RÉSUMÉ

Recherche sur les relations d'identité urbaine dans le monde médiéval, en ce qui concerne Londres dans la seconde moitié de le XIVe siècle. À partir d'un récit de pèlerinage, *The Canterbury Tales*, et de les *Calendars of Letter Books*, nous analysons comment la société s'inscrire dans le récit, créant un nouveau lieu d'appartenance à cause de la présence de les métiers et de les relations que ses membres établent avec la cité.

Mots-clés: Pèlerinage – Cités Anglaises – Métiers

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p. 13
CAPÍTULO 1. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM LONDRES NO SÉCULO XIV	p. 19
1.1. PENSANDO A CIDADE MEDIEVAL: POSSIBILIDADES DE ABORDAGEM	p. 19
1.2. ESPAÇO URBANO NO OCIDENTE CRISTÃO	p. 29
1.3. LONDRES NO SÉCULO XIV	p. 35
1.3.1. Londres em <i>The Canterbury Tales</i> e nos <i>Calendars of Letter Books</i>	p. 41
CAPÍTULO 2. NARRATIVA E HISTÓRIA	p. 52
2.1. HISTÓRIA, NARRATIVA E LITERATURA NA IDADE MÉDIA	p. 52
2.2. CHAUCER E <i>THE CANTERBURY TALES</i>	p. 65
CAPÍTULO 3. OFÍCIOS EM PEREGRINAÇÃO: A SOCIEDADE URBANA DE LONDRES ENTRE A NARRATIVA E AS PROCLAMAÇÕES	p. 81
3.1. PEREGRINAÇÕES NA CRISTANDADE MEDIEVAL	p. 81
3.2. A PEREGRINAÇÃO EM <i>THE CANTERBURY TALES</i>	p. 91
3.3. OS OFÍCIOS URBANOS	p. 101
CAPÍTULO 4. A CIDADE SOB O TEXTO	p. 132
4.1. SER DA CIDADE: PERTENCIMENTO E ALTERIDADE EM LONDRES (SÉCULO XIV)	p. 132
4.2. DISPUTAS NA PRAÇA: CONFLITOS E INTERAÇÕES NA CIDADE	p. 141
4.3. A CIDADE INSCRITA NA NARRATIVA	p. 149
CONCLUSÃO	p. 154
ANEXO 1 – SÍNTESE DE <i>THE CANTERBURY TALES</i>	p. 157
ANEXO 2 – CRONOLOGIA	p. 172

ANEXO 3 – GLOSSÁRIO	p. 174
ANEXO 4 – ANTOLOGIA DE FONTES	p. 177
BIBLIOGRAFIA	p. 182

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura	Referência	Página
Mapa 1 : Londres à época de Chaucer	BENSON, David. "London". In: ELLIS, Steve (ed.). <i>Chaucer: An Oxford Guide</i> . Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 68.	p. 42
Mapa 2 : Principais centros de peregrinação no território inglês	FINUCANE, Ronald C. <i>Miracles and Pilgrims: Popular Beliefs in Medieval England</i> . New York: St. Martin's Press, 1995, p. 12.	p. 96
Mapa 3 : Estrada que levava de Londres a Canterbury	Disponível em http://www.shadowedrealm.com/maps/ecclesiastical/view/route_of_the_canterbury_pilgrims , acessado em 28/07/2011.	p. 98
Tabela 1 : Nomes próprios empregados pelo Albergueiro	Elaboração própria	p. 133

INTRODUÇÃO

A presente dissertação partiu de uma proposta de estudo sobre a produção de identidade em um momento de peregrinação, a partir das relações que se estabelecem com a cidade medieval a fim de produzir-se um lugar de pertencimento. Com tal intuito, adotamos como eixo de análise a sociedade urbana inglesa, em especial, no que se refere às suas configurações da segunda metade do século XIV, momento em que Londres já se encontrava estabelecida entre as mais importantes cidades medievais e mantinha posição de destaque no território insular como centro político, comercial e social.

Os estudos sobre a cidade medieval inglesa foram iniciados ainda na graduação pela autora, em conjunto com o *Scriptorium* – Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos. Ao analisar *The Canterbury Tales*, ainda na produção do trabalho monográfico, diversas questões, no que tange a inserção do corpo dessa sociedade na narrativa de Geoffrey Chaucer sobre a peregrinação, emergiram. O Mestrado permitiu aprofundá-las e solucioná-las. Procurou-se, assim, analisar de que forma a sociedade urbana medieval se inscreve na narrativa, criando um novo lugar de pertencimento a partir das relações de identidade que seus membros estabelecem com a cidade.

De forma a ampliar a pesquisa, conjuntamente a *The Canterbury Tales*, analisou-se os *Calendars of Letter Books G e H* da cidade de Londres, a fim de empreender uma análise comparativa entre as fontes literárias e normativas selecionadas. Os *Letter Books* são uma coleção de livros em que se encontram compilados os documentos jurídicos e administrativos de Londres desde o reinado de Edward I (1272-1307) até o reinado de James II (1685-1688). Tal documentação aborda as questões que permeavam a vida cotidiana da cidade, assim como aquelas que tangenciavam as relações políticas interna e externamente. Essa documentação permitiu-nos, deste modo, ampliar nossa visão sobre as práticas que se desenvolviam no espaço da cidade de Londres no período estudado.

O interesse pelas questões ligadas ao pertencimento deveu-se ao fato de termos observado que a construção de uma identidade urbana na narrativa supracitada desenvolveu-se em um contexto, a priori, contrário ao seu estabelecimento. Encontramos um grupo de peregrinos que está em viagem rumo ao túmulo de um dos principais santos ingleses, Thomas Becket, que se encontra na Catedral de Canterbury, uma cidade no sudeste do território insular. Embora seja, em geral, considerado um viajante religioso e, portanto, integrante de toda a Cristandade, a situação do peregrino é a de afastamento do seu lugar de origem ou,

retomando o termo utilizado por Bronislaw Geremek, trata-se de um desenraizamento.¹

A peregrinação conduzia estas pessoas por lugares novos, nos quais eram desconhecidos e, portanto, não tinham laços. Eram estrangeiros porque se afastavam de sua condição natural, vivendo em uma comunidade onde mantinham laços familiares e sociais. No entanto, embora estejam nesta conjuntura de desenraizamento, o que se pode perceber é que se constrói um pertencimento à cidade, sendo este o ambiente do qual partem, a partir da reiteração de identidades que se apresentam como legitimamente urbanas.

Um ponto central desse processo de construção revelou-se na inserção no mundo dos ofícios urbanos. Embora tenham nomes próprios, durante toda a narrativa os peregrinos são apresentados e identificados através dos ofícios que os ligam à cidade, sejam estes artesanais, comerciais ou religiosos. Do mesmo modo, é através de seus ofícios que interagem e se confrontam ao longo da viagem. Dessa forma, demonstrou-se como, apesar de estarem longe de sua terra de origem - a cidade - e do desenraizamento que isto causa, através da narrativa, criou-se mecanismos de reafirmação da identidade com o mundo urbano e da existência de um lugar próprio em tal mundo.

Preocupando-nos com a identidade construída com relação à cidade, podemos tomar como base o conceito de identidade social como abordado por Michael Pollak:

Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.²

Segundo Pollak, haveria três fatores centrais na construção dessa identidade, a unidade física, a continuidade no tempo e o sentimento de coerência, os quais podemos identificar na sociedade medieval urbana. Os dois primeiros pontos relacionam-se a um aspecto essencial anteriormente mencionado a fixação em um lugar e a manutenção de laços duradouros. O mundo medieval valoriza a permanência física que leva à identificação com o espaço e ao aprofundamento dos laços sociais, os quais conseqüentemente geram um sentido de continuidade àqueles a quem são transmitidos. Por fim, a idéia de coerência está diretamente atrelada ao que propomos, uma vez que esta pressupõe a existência de uma

¹ GEREMEK, Bronislaw. "O marginal". In: Le Goff, Jacques. *O Homem Medieval*. Lisboa: Editorial Presença. 1989.

² POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

unidade entre os elementos que compõem a identidade. Logo, associamos a estes elementos identitários, os ofícios, que compõem a identidade urbana cuja produção procuramos analisar.

No primeiro capítulo, *A Produção do Espaço Urbano em Londres no Século XIV*, discutiu-se as perspectivas teóricas do espaço e da cidade nas quais a pesquisa se ancora, por ser necessário compreender as questões gerais que envolvem os estudos urbanos antes de nos voltarmos para o caso específico de Londres. Portanto, o capítulo foi dividido em três itens. Primeiramente, lança-se luz sobre o conceito de cidade, procurando-se demonstrar como a cidade é, por excelência, o lugar da prática social e, em especial, de suas representações. Neste sentido, destacou-se ainda a noção de lugar antropológico desenvolvida por Marc Augé, pois entende-se a cidade como um espaço relacional, identitário e histórico.³

Ao apresentar as proposições acerca das especificidades da cidade medieval, encaminhou-se a demonstração para o segundo item, *Espaço urbano no Ocidente cristão*, observando-se o desenvolvimento da vida urbana medieval, a partir dos principais aspectos que ordenam a organização do espaço citadino. Salientou-se a diversidade dos grupos sociais que o compõem, atentando para as situações de convívio em que se encontram. Famílias poderosas, jovens, estrangeiros, pobres e confrarias, todos estes partilham o espaço urbano e têm nele o seu papel. Essa convivência se destaca quando se observa os lugares de sociabilidade, como a praça, o mercado e até mesmo o cemitério. Por fim, voltou-se a atenção para um caso singular da cidade medieval ocidental - Londres, por considerá-la a principal cidade do território insular, reunindo em si as funções de centro administrativo, comercial e cultural do reino. Deste modo, apresentou-se o contexto histórico em que a cidade estava inserida, assim como se atentou para tais configurações nas fontes adotadas.

Em um segundo capítulo, *Narrativa e História*, debateu-se os intercâmbios entre os campos da História e da Literatura, assim como a pertinência de tal relação no que tange aos estudos sobre o período medieval, a fim de ressaltar os aspectos que devem ser considerados ao se adotar tal perspectiva. Procurou-se elucidar de que forma as produções literárias podem ser utilizadas como instrumento da análise histórica. Salientou-se ainda a necessidade de se pensar a literatura escrita como um desdobramento da produção de uma sociedade pautada na oralidade, refletindo sobre a relação dos campos oral e escrito. Desse modo, apontou-se para os conceitos de *vocalidade* e *intervocalidade*, desenvolvidos por Zumthor⁴, que se mostram fundamentais neste contexto.

³ AUGÉ, Marc. *Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo: Papirus, 1994.

⁴ ZUMTHOR, Paul. *A Letra e a Voz*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.

Consoante, observou-se questões mais específicas ligadas à narrativa analisada, *The Canterbury Tales*, tanto no que se refere à produção dos manuscritos quanto à própria noção de autoria a esta atrelada, na figura de Geoffrey Chaucer. Apresentou-se, então, um panorama sobre a vida de Chaucer, pois se considera que, embora a literatura medieval envolva uma rede de tradições, estas são ressignificadas a partir das experiências vividas pelo autor. Analisou-se, por fim, as questões textuais da obra, desde sua produção até sua recepção, a fim de apresentar uma visão geral da obra analisada.

O terceiro capítulo, *Ofícios em Peregrinação: a sociedade urbana de Londres entre a narrativa e as proclamações*, foi desenvolvido em torno de dois eixos centrais, as viagens de peregrinação, que norteiam o deslocamento em foco, e os ofícios, que se considerou o elemento central na representação da identidade dos cidadãos. Em um primeiro item, tratou-se dos aspectos gerais que envolviam essas viagens, como o deslocamento e seus objetivos. Suas motivações eram diversas, desde estímulos espirituais até curas físicas. E também as recompensas por tal empreitada se davam de variadas formas, entre estas as indulgências, as curas e a salvação.

A peregrinação era, em sua essência, uma atividade religiosa, uma visita aos lugares santos, mas sua prática demonstrou que outros aspectos passaram a envolvê-la, como a venda de relíquias, a extorsão de doações e até mesmo roubos. Essas viagens tinham um caráter local, logo, as peregrinações no território insular se destacam, uma vez que os centros de peregrinação eram mais próximos entre si. Este é o caso da peregrinação presente em *The Canterbury Tales*. Por esta razão, abordou-se as especificidades da peregrinação narrada por Chaucer e seus peregrinos, que se afasta consideravelmente das motivações religiosas mais comuns nesse mundo Ocidental.

O segundo eixo do capítulo foi constituído em torno dos ofícios medievais, pois consideramos que se cria uma identidade que supera o desenraizamento causado pelo deslocamento da peregrinação. Essa identidade é uma identidade cidadina, reconstruída tomando como ponto de referência as representações dos ofícios urbanos. Partiu-se, assim, dos ofícios presentes entre os peregrinos, a fim de analisar como encontravam-se representados, e quais seriam os desdobramentos de tais representações no vivido.

No quarto capítulo, *A Cidade sob o Texto*, analisou-se como era representada essa identidade que garantia um sentimento de pertencimento a uma rede cidadina. Ainda, esse pertencimento associava-se a uma relação de oposição, pois se construía em oposição ao que

não pertencia, ao que constituía uma alteridade. Desse modo, discute-se o que caracteriza essa identidade com a cidade Londres, assim como o que se opõe a esta.

Como se pensa na participação desses homens em uma rede interpessoal, não se pode observar os ofícios de forma isolada. Portanto, no segundo item do capítulo, *Disputas na praça: conflitos e interações na cidade*, atentou-se para as formas de contato entre esses ofícios, ressaltando a existência de uma cooperação, assim como de uma série de antagonismos, que se pautavam nas representações dos mesmos. Por fim, em *A cidade inscrita na narrativa*, demonstrou-se como, através do narrar histórias, através do novelar, foi possível criar uma rede relacional. Esses laços são recriados, apesar de uma situação de deslocamento e afastamento. Assim, é a cidade que se revela ao longo da participação dos peregrinos na narrativa.

A conclusão retomou as hipóteses de pesquisa, revelando a cidade que se deixa ver através da narrativa de peregrinação e apontando esta cidade como Londres. Assim, reiterou-se o que vem a ser, no medievo, uma identidade cidadina e, neste caso, londrina. Apresentou-se, desse modo, um balanço dos resultados obtidos, indicando as lacunas a serem preenchidas e os possíveis futuros direcionamentos da pesquisa.

Ao longo da dissertação, incluiu-se mapas que auxiliam na compreensão do contexto histórico e geográfico em que se inseriu a pesquisa. Anexou-se, no fim do texto, uma síntese da narrativa, *The Canterbury Tales*, a fim de nortear o leitor, oferecendo um panorama geral da obra utilizada como referência de análise. Da mesma forma, elaborou-se uma cronologia, partindo não apenas da vida de Chaucer, mas também do contexto histórico englobado neste recorte temporal, assim como um glossário, com o intuito de tornar mais claro o vocabulário relacionado ao mundo dos ofícios. Consoante, adicionou-se uma antologia das fontes, de modo a apresentar ao leitor a forma original como foram encontradas as fontes. No caso de *The Canterbury Tales*, optou-se pelo início da narrativa, exemplificando o contexto em que esta se insere, e pela descrição dos membros de uma guilda, rementendo à apresentação/representação dos peregrinos. Para os *Calendars of Letter Books*, escolheu-se extratos singulares sobre a relação (e o controle) entre a cidade e os ofícios.

Nossa pesquisa inseriu-se na perspectiva da História Sócio-Cultural, uma vez que buscamos compreender os mecanismos utilizados para a construção da identidade social, mesmo em uma situação de desenraizamento, assim como a representação dessa sociedade e de seus ofícios na narrativa, pertencente ao campo das mentalidades e do imaginário social.

Contudo, partimos dessas considerações para observar seu desdobramento no âmbito das práticas sociais, sendo o vivido um eixo norteador de nossas considerações.

A cidade não é uma estrutura atemporal, mas uma soma de experiências históricas. Portanto, embasados nessa historicidade, desenvolvemos nossa análise. As cidades foram peças-chave no desenvolvimento do mundo Ocidental, e ainda hoje saltam aos nossos olhos os desdobramentos do seu contínuo e acelerado processo de expansão, o que não nos permite esquecer a relevância da compreensão sobre as questões urbanas.

CAPÍTULO 1 – A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM LONDRES NO SÉCULO XIV

O que constitui uma cidade? Existem traços que definam precisamente o espaço da cidade? Que tipos de relações se desdobram em seu interior? Quais são os limites de uma cidade? Estes são questionamentos que devem permear a reflexão de toda pesquisa que pretenda abordar a questão do espaço citadino. Embora voltemo-nos para a cidade medieval e, mais especificamente, para o caso de Londres nos séculos XIV e XV, é imprescindível observarmos tais questões mais amplas, a fim de definirmos as bases teóricas que nos permitem analisar o recorte escolhido.

1.1. PENSANDO A CIDADE MEDIEVAL: POSSIBILIDADES DE ABORDAGEM

É imprescindível aqui pensar a noção de espaço, pois este é um importante ponto de referência, visto que observamos as relações de identidade que se produzem com a cidade. Deste modo, torna-se necessário refletirmos sobre como os teóricos entendem o que vem a ser o espaço e, principalmente, o espaço da cidade.

Como apontado por Ciro Cardoso, embora tempo e espaço fossem percebidos como dois conceitos fundamentais, viu-se nas ciências, por um longo tempo, a predominância da temporalidade.⁵ Segundo Henri Lefebvre, isso ocorreria devido à própria indefinição do que seria o espaço.⁶ Assim, são as últimas décadas do século XX que testemunham uma ampliação, entre as ciências humanas, dos estudos voltados para a espacialidade.

Podemos partir, como Camarero, de uma definição básica, na qual o espaço “concierne el trabajo del ojo, de la mirada, es decir, la actividad de la percepción”.⁷ No entanto, este não o considera apenas como um objeto a ser percebido, mas também como um fenômeno que pode ser reconstruído ou representado. Para Camarero, o espaço é um elemento fundamental para o homem, pois é a sua transformação que confere sentido à existência humana.

⁵ CARDOSO, Ciro Flamarion. “Repensando a construção do espaço”. In: *Idem. Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 37.

⁶ LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 2000, 4ª ed.

⁷ CAMARERO, Jesús. “Escritura, espacio, arquitectura: una tipología del espacio literário”. Disponível em http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/013616319245738_30199024/p0000002.htm#6, acessado em 24/06/2010. “... concerne o trabalho do olho, do olhar, isto é, a atividade da percepção” (Tradução livre).

Parece-nos, entretanto, mais fecunda a discussão sobre espaço desenvolvida por Lefebvre. Segundo este, o espaço deve ser tomado como um produto, não um objeto, da sociedade; não é, contudo, um produto passivo, pois ele próprio intervém em sua produção ao estabelecer relações. O espaço é, para Lefebvre, essencialmente aquele da prática social, no qual se conjuga o imaginário, o cultural, o social e o histórico. Temos, então, um espaço social, cuja matéria-prima é o espaço-natureza, sobre o qual cada sociedade constrói seu próprio espaço. Portanto, o espaço é um produto social.

O espaço social incorpora os atos sociais dos sujeitos individuais e coletivos, pois cada sujeito ou cada grupo com ele se identifica e também o modifica. No entanto, segundo Lefebvre, esse processo se dá em uma base tripla, com o espaço percebido, concebido e vivido. O espaço percebido seria aquele da prática espacial, no qual se desdobra a vida cotidiana. Por sua vez, associar-se-ia o espaço concebido às representações do espaço, em que se pode identificar as ideologias que conduzem sua produção. Por fim, aos espaços de representação, estaria ligado o espaço vivido, através de suas imagens e símbolos. Lefebvre exemplifica até mesmo quais seriam os desdobramentos dessa triplicidade no caso medieval:

Au moyen-âge, la pratique spatiale comprenait les réseaux de chemins au voisinage des communautés paysannes, des monastères et châteaux, et les routes reliant les villes, les grandes voies de pèlerinage et croisades. Quant aux représentations de l'espace, elles s'empruntaient aux conceptions d'Aristote et de Ptolémée, modifiées par le christianisme: la terre, le 'monde' souterrain, et le Cosmos lumineux, ciel des justes et des anges, habité par Dieu-le-père, son Fils et l'Esprit. (...) Quant aux espaces de représentations, ils mettaient au centre du voisinage l'église villageoise, le cimetière, la mairie et les champs, ou encore la place et le beffroi de la ville.⁸

Partindo da noção de espaço de Lefebvre, na qual aquele está diretamente ligado às representações, podemos pensar a questão do espaço urbano ou, mais especificamente, da cidade, uma vez que não se pretende aqui abranger o fenômeno urbano medieval como um todo, mas a cidade medieval como ponto central. Não devemos confundir o urbano com a cidade, pois, na verdade, esta se encontra inserida naquele. Haveria, então, um tecido urbano, em cujo núcleo encontramos a cidade. Uma vez que propomos analisar a construção de uma

⁸ LEFEBVRE, *op. cit.*, p. 56. “Na Idade Média, a prática espacial compreendia as redes de caminhos vizinhas das comunidades camponesas, dos mosteiros e castelos, e as rotas das cidades, as grandes vias de peregrinação e cruzadas. Quanto às representações do espaço, elas se associam às concepções de Aristóteles e de Ptolomeu, modificadas pelo cristianismo: a terra, o ‘mundo’ subterrâneo, e o Cosmos luminoso, céu dos justos e dos anjos, habitado por Deus Pai, seu Filho, e o Espírito. (...) Quanto aos espaços de representação, eles colocam no centro da vizinhança a igreja, o cemitério, o centro de governo e os campos, ou ainda a praça e campanário da cidade” (Tradução livre).

identidade com a cidade, faz-se mister esclarecer o que se entende por esta. Desse modo, voltamo-nos agora para a reflexão que envolve o conceito.

Aproximando-se da discussão de Lefebvre, encontramos Marcel Roncayolo, para quem “[m]ais do que um conceito de análise, a cidade é sem dúvida uma categoria de prática social”.⁹ Para este, é a partir da estrutura social da cidade, entendida não apenas como suas funções, mas como os grupos sociais que a constituem e as relações internas e externas estabelecidas, que se pode compreender a organização da cidade, assim como as desigualdades e a hierarquia daí resultantes. Sendo construída a partir do vivido, não é possível adotar um único critério, seja demográfico, funcional ou social, como parâmetro de classificação, pois, no tempo e no espaço, encontraram-se diferentes níveis de urbanização. Segundo o autor, “[as] formas urbanas são o produto da história. No termo ‘cidade’, mas do que o rigor dum conceito, acumula-se uma grande soma de experiências históricas”.¹⁰

De forma semelhante, Thierry Dutour atenta para a diversidade que envolve as cidades, pois diferentes épocas e civilizações carregam consigo diferentes concepções sobre a cidade. Afirma, então, que a história urbana é parte integrante da história social, pois o fator primordial do fenômeno urbano são as formas de relação social que aí se desenvolvem. Para o autor,

La ciudad medieval es un ser del lenguaje; es una representación global, descriptiva y a la vez explicativa. Su objeto es la organización de la existencia de hombres que, en determinados tiempos y en determinados lugares fueron ciudadanos.¹¹

Por isso, considera central ao estudar as cidades pensar os indivíduos e as trocas que realizam entre si. É a organização destes que garante a existência da cidade.

Dutour percebe a cidade como uma aglomeração de homens, cujas funções a diferenciam do campo e lhe conferem especificidades, como a aproximação de homens socialmente heterogêneos e, por vezes, a presença de um regime jurídico próprio. A cidade favorece a divisão de tarefas e a prestação de serviços a seus habitantes, além de facilitar a

⁹ RONCAYOLO, Marcel. “Cidade”. In: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 8: Região. Lisboa: Casa da Moeda, 1986, p. 400.

¹⁰ *Idem*, p. 397.

¹¹ DUTOUR, Thierry. *La ciudad medieval: Orígenes y triunfo de la Europa urbana*. Barcelona: Paidós, 2004, p. 23-24. “A cidade medieval é um ser de linguagem; é uma representação global, descritiva e até explicativa. Seu objeto é a organização da existência de homens que, em determinados tempos e em determinados lugares foram cidadãos” (Tradução livre).

coexistência de grupos sociais e ofícios diversos. Assim, a cidade apresenta, ao mesmo tempo, uma especialização e uma diversificação social.

Roncayolo, por sua vez, considera a cultura urbana um aspecto fundamental das cidades, embora não seja determinante, atentando principalmente para o papel das instituições. “A cultura urbana herda, portanto, e quase necessariamente algumas ambiguidades das instituições culturais, sobretudo as ligadas à escola e ao ensino, combinando mecanismos de reprodução e tendências de mudança”.¹² E é nesse centro urbano que as ideologias nascem e interagem. A cidade é ainda palco de representações, representações de si própria:

A representação da cidade inscreve-se então numa etno-história, tanto como a crítica das ideologias. Ela atribui grande importância aos comportamentos dos grupos sociais, à forma como se transmitem ou se adquirem os seus hábitos; a cidade torna-se então uma escola, tanto de actuações como de representações. Preocupa-se com a gradual acumulação de gestos e ritos ancorados no subconsciente. Interessa-se pela justificação social dessas práticas, pelos valores associados a certos lugares, pela combinação dos espaços e das referências, por tudo o que constitui a *memória* da cidade.¹³

A cidade é ao mesmo tempo polo de diferenças, que marcam certa divisão interna, e centro de comércio, que procura amenizar os efeitos da distância. Os comportamentos podem, e o fazem com frequência, determinar a composição territorial, mas uma composição social heterogênea pode modificar os comportamentos, acentuando diferenças entre grupos. Todavia, a vida e as práticas associativas desenvolvidas no seio da cidade favorecem as relações sociais. Para Dutour, a própria concentração de homens em um espaço restrito, testemunhada nas cidades, aumenta as possibilidades de se formarem relações entre estes.¹⁴ Assim, cria-se uma consciência de pertencimento a uma comunidade conjugada a uma noção de territorialidade, o que Roncayolo define como cultura local.¹⁵

Ao discutir esses três autores, Lefebvre, Roncayolo e Dutour, chegamos a uma questão que nos parece fundamental. A cidade, sendo um tipo de espaço, é construída pela prática social. São as relações sociais que se desdobram em seu interior que a definem. Ainda, essas relações são percebidas através de suas representações. Assim, a cidade é por excelência um lugar de representações. E é deste pressuposto que partimos.

¹² RONCAYOLO, *op. cit.*, p. 424.

¹³ *Idem*, p. 479.

¹⁴ DUTOUR, *op. cit.*, p. 27.

¹⁵ RONCAYOLO, *op. cit.*, p. 430.

A cidade é um espaço concreto e simbólico que garante a identidade e as relações entre os membros dessa sociedade urbana medieval. Esse lugar seria uma parcela materializada do que os homens percebem de suas relações com seu território e entre si. Observamos que a cidade apresenta-se, assim, como um lugar antropológico, como definido por Marc Augé.¹⁶ Para o autor, este surge da necessidade dos indivíduos de criar signos de identidade compartilhada e particular. Contudo, é um aspecto variável, pois depende da sociedade que o define.

O lugar antropológico é identitário, relacional e histórico para cada grupo que o partilha. É elemento constitutivo da identidade individual, como, por exemplo, o lugar de nascimento. De modo semelhante, integra a identidade coletiva, pois afirma as relações entre aqueles que ocupam o mesmo espaço.

Que los términos de este discurso sean voluntariamente espaciales no podría sorprender, a partir del momento em que el dispositivo espacial es a la vez lo que expresa la identidad del grupo (los orígenes del grupo son a menudo diversos, pero es la identidad del lugar la que lo funda, lo reúne y lo une) y es lo que el grupo debe defender contra las amenazas externas e internas para que el lenguaje de la identidad conserve su sentido.¹⁷

E ainda, torna-se histórico ao fugir da história como ciência; os laços aqui em voga são aqueles que remontam aos antepassados, tanto no âmbito familiar quanto no âmbito comunitário. Para Augé, o habitante do lugar antropológico vive na história.

Ao olharmos para o caso medieval, percebemos que grande era a importância dada à manutenção dos laços que ligavam os homens aos territórios de seus antepassados e de sua comunidade, nos quais também eles haviam nascido, o que nos leva a considerar ainda a relevância das relações entre os homens que partilham de uma identidade com tais lugares. O lugar antropológico é um lugar de convivência, em que se vive a história. A cidade sob o texto¹⁸ indica-nos, então, este lugar, que é um polo de encontro, com o qual diferentes indivíduos se identificam.

¹⁶ AUGÉ, Marc. *Los no lugares: espacios del anonimato. Una antropología de la sobremodernidad*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2000.

¹⁷ *Idem*, p. 50. “Que os termos deste discurso sejam voluntariamente espaciais não deveria surpreender, a partir do momento em que o dispositivo espacial é neste caso o que expressa a identidade do grupo (as origens do grupo são por vezes diversas, mas é a identidade do lugar que o funda, reúne e une) e é o que o grupo deve defender contra as ameaças externas e internas para a linguagem da identidade conserve seu sentido.” (Tradução livre).

¹⁸ Tal questão será desenvolvida no Capítulo 4.

Cabe-nos então, depois deste trajeto teórico, voltar nossa atenção para as especificidades da cidade medieval. Como ela se insere na lógica feudal? Qual a sua relação com o campo? Quais aspectos lhe são característicos? Diferentes perspectivas direcionam-se para o tema, mas, para todas estas, embora o mundo medieval seja predominantemente rural, a cidade encontra aí um papel de destaque.

Para Dutour, haveria três grandes fases de urbanização, uma primeira sob o Império Romano, a segunda no período medieval e a terceira alavancada pela industrialização.¹⁹ No entanto, considera que somente na fase medieval a civilização europeia pôde se tornar uma civilização urbana, pois as cidades surgiram como resultado do desenvolvimento da sociedade, enquanto na fase do Império Romano eram uma estrutura imposta pelos conquistadores romanos. Por outro lado, o autor afirma que a cidade medieval mantém uma relação estreita com o campo, pois é por este circundada e com este realiza diversas trocas, que vão além das simples trocas comerciais.

Sua relação com o campo não pode ser negada, afinal, para que ocorra um crescimento urbano, é necessário que haja um excedente da produção rural, uma vez que os cidadãos precisam deste para se manter. Como aponta Roberto Lopez, “sem os novos progressos nos campos, a nova cidade dos mercadores teria morrido de fome”.²⁰ Da mesma forma, foi preciso um excedente populacional, pois grande parte das cidades tem seu número aumentado por ondas de imigração originárias do campo. No entanto, há diferentes visões sobre essa relação cidade-campo.

Para Marc Bloch, a sociedade compreenderia um amplo território, onde se compartilha um modo de vida, um imaginário, uma religiosidade e práticas comuns, logo, as cidades estariam inseridas no sistema feudal. Entretanto, ainda que a cidade necessite do campo, acredita que estes estejam mais separados, pois a cidade medieval é mercantil e artesanal. De modo oposto, para Le Goff,

A cidade medieval permanece mesclada ao campo, deixando fora de suas muralhas, subúrbios e um arrabalde plantados no campo, acolhendo no interior de seus muros, em compensação, pedaços de campo, terrenos cultivados, prados, espaços vazios e, ocasionalmente, camponeses refugiados.²¹

¹⁹ DUTOUR, *op. cit.*, p. 16.

²⁰ LOPEZ, Roberto. *A cidade medieval*. Lisboa: Presença, 1988, p. 81.

²¹ LE GOFF, Jacques. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 15.

Aproximamo-nos aqui de Le Goff ao pensar a relação campo-cidade, pois percebemos a convivência de tais espaços na vida medieval. A cidade precisa do campo para sua sobrevivência, assim como o campo precisa da cidade para dar vazão a sua produção. Entretanto, estes espaços apresentam atividades que lhes são específicas. A cidade é, por excelência, o lugar de produção, e os ofícios são as categorias produtivas aí presentes.

Pensando ainda as cidades medievais, encontramos Leonardo Benevolo que a estas dedica parte de sua obra sobre as cidades europeias. Para este, durante o período medieval,

As cidades tornaram-se centros especializados das atividades secundárias e terciárias, não sujeitos a uma autoridade política centralizada, (...) desenvolve um conjunto de iniciativas comerciais, industriais, financeiras e culturais muito extensas, e compete com as outras à escala continental e mundial.²²

Segundo o autor, isto foi possível graças ao desenvolvimento das técnicas de cultivo e ampliação das áreas cultiváveis, além da pacificação e das condições climáticas, que favorecem o crescimento demográfico, impulsionando o crescimento urbano. Foi importante ainda o afastamento mental com relação ao modelo antigo, permitindo a criação de novas obras, a reinterpretação de dados ambientais e a superação de regras tradicionais.

Para Benevolo, a liberdade política também foi fundamental para o desenvolvimento de cidades, incluindo sua invenção espacial. Entretanto, “[as] cidades da Idade Média não sabem o que é ‘a’ liberdade mas ‘as’ liberdades, não sabem o que são categorias institucionais definidas em abstracto mas instituições criadas de propósito para cada caso concreto”.²³ Essa liberdade, essa autonomia, todavia, limita-se ao perímetro da cidade, não se estendendo ao campo. A população artesã e mercantil pretende, assim, subtrair-se ao sistema político feudal e garantir as condições necessárias para a atividade econômica, através da autonomia administrativa e judiciária e de um sistema de impostos proporcionais ao rendimento e destinado às obras de utilidade pública, sobretudo as fortificações e os equipamentos.

Seguindo outra perspectiva, Lopez entende a cidade como um estado de espírito. Assim, o que a define não é apenas a concentração de habitantes, sua atratividade ou sua personalidade coletiva, mas a consciência que os cidadãos têm deste potencial, para que possam convencer a outros deste fato. De forma semelhante à debatida por Roncayolo, afirma que há vários elementos constituintes da cidade, mas ressalta que nenhum deles é

²² BENEVOLO, Leonardo. *A cidade na história da Europa*. Lisboa: Presença, 1995, p. 43.

²³ *Idem*, p. 58.

determinante. Para Lopez, não é o reconhecimento de uma autoridade ou a construção de uma muralha que garante o êxito de uma cidade, mas a participação ativa dos cidadãos e um aumento produtivo no campo ao seu redor, a fim de abastecê-la.

Outro ponto a ser destacado é a diversidade das ocupações e funções daqueles que habitam a cidade. É a gama de especialistas presentes que favorece o seu desenvolvimento em um centro de troca e produção. Assim, para Lopez, “a cidade medieval por excelência é uma cidade de mercadores e (geralmente em posição subordinada) de artesãos”²⁴, dos mais variados ramos de produção.

De acordo com Jacques Rossiaud, a cidade é o cerne de uma nova sociedade que se adapta ao sistema senhorial, sendo um de seus pontos essenciais uma solidariedade ampliada entre seus habitantes, mas não deixando, por isso, de ser hierarquizada. Para o autor, a liberdade aí existente era aquela proveniente de direitos adquiridos, pois não existe uma liberdade inerente à cidade. “As cidades só tem por si o dinheiro, o número de homens e a sua temível solidariedade”.²⁵

Le Goff, por sua vez, afirma que “[a] cidade é, antes de mais nada, uma sociedade da abundância, concentrada num pequeno espaço em meio a vastas regiões pouco povoadas”.²⁶ Abundância de grupos sociais, abundância de ofícios especializados, abundância de trocas. A cidade é um centro ativo de produção econômica, mas também cultural, e, por isso, é um lugar de trocas, não apenas comerciais, mas sociais. A cidade cria um novo sistema de valores, dá espaço a um novo olhar sobre o trabalho, o dinheiro o luxo e a beleza. E mais, ela é um espaço jurídico, no qual as atividades estão subordinadas ao sentido comunitário, ao bem comum.²⁷

A cidade medieval aqui pensada aproxima-se daquela de Le Goff e Benevolo. Embora esteja em contato com o campo, a cidade deste se distancia ao abrigar uma multiplicidade de relações sociais, possibilitada pela diversidade de grupos aí presentes. Ademais, a cidade goza de maior autonomia, criando instâncias próprias para gerir suas questões internas, ainda que esteja ligada ao poder régio ou senhorial. Ao chegarmos a uma noção do que seja a cidade medieval, é possível direcionarmos-nos então a algumas questões mais específicas.

²⁴ LOPEZ, *op. cit.*, p. 14.

²⁵ ROSSIAUD, Jacques. “O cidadão e a vida na cidade”. In: Le Goff, Jacques. *O Homem Medieval*. Lisboa: Editorial Presença. 1989.

²⁶ LE GOFF, Jacques. “Cidade”. In: IDEM & SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: Edusc, 2002, v2, p. 223.

²⁷ LE GOFF, Jacques. “La fonction culturelle, l’image et le vécu”. In: *Idem* (org.). *La ville en France au Moyen Âge*. 2. ed. Paris: Seuil, 1980, p. 367-370.

Estilo. Em *Por Amor às Cidades*, Le Goff aponta a Idade Média como a criadora da beleza artística urbana, o que deu origem a um novo urbanismo, no qual as cidades são identificadas por seus materiais e estilos.²⁸ A principal evidência desse novo urbanismo é o estilo gótico, que traz em si tanto a especificidade quanto a uniformidade. “Le liens de l’art gothique avec la ville s’affirment de trois points de vue: celui des dimensions et du prestige, celui de la présence de la société urbaine, celui du style”.²⁹ Assim, o estilo gótico surge baseado na própria mentalidade dos cidadãos, preocupada em ressaltar a grandeza, tanto da cidade quanto daqueles que a habitam, e a beleza.

A forma e a decoração passam a depender cada vez mais do espírito inventivo do artista, assim, o gótico, ao se difundir, proporcionou um maior controle das alterações rápidas e extensas ocorridas nas cidades. Segundo Benevolo, o estilo gótico deve ser entendido como um método de organização do espaço segundo uma rede universal, que se estende virtualmente em todas as escalas.³⁰ Assim, embora as cidades se diferenciem bastante entre si, estabelece-se um nível unitário da cultura arquitetônica europeia. Por outro lado, o gótico privilegia a independência dos pormenores nas obras, gerando uma especificidade, que acaba por complicar a paisagem geral, aglutinando essa uniformidade, sem pensar no conjunto.

Este estilo, no entanto, compõe apenas um dos fatores do novo urbanismo. “L’urbanisme medieval qui chemine lentement va dans quatre directions: la propreté, la sécurité, la régularité, la beauté”.³¹ As autoridades urbanas passam, então, a criar regulamentos que garantam esses quatro aspectos. Um dos principais problemas presentes nesses regulamentos é a higiene, pois, não havendo saneamento, é preciso contar com os cidadãos para a disposição de lixo e dejetos. Outra preocupação são os incêndios, já que as casas em sua grande parte são construídas com madeira; por isso, é preciso controlar o uso do fogo, em especial, nas oficinas em que ele é matéria básica.

Somada ao gótico, a ostentação da riqueza fica clara nas casas das grandes famílias. O gosto pelo belo encontra aí primazia. Antes mesmo de sua função de moradia, as casas são feitas para serem vistas. Para Le Goff, essa preocupação com a beleza é reiterada pela onda de

²⁸ *Idem. Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun.* São Paulo: UNESP, 1998.

²⁹ *Idem, 1980, op. cit., p. 384.* “O lugar da arte gótica na cidade se afirma a partir de três pontos de vista: aquele das dimensões e do prestígio, aquele da presença da sociedade urbana, aquele do estilo” (Tradução livre).

³⁰ BENEVOLO, *op. cit.*

³¹ LE GOFF, 1980, *op. cit., p. 387.* “O urbanismo medieval que caminha lentamente vai em quatro direções: a propriedade, a segurança, a regularidade, a beleza” (Tradução livre).

visitações que se desenvolve ao longo das rotas de peregrinação, pois as cidades visam atrair esses peregrinos, através de belas construções, belas igrejas e relíquias.³²

Aspectos físicos. Encaminhando-nos para o espaço físico da cidade, podemos considerar sua própria localização. Por vezes, cidades, ou melhor, seus planos nascem da forma do lugar em que se encontram; segundo Benevolo, copia-se a natureza, de onde se extrai uma cidade. Exemplo disso é a forma de Veneza, “o sistema de construção formado pelas paredes maciças alinhadas em profundidade e pelos vãos das fachadas que as ligam entre si dispõe-se em volta da sequência dos canais”.³³

Em outros casos, essa similaridade com a forma natural tem sua origem em medidas práticas. Como indica Le Goff, para a maioria das cidades francesas, procurou-se por terraços, morros e colinas, devido à proteção contra inundações e às estratégias de defesa, o que também implica em questões do imaginário medieval.³⁴

O mais importante para essa sociedade que quer alcançar a salvação, alcançar Deus, é aquilo que está acima, o que se reflete no desejo de construir em direção ao céu. A cidade medieval é também a cidade da verticalização. De acordo com Le Goff, embora esse fator seja uma tendência da concentração espacial, é carregado de simbologia. Desse modo, há uma efusão de casas de andares, de casas-torres, como as de Veneza.

Essa tendência à verticalização se evidencia ao olharmos para as torres das catedrais, dos campanários das igrejas e ao longo das muralhas. Os campanários têm na cidade papel fundamental, pois servem aos cidadãos, seus sinos marcam o tempo, sinalizam perigos e anunciam eventos. Posteriormente, as torres das igrejas receberão também os relógios, marcando um novo tempo, o tempo dos mercadores.

Mas não só de torres é feita a cidade medieval, um traço fundamental são as muralhas. Embora não determine a existência de uma cidade, a muralha é seu signo visual por excelência. Ela integra a realidade física e simbólica da cidade e, segundo Le Goff, é crucial para a tomada de consciência urbana, criando a dialética entre interior e exterior, especialmente, entre cidade e campo.³⁵ Nesse processo, também estão envolvidas as portas encontradas ao longo das muralhas. As portas são o instrumento básico das trocas que acontecem, pois através delas têm acesso à cidade mercadorias e homens, de diversas origens.

³² *Idem*, p. 391.

³³ BENEVOLO, Leonardo. *op. cit.*, p. 48.

³⁴ LE GOFF, 1992, *op. cit.*

³⁵ *Idem*, p. 15.

As portas são o ponto de ligação da cidade com o exterior, um exterior movimentado, principalmente, se concordarmos com Le Goff e Lopez quanto ao fato de ser a cidade uma encruzilhada de estradas, terrestres e fluviais.³⁶

Certamente, as muralhas e portas carregam uma função militar, pois é preciso manter a vigilância, mas também geram responsabilidades e, principalmente, privilégios para os que assumem seu cuidado. Marcam ainda um espaço de exclusão, para o mundo rural, embora também venham a protegê-lo, como em períodos de guerra, tornando-se espaço de refúgio. Entretanto, “[as] muralhas e as portas medievais servem, antes de mais nada, para definir a cidade no espaço”.³⁷

A cidade medieval apresenta ainda divisões internas.

O bairro e, mais ainda, a rua são elementos essenciais da paisagem urbana, e a rua delimita um espaço público e um espaço privado. É um permanente canteiro de obras onde se individualizam jardins, cemitérios e pontes.³⁸

A divisão das ruas, muitas vezes, reflete a concentração dos ofícios em áreas próximas e corrobora com a criação de laços de vizinhança.

Essa cidade segue um modelo distinto de centralidade, ela é policêntrica, com diferentes “pontos quentes”, que exercem poder de atração sobre os cidadãos. Entre estes, estariam a igreja, o mercado, a praça, a instituição administrativa e o cemitério. Estes pontos quentes são lugares também de sociabilidade, pois neles se encontram os cidadãos. Ao seu redor, organiza-se a vida da cidade, dos homens que aí vivem. Assim, porque “lo esencial son los hombres, no las piedras”³⁹, passamos a tratar destes.

1.2. ESPAÇO E COTIDIANO NO OCIDENTE CRISTÃO

Mercadores, clérigos, tecelões, alfaiates, ourives, padeiros, açougueiros, aprendizes, jornaleiros, mendigos, prostitutas: todos estes habitam o mesmo espaço, pois a cidade é o lugar da convivência, ainda que esta não seja de todo pacífica. Ser cidadão é estar habituado a viver envolto pela vizinhança e pela diversidade. Ser cidadão é ainda saber viver em

³⁶ Em *O apogeu da cidade medieval*, Le Goff ressalta a importância das cidades como pontos de ligação entre estradas, assim como ligação entre rios ou rios e estradas; afinal, para o mundo medieval, os rios também constituem um tipo de estrada bastante relevante. Lopez, por sua vez, enfatiza o papel das portas das muralhas, que abrem caminho aos homens que transitam por essas estradas que se entrecruzam.

³⁷ LOPEZ, *op. cit.*, p. 10.

³⁸ LE GOFF, 2002, p. 225.

³⁹ DUTOUR, *op. cit.*, p. 36. “... o essencial são os homens, não as pedras” (Tradução livre).

comunidade e partilhar dos laços de solidariedade que a permeiam, sejam eles de ordem religiosa, familiar ou profissional.

O homem que habita a cidade está acostumado a dividir o seu espaço. Se for sozinho, compartilha um quarto, pois a vida na cidade é dispendiosa. Se vive em família, partilha com ela de cômodos não muito amplos. Poucos são aqueles que possuem casas suntuosas e espaçosas, mas ainda estes dividem seu espaço com os ilustres visitantes que recebem, além dos criados que também aí habitam.

As famílias urbanas são, em geral, famílias pequenas, menores do que as famílias camponesas. “Os cidadãos têm uma consciência muito clara da fragilidade familiar e lamentam as distâncias, sempre crescentes, entre parentes, separados pelas suas actividades, pelo tipo de vida e, por vezes, pelas residências e pelos litígios”.⁴⁰ Os casamentos dependem da situação das famílias. As mais abastadas casam suas filhas por volta dos quinze anos, as medianas em torno dos vinte e as mais pobres têm suas filhas com mais de vinte anos ainda solteiras.⁴¹ A prole dos menos abastados também é menor, tanto pelas altas taxas de mortalidade quanto pela queda de fertilidade das moças. Entretanto, as grandes e antigas famílias não desaparecem, representando ainda um papel de força na sociedade, especialmente, porque a imagem da família é muito valorizada em seu interior.

A juventude era, então, considerada o período de instabilidade e vulnerabilidade. Os jovens do medievo não compunham um grupo homogêneo. Tal grupo conjugava aprendizes, jovens assalariados e companheiros. Estavam inseridos em um meio familiar, o que não implicava que fossem por ele incluídos. De modo geral, viam-se excluídos, pois as jovens se casavam com os homens estabelecidos, e permaneciam fora do círculo de influência. Por isso, muitos preferiam lançar-se a aventuras viajando pelo mundo ou dentro da própria cidade. Os jovens das famílias abastadas também eram motivo de preocupação para seus pais, pois não vendo a necessidade de exercer qualquer atividade, lançavam-se às diversões e aventuras.

Considerando-se a aglomeração deste grupo nas cidades, pode-se imaginar que se encontrasse entre as preocupações das autoridades, principalmente, no que tange à violência. A cidade não era um lugar de quietude e paz. As brigas ocorriam em qualquer local e qualquer momento, dia ou noite, embora esta fosse preferida uma vez que as ruas escuras facilitavam as aventuras dos jovens que queriam burlar a lei e acabar com seu tédio. As noites das cidades medievais testemunham muitas ciladas, lutas e ataques violentos. Esse elemento

⁴⁰ ROSSIAUD, *op. cit.*, p. 104.

⁴¹ *Idem.* “Structures sociales et sociabilités urbaines”. In: LE GOFF, Jacques (org.). *Histoire de la France urbaine: la ville médiévale*. Tome 2. Paris: Éditions Seuil, 1980, p.484.

estava inscrito nessa sociedade regada a vinho e munida de armas, e eram os próprios filhos da cidade os responsáveis por isso. Por sua vez, eram os pobres os que mais sofriam suas consequências.

Nesse processo, a prostituição das jovens mais pobres cresce e, de certa forma, institucionaliza-se, apresentando, então, espaços próprios no interior das cidades. A prostituição passa a ser vista por muitos, inclusive por autoridades, como um serviço público que deve ser oferecido em situações extremas. Segundo Rossiaud, considera-se a prostituição como uma instituição de paz, garantindo a ordem e a segurança, visto que defende a honra das damas de bem ao afastá-las dos riscos de crimes graves.⁴² Torna-se, assim, um elemento da vida urbana.

Para Rossiaud, o urbanismo medieval favorecia a vida de bairro, pois organizava em seus diferentes núcleos as famílias e os grupos sociais mais próximos. De modo geral, “a escolha de uma residência na cidade era, em larga medida, determinada por laços de amizade ou de parentesco”⁴³, o que dificultava a vida dos estrangeiros que chegavam às cidades. Os vizinhos participam da vida uns dos outros. Têm o papel de intervir em caso de conflitos, doenças e perigos, além disso, estão presentes em todas as celebrações, seja por nascimento, casamento ou morte. No entanto, a vida no bairro também pode ser conflituosa.

Os laços de vizinhança são, sem dúvida, mais fortes quando a cidade ou o bairro beneficiam de uma grande homogeneidade. Contrariamente, a vizinhança não basta para estabelecer relações estreitas, em unidades que justapõem grupos sociais diferentes. Por si só, a proximidade espacial não é suficiente para aproximar as pessoas e anular as distâncias sociais; pelo contrário, parece levar ao confronto, por vezes agressivo ou defensivo, de experiências e de sensibilidades opostas.⁴⁴

Um desses conflitos dava-se entre cidadãos e imigrantes. Nem sempre havia problemas de assimilação, mas isso dependia de seu número e origem, pois as cidades não podiam conter grandes vagas de imigração. Os imigrantes eram vistos, ao mesmo tempo, como necessários e perigosos. Interessavam como mão-de-obra, mas aqueles que já eram mestres tornavam-se concorrentes dos mestres da cidade, quando aceitos pelas corporações. Eram sempre responsabilizados por quaisquer dificuldades econômicas enfrentadas pelas cidades, gerando conflitos. No entanto, havia diferenciações entre recém-chegados bons e

⁴² *Idem*, p. 534.

⁴³ ROSSIAUD, 1989, p. 108.

⁴⁴ RONCAYOLO, *op. cit.*, p. 430.

maus, sendo aqueles passíveis de maior aceitação, assim como de estratégias para agilizar tal processo, através de casamentos, acúmulo de bens, etc.

A cidade não se fechava aos estrangeiros e pobres, mas não lhes garantia quaisquer direitos. Da mesma forma, a especialização dos ofícios acentua os mecanismos de exclusão, e os que mais sofrem com eles são novamente os pobres. Cada membro da cidade deve exercer sua função para que ela funcione plenamente, e aqueles que não têm uma função definida nesse corpo acabam excluídos.

Embora ricos e pobres convivam, há em geral uma separação das áreas que habitam. Muitas vezes, as áreas de opulência coincidem com as áreas em que se concentram os poderes políticos, mas também é possível encontrar homens poderosos em meio às áreas mais pobres, assim como muitos pobres em torno dos ricos. Existe ainda uma divisão interna a cada rua ou área, definida pela distância em que as casas se encontram da rua; os mais ricos dispõem de mais espaço e, portanto, de mais privacidade, afastando-se dos transeuntes. Há também uma divisão vertical, pois paga-se menos pelos andares mais elevados. Assim, embora ela seja uma cidade vertical, os cidadãos aspiram ocupar os andares mais baixos.

Apesar dos conflitos, um traço fundamental da cidade medieval é a sociabilidade, e esta encontra lugares que lhe favorecem, não apenas no círculo de vizinhança. Segundo Le Goff, esta é “uma sociabilidade de vida ao ar livre e também, com frequência, sociabilidade ‘em pé’”.⁴⁵ A praça destaca-se nessa função, pois nela a cidade se reúne. Nos dias de festas, nos cortejos, no cotidiano, é na praça que os cidadãos se encontram. Ela é lugar de trocas e é berço da cultura urbana, que traz consigo o litúrgico, o cômico, o grotesco e o teatral.

Na praça, também se pronunciam os mendicantes, cujo discurso visa tocar a nova sociedade urbana. Os mendicantes instalam-se nas cidades, pois veem nestas um campo frutífero para o combate à heresia e ao dinheiro. Ao redor de seus conventos, os cristãos se reúnem. Outros espaços religiosos de destaque são as catedrais e as igrejas paroquiais, que são lugares de encontros sociais, devotos, profanos, amorosos, políticos e intelectuais. Em seu interior, encontram-se os grupos que posteriormente darão origem às universidades.

Outro foco das sociabilidades urbanas é o mercado. Este é um dos pontos quentes da cidade; localiza-se sempre em áreas de destaque, em especial, nas proximidades dos locais onde os carregamentos são recebidos, por exemplo, perto de portos e das portas das muralhas. Neste, compram-se víveres, vestimentas e outros produtos necessários à vida na cidade. O mercado urbano é indispensável também ao mundo rural, tanto para camponeses quanto para

⁴⁵ LE GOFF, 1992, p. 189.

senhores. É aqui que os camponeses vendem parte da produção, a fim de pagar os censos senhoriais, e compram os itens que não podem produzir. Da mesma forma, o senhor compra e vende no mercado. Além disso, pode tê-lo como fonte de lucros ao cobrar taxas e pedágios sobre o transporte de produtos ao longo de seus domínios. Assim, o mercado é ponto de encontro de cidadãos, mas também ponto de encontro entre cidade e campo.

As cidades contam ainda com outros locais de reunião, como os moinhos, os lavadouros, os chafarizes, as tavernas, principalmente para os marginais, e até mesmo o cemitério. Desde que o mundo medieval empreendeu a urbanização dos mortos, o cemitério tornou-se ativo espaço de reuniões, de divertimentos e até feiras. Ele não é mais apenas o lugar do encontro entre vivos e mortos.

Cabe-nos ainda tratar de um lugar crucial para a cidade medieval, aquele ligado ao trabalho. Como já mencionado existem, por vezes, áreas na cidade, nas quais se concentram os ofícios. Muitos artesãos conjugam sob o mesmo teto sua casa e sua oficina, onde habitam não só suas famílias como também os que com eles trabalham, em especial, seus aprendizes. Entretanto, há outro espaço, em alguns casos, profissional, em outros, religioso, que em geral não tem suporte físico, as confrarias.

“Qu’elle vole au secours d’intérêts en danger ou conforte l’ordre établi, la confrérie joue donc un rôle de tout premier plan dans l’élaboration d’une unanimité social”.⁴⁶ As confrarias eram instituições de acolhimento, reunião e mediação, que associavam homens de diferentes origens, ampliando as redes de relações de solidariedade no interior da cidade. Constituíam associações juramentadas, cujo ingresso se dava por livre escolha. As confrarias encontram lugar entre as demais instituições do tecido social, pois que contam com um reconhecimento jurídico que lhe garante o direito de interferir na cidade em que se encontram. No entanto, não é apenas sua participação na economia de salvação que confere às confrarias um papel fundamental no jogo social, mas também seu caráter coletivo (logo, de amplo alcance).

Segundo Vincent, o governo das confrarias serve, em alguns casos, como experiência para futuros governantes locais, uma vez que sua atividade naquelas implica no governo de uma coletividade e permite manter laços com as autoridades locais, como demonstram os exemplos de Rennes e Angers.⁴⁷ As confrarias também utilizam sua influência para lidar com

⁴⁶ VINCENT, Catherine. “Dans la cité”. In: Idem. *Les Confréries Médiévales dans le Royaume de France (XIIIe - Xve Siècles)*. Paris: Albin Michel, 1994, p. 163. “Que ela se organize em torno de interesses em perigo ou do conforto da ordem estabelecida, a confraria tem um papel de primeiro plano na elaboração de uma unanimidade social” (Tradução livre).

⁴⁷ Idem, p. 153.

assuntos externos, assim, sua inserção na cidade se dá por atributos outros que apenas a ação caritativa. Podem influir em questões de paz, na manutenção de escolas (como na Inglaterra), na defesa da cidade e, principalmente, no caso das confrarias mais ricas, são fontes de recursos para o poder municipal (no caso inglês, para o poder real), seja sob forma de empréstimos ou financiamento de festejos.

As confrarias tanto diminuem certas distâncias sociais quanto criam um código de conduta e moral, além de dar base à coesão política, na qual, posteriormente, os poderes municipais passarão a se apoiar. Elas tornam-se também uma preocupação para o poder instituído, pois se multiplicam e sua representação tem um importante papel na cidade. No entanto, ao invés de dividir a cidade, as confrarias lhe atribuem coerência, incluindo o fato de partilharem com esta o dever de assistência.

Sendo a caridade um importante princípio de salvação, a assistência aos pobres e doentes é um aspecto central das cidades medievais. Na verdade, precisa-se destes. Existia, assim, uma rede de hospitais, embora, em sua maioria, estes se encontrassem em más condições, mantidos pelas igrejas e conventos, que contavam com a ajuda financeira dos cidadãos, assim como pelas confrarias. As dificuldades econômicas do século XIV, contudo, levam a uma redução dos recursos direcionados à assistência, tornando essas instituições ainda mais precárias. Por isso, as autoridades municipais se veem obrigadas a interferir mais diretamente nas formas de assistência, impondo uma seleção dos que devem ser assistidos, o que afeta diretamente os estrangeiros.

Mas não é só aos vivos que se assiste. A assistência aos mortos é uma questão central, presente especialmente nas confrarias. Segundo Vincent, um dos traços fundamentais da ação caritativa exercida pelas confrarias é o controle da morte.⁴⁸ A presença da confraria se faz desde os últimos momentos do morto, desde os últimos sacramentos até o seu sepultamento, cuidando dos ornamentos e rituais necessários; pode até mesmo terminar com o oferecimento de uma refeição, como último gesto do falecido. Cuidam não apenas do sepultamento de seus confrades, mas têm o dever de assistir aqueles cidadãos sem recursos para um funeral decente. Além disso, as confrarias têm como papel garantir o réquiem para os falecidos e, assim, garantir a salvação de suas almas.

A cidade medieval é, assim, lugar de convívio, lugar de sociabilidade e lugar de solidariedade. Essas relações englobam todos os que nela habitam, mesmo que em diferentes

⁴⁸ *Idem*, p. 77.

níveis, e estendem-se não só aos vivos, mas também aos mortos. Afinal, esses também são peça-chave na construção da memória e da identidade cidadina.

1.3. LONDRES NO SÉCULO XIV

Discutimos o que vem a ser a cidade, um espaço de sociabilidade e produção, marcado especialmente pelo conjunto de ofícios que o compõem, e apontamos os principais aspectos da cidade medieval. Cabe-nos agora refletir sobre as especificidades daquela que adotamos como base de nosso estudo sobre a cidade medieval, Londres, a principal cidade do território insular. É preciso, então, esclarecer o contexto em que os cidadãos ingleses estão inseridos ao longo do século XIV.

A Londres deste período testemunhou um período de diversas conturbações, e, ao mesmo tempo, de inúmeros avanços. Pode-se apresentar alguns fatores essenciais para o entendimento deste período, como o crescimento de Londres, o poder de novos grupos sociais, a Peste Negra, a Revolta dos Camponeses de 1381 e a Guerra dos Cem Anos, que abalou a Inglaterra e a França entre os anos de 1337 e 1453.

Ao longo do século XIV, Londres tornara-se o principal centro de exportação de lã, com mais de metade dessa cota, e gradativamente controlaria a exportação de tecidos, através dos Merchants Adventurers, cuja maioria provinha de Londres. A cidade ainda possuía privilégios geográficos em relação aos outros portos, pois estava mais próxima dos Países Baixos, um dos principais mercados para sua lã. Segundo Rigby, é na segunda metade do XIV que se inicia essa transição entre exportação de lã e de tecidos de lã manufaturada.⁴⁹

De acordo com Hodget, a Inglaterra foi uma das três grandes áreas em que a indústria têxtil floresceu, ao lado da Flandres e da Itália, com as quais manteve intensos contatos comerciais.⁵⁰ No entanto, até o século XIII, teria destacado-se como centro fornecedor de matéria-prima, suprindo principalmente a demanda dos mercadores flamengos, cuja prosperidade deveu-se em grande parte à qualidade da produção lanífera inglesa.

A rivalidade entre os mercadores ingleses e flamengos desencadeou um processo através do qual diversos embargos se colocaram para a atuação destes na Inglaterra, abrindo, então, espaço para os mercadores italianos, que se tornaram os principais negociantes da lã

⁴⁹ RIGBY, S. H. "Society and politics". In: ELLIS, Steve (ed.). *Chaucer: An Oxford Guide*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 31.

⁵⁰ HODGET, Gerald A. J. *História Social e Econômica da Idade Média*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 172.

inglesa no século XIV. Este movimento possibilitou o desenvolvimento da fabricação de tecidos finos italianos, antes impossibilitado pela má qualidade de sua lã. Contudo, os mercadores ingleses procuravam, por sua vez, tomar a frente da comercialização dos produtos ingleses. “Foi estimado que apenas um terço do comércio de lã estava em mãos de nativos em 1273, enquanto que, por volta de 1362-76, entre dois e três quartos, e, no século XV, quatro quintos dos negócios de exportação estavam nas mãos dos ingleses”.⁵¹ Assim, o controle sobre o fornecimento da matéria-prima, aliado aos benefícios fiscais garantidos pela tecelagem inglesa, transferiu a Inglaterra da posição de exportadora de lã para a de produtora de tecidos de lã, bastante difundidos no mercado europeu.

A importância de Londres devia-se, ainda, a variedade de negócios postos em prática. Mesmo quando a matéria-prima não era de tão fácil acesso, procurava-se desenvolver a produção de artigos com procura nos mercados além-mar, como o peltre (liga de estanho, cobre, antimônio e chumbo), as estátuas e telas de alabastro e os bordados ingleses. A variedade do comércio existente pressupunha, então, a existência de diversas oficinas na cidade, a fim de abrigar todas as modalidades artesanais necessárias.

Com o desenvolvimento de sua produção, especialmente da lã e do comércio têxtil, Londres tornou-se um ponto tão importante quanto os centros continentais. Tal crescimento favoreceu, como vinha ocorrendo em outras áreas do Ocidente medieval, a ascensão de alguns grupos dessa sociedade urbana, como os *Merchants Adventurers*, que se tornaram necessários para o comércio estabelecido com outros reinos. No entanto, além dos êxitos obtidos, essa sociedade atravessou momentos bastante conturbados ao longo do século XIV.

Durante o período que aqui nos interessa, estiveram à frente da Coroa inglesa dois monarcas, Eduardo III e Ricardo II. Durante seu longo reinado, Eduardo III retomou as disputas sobre o território escocês e francês, e deu início ao conflito que ficaria conhecido como a Guerra dos Cem Anos.

The impact, once again, must be understood in terms of man power diverted to warfare, the disruption of overseas trade, the material and human damage inflicted by border raids, but, most of all, the actual financial burden, sustained through direct and indirect taxation, of supporting the fighting forces.⁵²

⁵¹ *Idem*, p. 173.

⁵² GOLDBERG, P. J. P. *Medieval England: A Social History, 1250-1550*. London/New York: Bloomsbury Academic, 2010, p. 152. “O impacto, mais uma vez, deve ser entendido em termos do poder humano desviado para a guerra, o desmantelamento do comércio além-mar, o prejuízo material e humano infligido por ataques fronteiriços, mas, acima de tudo, o peso financeiro, sustentado através da taxaçaõ direta e indireta, de manter as forças de luta” (Traduçãõ livre).

Além das complicações trazidas pela guerra e os recursos que despendia, foi também sob a égide de Eduardo III que a sociedade inglesa enfrentou a Peste Negra, cujo primeiro surto ocorreu entre 1348 e 1349. A peste agiu sobre a base dessa sociedade, a organização em comunidades, dizimando grande parte de seus membros, principalmente, devido aos surtos periódicos que se sucederam. A segunda epidemia ocorrera entre 1361 e 1362, mas houve ainda outros surtos devastadores em 1369, 1375 e 1391. Além disso, por já ter se alastrado entre a população de forma epidêmica, a doença tornou-se endêmica, podendo abater qualquer pessoa a qualquer momento.

Segundo Baschet, esta trouxe para aldeias e cidades problemas com a grande quantidade de cadáveres, além de ter conduzido a uma baixa populacional de pelo menos um terço da Europa medieval, sendo mais grave em algumas regiões, como na Inglaterra.⁵³ De acordo com Strohm, após a peste, a população inglesa teria chegado aos três milhões e quinhentos mil, situação que se manteria até o século XV. Por outro lado, Goldberg afirma que, de acordo com os dados dos registros diocesanos e senhoriais, o contingente de ingleses dizimados pela peste estaria em torno dos cinquenta por cento. De todo o modo, pode-se ter certeza que a *great pestilence* reduziu significativamente a população inglesa.

A maior parte deste contingente estaria ligada ao trabalho com a terra, sendo acrescido pelas ordens eclesiásticas, escudeiros e outras pessoas ligadas à nobreza, uma vez que nestes grupos se concentrava a maior parte da população. As cidades constituiriam uma parcela menor desta, pois as maiores cidades, como Londres, teriam por volta de quarenta mil habitantes. No entanto, foram da mesma forma atingidas pela peste.

Assim, a peste levou a uma significativa queda na produção tanto agrícola quanto industrial, já que aqueles que trabalhavam tornaram-se mais escassos. Soma-se a seus efeitos físicos o fato de ter o medo da doença assolado a Europa devido a seu caráter fulminante e ao potencial de contágio das doenças. O medo da morte, nesse período, estimulou uma nova religiosidade e também fez do macabro um importante tema iconográfico. O medo encontrou tanta difusão quanto a peste, que atingia todos os gêneros e faixas etárias. Além disso, intensificou as atividades de assistência aos mortos, principalmente, por parte das confrarias, alimentadas por seu princípio de salvação.

⁵³ BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Editora Globo, 2006.

Por outro lado, a Peste Negra acabou com o superpovoamento de algumas cidades e com a falta de terras e empregos. Isso possibilitou que o reino se recuperasse, realimentando a produção agrícola e artesanal, e permitiu um aumento nos pagamentos dos trabalhadores. Alguns camponeses tiveram a oportunidade de anexar mais terras a suas áreas de cultivo e outros optaram ainda por se dirigir às cidades para ocupar as vagas sobressalentes nas oficinas. Nesse processo, também as mulheres e os jovens tiveram seu trabalho mais valorizado, uma vez que sua mão-de-obra se tornara necessária.

Tais melhorias nas condições dos trabalhadores levaram o governo a adotar medidas a fim de controlar as relações de trabalho, produzindo, por exemplo, o Estatuto dos Trabalhadores, em 1351. Este estatuto buscava regulamentar os pagamentos devidos a cada tarefa e evitar que trabalhadores se recusassem a prestar serviços aos senhores que os requisitassem. No entanto, previa que os pagamentos seguissem a mesma base que antes da Peste, desconsiderando as variações de oferta e demanda e interferindo nas negociações livres entre trabalhadores e empregadores.

Apesar dessas medidas restritivas, as possibilidades econômicas dos trabalhadores tiveram uma melhora considerável. Muitos destes, então, puderam aproveitar a melhoria em seus pagamentos para investir em atividades de lazer. E, principalmente, passaram a consumir uma variedade de produtos antes inacessíveis.

Rather the demand for manufactured goods held up, or the lower end of the market increased, and with it demand for both skilled craft workers and workshop labour. (...) In fact in many towns as many people were employed in the leather, clothing or metal trades as were engaged in textile manufacture.⁵⁴

Abriu-se um novo mercado para tecidos não muito caros, sapatos de couro, utensílios de cozinha e mobília, assim como para uma melhor dieta alimentar. Desse modo, apesar de toda a devastação, a Peste teria como um de seus resultados o estímulo à produção e ao comércio, principalmente no que se refere à economia urbana.

No entanto, concomitantes a esse crescimento, encontravam-se os altos gastos com a guerra contra a França, a Guerra dos Cem Anos. Esta resultara da disputa pela sucessão da

⁵⁴ GOLDBERG, *op. cit.*, p. 172. “A demanda por produtos manufaturados manteve-se alta, ou o comércio das mercadorias de base aumentou, e com ele a demanda por trabalhadores qualificados e mão-de-obra. (...) Na verdade, em muitas cidades havia tantas pessoas empregadas no comércio do couro, das vestimentas e dos metais quanto engajadas na produção têxtil” (Tradução livre).

Coroa da França, quando da morte dos filhos de Filipe IV, iniciada por Filipe VI de Valois, primo dos herdeiros falecidos que assume o trono, e Eduardo III, rei da Inglaterra e neto de Filipe IV pelo lado materno. Por mais de um século, os reis ingleses continuaram a reivindicar o trono francês, aproveitando-se de seus territórios continentais para lançar duras ofensivas contra a França, sem, contudo, conseguir alcançar seu objetivo final.

Essa guerra foi marcada por diversos períodos de tréguas, mas também por importantes disputas armadas. Exemplo disso foi a expedição do Príncipe Negro entre 1355 e 1366, que venceu a armada francesa em Poitiers e capturou o rei João II, trazendo muitas possibilidades de negociação para o trono inglês e problemas de desordem para a França. As negociações entre os reinos convergiram para o Tratado de Brétigny, em 1360, através do qual Eduardo III se comprometia a abdicar da Coroa francesa em troca de soberania na Gascônia e de uma grande soma paga como resgate do rei francês.

Esses conflitos indicavam a nova amplitude dos enfrentamentos militares, acrescidos ainda pela presença de mercenários e tropas a soldo, que tinham por característica o prolongamento dos conflitos. Ainda assim, eram possíveis os acordos em busca de tréguas. No entanto, as tréguas, como aquela gerada pelo tratado, também traziam perturbações para a Inglaterra, uma vez que era preciso, então, lidar com um grande número de soldados acostumados a uma vida mais livre de combates e saques, que voltavam para o reino sem ter qualquer tarefa. Nada, contudo, pesava mais que a manutenção da guerra.

To sustain the costs of fighting, the crown had repeatedly to return to taxation, which did not entirely go away even during the years of truce created by Brétigny. (...) Increasingly, however, the aristocracy and local elites appear to have tried to pass part of the tax burden down the social hierarchy.⁵⁵

Estas despesas militares régias recaíam sobre a população sob a forma de pesadas taxações, gerando entre esta grande insatisfação. Dessa forma, em 1381, deu-se uma onda de sublevações, especialmente nas áreas a este e sudeste, que culminou na invasão de Londres. A revolta teria início com o levante de 30 de maio em Brentwood, quando uma das comissões responsáveis por administrar os impostos chegara à região, sendo atacada por vários habitantes das comunidades locais. Tal evento disseminou-se rapidamente e no início de

⁵⁵ *Idem*, p. 162. “Para sustentar os custos da luta, a Coroa teve que se voltar para a taxação repetidas vezes, o que não teve fim nem mesmo durante os anos de trégua criados pro Brétigny. (...) Cada vez mais, no entanto, a aristocracia e as elites locais parecem ter tentado passar parte do peso da taxação para as camadas inferiores da hierarquia social” (Tradução livre).

junho já abrangia Kent, Essex e Londres, de forma que rebeldes das duas primeiras invadiram Londres em 13 de junho. Os bandos de rebeldes seguiam de cidade em cidade, mas foram controlados com violência pelas autoridades. Cerca de 500 rebeldes foram mortos apenas quatro semanas após o início da revolta.

Os eventos em Londres ganham nesse movimento um destaque ainda maior. Londres tinha um papel fundamental no jogo político uma vez que os grupos mercantis e artesanais estavam em constante disputa pelo governo da cidade. Os rebeldes de Kent e Essex chegaram à cidade em meio a essa atmosfera de conflito, tendo sua entrada facilitada por londrinos que pretendiam assim fortalecer seus próprios grupos na disputa interna. Embora Richard II tivesse se transferido com a corte para a Torre de Londres devido à vulnerabilidade de Westminster, os rebeldes conseguem ter acesso à Coroa, invadindo a torre em 14 de junho. Assassina o Arcebispo de Canterbury, o tesoureiro do reino e outros homens cujo envolvimento no processo de taxação era conhecido, sendo suas cabeças penduradas como traidores.

Pouco se sabe sobre a integração entre os líderes locais, mas tem-se conhecimento dos principais nomes, como Wat Tyler e Jack Straw. Entre suas exigências estava não apenas o fim da dependência das vilas, mas também o fim das relações de senhorio, a redistribuição das riquezas e propriedades clericais, o fim da servidão, e outras mais. Em seus dois encontros com os rebeldes, Ricardo II cedeu prontamente aos rebeldes como estratégia para dispersá-los. Contudo, assim que os rebeldes deixaram a cidade, a revolta foi duramente reprimida e as concessões revogadas. Somente em Novembro de 1381 a revolta foi dada como completamente eliminada e a concessão de perdões pôde ser considerada.

Os dois principais fatores que estimularam a revolta foram a imposição de leis aos trabalhadores e a cobrança de uma terceira *poll tax*. O Estatuto dos Trabalhadores de 1351 havia interferido diretamente nas relações de contrato livre acordadas entre trabalhadores e empregadores, beneficiando os grandes empregadores. Tal fato fica ainda mais claro quando observamos que, entre os rebeldes, uma grande maioria era formada por homens envolvidos na administração de terras e de vilas, agricultores e artesãos, ou seja, todos estes empregadores, ainda que de pequeno porte.

A imposição das *poll taxes* também afetaram diretamente a vida dos trabalhadores. Os impostos de 1377 seguiram uma taxa fixa de 4 denins por pessoa maior de 14 anos. Em 1379, a taxação foi um pouco mais complexa. Era cobrada às pessoas acima de 16 anos e a taxa mínima era de 4 denins, mas casais eram contados como apenas uma pessoa e a taxa variava

de acordo com os rendimentos de cada um. Os impostos de 1380 foram planejados a fim de resultar em três vezes mais recursos que os dois primeiros anos. Para tanto, seriam cobrados 12 denins por cabeça, recaindo a cobrança por região, ou seja, o imposto poderia ser distribuído de acordo com os rendimentos de cada habitante. Contudo, não se regulamentou de que forma essa redistribuição deveria ocorrer, de forma que em algumas áreas as autoridades cobraram a mesma taxa exorbitante a camponeses e senhores, gerando o grande descontentamento que levaria à revolta.

Segundo Goldberg, a violência foi uma característica fundamental da revolta, contudo, ela parece ter sido muito mais empregada pelas autoridades do que pelos próprios rebeldes.⁵⁶ Apesar de algumas execuções, os rebeldes tinham como alvo principal as propriedades, eram ataques mais simbólicos do que pessoais. No entanto, não se pode deixar de considerar que disputas pessoais também encontraram reflexo em alguns acontecimentos da revolta.

Um exemplo claro desse tipo de ataque foi aquele ao Savoy Palace, pertencente a John of Gaunt, um dos principais alvos dos rebeldes, por ser considerado a cabeça do governo, junto a seu sobrinho Richard II. Os cronistas mostraram-se impressionados com a ferocidade com a qual o palácio foi invadido e queimado, mas também se surpreenderam por não haverem saques durante o incidente. Chama-nos ainda a atenção o fato de a entrada dos rebeldes na cidade ter sido facilitada pelos próprios londrinos, interessados em tirar proveito do conflito em favor das disputas de seus grupos no interior da cidade.

Podemos pensar, então, as relações políticas que envolvem a cidade, permeadas pelos constantes conflitos entre as diferentes corporações de mercadores e artesãos pelo governo da cidade. Essa cidade, em geral, embora tenha um desenvolvimento próprio, está inserida nos limites de um reino. Portanto, ainda que não esteja sobre governo direto do rei, encontra-se a ele subordinada. A cidade tem suas próprias instituições e autoridades, mas tem que cumprir com seus deveres para com o reino, na medida em que são requeridos pelo rei.

Voltando-nos para o caso de Londres, temos autores que procuram minimizar sua importância dentro do reino inglês. Segundo Lopez, o rei não precisava de Londres.⁵⁷ No entanto, não é o que percebemos ao ler os registros oficiais da cidade em que o monarca pede à cidade que envie recursos para a Coroa, principalmente, durante a Guerra dos Cem Anos. Além disso, Lopez considera que Londres não era a capital do reino, era apenas a cidade mais povoada, o porto mais importante e o centro comercial mais ativo. No entanto, é a própria

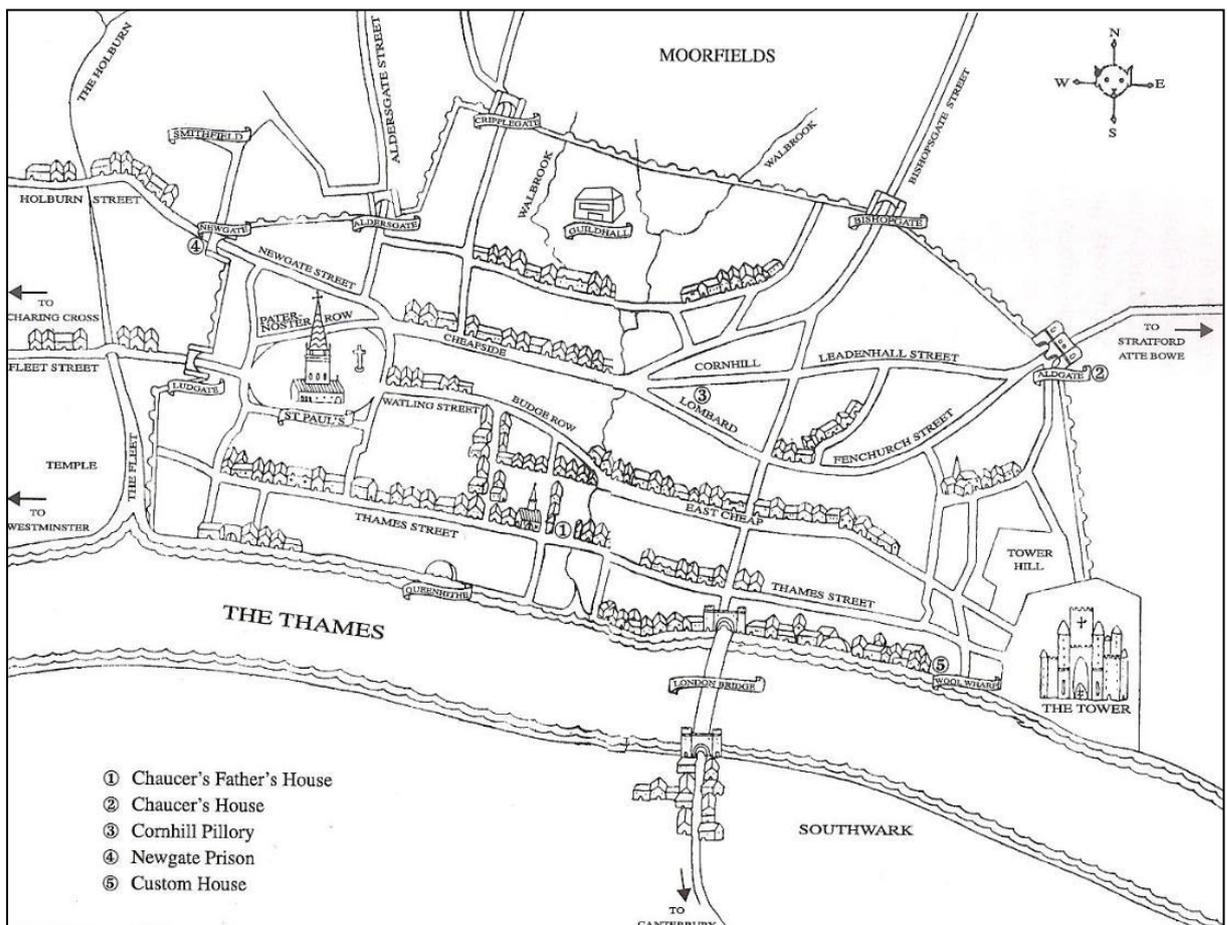
⁵⁶ *Idem.*

⁵⁷ LOPEZ, *op. cit.*

Coroa que decide por instalar nos arredores de Londres a sede das instituições do governo real. Não se pode, portanto, negar o lugar da cidade na política do reino.

1.3.1. LONDRES EM *THE CANTERBURY TALES* E NOS *CALENDARS OF LETTER BOOKS*

Londres era uma cidade pequena caso comparada não apenas aos padrões atuais, mas também a outras cidades de sua época, como Milão, Veneza e Paris. Dentro das muralhas, sua extensão era de aproximadamente 1 milha quadrada, havendo ainda os subúrbios extramuros.⁵⁸ No entanto, embora pequena, era um movimentado centro comercial, político e cultural.



Mapa 1: Mapa de Londres à época de Chaucer⁵⁹

⁵⁸ MYERS, MYERS, A.R. *Chaucer's London – Everyday Life in London 1342-1400*. London: Amberley, 2009.

⁵⁹ BENSON, David. "London". In: ELLIS, Steve (ed.). *Chaucer: An Oxford Guide*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 68.

Como se pode observar no Mapa 1, ao longo de suas muralhas encontravam-se seis portões: Ludgate, Newgate (onde se localizava a principal prisão), Aldersgate, Cripplegate, Bishopgate e Aldgate. Além das muralhas, a cidade era cercada ainda pelo rio Thames, cujas margens eram ligadas por apenas uma ponte, a London Bridge. Através desta tinha-se acesso direto à Southwark, onde se podia encontrar a rota que levava de Londres a Canterbury.

Não nos parece, então, estranho que um dos principais autores do período, Geoffrey Chaucer, fosse um dos filhos da cidade (morando por anos sobre um de seus portões, Aldgate, como indicado no Mapa 1) e que uma de suas maiores obras, *The Canterbury Tales*, estivesse relacionada a esta.⁶⁰ Segundo críticos, como Brian Stone, a obra teria sido produzida entre as duas últimas décadas do século XIV.⁶¹

A narrativa compõe-se de um conjunto de vinte e quatro histórias em versos, narradas pelos participantes de uma peregrinação que parte de Londres em direção ao túmulo de Santo Tomás Becket em Canterbury. Como se pode entrever pela proposta do Albergueiro à comitiva, composta por vinte e nove peregrinos aos quais Chaucer se une, pretendia-se que cada peregrino tivesse direito a dois contos na viagem de ida e mais dois na de regresso, o que somaria cento e vinte histórias a serem narradas. Entretanto, temos apenas vinte e quatro contos, para o que ainda devemos considerar, além dos vinte e nove peregrinos e o próprio Chaucer, a entrada de mais um peregrino, o Criado do Cônego, ao longo do caminho.

As *Tales* tem início no Tabard Inn, em Southwark, uma hospedaria na qual Chaucer já se preparava para sair em peregrinação quando vê a chegada de uma grande comitiva com o mesmo objetivo e resolve juntar-se a eles. Lá, depois de terem todos se alimentado, ouvem a proposta de distração do Albergueiro, o qual também parte para a viagem a fim de julgar as histórias contadas, uma vez que aquele que contar a melhor delas receberá como prêmio uma ceia repleta. Assim, encontramos vários cortes na vida de personagens cuja história é narrada pelos peregrinos, enquanto estes também são personagens de outra história mais ampla, a da peregrinação. A narrativa permite-nos entrever os desdobramentos do cotidiano citadino, especialmente no que se refere às interações e aos conflitos entre os homens que habitam a cidade, já que estes encontram sua representação na mesma.

⁶⁰ THE RIVERSIDE CHAUCER. Larry D. Benson (ed.), 3rd ed., Oxford: Oxford University Press, 2008, pp. 66-77. Este trabalho de referência reúne todas as obras completas de Geoffrey Chaucer, entre elas *The Canterbury Tales*, na forma mais próxima de seus originais, servindo como texto-base para todos os recentes estudos que envolvem tal narrativa. Deste modo, todas as referências a *The Canterbury Tales* aqui presentes partem deste trabalho, com a indicação do conto e das páginas em que se encontram.

⁶¹ STONE, Brian. *Chaucer*. London: Penguin Critical Studies, 1989, p. 27.

A aproximação da narrativa com Londres já pode ser percebida desde seu início, afinal, a comitiva das *Tales* parte de um dos principais subúrbios da cidade, Southwark. O desenvolvimento dessa área deveu-se, principalmente, ao fato de ser ponto de acesso a Londres para aqueles que vinham do sul, muitos dos quais por lá pernoitavam antes de adentrar a cidade. Desse modo, lá havia diversas estalagens, como o Tabard Inn, mencionado por Chaucer, que também serviam como ponto de encontro para grupos que se dirigiam a Canterbury ou ao Continente. Assim, alguns viajantes importantes como o Bispo de Winchester e o Abade de Canterbury mantinham aí casas, devido à proximidade com Londres.

Havia ainda criadores de gado e jardineiros, que produziam comida para o mercado de Londres. Em Southwark, encontravam-se aquelas atividades necessárias, embora não agradáveis, como fornos para metais e para a cal, cujo odor era motivo de reclamações dos senhores que lá habitavam. Southwark, no entanto, não era conhecida apenas por suas casas e estalagens, mas também pelas suas tavernas e a confluência de criminosos atraídos pela ausência de um controle rígido como havia em Londres. Para lá, então, afluíam diversos artesãos não aceitos pelas guildas, cujo comércio tornava-se então ilegal, além de prostitutas, pois havia várias casas de diversão de fácil acesso aos clientes de Londres.

Ao pensar a relação de Londres com a política, não se pode deixar de referir ao papel do principal subúrbio da cidade, Westminster, onde se encontrava a principal abadia inglesa. Essa área tornou-se ainda mais significativa, uma vez que, sob Ricardo II, firmou-se como centro da burocracia e da administração. Devido ao afluxo de visitantes, havia em Westminster várias estalagens. Para suprir as necessidades desses visitantes e dos grupos governantes residentes, um grande número de comerciantes, servidores e outros ofícios faziam-se presentes. Por outro lado, sendo a rica abadia, próxima a Londres, um refúgio para fugitivos da justiça e de vinganças pessoais, atraía também um grande número de criminosos, como ladrões, assassinos e cafetões. Logo, apesar de seus muros, os limites da cidade de Londres eram bastante permeáveis.⁶²

Segundo Myers, tal área era governada pelo abade e pelos oficiais reais de forma deveras ineficaz. Ainda assim, era possível observar outras atividades pacíficas, como o cultivo que complementava a produção para a abadia, nos campos de Covent Garden. Era também nas proximidades da abadia que existia um comércio de luxo, como a futura imprensa de Caxton, onde seria produzida a primeira impressão das obras de Chaucer. Entretanto, há

⁶² HANHARAN, Michael. "London". In: Brown, Peter. *A companion to Chaucer*. Oxford: Blackwell, 2002.

outro fator crucial. Com todas as instâncias do governo aí presentes, não é estranho que também o Parlamento passasse a se reunir em Westminster, embora tais encontros fossem a princípio breves e irregulares. Esta era frequentada constantemente pelos servidores do rei, e pelo próprio rei quando este se encontrava na cidade, do que se pode entrever a estreita relação de Westminster com a Coroa.

Ao mesmo tempo em que abrigava o poder real, Londres possuía suas próprias instâncias de governo, como o *Common Council*, ainda que não apresentasse todas as instituições presentes nas demais cidades européias. O governo da cidade ficava a cargo de 24 autoridades municipais, os *aldermen*, dentre os quais se elegia um com maior poder de decisão, o *mayor*. Cada *alderman* era responsável por um bairro, do qual provinha e sobre o qual detinha poderes. Até o início do século XIV, estas autoridades eram escolhidas entre as famílias patrícias. No entanto, conforme as corporações de ofício cresciam e ganhavam representação política, seus membros passaram a ganhar espaço no governo da cidade.

Este movimento político e administrativo da cidade produziu uma série de documentos oficiais, com destaque para os *Letter Books*. Estes formam uma coleção de livros em que se encontram compilados os documentos jurídicos e administrativos de Londres desde o reinado de Edward I (1272-1307) até o reinado de James II (1685-1688). São assim nomeados porque a distinção entre os volumes foi feita através das letras do alfabeto, embora os primeiros volumes também fossem distinguidos pela cor de suas capas, como os Livros Preto (B), Vermelho (D) e Branco (E). Sendo divididos em cinquenta volumes, sua nomenclatura varia entre A e Z, e depois AA a ZZ.

Recorremos, em especial, aos *Calendars of Letter Books G e H*. Nestes encontramos um levantamento das proclamações e dos assuntos tratados em cada fólio dos *Letter Books*. Tal documentação aborda as decisões que permeavam a vida cotidiana da cidade, assim como aquelas que tangenciavam as relações políticas interna e externamente. Os volumes selecionados abrangem desde a curta trégua na Guerra dos Cem Anos, ainda no reinado de Edward III até a tomada do trono por Henry IV, depondo Richard II. As fontes nestes contidas tratam de temas, como as relações do governo com as guildas e entre estas, as medidas ligadas ao comércio na cidade, os poderes da Igreja, além das ações militares.

As autoridades de Londres eram responsáveis pela manutenção de sua ordem, por isso, regulavam os mais variados assuntos, desde o horário de fechamentos dos portões da cidade até a condição da venda de alimentos. Podiam ainda decidir pela condenação dos infratores de suas leis, uma ação bastante comum, ressaltada pelo número de prisões existentes na cidade.

Além disso, um dos pontos quentes da cidade era o seu pelourinho, localizado em Cornhill, como pode ser visto no Mapa 1. Através deste, punia-se os criminosos de forma pública, a fim de apresentar um exemplo aos possíveis futuros infratores das leis da cidade.

Somando-se ao papel de seus subúrbios já mencionados, Westminster e Southwark, a importância das áreas extramuros também se refletia na relação com o campo dos arredores. Os campos abertos surgiam assim que se adentrava as estradas fora dos muros da cidade. A partir daí, o que havia além dos campos eram principalmente instalações de âmbito religioso. A proximidade da cidade com o campo podia ser percebida com clareza nas ruas do mercado, sendo a produção deste a principal responsável pelo abastecimento de gêneros da cidade. Todavia, não era necessário atravessar as portas da cidade para se ter contato com os campos, uma vez que diversas casas possuíam jardins e áreas abertas onde se podia passear livremente. Como estes jardins, encontramos aquele da casa do mercador de Saint Dennis:

Daun John was rysen in the morwe also,
And in the gardyn walketh to and fro,
And hath his thynges seyde ful curteisly.
This goode wyf cam walkynge pryvely
Into the gardyn, there he walketh softe,
And hym saleweth, as she hath doon ofte.⁶³

Tais jardins eram encontrados principalmente nas casas dos cidadãos mais abastados, como é o caso do extrato acima. Por esta e outras comodidades, essas casas recebiam vários visitantes, o que ganha ainda mais força quando pensamos em Londres, uma cidade que recebia a todo tempo mercadores, oficiais e religiosos de todas as partes.

Na Londres medieval, podia-se encontrar uma profusão de mercados nas ruas, desde mercados de carnes e outros produtos até o comércio de produtos como leite, mel e pão ao longo das ruas. O aspecto de mercado de rua era ainda completado pelos animais que enchiam as ruas a procura de restos de alimentos, cujo barulho somava-se aos gritos dos vendedores das bancas do mercado e das ruas. Londres não era, no entanto, apenas um grande mercado. Sua proeminência sobre as demais cidades inglesas podia ser vista, por exemplo, pela riqueza

⁶³ *The Shipman's Tale*, p. 204. “Também Dom John se levantou cedo e procurou o jardim, onde escrupulosamente foi dizer as suas rezas, andando para cá e para lá. A esse mesmo jardim, onde ele sem pressa passeava, veio às ocultas, com passinhos leves, a boa mulher” In: CHAUCER, Geoffrey. *Os Contos de Cantuária*, Paulo Vizioli (trad.). São Paulo: T.A. Queiroz, 1988, p. 90. As notas referentes às citações de *The Canterbury Tales* em inglês médio encontram-se acompanhadas por sua tradução em português, conforme trabalho de Paulo Vizioli. Nas notas seguintes, as traduções são seguidas pela página em que se encontram. Embora a tradução se encontre em prosa, diferindo da estrutura em verso original, cabe aqui ressaltar o valor desse esforço único de tradução da obra para a língua portuguesa.

de seus mercadores, que passaram a conceder empréstimos à Coroa, uma ação arriscada, mas que podia garantir muitos privilégios. As casas de alguns mercadores assemelhavam-se às da nobreza, e chegaram a ser ocupadas ou compradas por membros desta.⁶⁴

Ainda na época de Chaucer, a questão da privacidade não era priorizada, havendo em geral um quarto comum em cada casa, como demonstra o caso do Moleiro Simon, no Conto do Feitor.

And in his owene chambre hem made a bed,
With sheetes and with chalons faire yspred
Noght from his owene bed ten foot or twelve.
His doghter hadde a bed, al by hirselve,
Right in the same chamber by and by.
It myghte be no bet, and cause why?
Ther was no roumer herberwe in the place.⁶⁵

Sendo este fato ainda mais comum nas casas mais simples, o Moleiro do conto teve de receber dois estudantes para pernoitar em sua casa e acomodá-los em seu próprio quarto, onde dormia com sua mulher e seus filhos. Como se poderia esperar, os estudantes aproveitaram-se dessa situação para dormir tanto com a mulher quanto com a filha do Moleiro. A falta de privacidade acarretava, assim, muitos outros problemas.

Como estas casas eram na sua grande parte de madeira, havia grande risco de incêndio, razão pela qual a cozinha ficava em construção separada. Nas casas dos ricos comerciantes, chamavam atenção os coloridos ornamentos e bordados tanto dos quartos quanto dos salões.⁶⁶

Devido à profusão de homens poderosos e ricos, uma variedade de lojas podia também ser encontrada, passando por ourives, joalheiros, escribas e iluminadores, e vendedores de roupas. Além disso, multiplicavam-se as estalagens, as cervejarias e o número de vinhateiros, assim como o número de cozinheiros. Os principais beneficiários do crescente comércio interno à cidade eram aqueles ofícios ligados a vestimenta, cujas guildas estavam entre as mais bem sucedidas, uma vez que crescia também a ostentação da riqueza e da distinção

⁶⁴ MYERS, *op. cit.*, p. 25.

⁶⁵ *The Reeve's Tale*, p. 81. "No único quarto que havia na casa arrumou para eles uma cama com lençóis e cobertores bem estendidos, distante apenas dez ou doze pés de seu próprio leito. A filha iria dormir em cama separada, mas ali juntinho no mesmo aposento. Era o que se podia fazer, em vista da falta de espaço" (CHAUCER, 1988:64-65).

⁶⁶ MYERS, *op. cit.*, p. 26.

social, em especial, como vimos, após as melhorias das condições dos trabalhadores no período que sucedeu a peste.

Apesar de toda a abundância, quando pensamos no urbanismo medieval, percebemos que Londres apresentava muitos problemas, sendo um dos principais o saneamento, que também acarretava o mau cheiro em algumas áreas da cidade. Embora houvesse muitos homens ricos, uma grande parte da população tinha que trabalhar muito para sobreviver, não lhes sobrando tempo, por exemplo, para carregar lixo e dejetos para áreas afastadas da cidade. Muitas leis a respeito foram criadas, mas o problema era de difícil solução. Os açougueiros, por exemplo, eram constantes alvos de tais leis, pois os restos de seus abates produziam uma quantidade de lixo de difícil disposição.

Em 1354, por exemplo, o Prior do Hospital de São João de Jerusalém recorre às autoridades pedindo que os açougueiros da paróquia de São Nicolas parem de jogar os restos dos seus abates nos arredores do rio Fleet, pois o odor produzido era tão ruim que estava causando danos à saúde da vizinhança.⁶⁷ Meses depois, requer-se às autoridades que definam uma nova localidade para a disposição do lixo dos açougueiros, quando se torna pública a aquisição, por parte destes, de um novo terreno próximo ao Thames, onde, então, não poderão ser incomodados.⁶⁸

Quanto ao calçamento das ruas, não havia distinção entre estrada e calçada; eram calçadas com pedras que formavam um canal para o escoamento da água da chuva, no entanto, esses canais sofriam com o acúmulo de lixo. De forma semelhante, sofriam os canais construídos com o intuito de fornecer água limpa à cidade. Uma cidade em crescimento implicava em um aumento da provisão de água, logo, as nascentes e os poços tornaram-se insuficientes, estimulando a construção de canais para o fornecimento de água. Embora os gastos fossem altos, tal medida tornou-se um caso de preocupação pública. Alguns cidadãos chegaram a doar terrenos para a construção de fontes e canais, como é o caso da doação de Alice de Tybourne, em 1366.⁶⁹

Outra necessidade dos cidadãos era o reforço de suas defesas contra ataques e roubos noturnos através de seus muros e portões, que eram ainda uma segurança contra o contrabando e a favor dos pedágios. Mesmo em tempos de paz a defesa mantinha-se como

⁶⁷ 'Folios xxi - xxx: Sept 1354 -', *Calendar of letter-books of the city of London: G: 1352-1374* (1905), pp. 25-35. Disponível em <http://www.british-history.ac.uk/report.aspx?compid=33493>, acessado em 17/09/2010.

⁶⁸ 'Folios xxxi - xl: Feb 1354-5 -', *Calendar of letter-books of the city of London: G: 1352-1374* (1905), pp. 35-51. Disponível em <http://www.british-history.ac.uk/report.aspx?compid=33494>, acessado em 17/09/2010.

⁶⁹ 'Folios clxxx - cxc: Sept 1366 -', *Calendar of letter-books of the city of London: G: 1352-1374* (1905), pp. 210-216. Disponível em <http://www.british-history.ac.uk/report.aspx?compid=33509>, acessado em 17/09/2010.

preocupação geral. Mantinha-se homens vigiando os portões dia e noite, e durante a noite o número de homens patrulhando a cidade aumentava consideravelmente, além dos barcos observando os rios. Em 1366, as autoridades da cidade conclamaram cada bairro a reunir 12 homens para se revezar na vigilância dos rios e das portas.⁷⁰

Vê-se assim as precauções tomadas devido ao medo dos ataques externos e da violência interna durante a noite, uma vez que a escuridão e o acúmulo de lixo nas ruas criava um cenário propício às emboscadas. Por esta razão, valorizava-se o toque de recolher, anunciado pelas igrejas da cidade. No verão, recolhia-se às nove da noite e no inverno às oito, podendo haver no primeiro exceções até às dez.⁷¹ Depois do toque de recolher, todas as atividades barulhentas tinham de parar para que os cidadãos pudessem dormir. Além disso, era proibida a permanência nas ruas, levando à prisão daqueles que não tivessem boas razões para tanto. É com esse efeito que em 1352, as autoridades proclamam

(...) to the effect that no one wander about the City after curfew rung at St. Martin le Grand except he be of good character and carry a light; that no taverner or brewer keep open his house after curfew; and that no one wander about the City by night with a mask (od fause visage) or with his face covered nor enter any house under penalty.⁷²

Encontramos, assim, uma série de medidas que procuravam regular as ações e as relações dos cidadãos, permitindo-nos observar os desdobramentos da vida na cidade.

A Igreja também ganhava destaque na vida e na arquitetura da cidade. Segundo Myers, o aspecto mais marcante da Igreja em Londres era a quantidade e a beleza de suas igrejas. À época de Chaucer, haveria mais de 120 igrejas paroquiais. Londres provavelmente teria mais paróquias que qualquer outra cidade da Cristandade, essas igrejas acumulavam capelas ao seu redor, logo, era possível ouvir as orações sendo cantadas ao longo das ruas da cidade.

⁷⁰ *Idem.*

⁷¹ MYERS, *op. cit.*, p. 58-59.

⁷² 'Folios i - x: Sept 1352 -', Calendar of letter-books of the city of London: G: 1352-1374 (1905), pp. 1-13. Disponível em: <http://www.british-history.ac.uk/report.aspx?compid=33491>, acessado em 17/09/2010. "(...) para efeito de que ninguém vague pela cidade depois do toque de recolher anunciado em na igreja do Grande São Martinho, a menos que ele seja de bom caráter e carregue uma luz; que nenhum taverneiro ou cervejeiro mantenha sua loja aberta depois do toque de recolher; e que ninguém vague pela cidade à noite com máscara (de falsa aparência) ou com o rosto coberto nem entre em nenhuma casa sob risco de punição" (Tradução livre).

The chantries and fraternities between them caused an increased use of the altars of parish churches and created a desire to extend the edifices, where the site permitted, by adding ailes to accomodate more altars.⁷³

A maior construção de todas seria a Saint Paul's Cathedral, com todos os prédios que a envolviam. No entanto, embora fosse um ambiente religioso, grande era a variedade aí encontrada; entre os sermões e missas, havia assembleias, negociações e disputas. Era, mais que um lugar de oração, um lugar de encontro.

Este era, assim, um dos principais centros de sociabilidade da cidade, reunindo os mais diversos grupos sociais que a formavam. Para Rigby, esses estariam divididos em dois eixos principais, os leigos e os clérigos.⁷⁴ Entre estes, estariam tanto o clero regular quanto o clero secular, incluindo-se aqueles cidadãos investidos de ordens menores. Os membros deste grupo, exercendo sua atividade espiritual, tinham sua própria renda.

The clergy drew their income from two main sources: temporalities, the property which the Church owned just like any other landlord; and spiritualities, income specifically linked with the clergy's ecclesiastical status and functions, such as the tithes owned to Chaucer's Parson ('GP' 486).⁷⁵

Mas eram os leigos que compunham a maior parte da sociedade londrina. Dentre estes, encontrar-se-ia uma gama de grupos, sendo um de seus principais fatores de diferenciação o nível de renda, visto que o dinheiro já tinha um papel central nesse mundo urbano medieval. "The laity were ranked not just by their social status (noble, gentle, and commoner) but also in terms of income and property rights, i.e. by their economic class".⁷⁶

Entre estes, estariam os nobres e todos aqueles associados à vida na corte, que constituíam uma pequena parte da população. A grande maioria encontrava-se, na verdade, entre os cidadãos comuns.

Finally, making up the vast bulk of the population, came the commons, ranging from substantial free landholders, through urban traders and

⁷³ MYERS, *op. cit.*, p. 130.

⁷⁴ RIGBY, *op. cit.*, p. 27.

⁷⁵ *Idem*, p. 28. "O clero retirava sua renda de duas fontes principais: as temporalidades, as propriedades que a Igreja possuía como qualquer outro proprietário de terras; e as espiritualidades, uma renda especificamente ligada ao status eclesiástico e à função do clérigo, como o dízimo devido ao Pároco de Chaucer ('GP 486')." (Tradução livre).

⁷⁶ *Idem*, p. 27. "Os leigos eram agrupados não somente por seu status social (nobre, cortesões e cidadãos comuns) mas também quanto a sua renda e seus direitos de propriedade, i.e. por sua classe econômica." (Tradução livre).

craftsmen, such as Chaucer's Haberdasher and Tapicer, and peasants, like the Plowman, down to the labourers of town and country.⁷⁷

Entre estes, estavam todos aqueles que precisavam exercer alguma atividade para garantir seus rendimentos. Alguns o faziam cuidando da terra, até mesmo morando na cidade e lavrando os campos dos arredores. Outros ofereciam serviços e produziam itens necessários no cotidiano. Alguns ainda compravam e vendiam esses produtos a fim de excedentes. Não se pode deixar de destacar o fato de que todos estes exercem um ofício.

Uma distinção visível nesse contexto urbano eram as numerosas atividades exercidas pelos cidadãos. Londres apresenta uma diversidade de ofícios, que ganham importância na medida em que a cidade se destaca no Ocidente medieval, diversidade essa que se deixa ver em *The Canterbury Tales*. A narrativa deixa entrever a composição desse corpo social que dá vida à cidade. Cada membro deste corpo ocupa sua função e se reconhece através desta. Da mesma forma, ainda que haja oposições entre esses membros, sabe-se que todos são necessários para o funcionamento desse corpo que é a cidade.

Embora fosse menor que outras cidades europeias, Londres era uma grande cidade aos olhos de qualquer inglês, inclusive aos olhos de Chaucer. Desse modo, torna-se fundamental discutir a partir de que parâmetros sua produção pode ser utilizada como fonte para observar a sociedade cidadina inglesa.

⁷⁷ *Idem*, p. 27. “Finalmente, compondo a vasta maioria da população, vinham os homens comuns, variando desde proprietários de terras livres, passando por comerciantes urbanos e artesãos, como o Tecelão e o Tapeceiro de Chaucer, e camponeses, como o Lavrador, até trabalhadores do campo e da cidade.” (Tradução livre).

CAPÍTULO 2 – NARRATIVA E HISTÓRIA

2.1. HISTÓRIA, NARRATIVA E LITERATURA NA IDADE MÉDIA

Whan that Aprill with his shoures soote
The droghte of March hath perced to the roote,
And bathed every veyne in swich licour
Of which vertu engendered is the flour;
Whan Zephirus eek with his seete breeth
Inspired hath in every holt and heeth
The tender croppes, and the yonge sonne
Hath in the Ram his half cours yronne
And smale foweles maken melodye,
That slepen al the night with open ye ⁷⁸

É neste clima ameno e primaveril que as pessoas preferem peregrinar. Não apenas porque o clima é agradável, mas também porque neste caso os caminhos se encontram em melhores condições para serem percorridos.⁷⁹ É nesse mesmo período que Chaucer se prepara no Tabard Inn, uma hospedaria em Southwark, para seguir em peregrinação a Canterbury, quando o Albergueiro recebe uma comitiva de viajantes, que por acaso haviam se reunido, também motivados pelo desejo de visitar o túmulo de Santo Thomas Becket. Este fora um arcebispo inglês, assassinado e canonizado no século XII, cuja devoção ainda no século XIV era muito presente, como símbolo de contestação ao poder régio.

Bifil that in that season on a day,
In Southwerk at the Tabard as I lay
Redy to wenden on my pilgrimage
To Caunterbury with ful devout corage,
At nyght was come into that hostelrye
Wel nyne and twenty in a compaignye
Of sondry folk, by aventure yfalle
In felawshipe, and pilgrims were they alle,
That toward Caunterbury wolden ryde. ⁸⁰

⁷⁸ *General Prologue*, p. 23. “Quando abril, com as suas doces chuvas, cortou pela raiz toda a aridez de março, banhando os veios com o líquido que pode gerar a flor; quando Zéfiro também, com seu sopro perfumado, instilou vida em tenros brotos, pelos bosques e campinas, quando o sol na juventude percorreu metade de seu curso em Áries; e os passarinhos, ficando a noite inteira de olho aberto, gorjeiam melodiosamente” (CHAUCER, 1988:3).

⁷⁹ No Capítulo 3 são discutidas as condições de viagem que envolvem as peregrinações.

⁸⁰ *General Prologue*, p. 23. “Naquela época, aconteceu que um dia, achando-me eu em Southwark, no ‘Tabardo’, pronto a partir em peregrinação a Cantuária, com o coração cheio de fé, chegou de tardezinha àquela hospedaria uma comitiva de bem vinte e nove pessoas diferentes, que haviam se reunido por acaso. E todos os seus membros eram peregrinos que cavalgavam para Cantuária” (CHAUCER, 1988:3).

A formação de comitivas para viajar era bastante comum, uma vez que a realização de longas viagens podia ser arriscada devido aos perigos dos caminhos. Por vezes, compunham-se confrarias cujo objetivo era a peregrinação, a busca por lugares sagrados. No entanto, o texto em questão destaca que esses viajantes teriam se reunido por acaso, sendo seu elemento comum o fato de serem peregrinos. Aponta-se aqui para a questão de que pessoas dos mais variados grupos sociais lançavam às peregrinações. Contudo, embora pertencessem a grupos diferentes, nesta empreitada acabavam por se assemelhar, buscando todos um mesmo objetivo, ainda que por motivações distintas.

Entre os membros da comitiva encontram-se, um Cavaleiro que “though that he were worthy, he was wys/ And of his port as meeke as is a mayde”, acompanhado por seu filho, um Escudeiro que “Curteis he was, lowely, and servysable”, e por seu Criado, que “Of wodecraft wel koude he al de usage”. Participam também uma Priora, que “In curtesie was set ful muchel hir lest”, acompanhada por outra Freira e três Padres. Outros membros ligados ao universo eclesiástico presentes são um Monge, “An outridere, that loved venerie”, um Frade mendicante, “A lymytour, a ful solempne man”, um Pároco, “And was a povre Persoun of Toun/ But riche he was of hooly thought and werk”, acompanhado por seu irmão Lavrador, um Beleguim, “He was a gentil harlot and a kynde”, e um Vendedor de Indulgências, vindo do Hospital de Roncesvalles, em Londres.⁸¹

Há ainda um Estudante de Oxford, que “Ne was so worldly for to have office”, um Magistrado “war and wys” e um Proprietário de Terras, para quem “To lyven in delit was evere his wone”. Embora não tenham voz na narrativa, aparecem os membros de uma grande e importante confraria, que pareciam bons burgueses, um Armarinheiro, um Carpinteiro, um Tecelão, um Tintureiro e um Tapeceiro, acompanhados por seu Cozinheiro que “Wel koude he knowe a draughte of Loundon ale”.⁸²

⁸¹ A fim de tornar a leitura mais clara, retoma-se nesta nota e nas duas seguintes os parágrafos do texto, interpolando-os com extratos da tradução de Paulo Vizioli. *General Prologue*, pp. 24-33. Entre os membros da comitiva encontram-se, um Cavaleiro, que, “apesar de toda essa bravura, era prudente e modesto como uma donzela”, acompanhado por seu filho, um Escudeiro que “[e]ra cortês, humilde e prestativo”, e por seu Criado, que “era perito nas artes do caçador”. Participam também uma Priora, que “[n]os hábitos cortesies achava a sua maior satisfação”, acompanhada por outra Freira e três Padres. Outros membros ligados à Igreja presentes são um Monge, “inspetor das propriedades do mosteiro e apaixonado pela caça”, um Frade mendicante, “desses que têm direito de esmolar em circunscrição própria”, um Pároco “pobre de dinheiro mas rico de santidade”, acompanhado por seu irmão Lavrador, um Beleguim, “um sujeito canalha, mas bonzinho”, e um Vendedor de Indulgências, vindo do Hospital de Roncesvalles, em Londres. (CHAUCER, 1988:4-12).

⁸² *General Prologue*, pp. 28-29. Há ainda um Estudante de Oxford, que “já não se achava tão ligado ao mundo para exercer ofícios seculares”, um Magistrado “sábio e cauteloso” e um Proprietário de Terras, cuja “maior preocupação era agradar aos sentidos”. Embora não tenham voz na narrativa, aparecem os membros de uma grande e importante confraria, que pareciam bons burgueses, um Armarinheiro, um Carpinteiro, um Tecelão, um

Além destes, viajavam um Homem do Mar, que “Of nyce conscience took he no keep”, mas era um profissional muito competente, um Médico, “For he was grounded in astronomye”, a Mulher de Bath, que casara cinco vezes e ainda “Of clooth-makyng she hadde swich an haunt”, um Moleiro, que era “a thikke knarre”, um Provedor, “That he was ay biforn and in good staat”, e um Feitor, que também havia sido carpinteiro.⁸³ Chama atenção na descrição dos peregrinos o fato de estarem todos eles associados a uma atividade, seja ela mundana, *worldly office*, ou espiritual. São, na maioria dos casos, identificados pelos ofícios, que aparecem, então, em letras maiúsculas, como referência a nomes próprios. É, na verdade, sua designação através dos ofícios que destaca sua identificação. Repetem-se as referências como bons profissionais, competentes, habilidosos, o que nos leva novamente a destacar o valor dos ofícios no centro dessa sociedade.

Chaucer logo procura conversar com todos, e decide reunir-se ao grupo em sua viagem. Diante de tamanha movimentação, o Albergueiro percebe que esses peregrinos precisam de um passatempo para sua viagem, e propõe que eles se distraiam contando histórias, a fim de que, na volta ao Tabard Inn, o contador da melhor história ganhe uma ceia completa. Mas como julgarão as narrativas? É então que também o Albergueiro se une à comitiva. E todos assim reunidos partem em peregrinação a Canterbury.

Ao longo do percurso, pretendia-se que cada peregrino tivesse direito a dois contos na viagem de ida e mais dois na de volta, o que somaria cento e vinte histórias a serem narradas. Entretanto, temos apenas vinte e quatro contos, para o que ainda devemos considerar, além dos vinte e nove peregrinos e Chaucer, a entrada de mais um peregrino, o Criado do Cônego, ao longo do caminho, o que indica uma incompletude da obra, ou uma mudança de objetivo ao longo de sua produção. Esses peregrinos não passam seu tempo através de orações piedosas e participação nos ritos religiosos, como se esperaria de cristãos peregrinos, ao contrário, enfrentam o longo caminho distraíndo-se com contos dos mais diversos estilos, desde contos de elevação moral e espiritual, como o conto do Pároco, até contos com uma linguagem mais vulgar, como os contos do Moleiro e do Feitor.⁸⁴

Tintureiro e um Tapeceiro, acompanhados por seu Cozinheiro, um “profundo conhecedor da cerveja londrina”. (CHAUCER, 1988: 7-8).

⁸³ *General Prologue*, pp. 29-32. Além destes, viajavam um Homem do Mar, que “não tinha muitos escrúpulos de consciência”, mas era um profissional muito competente, um Médico, que fazia “tudo com boa base na astrologia”, a Mulher de Bath, que casara cinco vezes e ainda “tinha experiência como fabricante de tecidos”, um Moleiro, que era “um colosso de encrenqueiro”, um Provedor, que “sempre passava a perna nos outros e levava vantagem”, e um Feitor, que também havia sido carpinteiro. (CHAUCER, 1988:9-12).

⁸⁴ Apresentamos no Anexo 1 uma síntese de *The Canterbury Tales*, percorrendo todos os contos que compõem a narrativa, a fim de nortear a leitura e e demonstrar a riqueza da obra.

Não se procura aqui fazer uma análise estética da obra, mas é imprescindível observar seu lugar diante da literatura do medieval, assim como a forma pela qual pode ser abordada pela História. Em primeiro lugar, faz-se necessário identificar o lugar da literatura no mundo medieval. As especificidades da produção do período poderiam levar muitos a considerar errôneo o emprego deste termo, uma vez que este não era utilizado na época medieval, além de, em nossa aceção, literatura estar ligada correntemente ao registro escrito. Na verdade, como indica Franco Fortini, ainda nos estudos contemporâneos é difícil estabelecer uma definição clara do que seja a literatura, o que todavia não nos permite considerar qualquer texto como literário.⁸⁵

No entanto, como afirma Michel Zink, embora o termo literatura seja simultaneamente inadequado e insubstituível para o período em questão, “[s]em dúvida, existe na Idade Média uma consciência da atividade literária em seu conjunto e em sua especificidade, consciência também de um corpus literário”⁸⁶. Não é, assim, por mero acaso que encontramos nas obras de alguns autores medievais listas das demais obras por eles empreendidas, incluindo-se suas traduções, como acontece com Chrétien de Troyes e Geoffrey Chaucer.⁸⁷

A princípio, esta estaria associada à herança da literatura antiga clássica. “Copiar, ler reescrever, imitar, comentar Virgílio, Horácio, Ovídio ou Estácio é uma parte importante da atividade literária medieval”⁸⁸. O latim é muito valorizado e funciona como referência para a escritura de novos textos. Embora existam produções em línguas vernáculas, só aos poucos estas conseguem se estabelecer e, posteriormente, impor-se ao latim. Por isso, ainda no século XV, como afirma Alberto Manguel, testemunha-se uma grande procura pelas escolas de latim, nas quais se aprendia a recitar os clássicos, assim como comentá-los de acordo com as autoridades reconhecidas.⁸⁹

Como aponta Márcia Medeiros⁹⁰, os textos produzidos neste período não eram, então, divididos em categorias científicas, didáticas ou artísticas. “Todos eles faziam parte de um

⁸⁵ FORTINI, Franco. “Literatura”. In: *Enciclopédia Einaudi, Vol 17: Literatura-Texto*. Lisboa: Casa da Moeda, 1986.

⁸⁶ ZINK, Michel. “Literatura(s)”. In: LE GOFF, Jacques e Schmitt, Jean-Claude (org.). *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC/Imprensa Oficial SP, 2002, v1, p. 81. Neste texto, o autor discute a possibilidade ou não da utilização do termo para a Idade Média.

⁸⁷ Sobre a obra de Chrétien de Troyes, recorremos às reflexões de Síval Gonçalves. GONÇALVES, Síval Carlos Mello. *Na medida do impossível: O cavaleiro além da cavalaria nos romances de Chrétien de Troyes (1165-1191)*. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

⁸⁸ *Idem*, p. 82.

⁸⁹ MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁹⁰ MEDEIROS, Márcia Maria de. “A História Cultural e a História da Literatura Medieval – Algumas referências à ‘escritura’ do oral e à ‘oralidade’ do escrito”. In: *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 10, n. 17, pp. 97-111, jan/jun. 2008.

contexto maior, ordenado pelo ensejo da escritura, da construção da memória... talvez para evitar um medo tão conhecido dos homens de todos os tempos: o medo de ser esquecido.”⁹¹ Tais categorias só foram definidas posteriormente à medida que estudiosos passaram a voltar-se para estes textos. De certo modo, todas estas acabam por mesclar realismo e imaginário uma vez que visam à construção da memória. Afinal, como discutido por Costa Lima, a memória, embora se refira ao passado, pode por vezes partir de percepções do presente, logo, une a subjetividade às lembranças mantidas.⁹² Desse modo, este imaginário, parte integrante da memória, acaba por ser incorporado ao vivido, ainda que inconscientemente.

Trata-se aqui especialmente da literatura narrativa. De acordo com Segismundo Spina, a literatura na Baixa Idade Média dividir-se-ia em três eixos principais: a literatura empenhada, na qual havia uma intenção didática edificante, a literatura semi-empenhada, em que havia intenções satíricas já direcionadas à produção artística, e a literatura de ficção, na qual encontramos *The Canterbury Tales*. A expressão literatura de ficção utilizada pelo autor pode suscitar certo estranhamento, no entanto, deve ser entendida como textos produzidos também com vistas ao entretenimento, o que não exclui a influência que a vida cotidiana sobre esta exerce.

Outro aspecto a ser destacado aponta para o referencial adotado pela literatura narrativa medieval. Primeiramente, como aponta Zink, esta se voltou para o passado, com ênfase às canções de gesta, às lendas e às genealogias; preocupava-se, então, com a manutenção da memória e da verdade. A partir do XII, surgiram outras formas literárias mais breves, como o *fabliau*, o *exemplum* e a novela, cujo referente seria o presente, visto com os olhos da crítica, da moral ou da sátira. Passado ou presente, essa literatura tinha seu papel dentro da sociedade medieval, e é este papel que cabe a nós, historiadores, investigar.

O campo literário insere-se em especial no quadro das pesquisas em História Sócio-Cultural, uma vez que se relaciona com as questões de representação, ligadas ao imaginário, e seus desdobramentos no meio social em que estes indivíduos estão inseridos. Segundo Pesavento⁹³, “o imaginário é sempre um sistema de representações sobre o mundo, que se coloca no lugar da realidade, sem com ela se confundir, mas tendo nela o seu referente”.

⁹¹ *Idem*, p. 100.

⁹² COSTA LIMA, Luiz. *O controle do imaginário e a afirmação do romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

⁹³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. « História & literatura: uma *velha-nova* história », *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En línea], Debates, 2006, Puesto en línea el 28 janvier 2006. URL: <http://nuevomundo.revues.org/index1560.html>, p. 2.

Assim, auxilia-nos na percepção da legitimação, da organização e da identidade social, que neste se encontram fundamentadas.

Faz-se necessário, deste modo, discutir as relações entre a História e a Literatura, sem, contudo, se deter em uma História da Literatura, embora esta seja, segundo Gutiérrez, um campo de análise em expansão.⁹⁴ Duramente criticada pelos teóricos da literatura que associam a análise literária estritamente às questões estéticas, a História da Literatura estaria preocupada com a historicidade das obras literárias, sendo estas, portanto, objeto da história. No entanto, nos estudos históricos não se observa a literatura como objeto, mas como fonte histórica. Deste modo, utiliza-se a literatura como instrumento da pesquisa histórica, sendo a contextualização um meio de problematizá-la e perceber suas possibilidades para a análise de uma situação histórica.

Segundo Maria Alicia Laorga, para a boa utilização de uma fonte literária é preciso ter conhecimento do contexto histórico que a envolve, assim como das correntes culturais e ideológicas dominantes, da biografia e da concepção de mundo do autor, e da mensagem implícita e explícita no texto. Desse modo, o texto literário permite apreender determinados aspectos da história como

las formas de vida cotidiana, el clima psicológico-colectivo de las gentes, la realidad social de las creencias y de las ideas, las mentalidades, etc. campos en los que la literatura se convierte en una de las principales fuentes de conocimiento.⁹⁵

Segundo Pesavento, “[a] literatura é, no caso, um discurso privilegiado de acesso ao imaginário das diferentes épocas”⁹⁶, fornecendo ao historiador pistas e traços que outros documentos considerados oficiais não revelam. A literatura pode ser vista como uma representação que tem por base o real, tratando do que “poderia ter sido”. Ainda para esta, “[o] texto literário revela e insinua as verdades da representação ou do simbólico através de

⁹⁴ RODRÌGUEZ GUTIÉRREZ, Borja. “Historia literaria ‘versus’ teoría de la literatura. Consideraciones sobre el debate”. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2008. Disponível em <http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/scclit/89147398760125031021457/p0000001.htm>, acessado em 24/06/2010.

⁹⁵ LAORGA, Maria Alicia Langa. “Literatura y sociedad: la ciudad levítica, modelo sociológico en evolución”. In: *Cuadernos de Historia Contemporanea*. n° 16. 1994. Editorial Complutense. Madrid. Disponível em <http://revistas.ucm.es/ghi/0214400x/articulos/CHCO9494110167A.PDF>, acessado em 24/06/2010. “As formas de vida cotidiana, o clima psicológico, das pessoas, a realidade social das crenças e das idéias, as metalidades, etc., campos nos quais a literatura se transforma em uma das principais fontes de conhecimento.” (Tradução livre).

⁹⁶ PESAVENTO, *op. cit.*, p. 3.

fatos criados pela ficção”. Não apenas pela ficção, sendo a verossimilhança um aspecto essencial para a identificação do leitor/ouvinte com o texto, muitos fatos são apropriados e até reproduzidos a partir do cotidiano com que se tem contato. Assim, muitas vezes, permite-nos captar formas de agir e de pensar, medos e anseios através de possibilidades verossímeis da sociedade a qual se refere.

A literatura registra a vida. Literatura é, sobretudo, impressão de vida. E, com isto, chegamos a uma das metas mais buscadas nos domínios da História Cultural: capturar a impressão de vida, a energia vital, a *enargheia* presente no passado, na raiz da explicação de seus atos e da sua forma de qualificar o mundo.⁹⁷

É, então, através dessa impressão de vida, aqui entendida como essa busca pela verossimilhança, que procuramos observar a sociedade medieval. A produção literária medieval baseia-se na transmissão oral, uma vez que poucos são aqueles que têm acesso ao registro escrito. Quando este é assumido por alguma obra, deve-se principalmente à possibilidade de realização da leitura em voz alta. Afinal, no mundo medieval, lê-se com os ouvidos. Como aponta Zink, para que uma obra atinja sua existência plena, é preciso que ela seja suportada pela voz, seja no canto, na recitação ou na leitura em voz alta.⁹⁸

De forma semelhante, Batany considera que “toda modalidade de fala tende, na essência, a objetivar-se em uma inscrição ‘gráfica’, em sentido lato, mas sem perder sua natureza vocal”.⁹⁹ Para este, ainda que se conservassem todos os manuscritos medievais, estes ainda representariam apenas uma pequena parte dos textos transmitidos, uma vez que até mesmo a cultura considerada “erudita”, a das universidades, baseava-se principalmente em cursos e exercícios orais, entre os quais a recitação de citações e comentários dos clássicos.

Para Batany, a escritura e a oralidade estão internamente ligadas. O prazer de falar está associado ao prazer de escrever, já que o escritor recita sua obra rascunhada ao escriba, assim como o prazer de escutar ao de ler, uma vez que, até fins do século XIV, a leitura silenciosa era pouco conhecida pelos homens medievais. Assim, “[quando] uma literatura em língua vulgar se expande, ela deve seu sucesso à sua recepção mais natural pelo ouvido, e seu desenvolvimento contribui para manter o caráter oral da cultura”.¹⁰⁰

⁹⁷ *Idem*, p. 8.

⁹⁸ ZINK, *op. cit.*, p. 80.

⁹⁹ BATANY, Jean. “Escrito/Oral”. In: In: LE GOFF, Jacques e Schmitt, Jean-Claude (org.). *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC/Imprensa Oficial SP, 2002, v1, p. 389.

¹⁰⁰ *Idem*, p. 390.

Também segundo Zumthor, a oralidade está intrinsecamente presente na literatura medieval, que se trata principalmente da poesia, uma vez que esta era uma sociedade predominantemente da escuta ao invés da leitura. Esta oralidade, então, seria a responsável pela transmissão e atualização de diversos mitos, temas narrativos e tradições, o que se reflete na produção dos autores da época, como Geoffrey Chaucer. Afinal, segundo Zumthor, se a literatura medieval chegou à forma escrita, isto se deu na base da oralidade, pois “uma forma qualquer de oralidade precede a escritura ou então é por ela intencionalmente preparada, dentro do objetivo performático”.¹⁰¹ Além disso, para ele, é essa voz poética que permite a manutenção da memória e, por conseguinte, da identidade social que conjuga os indivíduos, assumindo “a função coesiva e estabilizante sem a qual o grupo social não poderia sobreviver”.¹⁰²

Faz-se mister, então, destacar o “objetivo performático” mencionado por Zumthor. Tão fundamental para a literatura medieval quanto a oralidade é a performance. Se o texto, mesmo que existindo sobre um suporte escrito, é transmitido oralmente, isso acontece sob uma forma própria. E esta forma constitui a performance. Por sua vez, a performance se apresenta através de uma corporeidade bastante marcada, já que é por meio do corpo que o leitor/ouvinte realiza a experiência do texto lido.

Que um texto seja reconhecido como poético (literário) ou não depende do sentimento que nosso corpo tem. Necessidade para produzir seus efeitos; isto é, para nos dar prazer. É este, a meu ver, um critério absoluto. Quando não há prazer – ou ele cessa – o texto muda de natureza.¹⁰³

A performance, assim, é uma forma de comunicação, mas uma forma de comunicação complexa, pois marca aquilo que comunica. Para Zumthor, ela está relacionada ao contexto em que se desenvolve, apresentando um caráter cultural e situacional. Mas principalmente, é devido à experiência que proporciona que cria raízes na memória. Deste modo, “[a] performance realiza, concretiza, faz passar algo que eu reconheço, da virtualidade à atualidade”.¹⁰⁴

Diretamente ligada a esse sentido de performance, está a teatralidade. Como aponta Zink, “[s]istematicamente atualizada pela *performance*, largamente apoiada na arte dos menestrelis, que deve muito à dos mímicos latinos, fazendo abundante uso do diálogo, a

¹⁰¹ ZUMTHOR, Paul. *A Letra e a Voz*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993, p. 109.

¹⁰² *Idem*, p. 139.

¹⁰³ ZUMTHOR, Paul. *Performance, recepção, leitura*. São Paulo: Cosac Naif, 2007, p. 35.

¹⁰⁴ *Idem*, p. 31.

literatura medieval é toda perpassada pela teatralidade”.¹⁰⁵ Motivo pelo qual durante alguns séculos não foram vistas de forma dissociada. Essa relação se aprofunda, pois, se a performance traz em si uma corporeidade, essa se associa ao espaço, elemento fundamental da teatralidade. O espaço leva o leitor/ouvinte a estabelecer relações de aproximação e afastamento com o texto. Por isso, segundo Zumthor, é fundamental que haja uma identificação com o espaço, aliada ao reconhecimento de uma alteridade espacial na situação performática/teatral. Tal aspecto mostra-se central na narrativa analisada, uma vez que, entre os espaços por ela construídos, está aquele que se identifica com a cidade, espaço esse que abriga seus leitores/ouvintes.

Outra marca essencial da literatura medieval são os versos e máximas sapienciais que circulavam já desde a Antiguidade, o que vemos também presente em *The Canterbury Tales*:

As thus, though that I telle somewhat moore
Of proverbs than ye han herd bifoore
Comprehended in this litel tretys here,
To enforce with th’effect of my mateere ¹⁰⁶

Aqui Chaucer admite adicionar a sua narrativa mais provérbios do que qualquer outra versão da mesma pudesse apresentar, a fim de reforçar o seu tema, a sua mensagem. Pode-se perceber que o autor demonstra consciência desse processo produtivo medieval, em que as histórias, em sua grande parte, não são criadas, mas recontadas e adaptadas para que suas mensagens se tornem mais claras, e é neste sentido que repousa a habilidade dos autores.

Assim, torna-se necessário localizar a narrativa de Chaucer em um contexto de tradições orais que eram recontadas, atualizadas e reinterpretadas, corroborando para uma identificação social. No entanto, não se pode perder de vista o fato de que, embora Chaucer pudesse partir de mitos, lendas e histórias, preocupou-se em adaptá-los à realidade que o circundava, pois de outro modo sua obra não teria alcançado a mesma repercussão.

Em nosso caso, *The Canterbury Tales* apresenta-se como um texto representativo de sua época, pois está além da descrição de fatos. Também assumindo as semelhanças e as influências de outras produções, podemos associar a esta obra a afirmação de Alessandro Portelli.

¹⁰⁵ ZINK, *op. cit.*, p. 88.

¹⁰⁶ *Sir Thopas*, p. 216. “... apresentando, a fim de reforçar o efeito do tema, um número maior de provérbios do que entraram antes neste pequeno tratado...” (CHAUCER, 1988:107).

A Divina Comédia de Dante Alighieri é um texto representativo do medieval italiano não porque constitua a expressão média dos notáveis florentinos do século XIV, mas porque, em sua capacidade de ser única, agrupa as possibilidades não expressas de toda a época.¹⁰⁷

De forma similar, a obra de Chaucer é representativa não por que apresente de forma objetiva todas as figuras presentes na sociedade inglesa de sua época, o que não propõe e está longe de alcançar. Na verdade, o autor, ao narrar suas histórias, envolve personagens centrais, em especial no que se refere ao ambiente urbano, que estão presentes no cotidiano de seus ouvintes, expressando suas possibilidades. Ao novelar, Chaucer apresenta a cidade, que se revela através da narrativa, mas também envolve a cidade, na figura daqueles que o consomem.

Zumthor também chama a atenção para o conceito de *vocalidade*, o qual entende como “a historicidade de uma voz: seu uso”.¹⁰⁸ Este está diretamente ligado à ideia mais central de performance. Para Zumthor, a voz tem uma existência concreta, pois emana do corpo e é por outro corpo recebida. “A voz é uma forma arquetipal, ligada para nós ao sentido de sociabilidade”.¹⁰⁹ Assim, a performance implica a execução e a escuta de um voz, ou vozes.

Embora se acredite que não se possa mais captar essas vozes uma vez que a sociedade que as abrigava já não mais existe, o que vemos no texto de Chaucer é uma procura por dar vida às vozes que narram os contos, vozes que permitem perceber a multiplicidade da sociedade medieval e, em especial, a diversidade das atividades exercidas. Vozes essas que ganham forma a cada leitor que as retoma.

De certa forma, esta é também uma estratégia do autor. Um exemplo posterior disso é Montesquieu e suas *Cartas Persas*, nas quais as críticas ao regime francês são colocadas na voz de seus personagens. Em *The Canterbury Tales*, esse afastamento também está presente, possivelmente como forma de fuga da censura da Igreja sobre as obras no medievo.

M'athynketh that I shal reherce it heere.
And therefore every gentil wight I preye,
For Goddes love, demeth nat that I seye
Of yvel entente, but for I moot reherce
His tale alle, be they better or werse,

¹⁰⁷ PORTELLI, Alessandro. “A filosofia e os fatos – narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, n.2, dez. 1996:59-72.p. 69.

¹⁰⁸ ZUMTHOR, 1993, *op. cit.*, p. 21.

¹⁰⁹ ZUMTHOR, 2007, *op. cit.*, p. 86.

Or elles falsen som of my mateere.¹¹⁰

Chaucer assume o papel de narrador da história da peregrinação, mas aponta os peregrinos que desta participam como responsáveis pela narração dos contos ao longo do percurso. Ainda, embora se desculpe pela linguagem obscena que possa aparecer, afirma que ela é necessária, pois é seu dever escrever a história como realmente aconteceu, repetindo cada detalhe do que os narradores dos contos relataram.

Pode-se considerar, ainda seguindo Zumthor, que existiria nessa literatura uma forte *intervocalidade*.¹¹¹ Esta relacionar-se-ia com a poesia medieval assim como, na literatura contemporânea, identifica-se a intertextualidade, sendo naquele caso percebida com mais evidência de acordo com a proximidade tanto temporal quanto física entre os autores, o que remonta à tradição oral por eles compartilhada. É com as palavras do próprio Chaucer que podemos entender tal dinâmica:

As thus: ye woot that every Evaungelist
That telleth us the peyne of Jhesu Crist
Ne seith nat alle thing as his felawe dooth;
But nathelees his sentence is al sooth,
And alle acorden as in hire sentence,
Al be ther in hir tellyng difference.¹¹²

Embora Chaucer estivesse se referindo aos diferentes evangelhos, o mesmo relacionamos às histórias compartilhadas e contadas por diferentes autores. Há diferentes versões de uma mesma história, o que não significa que cada uma delas não seja contada com veracidade. Dessa forma, é preciso considerar tal texto sob um contexto mais amplo da produção poética inserida na sociedade medieval, que difundia algumas das concepções arraigadas na Cristandade.

Outra questão que não pode ser esquecida ao se discutir a literatura medieval refere-se à autoria. Se grande parte dessa provém da tradição oral, não se pode identificar autores. Neste caso, a autoridade da transmissão recaía sobre os intérpretes, presentes em todas as

¹¹⁰ *The Miller's Prologue*, p. 67. "Lamento ter que reproduzi-la aqui. Por isso, peço às pessoas mais refinadas que, pelo amor de Deus, não atribuam qualquer propósito maldoso a meu relato; apenas repito os contos de todos eles, bons ou ruins, porque senão estaria falseando uma parte de minha matéria" (CHAUCER, 1988:49).

¹¹¹ ZUMTHOR, *op. cit.*, p. 145.

¹¹² *Sir Thopas*, p. 216. "Mas isso é compreensível, como bem o demonstra o caso dos evangelistas que escreveram sobre os sofrimentos de Jesus Cristo. Nenhum deles, como sabem, diz sempre exatamente o mesmo que o outro, o que não impede que todos falem a verdade, pois, se há discrepâncias em pontos menores, todos estão de acordo quanto ao sentido geral" (CHAUCER, 1988:107).

cortes, e gradativamente, em todas as cidades. Posteriormente, o registro escrito da literatura narrativa possibilitou o reconhecimento daqueles que o realizavam ou daqueles que o idealizavam, já que por vezes se ditava aos escribas as histórias a serem registradas.

Segundo Gonçalves, é a partir do século XII que se começa a dar maior atenção à figura autoral, conjugada a um maior controle do autor sobre a narrativa. À época de Chaucer, portanto, a identificação da autoria já se encontrava mais difundida, embora não implicasse em uma escritura de todo original, tratando-se as obras muitas vezes de adaptações de textos latinos existentes, de histórias recorrentes na tradição oral, etc. Como afirma Gonçalves,

O autor é primordialmente um produtor, mas não necessariamente um criador, ou, pelo menos, não um criador no sentido que mais tarde este termo viria a ter, que o vincula a uma invenção puramente, ou principalmente, pessoal e subjetiva.¹¹³

Além disso, as narrativas de Chaucer apresentam muito do que faz parte da tradição oral, como indica o próprio texto.

Thus wole oure text. But nathelees, certeyn,
I kan right now no thrifty tale seyn
That Chaucer, thogh he kan but lewedly
On metres and on rymyng craftily,
Hath seyde hem in swich Englyssh as he kan
Of old tyme, as knoweth many a man;
And if he have noght seyde hem, leve brother,
In o book, he hath seyde hem in another.¹¹⁴

O Magistrado desculpa-se por não poder narrar nenhuma história que Chaucer já não tivesse contado em algum de seus livros, usando com primor o inglês que sabia. Este extrato nos remete novamente à questão da circulação oral das histórias, tão comum para o medievo, e da performance, pois, se todos conheciam suas histórias, é porque estas lhes haviam sido apresentadas.

Entretanto, outras questões ganham aqui maior destaque. Em primeiro lugar, a função do autor é reconhecida como um ofício, cujo exercício exige habilidade com as rimas e

¹¹³ GONÇALVES, *op. cit.*, pp. 94-95.

¹¹⁴ *Introduction to the Man of Law's Tale*, 87. "O único problema é que não consigo pensar em alguma história aproveitável que Chaucer, com muita esperteza, já não tenha contado no inglês que ele sabe, com aquelas métricas e rimas canhestras, - como ninguém ignora. (...) E as histórias que não contou em um livro, contou em outro." (CHAUCER, 1988:70).

métricas, ou seja, requer um preparo específico. Este estaria, então, identificado como parte integrante do mundo dos ofícios que cooperam para o funcionamento da cidade.

Além disso, Chaucer é reconhecido, na voz de um de seus personagens, como um autor. Em nenhum momento da narrativa anterior ao Epílogo, Chaucer se identifica como um autor, tal identificação só emerge através dos peregrinos. Na verdade, observa-se uma aparente inocência quanto a sua função. Chaucer insere-se como narrador de contos em dois momentos. Contudo, revela-se, e é assim reconhecido pelos demais peregrinos, como o narrador dos contos menos atrativos, de modo que não consegue nem mesmo finalizar seu primeiro conto, sendo interrompido pelo Albergueiro, que não pode mais suportar a pobreza de sua rima. Para Ganim, Chaucer adota um recurso comum entre autores de sua época:

Chaucer may have fashioned this convention to suit his own situation as a poet and courtier of non-aristocratic origins writing for his social superiors, who may have been both charmed and flattered by an appeal to their greater sophistication. He may also have been distancing himself from potentially controversial content in his work.¹¹⁵

Desse modo, apenas ao finalizar, ou melhor, ao escrever o fim da narrativa, o Epílogo, Chaucer identifica-se como um autor, pedindo perdão por sua linguagem e fazendo referência a outras obras anteriormente produzidas:

as is the book of Troilus; the book also of Fame; the book of the XXV. Ladies; the book of the Duchesse; the book of Seint Valentynes day of the Parlement of Briddes; the tales of Caunterbury, thilke that sownen into synne;/ the book of the Leon; and many other book, if they were in my remembrance, and many a song and many a lecherous lay, that Crist for his grete mercy foryeve me the synne.¹¹⁶

Não podemos deixar de assinalar, entretanto, que, apesar da tradição oral, Chaucer optou pelo registro escrito, provavelmente devido a sua proximidade com o ambiente de corte, o que implica também na importância da leitura. A escrita carregava consigo duas funções

¹¹⁵ GANIM, John M. "Identity and subjecthood". In: ELLIS, Steve (ed.). *Chaucer: An Oxford Guide*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 235. "Chaucer deve ter adotado esta convenção a fim de adequar sua própria situação como poeta e cortesão de origem não aristocrática escrevendo para seus superiores, que devem ter se encantado e sentido elogiados com uma referência a sua maior sofisticação. Ele deveria também estar se distanciando de um conteúdo potencialmente polêmico em sua obra." (Tradução livre).

¹¹⁶ *Epilogue*, p. 328. "(...), como o livro de *Tróilo*, o livro da *Fama*, o livro das *Dezenove Damas*, o *Livro da Duquesa*, o livro do *Dia de São Valentim do Parlamento das Aves*, os *Contos de Cantuária*, nas partes que soam pecaminosas, o *Livro do Leão* e muitas outras obras, que nem me vêm à lembrança, além de muitas canções e poemas sensuais. Que Cristo, em sua infinita mercê, me perdoe esses pecados." (CHAUCER, 1988:289).

essenciais, a transmissão e a conservação. Por outro lado, era um processo que exigia preparo: “Escrever é um ofício árduo, cansativo, cujo exercício constitui um artesanato organizado”.¹¹⁷ Dessa forma, compreendemos a necessidade da atividade dos escribas, que também estão presentes na história de *The Canterbury Tales*.

Uma vez que a narrativa em foco está inserida em um contexto em que a autoria era mais reconhecida e valorizada, torna-se necessário voltar a atenção também para seu autor.

2.2 CHAUCER E THE *CANTERBURY TALES*

Approche neere, and looke up murily.
Now war yow, sires, and lat this man have place!
He in the waast is shape as wel as I;
This were a popet in an arm t'enbrace
For any woman, small and fair of face.
He semeth elvyssh by his contenance,
For unto no wight dooth the daliaunce.
Sey now somewhat, syn oother folk han sayd;
Telle us a tale of myrthe, and that anon.¹¹⁸

É dessa forma que Chaucer, convidado pelo Albergueiro, aparece ativamente na narrativa como peregrino-narrador. É interessante notar que em sua descrição refere-se somente a sua forma física, sem qualquer destaque a sua produção literária, as referências a esta só aparecem na voz de outros peregrinos. Pode-se imaginar que como narrador não quisesse exaltar a si próprio, deixando os elogios a cargo das vozes dos peregrinos, ou seja, indicando um reconhecimento que partia dos que conheciam sua produção.

Esse Chaucer-narrador se apresenta, então, como responsável não só por narrar a peregrinação mas por narrar dois dos contos direcionados à comitiva. É também por sua presença marcante na obra que se torna necessário aqui tratar do mesmo. A própria escolha pela forma de uma coletânea de histórias não se deve somente às preferências do autor, mas remete a um quadro de influências recebidas ao longo de sua vida, que orientaram sua produção.

Embora não se tenha certeza sobre a data exata, sabe-se que Chaucer nasceu por volta de 1340 em Londres, filho de John Chaucer, vindo de uma próspera família de comerciantes

¹¹⁷ ZUMTHOR, *op. cit.*, p. 100.

¹¹⁸ *Prologue to Sir Thopas*, pp. 212-3. “Venha até aqui. Levante a cabeça, ânimo! Atenção, senhores, dêem passagem ao homem. Vejam só a cintura dele: é grande como a minha. Aí está um boneco que qualquer mulherzinha bonita gostaria de abraçar! Como é estranho o jeito dele: nunca fala com ninguém. Vamos, faça como os outros e narre alguma coisa. Conte-nos logo uma história engraçada!” (CHAUCER, 1988:101).

de vinho, e sua esposa Agnes de Copton. Não se tem conhecimento do que tenha sido a infância de Chaucer, mas sua data de nascimento permite constatar que Chaucer atravessara (e sobrevivera) o período dos surtos de Peste na Inglaterra. Diversas são as hipóteses sobre o tipo de instrução que teria então recebido. Teria Chaucer estudado na escola da St. Paul's Cathedral? Teria estudado em outra escola de gramática próxima a Vintry, área de Londres em que vivia sua família e outros comerciantes de vinho? Ou teria sido educado dentro de seu próprio ambiente familiar? Ainda que não se tenha chegado a uma conclusão, é certo que Chaucer recebera uma educação básica antes de sua primeira aparição na corte.

Em 1357, aparece na lista dos servidores de Elizabeth, Condessa de Ulster, na casa do Duque de Clarence, Lionel, filho de Edward III, provavelmente servindo como pajem. Desde muito jovem, Chaucer esteve, então, inserido no ambiente cavaleiresco e cortês, com a possibilidade de observar e adaptar a sua prática os modos aristocráticos, cortesões, como o manejo das armas, a etiqueta e a língua (em especial, o latim e o francês, já que o inglês da época não era apreciado, por ser utilizado pelo povo).

Chaucer testemunhou três reis no trono inglês, Edward III, Richard II e, já no fim de sua vida, Henrique IV. Embora não tenha servido tão diretamente a Edward III a princípio, pôde acompanhar todos os eventos que envolveram e abalaram essa corte. Foi com este rei que teve início a Guerra dos Cem Anos, cuja série de batalhas tornou-se a principal preocupação da política inglesa ao longo do século XIV. Além disso, observou o desenvolvimento do poderio de Edward, Príncipe de Gales, primogênito de Edward III. Edward, que também ficou conhecido posteriormente como Príncipe Negro, obteve muitas conquistas militares, como a captura do rei francês João, sendo encarregado pelo rei de conduzir a Guerra dos Cem Anos no continente, enquanto este cuidava dos problemas insulares com a Irlanda.

Foi durante as incursões do Príncipe Negro à França que Chaucer se envolveu com os assuntos da guerra, estando entre os homens que acompanhavam a comitiva de Príncipe Lionel. Nesse processo, Chaucer fora capturado em território francês, mas teve seu resgate pago pela Coroa, o que indica que já tivesse, de certa forma, seu valor reconhecido no meio de corte. É provável ainda que posteriormente tenha servido na própria casa real.

Um dos elementos que se destacam quanto ao serviço de Chaucer à Coroa são as viagens diplomáticas realizadas entre 1360 e 1378. Entre estas, Gênova e Florença em 1372 e 1373, França em 1377 e Lombardia em 1378. Para Scanlon, embora não se tenha registro de que Chaucer tivesse sido um poeta de carreira, reconhecido pela corte de seu tempo, essas

viagens demonstram como as habilidades linguísticas de Chaucer já eram reconhecidas e como já se apresentava como um representante digno dos interesses da corte.

Diplomatic work thus required a constant process of translation in informal as well as formal terms and in representing his own political community, Chaucer the diplomat would have needed to be attentive to the linguistic nuances and complexities of the communities with which he was negotiating.¹¹⁹

Scanlon defende que todas as atividades assumidas por Chaucer, tanto nas viagens quanto posteriormente, estavam associadas, ainda que não diretamente, às suas habilidades comunicativas, para as quais havia sido treinado desde jovem no ambiente de corte. Não se pode esquecer ainda que durante essas viagens Chaucer pôde entrar em contato com a cultura humanista, que influenciaria sua poesia.

Apesar de seus feitos, o Príncipe Negro jamais assumiu a Coroa, falecendo um ano antes que Edward III, cuja sucessão ficou a cargo de Richard II, filho do príncipe, ainda com onze anos de idade quando da coroação. Embora houvesse tido um desempenho notável nas negociações da revolução de 1381, Richard nunca se tornou conhecido por sua determinação e personalidade, fato pelo qual se considerava o trono em perigo. Durante este reinado, Chaucer conheceria seu período mais produtivo tanto no que tange ao serviço à Coroa inglesa quanto a sua vertente literária, sendo contemporâneo de Langland e Gower, outros dois renomados poetas ingleses.

Em 1374, Chaucer fora nomeado Controlador do Comércio, um posto associado às atividades nos portos de Londres que manteve por mais de dez anos. No entanto, é entre 1385 e 1400, ano de sua morte, que se multiplicam seus cargos e benefícios. Entre os postos assumidos, estiveram os de Juiz de Paz em Kent, o de Auxiliar de Trabalhos do Rei e o de Comissário Florestal da Floresta Real de North Petherton, em Somerset. Além disso, chegou a participar das reuniões do Parlamento, representando Kent.

Um dos homens mais influentes desse período foi o tio de Richard II, John of Gaunt, Duque de Lancaster, a quem se acredita que Chaucer teria servido, uma vez que é deste que recebe uma soma anual durante anos a fio. Além disso, Chaucer teria se casado com a irmã da

¹¹⁹ SCANLON, Larry. "Geoffrey Chaucer". In: SCANLON, Larry (ed.). *The Cambridge Companion to Medieval English Literature 1100-1500*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, pp. 167-8. "O trabalho diplomático então requeria um processo constante de tradução em termos tanto formais quanto informais e, para representar sua comunidade política, O Chaucer diplomata teria precisado estar atento às nuances linguísticas e às complexidades da comunidade com a qual estava negociando." (Tradução livre).

segunda esposa de Gaunt, que viria a se chamar Philippa Chaucer. Juntos, estes teriam dois filhos, Thomas, de quem se tem mais registros, e Lewis, a quem Chaucer dedicaria seu *Tratado sobre o Astrolábio* em 1391; há ainda dúvidas sobre uma possível filha, Elizabeth, que teria se tornado freira.

O poderio de Gaunt representava, para os conselheiros do rei, uma ameaça ao trono. Contudo, não foi este tio que Richard II teve de enfrentar, mas o Duque de Gloucester, Thomas de Woodstock, a quem seu primo Henry Bolimbroke, filho de Gaunt, aliou-se. Embora seu reinado tenha sofrido abalos com tal confronto, Richard II restabeleceu seu poder em 1389. No entanto, em 1399, após a morte de Gaunt, seu primo tomou a Coroa inglesa, proclamando-se rei Henry IV. Tal mudança no trono teria causado temor aos membros da corte quanto às pensões e aos rendimentos anuais recebidos, entre os quais estava Chaucer. O novo rei, entretanto, restituiu sua pensão, devido a todos os serviços prestados à Coroa. Todavia, Chaucer faleceria no ano seguinte.

Como afirma Evans, “Chaucer was not a career poet”.¹²⁰ Os registros em que aparece em vida não se referem a sua poesia, mas destacam sua carreira servindo à Coroa. No entanto, após sua morte, viria a se tornar um dos maiores poetas da língua inglesa, considerado por alguns o Poeta Inglês ou ainda o pai da literatura inglesa. Sem cair em exageros, é fundamental aqui observar seu lugar no desenvolvimento da literatura em língua inglesa, pois ajudou a resgatar essa língua¹²¹ da posição menos favorecida a que tinha sido relegada.

Após a Conquista Normanda, o francês foi difundido como língua de prestígio no território inglês e o latim retomou seu lugar de língua religiosa e educacional como ocupava em toda a Europa. O latim ainda ocuparia o papel de veículo dos documentos oficiais do reino. Embora o inglês médio coexistisse, o francês, então chamado de Anglo-Normando, era a língua cotidiana preferida pela corte.

Para Scase, embora a Conquista normanda tivesse trago o francês para o território insular e o latim dominasse o campo religioso e administrativo, a grande maioria da população teria continuado usando o inglês como língua cotidiana. Do mesmo modo, considera que também tivessem continuado a cantar e contar histórias em inglês, embora não

¹²⁰ EVANS, Ruth. “Chaucer’s life”. In: ELLIS, Steve (ed.). *Chaucer: An Oxford Guide*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 9. “Chaucer não foi um poeta de carreira” (Tradução livre).

¹²¹ A língua de aqui se trata é o inglês médio. Este corresponde às formas de língua inglesa faladas entre a Conquista normanda, 1066, e fins do século XV. Durante este período, flexões verbais e nominais foram aos poucos desconsideradas, enquanto muitas palavras de origem francesa foram incorporadas ao léxico da língua inglesa, diferenciando-o do inglês antigo.

houvesse uma tradição de registro escrito. O latim e o francês eram as línguas buscadas por aqueles que tinham aspirações sociais.

Competence in Latin and French was restricted by economic and social status, and by gender, meaning that access to literature was closely associated with social and economic privilege. Those destined for careers in the Church would usually be taught some Latin at school.¹²²

Da mesma forma,

Those aspiring to circulate in polite society, or to careers in administration or law, would learn some French. Some received basic French tuition as part of the business studies curriculum at university. Others must have been taught ‘on the job’ of clerking or accountancy or estate management. Still others must have been taught by chaplains or other members of gentry and noble households.¹²³

Segundo Pearsall, o latim dominava as áreas da escrita da história e do ensino, enquanto o francês reinava na corte e nas casas nobres. Além disso, a literatura anglo-normanda predominava em todos os campos, didático, devocional, educacional e recreacional. A literatura em inglês, assim, ficava fora das redes de mecenato nobre e real, pois estava associada aos leigos não nobres.

Havia, então, uma cultura trilingue, ainda que não houvesse a mesma divisão na sociedade. “Later medieval England, in spite of its trilingual culture, was not a trilingual society. Its trilingual character was the effect mainly of levels of learning, not of three distinct and competing political communities”.¹²⁴ No entanto, ao longo do século XIV, o inglês foi gradativamente ganhando espaço mesmo entre os homens mais instruídos e bem relacionados

¹²² SCASE, Wendy. “Re-inventing the vernacular: Middle English language and its literature”. In: SCANLON, Larry (ed.). *The Cambridge Companion to Medieval English Literature 1100-1500*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 16. “A competência em Latim e Francês era restringida pelo status econômico e social, e por gênero, significando que o acesso à literatura era muito associado ao privilégio econômico e social. Aqueles destinados a carreiras na Igreja geralmente aprendiam latim na escola.” (Tradução livre).

¹²³ *Idem*, p. 17. “Aqueles que aspiravam circular na sociedade educada, ou fazer carreira na administração ou na lei, aprendiam francês. Alguns aprendiam um francês básico como parte do currículo de estudos comerciais na universidade. Outros devem ter aprendido com a função de cuidar das finanças das propriedades. Outros ainda devem ter sido ensinados por capelães ou outros membros das casas nobre e abastadas.” (tradução livre).

¹²⁴ SCANLON, Larry. “Introduction”. In: SCANLON, Larry (ed.). *The Cambridge Companion to Medieval English Literature 1100-1500*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 7. “A Inglaterra do baixo medievo, apesar da sua cultura trilingue, não era uma sociedade trilingue. O seu caráter trilingue era resultado principalmente dos níveis de aprendizado, não de três comunidades políticas distintas e em competição” (Tradução livre).

do reino. Desse modo, deu-se uma expansão do público leitor dos textos no vernáculo nativo, incentivando essa produção.

Segundo Strohm, um exemplo de grupo de textos que traria muita divulgação para a língua inglesa seriam os textos dos *lollards*, que reivindicavam o uso da língua materna nos assuntos religiosos (inclusive na tradução da Bíblia) a fim de tornar a religião acessível e compreensível para um maior contingente de fiéis. A divulgação de tais textos pode ser percebida pela sobrevivência de 294 sermões em inglês em cerca de 30 manuscritos.

O inglês também se torna presente em alguns registros escritos oficiais. Por exemplo, quando nos voltamos para Londres, podemos encontrar uma profusão de material escrito que tinha um objetivo comunicativo e, portanto, era escrito em inglês a fim de atingir um número maior de pessoas, como proibições, acusações, nomeações, listas, promulgações doutrinárias e proclamações, que eram presas aos portões da cidade. Posteriormente, o inglês dos documentos oficiais serviria como modelo de escrita, como pode ser visto nos registros das *Letter Books* a partir do último quarto do século XIV.

Once English was established as a viable possibility, an author's linguistic choice might be based upon a variety of considerations, including the linguistic associations of a particular genre of writing, or the contours of the particular audience to be reached.¹²⁵

Passando o inglês a ser uma possibilidade literária, a escolha pela língua marcava uma distinção intelectual e social. Assim, os autores faziam sua escolha pautada nos objetivos de cada obra, podendo um mesmo autor escrever em diferentes línguas.

A escolha de Geoffrey Chaucer por escrever em inglês comprova esse novo status da língua, ao mesmo tempo em que corrobora para sua manutenção, uma vez que se tornaria uma referência para poetas posteriores. Para Pearsall, a adoção do inglês pela corte aconteceria mais cedo ou mais tarde, mas Chaucer teria acelerado o processo através de sua produção, pois fazia parte do círculo da corte.

Entretanto, tanto Pearsall quanto Scanlon chamam atenção para o fato de que, embora seja considerado o poeta inglês por excelência, não se pode esquecer que Chaucer estava inserido em um quadro muito mais amplo de uma tradição literária europeia. Para Pearsall,

¹²⁵ STROHM, Paul. "Writing and Reading". In: HORROX, Rosemary & ORMROD, W. Mark (eds.). *A Social History of England 1200-1500*. Cambridge; Cambridge University Press, 2006, p. 459. "Uma vez que o inglês foi estabelecido como uma possibilidade viável, a escolha linguística de um autor poderia se basear em uma variedade de considerações, incluindo as associações linguísticas de cada gênero de escrita, ou os contornos do público específico a ser alcançado." (Tradução livre).

Chaucer destacou-se por “to bring English fully into the stream of contemporary French and Italian poetry, to ‘Europeanize’ English poetry by making it part of the whole medieval and vernacular tradition”.¹²⁶ Assim, ele incorporou as influências europeias a sua própria poesia, enquanto também aproximou a poesia inglesa desse modelo.

Para Scanlon, a prática poética de Chaucer pautava-se na tradução. Este fato, entretanto, não nos deve causar tanta surpresa. Não seria a grande maioria dos autores medievais, principalmente, tradutores e adaptadores da tradição latina e europeia, como defende Genet? O grande mérito de Chaucer, segundo Scanlon, seria ter recorrido a mais autores franceses e a mais tradições que os demais autores ingleses, afinal, seria ele o responsável por abrir espaço para a literatura italiana no território insular.

A partir das influências recebidas nos postos que ocupou e nas viagens realizadas ao longo do seu período de serviço real, costuma-se dividir sua produção em três períodos, o francês, o italiano e o inglês. As primeiras obras do autor teriam sido traduções de obras francesas, o que teria tornado Chaucer um grande conhecedor dessa literatura, adequando alguns de seus aspectos a sua própria produção. Desde cedo, no círculo da corte, o autor esteve em contato com a literatura francesa, e é possível que tenha produzido até mesmo alguns primeiros poemas neste vernáculo. Além disso, é a partir da poesia francesa que desenvolve a sua própria métrica, que influenciaria os poetas ingleses posteriores.

Quanto à influência italiana, teria como principais nomes Petrarca e Dante, aos quais faz menções nominais. No entanto, também se considera que haveria importantes contribuições de Boccaccio, como o próprio estilo de coleção de contos presente no *Decamerão*. Chaucer, entretanto, não apenas traduzia, trazendo também para suas narrativas aquilo que observava na própria sociedade em que vivia.

Embora se costume dividir a obra de Chaucer nesses três períodos distintos, tal divisão parece cada vez mais ultrapassada, pois não se pode esquecer que os textos com que tomara contato influenciariam toda a sua produção.

“Chaucer was prolific and versatile. During the course of his career he produced a small but impressive and varied body of shorter poems”.¹²⁷ Uma de suas primeiras obras, entre as traduções, teria sido o *Book of the Duchess*, escrito para Blanche, a primeira esposa,

¹²⁶ PEARSALL, Derek. “Language and Literature”. In: SAUL, Nigel (ed.). *The Oxford Illustrated History of Medieval England*. Oxford: Oxford University Press, 1997, p. 271. “... trazer o inglês para a corrente da poesia italiana e francesa contemporânea, ‘europeizar’ a poesia inglesa ao torná-la parte da tradição latina e vernacular medieval” (Tradução livre).

¹²⁷ SCANLON, *op. cit.*, p. 170. “Chaucer era prolífico e versátil. Ao longo de sua carreira, produziu um pequeno mas expressivo e variado grupo de poemas mais curtos” (Tradução livre).

já falecida, de John of Gaunt. Entre suas obras mais conhecidas, pode-se encontrar uma diversidade de gêneros, como romances, fábulas, etc. E, embora *The Canterbury Tales* seja a obra mais conhecida, considera-se que *Troilus and Criseyde* seja a obra de maior desenvolvimento literário.

O gênero literário adotado em *The Canterbury Tales* assemelha-se àquele utilizado por Boccaccio no *Decamerão*, a novela. Esta seria um gênero intermediário entre o conto e o romance. A novela, como afirma Angélica Soares, desenvolve-se a partir de um corte na vida do personagem, que é então, intensamente explorado por seu narrador¹²⁸. Assim, procura-se representar uma parcela da realidade sob um ponto de vista que encerra uma visão de mundo sólida. Segundo Zink, a novela, em oposição ao romance que se projeta no passado, “retrata diretamente o presente, que o pinta, mesmo quando é cômica, com cores sombrias, ataca de maneira lúcida, até cínica”¹²⁹, o que nos remete novamente às representações presentes na literatura narrativa, associadas ao realismo.

Um ponto a ser ressaltado, então, refere-se à compilação dos contos. Envolvendo-se com a escrita dos contos já no final de sua vida, Chaucer, ao morrer, deixou-os sem uma finalização ou uma revisão. Logo, não se tem conhecimento de uma versão final, a partir da qual tivesse sido iniciado o trabalho de produção dos primeiros manuscritos. Do mesmo modo, não existe uma versão original a partir da qual se possa remontar o verdadeiro texto. Segundo Scala, “there is no ‘original text, no ‘real’ Chaucer to which modern readers might turn”¹³⁰. Assim, as edições até hoje produzidas são, na verdade, trabalhos de composição, que apresentam variações entre si.

Todos os estudos apontam para a existência de dez fragmentos da obra, nos quais se dispõem os vinte e quatro contos, além do Prólogo Geral, da Retratação e dos prólogos e epílogos de alguns contos. No entanto, estes fragmentos, com poucas exceções, não apresentam conexões entre si, embora haja ligações entre vários dos contos, principalmente através dos prólogos, chamados por muitos pesquisadores de *links*. Desse modo, os manuscritos apresentam entre si uma grande variedade, não apenas de estilo e escrita, mas também no que tange ao ordenamento dos grupos de contos.

Conservaram-se 84 manuscritos, entre os quais constam textos completos e fragmentados, cuja produção é datada anterior a 1500. Dentre os 84 manuscritos

¹²⁸ SOARES, Angélica. *Gêneros literários*. São Paulo: Editora Ática, Série Princípios, 6ªed., 2004.

¹²⁹ ZINK, *op. cit.*, p. 86.

¹³⁰ SCALA, Elizabeth. “Editing Chaucer”. In: ELLIS, Steve (ed.). *Chaucer: An Oxford Guide*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 483. “Não há um texto original, nenhum Chaucer real a que os leitores modernos possam recorrer.” (Tradução livre).

remanescentes, considera-se que pelo menos 55 contivessem todo o conjunto de contos, enquanto os demais poderiam ser partes de manuscritos que se fragmentaram ou ainda cópias de contos isolados. Um número tão significativo de cópias preservadas leva-nos a concluir que a obra gozasse de considerável prestígio ao longo do século XV.

No entanto, esta questão das cópias manuscritas faz-nos considerar ainda o papel dos escribas nesse processo de produção medieval. Os escribas eram também intérpretes das histórias que escreviam e conseqüentemente responsáveis por muitas modificações presentes nestas, uma vez que

O escriba possui e conserva – protegendo-a como segredo de fabricação – uma competência textual mais preciosa, fundada no conhecimento das fórmulas eficazes, das regras discursivas, do manejo das figuras, de tudo o que constitui, no sentido primeiro, o estilo.¹³¹

Chaucer, ao morrer, deixou suas *Tales* sem uma finalização e sem uma revisão. Dessa, forma, foi através das mãos e do refinamento estético dos escribas que a obra recebeu algum acabamento e ordenamento.

Dentre todos os manuscritos, dois ganharam destaque como referência nas análises e nas edições modernas da obra por serem considerados os dois primeiros manuscritos a aparecerem, o Ellesmere e o Hengwrt. O manuscrito Ellesmere apresenta uma decoração mais elaborada, constando um retrato de Chaucer, assim como miniaturas de 22 dos peregrinos participantes da narrativa. Produzido em pergaminhos, provavelmente de pele de novilhos, o Ellesmere encontra-se na Huntington Library, na Califórnia, em muito bom estado de conservação. Acredita-se que isto se deva ao fato de ter permanecido na biblioteca de Sir Thomas Egerton e sua família por três séculos.

O manuscrito Hengwrt, por sua vez, encontra-se na National Library of Wales, escrito em pergaminhos de pele de ovelha. Embora não seja tão decorado, considera-se que ambos tenham sido escritos pelo mesmo escriba. Este é identificado como Adam Pinkhurst, a quem Chaucer já havia escrito um poema. Tal poema parece indicar que Chaucer estivesse preocupado com a preservação de seus textos da maneira em que os havia escrito, uma vez que reclama dos erros cometidos pelo escriba. É interessante notar ainda que, neste caso, o escriba dos dois primeiros manuscritos não seria apenas alguém contratado para a cópia de um texto, mas um escriba que teria mantido relações pessoais como autor.

¹³¹ ZUMTHOR, *op. cit.*, p. 102.

Não se tem ainda evidências concretas quanto às datas de produção destes manuscritos. Entretanto, considera-se que o manuscrito Ellesmere tenha sido produzido entre 1397 e 1405, já nos anos finais da vida do escriba, enquanto o Hengwrt seria anterior a este. Segundo Scala, o fato de terem sido ambos escritos pelo mesmo escriba, traria outros esclarecimentos quanto a sua produção:

Hengwrt appears to have been copied from the material that could be immediately gathered. The scribe then copied Ellesmere after a more careful inventory and editorial preparation could be made of the contents of Chaucer's poem.¹³²

Hengwrt e Ellesmere são os dois manuscritos remanescentes mais antigos e, por isso, considera-se que sejam os mais próximos do que Chaucer pretendia. Sendo assim, são os manuscritos revisitados por todos os editores da obra. Há muitas discussões sobre qual destes seria o manuscrito mais fiel. Ellesmere é o manuscrito mais utilizado pelos editores, pois acredita-se que o escriba, demonstrando maior refinamento estético, tivesse trabalhado com material fornecido por Thomas Chaucer, que pretendia ter um manuscrito refinado da obra do pai. Por outro lado, apesar da ausência de alguns textos, Hengwrt vem sendo cogitado como o manuscrito mais fidedigno por ter sofrido menos alterações.

Existem, portanto, diferentes teorias sobre a produção dos diversos manuscritos existentes, tendo as mais importantes sido relacionadas por Charles Abraham Owen, entre elas as de Norman Blake, Larry Benson e John Fisher.¹³³ Segundo Blake, os manuscritos derivariam de uma cópia desorganizada e inacabada, a partir da qual os escribas organizariam os manuscritos, inserindo os links necessários. No entanto, as inúmeras diferenças textuais entre os manuscritos não reiteram a ideia de uma cópia única.

Para Benson, os manuscritos basear-se-iam em duas cópias feitas por Chaucer devido à revisão. Contudo, tal obra foi escrita por Chaucer já perto do fim de sua vida, dificultando o tempo necessário para a produção e uma possível revisão de todo texto. Além disso, os escribas não teriam dividido um texto que já estivesse reunido e organizado de modo que os manuscritos decorrentes apresentassem tantas variações como o fazem.

¹³² SCALA, *op. cit.*, p. 485. “Hengwrt parece ter sido copiado a partir de material que puderam ser reunidos imediatamente. O escriba então teria copiado Ellesmere depois que um cuidadoso levantamento e uma preparação editorial dos conteúdos do poema de Chaucer pudessem ser feitos.” (Tradução livre).

¹³³ OWEN, Charles Abraham. “Introduction”. In: *The Manuscripts of the Canterbury Tales*. Cambridge, D.S. Brewer, 1991.

De forma semelhante, para Fisher, as diferenças entre o Ellesmere e o Hengwrt dever-se-iam a revisões realizadas pelo próprio Chaucer, o que, no entanto, não pode ser afirmado, uma vez que não se sabe as datas exatas de cópia destes manuscritos. Tais diferenças indicariam, na verdade, uma preparação prévia à cópia do Ellesmere, e a ausência de tal tentativa quando da produção do Hengwrt.

De acordo com Owen, a evidência que se pode levantar a partir dos manuscritos preservados é a de que havia fragmentos, contos e grupos de contos, o que indicaria diferentes níveis de desenvolvimento da obra. Sabe-se que um dos elementos fundamentais da produção de livros medievais eram os *booklets*, ou seja, “‘a group of leaves forming at lias one quire, but more likely several, and presenting a self-contained group of texts. Booklets thus form units intermediate between the quire and the full codex.’”¹³⁴ Assim, diferentes *booklets* poderiam ter sido produzidos antes de serem por fim reunidos em uma obra completa.

Seguindo tal teoria, estes fragmentos teriam, então, circulado entre familiares e amigos do autor após sua morte, até que se realizasse o esforço de reuni-los no manuscrito Hengwrt, que teria assim estimulado a ideia dos demais manuscritos.

O trabalho mais extensivo de análise dos manuscritos foi realizado por Manly e Rickert, em 1940, na forma de oito volumes, *The Text of the Canterbury Tales: Studied on the Basis of All Known Manuscripts*. A partir de tal esforço, pôde-se agrupar alguns destes manuscritos quanto a sua data de produção. Nos 20 anos que se seguem a morte de Chaucer seriam contados seis manuscritos, Hengwrt, Ellesmere, Corpus Christi 198, Harley 7334, Cambridge Dd.4.24 e Lansdowne 851.

Nos 20 anos seguintes, tem-se certeza da existência de quatro manuscritos, Cambridge Gg.4.27, Petworth, Bodley 686 e Paris Anglais 39. No entanto, outros onze manuscritos teriam sua data estimada entre esses anos. Mais quatro manuscritos ainda seriam datados por volta de 1450, Holkham 667, McCormick, Oxford e Cardigan. O que se sabe é que entre 1430 e 1450, houve um considerável aumento no número de manuscritos.

Devido a sua pesquisa Manly e Rickert, tornaram-se referência para os estudos sobre os manuscritos de *The Canterbury Tales*, analisando os 84 manuscritos quanto à filologia, codicologia, paleografia, arte e origem. Posteriormente, alguns autores, como Daniel Mosser,

¹³⁴ MOSSER, Daniel. “A New Descriptive Catalogue of the Manuscripts of The Canterbury Tales”. In: *The Canterbury Tales Project - Occasional Papers I*, 1995, p. 76. “um grupo de folhas formando uma seção, ou melhor várias seções, e apresentando um grupo de textos. *Booklets*, assim, formam uma unidade intermediária entre as seções e o manuscrito completo” (Tradução livre).

propuseram novos catálogos descritivos, já que diversas novas descobertas foram feitas após aquele primeiro trabalho. Por exemplo, ao contrário da produção organizada de livros por escribas em que se pensava, tem-se conhecimento de que haveria no fim da Idade Média uma produção de livros por encomenda, organizada por livreiros que recebiam as encomendas e, então, contratavam especialistas para as diferentes atividades que a produção de livros implicava, como cópia e iluminuras.

Entretanto, não podemos esquecer, como apontam Pidd, Stubbs e Thomson¹³⁵, que, embora hoje tenhamos técnicas e tecnologias mais avançadas para análise dos manuscritos, é possível que registros fundamentais sejam perdidos nos períodos entre diferentes análises do mesmo manuscrito devido a alterações sofridas, até mesmo pelos processos de conservação. Dessa forma, as novas análises devem conjugar os manuscritos não apenas aos estudos realizados, mas também às reproduções destes realizadas pelos demais pesquisadores, ainda que através de tecnologias já datadas.

A profusão de manuscritos da obra até hoje preservados traz à tona outro processo ligado à escritura, a leitura. A princípio limitada ao clero, alcançando posteriormente as cortes, entre os séculos XII e XV, esta difundiu-se lentamente na sociedade medieval. A leitura já era, então, necessária até mesmo para a realização de certas atividades, tornando-se inerente a ofícios como aqueles ligados ao trabalho administrativo, contábil e comercial, no entanto, a principal forma de leitura era ainda a leitura pública, em que a grande maioria lia com os ouvidos.

“Reunir-se para ouvir alguém ler tornou-se também uma prática necessária e comum no mundo laico da Idade Média”.¹³⁶ Tornavam-se mais frequentes, então, as leituras públicas, em primeiro lugar, porque poucos eram aqueles que sabiam ler, em segundo lugar, era uma necessidade surgida com a existência rara e cara dos livros medievais.

“As pessoas que queriam familiarizar-se com determinado livro ou autor tinham amiúde mais chance de ouvir o texto recitado ou lido em voz alta do que de segurar o precioso volume nas mãos”.¹³⁷ Por este motivo ainda, podemos dizer que havia no período medieval a predominância da leitura intensiva, como explicitada por Darnton.¹³⁸ Assim, repetia-se a leitura dos volumes que se possuía devido à dificuldade de acesso a uma variedade de livros.

¹³⁵ PIDD, Michael, STUBBS, Estelle and THOMSON, Claire E. “The Hengwrt Canterbury Tales: Inadmissible Evidence?”. In: *The Canterbury Tales Project - Occasional Papers II*, 1997, pp. 61-68.

¹³⁶ MANGUEL, *op. cit.*, p. 138.

¹³⁷ *Idem.*

¹³⁸ DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

Como indicado por Ian Watt, é somente no século XIX que ocorre um salto quantitativo na produção de exemplares.¹³⁹ No entanto, não se pode esquecer que desde o advento da imprensa houve uma mudança na produção e distribuição de livros, processo no qual também se pode destacar a presença de *The Canterbury Tales*.

Além dos diversos manuscritos que se conservou, existem as edições impressas que se multiplicaram com a difusão da imprensa na Inglaterra, a partir de finais do século XV. Apareceriam até finais do século XVI pelo menos dez edições de *The Canterbury Tales*. A primeira edição seria a de William Caxton, quem introduziu os volumes impressos na Inglaterra. Sua imprensa localizava-se em Westminster em meio aos demais artigos de luxo.

Faz-se necessário novamente destacar o lugar da obra na sociedade inglesa da época, uma vez que foi o primeiro texto secular impresso por Caxton. Este produziria ainda uma segunda edição da obra em 1483, uma revisão da primeira possibilitada pela disponibilização de outro manuscrito por um de seus leitores. Por considerar-se que tenham sido baseadas em manuscritos que não sobreviveram, as duas edições de Caxton têm hoje o status de manuscritos.

Outra impressão foi realizada por Richard Pynson, cuja primeira edição data de 1492. Esta estaria baseada nas edições de Caxton, sendo este referido como seu mestre. Pynson, natural da Normandia, teria iniciado os trabalhos de impressão em 1492, ganhando fama com a edição de Chaucer, cuja segunda edição aparece em 1526. Seus livros são considerados os melhores de sua época no que tange à técnica e à tipografia. Deve-se ainda mencionar a edição impressa por Wynkyn de Worde em 1498.

Houve também as edições de William Thyne, que se tratam de coletâneas de diferentes obras de Chaucer, a primeira de 1532, a segunda de 1542 e a terceira por volta de 1545, embora não se saiba a data exata. A edição de Thyne encontra-se em um contexto histórico bastante específico. Com o Ato de Supremacia de Henrique VIII, em 1534, era necessário criar um suporte para a Reforma Inglesa em seu passado. Geoffrey Chaucer foi adotado, então, como um referencial do passado protestante e proto-nacionalista inglês.¹⁴⁰ A partir de então, tornaram-se mais comuns as adições e recortes dos textos de acordo com a intenção de seus editores.

Chama a atenção, no que se refere às imagens decorativas, o fato de Wynkyn de Word e Thyne terem reutilizado as xilogravuras usadas por Caxton em sua segunda edição. As de

¹³⁹ WATT, Ian. *A ascensão do romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

¹⁴⁰ SIMPSON, James. "Chaucer's presence and absence, 1400-1550". In: BOITANI, Piero & Mann, Jill (eds.). *The Cambridge Companion to Chaucer*. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 263-264.

Pynson, por sua vez, eram mais sofisticadas, indicando uma técnica mais desenvolvida do artista que as produziu. Estas peças, no entanto, tinham um custo bastante elevado, o que torna compreensível a reutilização das imagens por diferentes editores, assim como um aumento no valor dos volumes.

É necessário entender a audiência, as formas de recepção e circulação de Chaucer ainda em vida e logo após sua morte. Segundo Strohm, a produção de Chaucer transpareceria uma preocupação com as situações de recepção, considerando-se que o oral e o escrito coexistissem.¹⁴¹ Podemos encontrar referências tanto à escuta quanto à escrita em seu texto, como é o caso do Conto do Moleiro: “And threfore, whoso list it nat yheere,/ Turne over the leef and chese another tale”.¹⁴² Acredita-se que, embora tivesse sido passada para o registro escrito, sua principal forma de transmissão seria a oral, através dos leitores-intérpretes, os leitores públicos.

A leitura em voz alta, que já era valorizada pela tradição monástica como forma de meditação, permitia a uma parcela muito maior da população a possibilidade de ter contato com as obras literárias em língua vulgar da época. Logo, podemos considerar, para a obra de Chaucer, um público oral de imediato e, a longo termo, um público leitor.

No entanto, haveria, para Strohm, uma dificuldade de repercussão dessa literatura devido à divisão das já escassas “comunidades de leitores”, que se preocupariam com os clássicos latinos, as obras religiosas, a literatura francesa e até mesmo as leituras mais práticas relacionadas aos ofícios. Portanto, o público mais provável para as obras do autor teria sido aquele formado por membros do seu próprio círculo de convívio, ou seja, cavaleiros e escudeiros também ligados ao serviço real e os cidadãos de Londres, com quem estava em contato direto devido aos postos que ocupava, em especial os grupos de mercadores.

Dessa forma, percebemos também um aspecto essencial, Chaucer fala da cidade para aqueles que nela habitam, o que nos faz considerar como ainda mais relevante a representação das possibilidades verossímeis, uma vez que uma narrativa completamente distante do que esses homens testemunhavam e pensavam não os atrairia. Assim, sua produção encontraria considerável difusão no século XV, após sua morte, quando ocorre uma multiplicação dos manuscritos, com uma difusão social e geográfica ampla.

¹⁴¹ STROHM, Paul. “The social and literary scene in England”. In: BOITANI, Piero & Mann, Jill (eds.). *The Cambridge Companion to Chaucer*. 2nd edn. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

¹⁴² *The Miller's Prologue*, p. 67. “Assim sendo, quem não desejar ouvi-la, tudo o que tem a fazer é virar a página e escolher alguma outra narrativa” (CHAUCER, 1988: 49).

Cabe, assim, analisar as formas de recepção direcionadas a sua obra a partir de então. De acordo com James Simpson, podemos identificar duas formas de recepção, aquela que o considera como uma presença e outra como uma ausência. Na primeira vertente, as referências feitas por outros autores o apresentam como uma pessoa que deve ser lembrada por se fazer presente através de suas obras. Assim, “... his texts are available as material for new poetry, which builds on accretively, in almost conversational manner to Chaucer’s poetry”.¹⁴³ Neste caso, surgem novos trabalhos poéticos, que contam com a colaboração das obras já existentes.

A última tendência, que preponderou sobre a anterior, defendia que apenas os textos sobreviveram, logo, deveriam se reproduzidos da mesma forma em que foram escritos, como em um trabalho de filologia. “The transmitter of the dead poet is no longer someone who feels in contact with him, but rather an expert who rescues and reconstruct the past ‘as it was’ from the predations of time.”¹⁴⁴ Desse modo, os produtos daí resultante são novos textos do próprio poeta, agora recuperados.

Um problema desse processo, no entanto, é que os textos de Chaucer nunca explicitaram uma preocupação com sua manutenção fiel, como ocorrera com outros autores. Na verdade, “... the Canterbury Tales itself was constructed precisely on this basis of poetic competition and conversation that permitted free addition and diminution of the received work”.¹⁴⁵ Assim, ao mesmo tempo em que era preservada, a obra perdia sua característica dialógica essencial.

A partir do século XVI, torna-se frequente encontrar Chaucer retratado como um modelo de poeta humanista. Tal ideia difunde-se principalmente após o Ato de Supremacia de Henrique VIII, em 1534, uma vez que a Reforma Inglesa precisava de um suporte no passado, quando surge a edição de William Thynne, como mencionado anteriormente. Esta já deixava ver as tensões se formando em torno do nome do autor. O editor, também atento à situação histórica que se configurava, fez de Chaucer o poeta nacionalista por excelência.

No entanto, ao longo desse processo, agora de teor ideologicamente nacionalista, as adições e recortes tão criticadas pela filologia de então tornaram-se necessárias e comuns a fim de fazer da obra chauceriana um arquétipo da literatura tradicional inglesa. Desse modo,

¹⁴³ SIMPSON, *op. cit.*, p. 255. “... seus textos estão disponíveis como material para uma nova poesia, que se constrói através de adições, de uma maneira quase conversacional com a poesia de Chaucer.” (Tradução livre).

¹⁴⁴ *Idem*, p. 254. “O transmissor do poeta morto não é mais alguém que se sente em contato com ele, mas um perito que resgata e reconstrói o passado ‘como ele foi’ dos desgastes do tempo.” (Tradução livre).

¹⁴⁵ *Idem*, p. 256. “... as próprias Canterbury Tales foram construídas precisamente nessa base de competição poética e conversação que permitiam a adição e redução do trabalho recebido.” (Tradução livre).

não apenas se limitou as leituras possíveis, como também se eliminou toda a competição com a produção de Chaucer, tornando-o por um longo período o principal autor inglês.

Como observado, a obra de Chaucer se insere em um contexto mais amplo da tradição literária medieval, tanto no que tange a sua matéria e produção quanto a sua posterior recepção e apropriação. No entanto, embora se tenha conhecimento das tradições por ele retomadas, é fundamental lembrar que seu texto também parte das experiências compartilhadas por ele e os homens de sua época. Afinal, a matéria deve ser relevante para o ouvinte-leitor.

Esse fato leva-nos novamente ao ponto de considerar que seu discurso parte de Londres, e da experiência de seus cidadãos, como ele próprio o é. Tal experiência é marcada pelas atividades que exercem, seus ofícios, dos quais não se podem dissociar, o que se reflete mesmo em sua designação. Assim, mesmo quando a peregrinação está em foco, são os ofícios e, portanto, a cidade que vêm à tona.

CAPÍTULO 3. OFÍCIOS EM PEREGRINAÇÃO: A SOCIEDADE URBANA DE LONDRES ENTRE A NARRATIVA E AS PROCLAMAÇÕES

Durante o medievo, desenvolveu-se de forma intensa a prática do deslocamento de pessoas a locais considerados sagrados, de modo que em seus séculos finais a peregrinação já se encontrava plenamente difundida. Peregrinos de diversas localidades da cristandade lançavam-se a essas viagens, que eram por vezes longínquas e de difícil realização devido aos obstáculos físicos dos caminhos que conduziam aos lugares santos. As dificuldades, no entanto, não refreavam esse movimento dos viajantes cristãos, cuja meta era o encontro com o sagrado, ainda que despendessem muito mais tempo enfrentando os desafios da jornada do que apreciando os lugares santos.

Percebe-se aqui a participação dos cidadãos neste movimento de peregrinação, a partir da análise do conjunto de contos reunidos na narrativa, *The Canterbury Tales*, escrito de forma novelar, assim como das proclamações, os documentos normativos presentes nos *Calendars of Letter Books*. O século XIV testemunhou um momento em que as narrativas de viagem estiveram em voga, fossem elas reais ou diplomáticas, místicas ou imaginárias, e também Chaucer aproveitara tal ensejo para garantir mais veracidade a sua narrativa. Ao novelar, seus peregrinos envolvem os leitores/ouvintes nas diversas histórias que narram, mas são, na verdade, personagens de outra história, a peregrinação a Canterbury. Antes de discutirmos as especificidades da peregrinação apresentada por Chaucer, cabe-nos observar como se configurava esse processo de peregrinação nos séculos finais do medievo.

3.1. PEREGRINAÇÕES NA CRISTANDADE MEDIEVAL

Longas caminhadas, orações e jejuns... As peregrinações eram viagens com características próprias, impulsionadas por motivações diversas, que devem ser discutidas. Segundo Michel Sot, as peregrinações comportam quatro aspectos centrais.¹⁴⁶ Em primeiro lugar, está a própria viagem física, que acarreta uma relação com o espaço, trate-se daquele do qual se afasta, ou daquele através do qual se movimenta. Ponto essencial quando consideramos suas relações com a cidade.

¹⁴⁶ Michel SOT. “Peregrinação”. In: Jacques LE GOFF e Jean-Claude SCHMITT (orgs.). *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC/Imprensa Oficial SP, 2002, Vol. 2, p. 353.

A caminhada tem um fim específico, que confere sentido complementar à prova física e espiritual da viagem. Ao fim da jornada, o peregrino encontra o sobrenatural num lugar preciso, participando ritualmente de uma realidade diferente da profana.¹⁴⁷

Existe, então, um fim dessa caminhada, em que se espera propiciar o contato com uma nova realidade, uma realidade sagrada. Esta sacralidade era representada não só pelos restos mortais dos santos, mas também por suas imagens, como nos famosos santuários de Rocamadour e Walsingham, uma vez que estas eram mais facilmente conseguidas. A peregrinação é ainda um tempo de celebração, pois, embora se tenha um objetivo, o essencial são as provações do caminho percorrido. Por fim, como recompensa por seu esforço, os peregrinos alcançam os benefícios desejados, sejam estes espirituais ou físicos, o perdão ou a cura. Para Ronald Finucane, a busca por curas físicas seria um dos motivos mais facilmente identificáveis nos relatos de milagres elaborados ao longo da Idade Média.¹⁴⁸

Por sua vez, Jérôme Baschet considera que se possa destacar duas funções espaciais básicas da peregrinação. A primeira seria a adoção dos santos e das relíquias como “referenciais simbólicos do espaço cristão”.¹⁴⁹ Assim, estabelecer-se-ia uma rede de lugares sagrados, cuja hierarquização seria definida pela atração exercida sobre os viajantes. Somada a esta, estaria a orientação para o exterior que marca esses deslocamentos. A peregrinação parte do interior, do lugar ao qual se pertence, para o exterior, o território desconhecido que se precisa enfrentar para alcançar o objetivo sagrado.

Para Eamon Duffy, embora as peregrinações permitissem o contato com outras realidades sociais e com “outros mundos”, elas eram primordialmente locais.

There were of course national shrines like Walsingham or Canterbury (...), and a steady stream of English men and women made their way even further afield to Rocamadour and Compostella, Jerusalem and Rome. But most of the fourteenth- and fifteenth-century pilgrimages were to sacred sites within one's own region; journeys that might take one no further than the next parish, and rarely further than the nearest market town.¹⁵⁰

¹⁴⁷ *Idem*, p. 353.

¹⁴⁸ FINUCANE, Ronald C. *Miracles and Pilgrims: Popular Beliefs in Medieval England*. New York: St. Martin's Press, 1995.

¹⁴⁹ BASCHET, *op. cit.*, p. 351.

¹⁵⁰ DUFFY, Eamon. “Religious belief”. In: HORROX, Rosemary & ORMROD, W. Mark (eds.). *A Social History of England 1200-1500*. Cambridge; Cambridge University Press, 2006, p. 315-316. “Havia, é claro, santuários nacionais como Walsingham ou Canterbury (...), e um fluxo constante de ingleses e inglesas seguiam um caminho mais longo até Rocamadour, Compostela, Jerusalém e Roma. Mas a maioria das peregrinações dos séculos XIV e XV eram aos locais sagrados dentro de sua própria região; jornadas que não levavam alguém mais longe do que a próxima paróquia, e raramente além do mercado mais próximo” (Tradução livre).

A maior parte desses deslocamentos seria de âmbito regional, direcionando os viajantes para não muito mais distante do que paróquias e cidades vizinhas.

Entretanto, embora haja essa orientação para o exterior, devemos considerar que o retorno ao lugar de origem também constitui um elemento central do movimento de peregrinação. Não é difícil imaginar a vontade daqueles que se lançavam neste tipo de viagem de retornar ao seu lugar. Afinal, era após seu regresso que podiam dispor dos privilégios, sociais, de que gozavam os peregrinos. Por esta razão, muitos viajantes faziam questão de expor em suas casas e oficinas os ícones, os certificados e os outros símbolos que comprovavam sua participação em peregrinações.

Do mesmo modo, em *The Canterbury Tales*, os viajantes peregrinam, mas também anseiam pelo fim da viagem; não apenas o fim da viagem de ida, em que chegam ao local sagrado, mas também o fim da viagem de volta, em que um deles receberá um prêmio.

And which of yow that bereth hym best of alle –
That is to seyn, that telleth in this caas
Tales of best sentence and moost solaas –
Shal have a soper at oure aller cost
Here in this place, sittynge by this post.¹⁵¹

Assim, todos se esmeram em contar histórias ao longo da viagem, pois desejam receber o prêmio final, uma ceia completa, servida no próprio Tabard Inn. Isto indica que, ao lado da motivação espiritual que impulsiona os peregrinos de Chaucer, existe uma motivação profana, que ganha, na verdade, mais destaque do que aquela, uma vez que conduz toda a narrativa da viagem. A ceia em questão se exhibe também como um lugar de reunião, assim como a própria viagem em grupo, pois, embora apenas um receba o prêmio, todos participam da mesma. Dessa forma, a ceia remonta à mesa o esforço coletivo da viagem.

A partir deste exemplo, é possível pensar sobre as motivações principais que impulsionavam os homens a se lançarem a estes deslocamentos. A difusão do movimento de peregrinações não pode ser dissociada do processo de renovação das sensibilidades que se instaura a partir do século XII. Com o desenvolvimento da sociedade medieval e, em especial, com o desenvolvimento das cidades, percebe-se que o modelo de vida cristã proposto pela Igreja pouco se adequa à nova realidade. Como aponta Vauchez, a crescente mentalidade do

¹⁵¹ *General Prologue*, p. 36. “... quem narrar a história mais rica de conteúdo e de mais graça, ao regressarmos receberá de prêmio uma bela ceia, oferecida por todos nós, aqui mesmo na estalagem, sentado junto a este pilar.” (CHAUCER, 1988:15).

lucro e a possibilidade de uma maior mobilidade levam estes homens a buscarem uma espiritualidade adaptada ao seu modo de vida, que tem no trabalho um de seus pontos fulcrais.¹⁵²

Os leigos aspiravam a uma vida religiosa sem, no entanto, serem obrigados a manter um vínculo com qualquer ordem religiosa. Almejavam permanecer em seu estado social e sua vocação profissional, seguindo os valores ensinados por Cristo, isto é, esperavam viver no mundo sem viver de forma mundana. Segundo Dutour, este novo estilo de vida cristã tinha como aspecto central o estado penitencial, que podia ser escolhido por aqueles buscavam a santidade sem sair do mundo, ao qual se somava o ascetismo e o ideal apostólico.¹⁵³ A penitência deixava, então, de expressar apenas o arrependimento pelo pecado, mas atestava a renúncia ao pecado e o desejo de imitar Cristo e seus apóstolos.

Na verdade, já no século XI, começava a se expressar o desejo de participação no plano de salvação. Para Vauchez, “[o] fato novo que intervém no fim do século XI é a entrada em cena das massas trabalhadas pela aspiração à salvação”.¹⁵⁴ Processo este que se deveu principalmente à conclamação para a participação nas primeiras cruzadas. O povo recebia, então, uma missão de Deus, tomando para si uma participação ativa na busca da salvação. Este papel ativo do cristão ganharia ainda mais destaque nos séculos seguintes, motivado especialmente pelas aspirações dos novos cidadãos.

A peregrinação tem um lugar relevante neste processo, impulsionada pela crescente mobilidade espacial que lança muitos cristãos em expedições por vezes longínquas e perigosas. “Incapaz de pensar o abstrato e, muitas vezes, de concebê-lo, o cristão do século XII vivia a sua experiência religiosa principalmente no nível dos gestos e dos ritos, que o colocavam em contato com o mundo sobrenatural”.¹⁵⁵ A peregrinação destaca-se entre estes ritos, pois, além de demonstrar a piedade do cristão que se expõe aos riscos das viagens, conduz o mesmo a outras realidades sagradas concretas. Ele apresenta, assim, uma espiritualidade que tem um caráter ativo. Está em movimento pela Cristandade, e identifica-se como membro desta.

Entre as principais motivações dos peregrinos estaria a penitência, que a partir do século XIII podia ser imposta pelo próprio confessor. Todas as dificuldades enfrentadas ao longo da rota seguida marcavam o sacrifício do pecador em busca do perdão. A peregrinação

¹⁵² VAUCHEZ, André. *A Espiritualidade na Idade Média Ocidental – séculos VIII a XIII*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

¹⁵³ DUTOUR, *op. cit.*, p. 264.

¹⁵⁴ VAUCHEZ, *op. cit.*, p. 91.

¹⁵⁵ *Idem*, p. 160.

é uma prova espiritual, mas baseia-se principalmente na provação física. Segundo Diana Webb, devido a todos os problemas que envolvia, a peregrinação era uma forma de autoprivação para aqueles que não haviam abraçado a vida religiosa,¹⁵⁶ como indicava o novo estilo de vida cristã. A esta, Baschet acrescentaria ainda a peregrinação a título de sanção penal atribuída por tribunais, tribunais eclesiásticos em especial.¹⁵⁷ Os arredores dos santuários tornaram-se então os espaços para punição de desvios religiosos.

Encontramos também peregrinos motivados pela busca de uma graça ou cura, motivações mais específicas que mobilizavam diversos viajantes. Muitos destes eram peregrinos piedosos ou ainda devotos dos santos em direção aos quais se peregrinava, mas, de modo geral, esperavam receber uma recompensa por seu esforço, fosse esta no reino terrestre ou no reino celeste, em especial, a salvação. Para Finucane, nessa sociedade que tanto valoriza a proteção dos grandes senhores, os santos ganham destaque como poderosos protetores, uma vez que estão diretamente ligados ao maior dos senhores.

Devemos ressaltar ainda as peregrinações em busca de indulgências, bastante comuns desde o século XII. Por diversas vezes, papas e bispos concediam aos visitantes de determinados locais a remissão dos pecados cometidos durante um período delimitado. Ainda mais almejadas eram as indulgências plenárias, que garantiam aos cristãos o perdão de todos os pecados por eles já cometidos, como oferecidas àqueles que se lançavam às Cruzadas. No entanto, as indulgências acarretaram problemas, pois alguns religiosos não tão piedosos fizeram destas uma fonte de lucros, negociando sua concessão.

Tem-se ainda mais uma razão que se tornou cada vez mais difundida, a procura de relíquias, que também teria colocado reis e nobres a caminho dos lugares santos. As relíquias ganhavam destaque especial nesse processo de deslocamento, o que poderia ter levado a certa preocupação por parte das autoridades religiosas. Em primeiro lugar, pois o anseio pela posse de relíquias seria um estímulo aos ataques e furtos dentro dos santuários, tanto para uso pessoal quanto para negociação. Ainda, a importância dada às relíquias desviaria a atenção de outros elementos essenciais do Cristianismo, como as próprias Sagradas Escrituras, de mais difícil acesso para essa que é uma sociedade majoritariamente iletrada. Segundo Finucane, com o passar do tempo, as relíquias muitas vezes passariam a ter um lugar de mais destaque, mais elevado, do que o próprio altar das igrejas.¹⁵⁸

¹⁵⁶ WEBB, Diana. *Pilgrimage in Medieval England*. London and New York: Hambledon and London, 2000, p. xiv.

¹⁵⁷ BASCHET, *op. cit.*, p. 351.

¹⁵⁸ FINUCANE, *op. cit.*

Devido a sua proeminência, as relíquias assumiram um papel fundamental quanto a promessas e compromissos feitos em seu nome, apresentando maior urgência de seu cumprimento. Muitas peregrinações seriam fruto deste tipo de voto. Em momentos de emergência ou mesmo por devoção prometia-se aos santos, representados por suas relíquias, uma jornada aos seus santuários. Tais promessas tinham de ser cumpridas de uma forma ou outra, mesmo que isso implicasse o envolvimento de terceiros. Caso contrário, as consequências poderiam ser trágicas. Por outro lado, as relíquias acarretaram em problemas como o roubo e a venda das mesmas, muito presente na narrativa através da figura do Vendedor de Indulgências, que acumula a função de vendedor de relíquias, falsas.

Entre outras motivações menos nobres, estão as daqueles que peregrinam como pedintes. Estes viajam a fim de conseguir doações e comida, oferecidas por mosteiros e viajantes mais abastados. Afinal, uma parte das comitivas peregrina bem munida de víveres, como acontece com a comitiva de Chaucer, que percorre todo o caminho alimentando-se e bebendo da melhor cerveja. Tais pedintes são encontrados não apenas ao longo das rotas de viagem, mas nas portas das igrejas e próximos aos lugares sagrados.

Impulsionadas por essa situação, as doações tornam-se um dos objetivos das peregrinações, mais uma forma de engradecer a jornada perante a realidade sagrada. Desse modo, muitos peregrinos já se lançam a caminho com parte de seus recursos separados para doações, que ocorrem durante todo o percurso. Os peregrinos menos abastados consideram essas doações como uma forma de intercessão dos santos, pois permitem que concluam sua empreitada religiosa, para a qual partem muitas vezes sem possuir recursos suficientes. Em geral, essas doações fazem das peregrinações viagens ainda mais dispendiosas.

No entanto, um dos principais problemas enfrentados pelos peregrinos são os ladrões que se aproveitam tanto dos esconderijos ao longo dos caminhos quanto dos locais de aglomeração. Segundo Finucane, estes adotam as mais variadas formas de ação. Há aqueles que roubam as bolsas dos peregrinos, cheias de moedas para pagar as despesas de viagem, outros que roubam as ofertas aos santos e às igrejas, ou ainda os que conseguem roubar partes das relíquias. Mas nenhum destes representa maior risco do que aqueles que planejam ataques nas estradas que levam aos locais sagrados. Esta é uma preocupação dos que partem.

“Toda peregrinação é na Idade Média, uma aventura, um risco; se o destino é longínquo, as pessoas redigem o seu testamento antes da partida ou, ao

menos, tomam o cuidado de pôr em ordem os seus negócios, como se a viagem fosse sem volta”.¹⁵⁹

Apesar destas exceções, não se deixava de notar o peregrino como reflexo de uma característica básica do cristão, já anunciada nos textos sagrados. O cristão não pertence a este mundo, portanto, só se encontra neste de passagem, é um peregrino que tem como meta última alcançar a Jerusalém celeste. Segundo Baschet, a peregrinação é uma metáfora da vida cristã.¹⁶⁰ Esta peregrinação última deve conduzir toda a vida do cristão.

A peregrinação reflete o aspecto passageiro da vida terrena e antecipa ainda essa peregrinação final de todo cristão, a qual o Pároco exorta todos os peregrinos no último conto do conjunto:

And Jhesu, for his grace, wit me sende
To shewe yow the wey, in this viage,
Of thilke parfit glorious pilgrimage
That highte Jerusalem celestial.¹⁶¹

É bastante significativo que tal exortação apareça no conto que encerra a narrativa, pois, embora se saiba que a obra não tenha sido finalizada antes da morte de Chaucer e que seu projeto inicial tenha sido modificado, fica claro que um fim, um conto final, já havia sido planejado para a mesma. Conto este que apresenta um caráter claramente devocional. Tal constatação reitera a ideia de que Chaucer tivesse partido de um modelo cristão, no qual a peregrinação é um caminho edificante. O cristão é o *homo viator*, mantém-se em movimento, pois está em busca da salvação. Embora esteja ausente de seu lugar de origem, não pode ser considerado um marginal, uma vez que não deixa de estar integrado à Cristandade. O deslocamento que realiza direciona-se ao exterior, mas visa, na verdade, uma unidade interna ao mundo dos cristãos.

Como aponta Eamon Duffy, a morte é o ápice da vida cristã. É a última e mais longa peregrinação, que afasta o indivíduo do que lhe é familiar em direção ao divino.

The symbolic language here is plain: death itself is being presented as the last long pilgrimage, the culmination of the Christian life conceived as a

¹⁵⁹ BASCHET, *op. cit.*, p. 351.

¹⁶⁰ *Idem*, p. 358.

¹⁶¹ *The Parson's tale*, p. 287. “É que Jesus, com sua graça me dê inspiração para mostrar-lhes, nesta romaria, o caminho daquela outra peregrinação, perfeita e gloriosa, para a Jerusalém celestial.” (CHAUCER, 1988:284).

journey away from the familiar towards the divine. (...) All this was evoked in the liturgy of death itself ('Go forth Christian soul, go from this world'), and in the very name given to the dying Christian's last communion – *viaticum*.¹⁶²

Contudo, embora esta seja a principal peregrinação da vida cristã, antecipa-se tal realidade através das peregrinações terrenas, à procura de santuários cujos santos possam se tornar intercessores na busca pela salvação.

É importante, desse modo, observar o peregrino. Como aponta Sot, até os séculos XI e XII, este termo remetia à forte conotação de expatriado, aquele que se ausentava de sua terra de origem, ligação muito valorizada durante a Idade Média, e tinha de se encaminhar para o desconhecido. Após o século XII, com a significativa difusão dessa prática, peregrino passou a referir-se ao “viajante religioso”. Entretanto, apesar dessa mudança de sentido do termo, as viagens de peregrinação não deixaram de marcar o afastamento social e o desenraizamento ao qual o peregrino era levado, este, então, continuou a ser, por todos os novos lugares por onde passava, o estrangeiro.

A peregrinação conduzia estas pessoas por lugares novos, nos quais eram desconhecidos e, portanto, não tinham laços; estavam longe do seu lugar. Eram estrangeiros porque se afastavam da “condição natural do homem” que, segundo Bronislaw Geremek, era “viver no território de origem, onde os túmulos dos pais asseguram a continuidade, e viver numa comunidade de vizinhos, unida pelos laços de parentesco e de ambiente”.¹⁶³ Sendo a importância dos laços de parentesco e de vizinhança um aspecto intrínseco à mentalidade medieval, tornava-se essencial permanecer em um lugar fixo em meio a uma mesma comunidade.

Numa tentativa de manter esses laços, a peregrinação era comumente uma opção coletiva. Ao preparar tais viagens, os homens procuravam organizar-se em grupos cujos membros mantinham relações sociais, fossem parentes, amigos ou membros de corporações. No entanto, como ressalta Geremek, mesmo tais empreitadas não mascaravam o “caráter marginalizante” e desenraizador de viagens tão longas que os afastavam da sociedade em que viviam. Devemos destacar ainda que tais viagens em grupo eram uma tentativa de viajar com maior segurança, diminuindo os riscos de ataques.

¹⁶² DUFFY, *op. cit.*, p. 315. “A linguagem simbólica aqui é clara: a própria morte é representada como a última longa peregrinação, o cume da vida cristã concebida como uma jornada partindo do familiar em direção ao divino. (...) Tudo isso era invocado na própria liturgia da morte ('Siga adiante alma cristã, saia deste mundo'), e no próprio nome dado a última comunhão do cristão à beira da morte – *viaticum*.” (Tradução livre).

¹⁶³ GEREMEK, Bronislaw. “O marginal”. In: Le Goff, Jacques. *O Homem Medieval*. Lisboa: Editorial Presença. 1989, p. 233.

De modo contrário, Baschet defende que as peregrinações teciam, na verdade, uma rede que deixava transparecer a unidade da cristandade. Estas possibilitariam aguçar as solidariedades entre aldeias, cidades e até mesmo reinos, na medida em que se acolhia os peregrinos a caminho. Ainda que sejam estrangeiros por onde passam, esses viajantes estão em terras cristãs, nas quais todos são irmãos pela filiação com Deus.

Além disso, essa unidade afirma-se não apenas pelas viagens em si, das quais muitos cristãos, por falta de recursos, não podem participar, mas pela própria possibilidade de se realizar tais movimentos e a vontade de concretizá-los. A partir do contato com os peregrinos, os cristãos reconhecem a diversidade e a unidade da cristandade e identificam-se como membros desta.

Embora não se possa negar as limitações existentes, estas não impossibilitaram o desenvolvimento de tal prática no Ocidente Medieval, o que não foi diferente na Inglaterra. Segundo Sot, já no século IX, grande parte do contingente de peregrinos que ocupavam as *scholae*, hospitais que recebiam peregrinos de acordo com a sua origem, em Roma, era composta por anglo-saxões; o mesmo acontecendo quando da reafirmação de Santiago de Compostela como importante centro de peregrinação.¹⁶⁴ Esses peregrinos acreditavam que quanto maiores fossem seus esforços, maiores seriam as graças recebidas.

Se considerarmos que tais expedições por terras distantes, que despendiam inúmeros recursos, eram alvo de tamanha mobilização, podemos pensar a difusão de tal prática em direção aos centros de peregrinação dentro do próprio território insular, sendo acessível a um número maior de pessoas. Desse modo, centros religiosos como Canterbury e Wasingham representam lugares de destaque internamente.

Para Webb, as peregrinações de curta distância e duração seriam, para uma grande maioria, a regra, não a exceção. Tal situação dever-se-ia principalmente ao custo dessas viagens. Antes de partir, os peregrinos precisam planejar os detalhes de sua jornada, como a época do ano, a duração do percurso, a hospedagem ao longo do caminho e no destino, pois todos esses fatores determinam os gastos da viagem. Por isso, para muitos ingleses, os santuários e sepulcros insulares são os únicos aos quais podem almejar, possibilidade essa retomada pela narrativa de Chaucer.

Para os peregrinos mais abastados, tais viagens podiam ser muito agradáveis. Colocavam-se a caminhos sobre os melhores cavalos, pernoitavam nas melhores hospedarias, ou ainda eram convidados a repousar nos aposentos de abadias. Aqueles que não desejavam

¹⁶⁴ SOT, *op. cit.*, p. 359.

se lançar em tal desafio tinham ainda a possibilidade de designar um peregrino profissional para viajar em seu nome. Neste caso, depende-se recursos, pois o que realmente importa é que o benefício espiritual seja assegurado, não a jornada em si. A peregrinação por procuração ganhou seu espaço, e os recursos para tal empreitada tornaram-se um ponto importante de muitos testamentos. Afinal, todas as formas de conseguir a salvação da alma deviam ser buscadas.

As peregrinações não criaram uma fonte de renda somente para aqueles que aceitavam viajar em nome de outrem. O intenso movimento de peregrinos em algumas localidades alimentava o mercado local, assim como criava possibilidades para seus habitantes. Como viajavam portando dinheiro para se manter, os peregrinos tornavam-se os principais compradores do comércio de souvenirs e comida próximos aos centros de peregrinação. Assim, muitos mercadores e comerciantes ganhavam a vida nesses pequenos mercados.

Além disso, aqueles que viajavam precisavam de acomodações para pernoitar tanto ao longo do percurso quanto no destino final. Ainda que houvesse os hospitais, estes não suportavam o contingente de peregrinos, abrigavam principalmente aqueles doentes ou muito pobres. Os demais viajantes tinham de encontrar outras acomodações. As hospedarias certamente constituíam a forma mais comum, mas é também muito provável que os habitantes locais se aproveitassem de tal situação para complementarem sua renda, fornecendo comida e hospedagem para os peregrinos. Do mesmo modo, estes eram os clientes preferidos das tavernas locais.

Podemos considerar que as peregrinações tornar-se-iam mais frequentes à medida que as pessoas precisassem de mais benefícios concedidos pelos santos, como aconteceria em períodos turbulentos. Exemplo disto foi o século XIV, em que, como vimos, a Inglaterra sofreu os efeitos de diversos abalos, como a Peste Negra, especialmente o surto entre 1348 e 1349, a consequente redução da produção de víveres, a Revolta dos Camponeses de 1381, além da Guerra dos Cem Anos, que se estendeu de 1337 a 1453.

Contudo, estes mesmos motivos poderiam acarretar problemas para os planos desses piedosos viajantes. Por exemplo, durante os anos de guerra, por diversas vezes a Coroa proibiu a saída de peregrinos e demais viajantes do território insular por receio de perder dinheiro, cavalos e homens que poderiam ser usados na guerra, como em 1353.

Writ to the Sheriffs to make proclamation that no Earl, Baron, Knight, or other man-at-arms or pilgrim leave the realm for foreign parts without the

King's special license. Witness the King at Westminster, 20 Feb., 28 Edward III. [A.D. 1353-4].¹⁶⁵

Neste contexto, encontramos Geoffrey Chaucer que, além de lutar na guerra, chegou a ser feito prisioneiro, precisando ter seu resgate pago pelo rei, assim como os demais peregrinos, que, na narrativa, representam especialmente a cidade. Como salientado por Jill Mann, estes não eram apenas indivíduos, mas representantes dos grupos de ofícios, que se tornavam cada vez mais necessários na Londres do século XIV.

3.2. A PEREGRINAÇÃO EM *THE CANTERBURY TALES*

Em *The Canterbury Tales*, os peregrinos, ao se reunirem no Tabard Inn em Southwark, recebem do Albergueiro a proposta de se distraírem ao longo da viagem contando histórias. Aceito o desafio, partem então para sua viagem, que tem por objetivo visitar o túmulo de Santo Thomas Becket, um dos mais visitados da Europa, localizado na cidade de Canterbury. No entanto, este não é seu único objetivo. Portanto, é importante pensar o que os impulsiona a tal empreitada.

Sabe-se que os peregrinos, em geral, esperavam receber alguma recompensa por seu esforço, mas que recompensa esperam os viajantes das *Tales*? Embora não haja nenhuma referência ao objetivo específico de cada membro da comitiva, é ponto comum que almejassem alguma graça do santo em direção ao qual seguiam. É o que percebemos na voz do Albergueiro: “Ye goon to Caunterbury – God yow speed,/ The bisful martir quite yow youre meede!”¹⁶⁶ Tal fala permite-nos observar que essa busca por recompensas era recorrente, uma vez que mesmo aquele que não pertencia à comitiva previamente o reconhece. Afinal, não se peregrina pela simples vontade de peregrinar.

Outras razões, de modo algum sagradas, teriam ainda impulsionado outros membros da comitiva. Exemplo disso é o Vendedor de Indulgências de *The Canterbury Tales*, o qual soma a sua função principal, a concessão de indulgências em troca de dinheiro ou favores, a venda de relíquias falsas aos pobres fiéis que conseguia enganar.

¹⁶⁵ 'Folios xi - xx: Aug 1353 -', Calendar of letter-books of the city of London: G: 1352-1374 (1905), pp. 13-25. URL: <http://www.british-history.ac.uk/report.aspx?compid=33492>. Date accessed: 14 June 2011. “Ordem aos ‘xerifes’ para proclamar que nenhum Conde, Barão, Cavaleiro, ou homem das armas ou peregrino deixe o reino em direção a terras estrangeiras sem uma permissão especial do rei. Testemunha o Rei em Westminster, 20 fev., 28 ano de Edward III [A.D. 1353-4]” (Tradução livre).

¹⁶⁶ *General Prologue*, p. 35. “Todos vocês estão indo para Cantuária... Ótimo, Deus os ajude, e que possam receber do bendito mártir a devida recompensa!” (CHAUCER, 1988:14).

For in his male he hadde a pilwe-beer,
Which that he seyde was Oure Lady veyl;
He seyde he hadde a gobet of the seyl
That Seint Peter hadde, whan that he wente
Upon the see, til Jhesu Crist hym hente.
He hadde a croys of latoun ful of stones,
And in a glas he hadde pigges bones.¹⁶⁷

Chama a atenção o fato de este assumir, diante de todos os peregrinos, que enganava aos que podia, e ainda assim tentar vender aos mesmos suas falsas relíquias, o que aponta para uma crítica aos membros do clero que se aproveitam da sua posição de instrução e prestígio para se beneficiar. Também as relíquias por ele carregadas nos permitem pensar a religiosidade do período. Em primeiro lugar, trata-se de um suposto pedaço do véu de Nossa Senhora, indicando o já difundido culto à Virgem, que na Inglaterra terá destaque no santuário de Walsingham. Outra relíquia que se destaca é a caixa cheia de ossinhos de porco, ossinhos esses que deveriam ser vendidos como ossos ou parte de ossos de santos. Junto ao pedaço da vela do barco de São Pedro, aponta-se para a valorização dos santos como protetores e intercessores, uma noção cada vez mais comum entre os cristãos do medievo. É interessante notar que o Vendedor de Indulgências não se aparta dessas falsas relíquias ao peregrinar. Afinal, essa é uma oportunidade privilegiada de encontrar devotos ávidos por qualquer item ligado a esses santos e dispostos a pagar altos preços por eles. Não são, assim, os assaltantes o único perigo presente nos caminhos que conduzem aos lugares santos.

Peregrina-se também para alcançar o perdão dos pecados, de modo que os pecadores devem peregrinar de acordo com a gravidade dos seus pecados. Acredita-se que quanto mais longa e difícil seja a viagem, maiores serão as graças alcançadas. Por isso, aqueles cuja renda permite tais viagens não deixam de realizá-las, como mostra o caso da Mulher de Bath.

And thries had she been at Jerusalem;
She hadde passed many a straunge strem;
At Rome she hadde been, and at Boloigne,
In Galice at Seint-Jame, and at Coloigne.
She koude muchel of wandrynge by the weye.¹⁶⁸

¹⁶⁷ *General Prologue*, p. 34. “Levava em seu malote uma fronha de travesseiro que garantia ser o véu de Nossa Senhora; e afirmava possuir também um pedaço de vela do barco de São Pedro no dia em que ele resolveu andar sobre as águas e teve de ser amparado por Jesus; e tinha uma cruz de latão cravejada de pedras falsas, assim como uma caixa de vidro contendo ossinhos de porco” (CHAUCER, 1988:13).

¹⁶⁸ *General Prologue*, p. 31. “Em suas peregrinações já estivera três vezes em Jerusalém, atravessando muitos rios estrangeiros; também visitara Roma, Boulogne-sur-Mer, Colônia e Santiago de Compostela. Aprendeu

No entanto, ao observar a variedade dos lugares pelos quais a Mulher de Bath havia passado, não se pode deixar de pensar em outra motivação para tantos viajantes, a visitação a diferentes lugares da Cristandade. Essas viagens eram para esses homens uma grande chance de sair do lugar que viviam e conhecer outras plagas, de visitar os locais exaltados nos sermões, mas também aqueles de que se ouvia falar através de mercadores, marinheiros e outros homens cujo ofício implicava em constantes deslocamentos.

Devoção a Thomas Becket, necessidade de perdão, busca pela salvação, venda de relíquias... Por mais diversas que se mostrem as motivações desses peregrinos, todas estas os impulsionam a uma mesma viagem, que é também um símbolo da vida cristã. Todos estes reiteram sua identidade como cristãos, e, embora estejam afastados de sua comunidade, ao peregrinar, destacam sua identificação com uma unidade ainda maior, a Cristandade.

Ao mencionarmos o aspecto religioso presente na obra, não se pode deixar de ressaltar que os peregrinos de Chaucer rumam para a Catedral de Canterbury, onde se encontra o túmulo de Santo Thomas Becket, sobre quem se deve também aqui tratar.

Thanne longen folk to goon on pilgrimages,
And palmeres for to seken straunge strondes,
To ferne halwes, kowthe in sondry londes;
And specially from every shires ende
Of Engelond to Caunterbury they wende,
The hooly bisful martir for to seke,
That hem hath holpen whan that they were seeke.¹⁶⁹

Thomas Becket consagrou-se como o mais importante Arcebispo de Canterbury, cuja catedral era considerada a mãe da Igreja na Inglaterra. No entanto, sua trajetória é bastante singular. O futuro arcebispo não foi preparado para a carreira eclesiástica, mas para se tornar um grande administrador. Por esta razão, conseguiu o cargo de arcediogo de Canterbury, sob o Arcebispo Teobaldo, vindo a ser indicado posteriormente a servir o novo rei Henrique II como chanceler, um de seus homens mais influentes. Após a morte de Teobaldo, Henrique II conseguiu que Thomas, quem já possuía ordens menores, fosse aceito pelo papa como novo

muito nessas andanças” (CHAUCER, 1988:10).

¹⁶⁹ *General Prologue*, p. 23. “... então sentem as pessoas vontade de peregrinar; e os palmerins, o desejo de buscar plagas estranhas, com santuários distantes, famosos em vários países. E rumam principalmente, de todos os condados da Inglaterra para a cidade de Cantuária, à procura do bendito e santo mártir que os auxiliara na doença.” (CHAUCER, 1988:3).

Arcebispo de Canterbury em 1162, esperando assim associar os interesses do poder real aos interesses da Igreja.

Entretanto, ao contrário dos planos do rei, Thomas Becket devotou-se ao serviço à Igreja, abandonando seu cargo real. A partir de então, desenvolveu-se um conflito entre essas duas forças, o que levaria o Arcebispo a um exílio de seis anos na França. Restabelecidas as relações com o rei, Becket voltou a Canterbury para a nomeação do filho de Henrique II, mas foi assassinado por quatro cavaleiros do rei na própria catedral, onde foi enterrado. Tal assassinato teria possivelmente o propósito de abafar as oposições à Coroa. Entretanto, desencadearia um efeito contrário, uma vez que o culto ao mártir se difundiria rapidamente pelo território inglês, devido a sua trajetória, além da cidade e da forma como morreria.

Sua canonização ocorreu apenas três anos após sua morte, um processo deveras rápido ante os padrões da época, o que teria sido impulsionado por uma necessidade de estabelecer oficialmente a santidade do mártir. Afinal, sua carreira, que incluía não só o serviço à Igreja mas também à Coroa, gerava dúvidas entre muitos dos seus contemporâneos. O processo de canonização foi agilizado ainda pela existência de testemunhas do martírio de Becket e pela profusão de milagres logo após sua morte.

Segundo as testemunhas, entre elas John of Salisbury e William fitz Stephen, Becket havia relutado a abrigar-se na Catedral por medo de que os cavaleiros respeitassem o recinto sagrado e não fossem ao seu encontro, o que no final não ocorreu, pois já havia assumido para si a realidade do martírio. Todos os mártires eram de certo modo comparados a Cristo, mas poucos tiveram sua morte tão bem retratada por testemunhas como Becket.

Para Webb, três elementos essenciais estão presentes, corroborando para a confirmação de sua santidade: o martírio, o sacrilégio e o sangue.¹⁷⁰ O santo morreria defendendo a causa da Igreja e seu assassinato se dera na própria catedral onde exercia seu arcebispado. Além disso, os relatos enfatizam a violência do ato, tendo seu sangue sido derramado no interior da catedral, sangue este que muitos se apressariam a recolher tanto em vasos como em partes de suas roupas.

O sangue de Becket tornou-se uma via central de seus milagres, que se viram multiplicados logo nos primeiros anos após sua morte. Embora a catedral tenha sido fechada para celebrações por um ano, reaberta somente em dezembro de 1171, o culto ao santo difundiu-se rapidamente, em especial, devido à difusão das relíquias. Encontrou-se como solução para atender os inúmeros devotos a dissolução do sangue de Becket em veios de

¹⁷⁰ WEBB, *op. cit.*

águas a fim de produzir as ambulas da “água” de Becket, que se tornariam o símbolo dos peregrinos de Canterbury. Essas ambulas de água não eram uma novidade no culto dos santos, mas nesse contexto ganham uma especificidade por aludir ao sangue do mártir.

O Rei Henrique II, por sua vez, não podia se manter alheio a tal processo. Afinal, o Arcebispo havia sido assassinado em nome da Coroa, ainda que não se pudesse provar que tal ato tivesse se realizado a mando do rei. Desse modo, em 1174, também Henrique II empreenderia sua peregrinação ao túmulo do santo, cujos relatos apresentariam uma profunda veneração por parte do rei. Para Webb, este evento daria origem a uma longa tradição de paradas de itinerários reais e de ilustres visitantes, como o Arcebispo de Rheims e o Rei Luís VII da França, uma vez que a cidade estava no caminho entre Londres e Dover.¹⁷¹

O desenvolvimento do culto a Thomas Becket foi tamanho que levou à criação de outros santuários em sua homenagem, onde também poderia ser venerado e milagres alcançados. Para isso, qualquer associação ao santo seria válida: a posse de uma relíquia ou até mesmo um lugar por onde tivesse passado. As novas igrejas dedicadas a Becket também puderam obter indulgências, estimulando a visita dos devotos. O aparecimento desses novos lugares de culto possibilitou, então, o acesso dos peregrinos que não possuíam recursos para se deslocar até Canterbury, corroborando para a ampliação do culto.

Contudo, esse processo criou conflitos em relação aos outros centros de peregrinação do território inglês. Como Frideswide, Cuthbert ou Wulfstan poderiam concorrer com a explosão de milagres realizados por Becket? Os religiosos a frente desses antigos santuários tiveram de procurar outros meios de recuperar a imagem de seus patronos, o que criaria uma nova forma de competição entre os santos. Essa competição, entretanto, direcionava-se não apenas a manutenção da honra dos santos, mas também a atração dos peregrinos, e, com estes, de suas ofertas aos santos, que garantiam a manutenção dos santuários. Assim, multiplicam-se também os relatos dos milagres realizados pelos outros santos ingleses. Nesse processo, revela-se não só a competição entre os santos, mas ganha espaço uma nova temática, a cooperação entre os santos para a realização dos milagres. E a colaboração de Becket está presente em diversas coletâneas dos relatos de milagres.

¹⁷¹ WEBB, *op. cit.*

Como apontado por Finucane, embora seja difícil fazer um levantamento exato da origem dos peregrinos de Canterbury, “one quarter of all the recorded British pilgrims originated in Kent or Canterbury itself. After Kent the greatest numbers of pilgrims came from London, followed by Berkshire and Oxfordshire, Sussex, Essex and Suffolk”.¹⁷² Assim, Canterbury era principalmente o destino dos peregrinos que partiam de áreas mais ao sul da ilha. Por isso, não se pode estranhar que uma peregrinação partindo de Londres, localizada próxima ao sul e centro de toda a movimentação política do período, se direcionasse especificamente a Canterbury, reiterando nossa proposição de tomar Londres como cidade de referência.

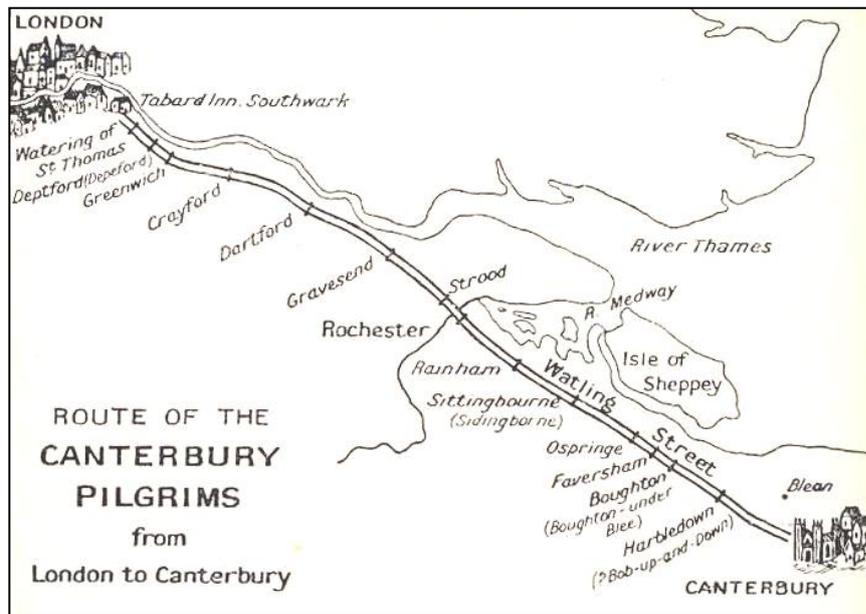
Depois deste trajeto, é preciso ainda observar o percurso seguido pelos peregrinos de Chaucer. Segundo Webb, Canterbury já era um centro de congregação antes mesmo de Becket, pois fora uma cidade importante tanto no período romano quanto anglo-saxônico. Logo, havia diferentes vias, partindo de vários pontos da ilha, que cruzavam a cidade. Não se pode negar, entretanto, que a movimentação por esses caminhos tenha se intensificado após a morte do Arcebispo, sendo o principal deles o Pilgrims’ Way.

Webb chama atenção para o fato de que esta profusão de caminhos indica que aos santuários mais notórios se chegava não apenas pelas estradas públicas e oficiais, mas também por diversas outras rotas que oferecessem menos desconforto e mais segurança.¹⁷³ Além disso, a presença constante de peregrinos nas estradas do reino funcionava como um incentivo ao investimento nas mesmas, tanto em sua infraestrutura quanto nos serviços oferecidos em seu prolongamento, o que também garantia melhorias para todos os outros viajantes, como os próprios mercadores.

Não foi diferente o caso da Watling Street que dominava o percurso dos peregrinos que partiam de Londres em direção a Canterbury, como mostra o mapa a seguir.

¹⁷² FINUCANE, *op. cit.*, p. 164. “um quarto de todos os peregrinos registrados provinham Kent e Canterbury. Depois de Kent o maior número de peregrinos vinham de Londres, seguido por Berkshire e Oxfordshire, Sussex, Essex e Suffolk.” (Tradução livre).

¹⁷³ WEBB, *op. cit.*, p. 221.



Mapa 3: Estrada que levava de Londres a Canterbury

Também os peregrinos de Chaucer, para chegar à Catedral onde se encontrava o túmulo do santo, seguiriam essa estrada principal que ligava as duas cidades, cujos pontos mais importantes são mencionados ao longo da obra. Após partirem de Southwark, em Londres, a primeira referência encontrada é a Deptford, cerca de oito quilômetros depois de Londres: “Lo Depeford, and it is half-wey prime!/ Lo Grenewych, ther many a shrewe is inne!”¹⁷⁴.

Em geral, tais comitivas paravam para sua primeira noite de descanso em Dartford, depois de percorridos vinte e quatro quilômetros, o que provavelmente era do conhecimento de Chaucer. Em seguida, seus peregrinos rumam em direção a Rochester, onde se considera que teriam seu segundo pernoite. Alguns contos depois, em Boughton-under-Blean, são alcançados por um homem com uma veste negra sobre uma sobrepeliz branca, trata-se do Cônego, acompanhado de seu Criado, que permanece na comitiva após denunciar as trapaças de seu mestre.

Encontrar um grupo de peregrinos era provavelmente muito desejável a todos aqueles que viajavam sozinhos ou em pequeno número, uma vez que ajudava a afastar os perigos desses caminhos. Um desses perigos era atravessar a Blean Forest, da qual não se podia escapar ao se aproximar de Canterbury. Como sabemos, as florestas permeavam o imaginário

¹⁷⁴ *The Reeve's Tale*, p. 78. “Olhe ali a cidade de Deptford! E já é quase hora prima. Olhe ali Greenwich, aquela terra de velhacos!” (CHAUCER, 1988:61).

medieval, mas também abrigavam perigos reais, como os bandos de ladrões, que não são esquecidos pelo Albergueiro que comanda a comitiva ao ver a distração do Cozinheiro: “A theef myghte hym ful lightly robbe and bynde”.¹⁷⁵

Woot ye Nat where ther stant a litel toun
Which that ycleped is Bobbe-up-and-down,
Under the Blee, in Caunterbury Weye?
Ther gan oure Hooste for to jape and pleye¹⁷⁶

Assim, é esta a próxima cidade, aproximadamente a cinco quilômetros de Canterbury, pela qual a comitiva passou, antes de chegar até a última aldeia mencionada na narrativa, no Prólogo ao Conto do Pároco, a última história narrada. Segundo Webb, esse percurso de Londres em direção a Canterbury duraria entre três e quatro dias. Logo, a tal peregrinação duraria entre oito e dez dias, considerando-se a estadia no destino.

No entanto, há de se lembrar que essa duração podia sofrer variações de acordo com as condições de viagem, como as estradas e o tipo de locomoção. As condições das estradas variavam muito de estação para estação, encontrando-se bastante dificuldade nas estações mais húmidas, quando ficavam alagadas e escorregadias. A situação era piorada ainda pelas diferentes formas de viagem, pois tanto as patas dos cavalos quanto as rodas das carroças ajudavam a destruir as estradas, que depois tinham de ser enfrentadas por outros peregrinos que se impunham o sacrifício de ir a pé. Além disso, o percurso diário dependia do número de horas à luz do dia de cada estação. Logo, o que se pode prever é apenas uma média do tempo de viagem.

Ao pensar as especificidades da narrativa em questão, é possível apontar alguns traços que distinguem tal comitiva daquelas que costumavam realizar peregrinações. O primeiro deles deve-se à própria proposta de percurso da viagem, pois ao invés de passarem seu tempo através de orações piedosas, estes aceitam a proposta do Albergueiro de tornar mais agradável o trajeto através de divertimentos. Esses peregrinos enfrentam o longo caminho distraíndo-se com contos dos mais diversos estilos, desde contos de elevação moral e espiritual, como o conto do Pároco, até contos com uma linguagem mais vulgar, como os do Moleiro e do Feitor.

¹⁷⁵ *The Manciple's Tale*, p. 282. “Qualquer ladrão poderia roubá-lo e amarrá-lo sem problemas” (CHAUCER, 1988:278).

¹⁷⁶ *Idem*. “Sabem vocês onde fica a cidadezinha de Bob-up-and-down, junto à floresta de Blean, na estrada de Cantuária? Pois foi lá que o nosso Albergueiro deu de rir e brincar” (CHAUCER, 1988:278).

Além disso, enquanto grande parte dos textos e estudos que se referem às peregrinações alude às dificuldades da caminhada, que podiam durar semanas ou meses, nesta todos os peregrinos seguem a cavalo, elemento que neste caso também corresponde à posição social de cada um destes peregrinos. Na narrativa, apresentam-se desde belos alazões até rocins, pertencentes aos peregrinos conforme seus ofícios e até mesmo os rendimentos destes. Ao falar do Monge que acompanha a comitiva, que, segundo o Albergueiro, seria um administrador ou um sacristão, alguém em posição de mando onde vive, sabe-se ainda que em seu estábulo mantinha soberbos cavalos. Por outro lado, quando se trata do Estudante de Oxford, vemos que montava um cavalo magro com um ancinho, uma vez que dedicando seu tempo somente aos estudos não obtinha nenhum rendimento e, portanto, não podia dispor de bons cavalos.

Além desses pontos, há ainda uma questão essencial que concerne à identificação desses peregrinos, que como já foi mencionado provêm do ambiente urbano. Embora tenham nomes próprios, durante toda a narrativa são apresentados e, na maioria das vezes, identificados através dos ofícios que os ligam à cidade, sejam estes artesanais, comerciais ou religiosos. Do mesmo modo, é através de seus ofícios que interagem e confrontam-se ao longo da viagem.

Dessa forma, pode-se perceber a presença das cidades nesse movimento de peregrinação. Lewis Mumford, ao descrever a cidade do ponto de vista do caminhante, ressalta que a cidade nunca deixara de ser um palco para as cerimônias religiosas, como as procissões em que tomavam parte homens de todos os ofícios e condições. A partir deste ponto, podemos depreender as peregrinações como um desdobramento, uma forma mais complexa das procissões que caracterizariam a cidade e que, em *The Canterbury Tales*, assim como aquelas, apresentam a diversidade de oficiais que compõe o cenário urbano.

A cidade é o suporte espacial em que os ofícios podem organizar-se, sustentando, assim, o corpo urbano. A peregrinação como apresentada por Chaucer inscreve esse cenário urbano em seu conjunto e variedade, principalmente, de ofícios, como o Mercador, o Magistrado, o Médico e os membros de uma guilda.¹⁷⁷ Podemos pensar que a cidade representada é, em especial, Londres, uma vez que esta é a cidade de maior relevância no reino, onde se destacam as mais variadas atividades urbanas. Embora haja referências a outras localidades, como a Mulher de Bath, o Estudante de Oxford e o Homem do Mar, vindo de Dartmouth, é em Londres que esses peregrinos se reúnem, na hospedaria de Southwark, e é a

¹⁷⁷ Uma lista completa dos peregrinos da narrativa encontra-se no início do Capítulo 2.

partir daí que dão início a sua peregrinação. Desse modo, faz-se necessário analisar de que forma esses ofícios são representados na narrativa e na sociedade, assim como a forma pela qual interagem.

3.3. OS OFÍCIOS URBANOS

Entre a Idade Média Central e a Baixa Idade Média, na concepção tripartite através da qual a sociedade medieval era entendida, as três ordens tornaram-se cada vez mais interdependentes. Notou-se a impraticabilidade de um modelo em que todos deveriam se enquadrar, com poucas esperanças de mobilidade, em apenas três grupos delimitados pela vontade divina. Esse processo possibilitou aos poucos o reconhecimento de outros grupos, que não se enquadravam no sistema tripartite, com destaque para aqueles ofícios que se tornavam essenciais na nova conjuntura urbana de fins do medievo. Entretanto, antes de pensar os ofícios especificamente, é preciso observar as noções de trabalho que atravessaram o período.

Para o mundo medieval, a palavra trabalho transitava entre os extremos da atividade não nobre, e por isso penosa, e da atividade criadora, logo honrosa. Já na Antiguidade, o trabalho manual era relegado aos escravos. O preconceito contra o trabalho era ainda reforçado pela noção bíblica de que este era uma maldição desencadeada pela desobediência de Adão e Eva. Por outro lado, nos conventos, em especial entre os beneditinos, o trabalho era uma necessidade, uma forma de evitar o ócio, e conseqüentemente o pecado. Essa visão ambígua sobre o trabalho passaria por um processo até encontrar uma forma concreta.

A Idade Média, entre os séculos VIII e XV, é o período durante o qual o trabalho, sob seus aspectos modernos, isto é, a associação do homem à ferramenta, e a seguir à máquina, tomou forma na realidade material e social, bem como na consciência dos intelectuais e dos próprios trabalhadores.¹⁷⁸

Diversos eram os termos utilizados para designar trabalho, como por exemplo as formas latinas *labor* e *opus*. Também o inglês medieval apresentava diferentes termos relacionados ao trabalho, que podem ser encontrados no texto de Chaucer. Entre estes, tem-se *swink*, *labour* e *werk*, indicando um sentido similar. Do termo *swink*, encontra-se a variação

¹⁷⁸ LE GOFF, Jacques. "Trabalho". In: LE GOFF e SCHMITT. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. EDUSC, 2002. V.2, p. 506.

swinken para a forma verbal, sendo ambos empregados com o sentido de atividade manual, como demonstra o exemplo a seguir:

What sholde he studie and make hymselven wood,
Upon a book in cloystre alwey to poure,
Or swinken with his hands, and laboure,
As Austyn bit? How shal the world be served?
Lat Austyn have his swink to hym reserved!¹⁷⁹

Neste trecho, ao descrever o Monge da comitiva, que se preocupa com a caça e a cortesia, ironiza-se o fato de que outras deveriam ser as tarefas de um mosteiro, como havia prescrito Santo Agostinho, entre as quais estariam o estudo e o trabalho, a fim de afastar o vício do ócio. No mesmo campo lexical, há ainda a variante *swinkere*, utilizada para o indivíduo que realiza uma atividade manual.

Um significado semelhante pode ser depreendido do uso de *labour*, ou de sua variante *laboure*, também presente no extrato acima transcrito, indicando uma atividade que exige emprego de esforço. Por fim, vemos o termo *werk*, ou ainda a variante *wirking*, associado tanto às atividades manuais quanto espirituais e intelectuais. Este último sentido pode ser observado no exemplo a seguir:

I wol yow telle a tale which that I
Lerned at Padowe of a worthy clerk,
As preved by his words and his werk.
He is now deed and nayled in his cheste;
I prey to God so yeve his soule reste!¹⁸⁰

Pode-se aqui perceber que, quando o Estudante de Oxford fala sobre Petrarca, o termo *werk* está se referindo às obras produzidas pelo autor, logo ao resultado de sua atividade intelectual. Além disso, tem-se mais uma indicação das referências às quais Chaucer teve acesso, pois fica esclarecido que a história narrada pelo Estudante foi retirada de uma das obras de Petrarca. Considera-se que tal influência seja devida às viagens de Chaucer à Itália, além de seu constante contato com mercadores italianos em seu cargo no porto de Londres.

¹⁷⁹ *General Prologue*, p. 26. “(...) afinal, para que estudar nos mosteiro e ficar louco em cima de algum livro, ou trabalhar com as próprias mãos e mourejar de sol a sol, como ordenou Santo Agostinho? Se fosse assim quem iria servir ao mundo? Santo gostinho que vá ele próprio trabalhar!” (CHAUCER, 1988:5).

¹⁸⁰ *The Clerk’s Prologue*, p. 137. “Pretendo contar-lhes uma história que aprendi em Pádua com um letrado de grande valor, como o atestam suas palavras e suas obras. Rogo a Deus que dê paz a sua alma, pois ele agora está morto e enterrado.” (CHAUCER, 1988:175).

Essas variantes linguísticas indicam uma atenção dada ao esforço em que uma atividade implica, ou seja, o esforço associado ao trabalho. No entanto, percebe-se que há uma ampliação de tal noção, pois ao termo *werk* também se associam atividades que não exigem o esforço físico propriamente dito. Essa ampliação de sentido só pôde ocorrer devido à diversidade de atividades que passaram a se desenvolver tanto no meio rural quanto no meio citadino.

Ao longo da Idade Média, os ofícios foram vistos de formas bastante distintas. Primeiramente, a principal oposição era aquela entre os que precisavam trabalhar e aqueles que pertenciam à nobreza. Ao lado desta, considerava-se também a diferença entre aqueles que praticavam atividades tradicionalmente ligadas aos antepassados e os que exerciam atividades mundanas. Assim como na sociedade, criavam-se graus de hierarquização entre todas estas; muitas delas tornando-se profissões ilícitas.¹⁸¹

Posteriormente, surgem proibições ligadas aos tabus que envolviam cada ofício, sendo os principais deles, o sangue, a impureza e o dinheiro. Ao tabu do sangue, associava-se, principalmente, carrascos e cortadores (de carne), mas também médicos e soldados. Quanto à impureza, tinha-se tintureiros, operários têxteis, cozinheiros e lavadores de louça. Por fim, associados ao dinheiro, encontravam-se todos aqueles que trabalhavam com a economia monetária, como mercadores, banqueiros, assalariados e prostitutas, entre muitos outros.

Além destas proibições, grande força tinham também aquelas oriundas das reprovações da Igreja por romperem com os princípios cristãos. Se considerarmos que a sociedade medieval era uma sociedade cujos pilares incluíam a religião, podemos perceber a importância de tais considerações na desvalorização de muitas atividades. Entre as condenações do Cristianismo, estavam os militares, que empunhavam a espada e matavam, os taberneiros, estalajadeiros e saltimbancos, que incitavam à luxúria, os mercadores e homens da lei, que praticavam a avareza, e até os mendigos (válidos), que se deixavam corromper pela preguiça. Ainda não adepta do valor abstrato, essa sociedade condenava todas as profissões que não criavam.¹⁸²

Segundo Le Goff, com o desenvolvimento das cidades e do trabalho, surgem novas categorias profissionais e cria-se novas atitudes para com as profissões. A partir de então, não são mais, na maior parte dos casos, as atividades em si que se condena, mas as intenções que as envolvem, dando lugar à justificação pela boa intenção. Tornam-se cada vez mais comuns

¹⁸¹ LE GOFF, Jacques. "Profissões Lícitas e Profissões Ilícitas no Ocidente Medieval" In: Le Goff, J. *Para um Novo Conceito de Idade Média: Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

¹⁸² *Idem*, p. 90.

as justificativas para o exercício de certas atividades: a necessidade, pois é preciso sustentar a si e à família; o trabalho como mérito, no caso dos intelectuais; e a preocupação com o bem comum, como ocorre com os mercadores, que fornecem a diversas áreas produtos necessários à subsistência. Para estes últimos acrescenta-se ainda a permissão de uma recompensa pelos riscos corridos no exercício do ofício.

As atitudes para com as atividades profissionais desenvolveram-se até o reconhecimento do papel vital dos ofícios para o pleno funcionamento da sociedade, observado ainda mais nitidamente no ambiente urbano. Esta nova forma de percepção do trabalho insere-se ainda em um processo mais amplo de renovação das sensibilidades. “Muitos fiéis aspiravam a viver sua vocação cristã no seio do mundo, sem ter que renegar os valores fundamentais do seu estado”.¹⁸³ Portanto, procurou-se estabelecer um reconhecimento do valor espiritual do trabalho e do seu valor para a sociedade e como forma de salvação.

“Le travail devient au cours de derniers siècles du Moyen Age une valeur en même temps qu’il s’organise dans des corps sociaux et juridiques”.¹⁸⁴ É na cidade que se desenvolve um intenso processo de divisão desse trabalho já mais valorizado, com uma especialização cada vez maior em função das etapas de produção de cada setor, gerando grande fragmentação das atividades. Vê-se, então, uma multiplicação de ofícios, apresentando cada um sua posição no jogo social.

Ao lado dos mercadores, artesãos e banqueiros, os homens da lei têm ali um lugar crescente, do mesmo modo que os ‘oficiais’, encarregados das tarefas do governo urbano ou principesco, ou ainda os intelectuais, universitários ou os primeiros ‘humanistas’.¹⁸⁵

Segundo Thierry Dutour, a noção de ofício passa a envolver a ideia de uma atividade que exige uma habilidade reconhecida, logo, associa-se ao valor do trabalho e ao direito de exercê-lo a necessidade de um saber, um saber fazer, seja a atividade realizada manual ou não. “La posesión de una habilidade reconocida se convierte de este modo en una especie de riqueza: quien no la posee ni dispone del dinero para establecerse por su cuenta es un trabajador manual, un servidor doméstico”.¹⁸⁶

¹⁸³ VAUCHEZ, *op. cit.*, p. 104.

¹⁸⁴ CASSAGNES-BROUQUET, Sophie. *Les métiers au Moyen Age*. Rennes: Éditions Ouest-France, 2008, p. 7. “O trabalho torna-se ao longo dos últimos séculos da Idade Média um valor ao mesmo tempo em que ele se organiza em corpos sociais e jurídicos.” (Tradução livre).

¹⁸⁵ BASCHET, *op. cit.*, p. 259.

¹⁸⁶ DUTOUR, *op. cit.*, p. 246. “A posse de uma habilidade reconhecida transforma-se deste modo em uma espécie de riqueza: quem não a possui nem dispõe de dinheiro para se estabelecer por sua conta é um trabalhador

A habilidade torna-se, nesse contexto, um valor social, corroborando na diferenciação entre os cidadãos. Pode-se perceber tal valor já nos termos utilizados para identificar os ofícios. Ao longo da narrativa analisada, diferentes vocábulos são utilizados para identificar essa diversidade de atividades. Entre estes, aparecem repetidas vezes as referências a *craft*. Em inglês moderno, *craft* encontra-se ligado às atividades manuais, artesanais. No entanto, no inglês médio, nota-se um emprego mais amplo do mesmo.

I seye, my lord kan swich subtilitee –
But al his craft ye may nat wite at me,
And somewhat helpe I yet to his wirkyng –
That al this ground in which we been ridyng,
Til that we come to Caunterbury toun,
He koude al clene turnen up-so-down,
And pave it al of silver and of gold.¹⁸⁷

A atividade à qual o Criado do Cônego aqui se refere é a alquimia, que implica em um grau de conhecimento dessa ciência por parte daqueles que se dedicam às suas tentativas, mas que também requer um cuidado artesanal no manuseio dos recipientes e soluções utilizados. Portanto, *craft* aparece associado a um sentido mais próximo do moderno, uma atividade artesanal. No entanto, tais atividades requerem uma habilidade, o que nos leva a um sentido mais específico do termo.

But of his craft to rekene wel his tydes,
His stremes, and his daungers hym besides,
His herberwe, and his moone, his lodemenage,
Ther nas noon swich from Hulle to Cartage.¹⁸⁸

Ao descrever o Homem do Mar, destaca-se sua habilidade para lidar com as intempéries da natureza que envolvem seu ofício. Não se trata aqui de habilidade artesanal, mas de uma habilidade que requer um preparo, a aquisição de um determinado tipo de conhecimento. Em ambos os casos, emerge a necessidade de um treinamento, de um aprendizado ainda que de ordens diferentes. A partir daí, pode-se compreender o crescimento

manual, um servidor doméstico.” (Tradução livre).

¹⁸⁷ *The Canon's Yeoman Prologue*, p. 270. “Afirmo-lhe que meu patrão conhece tantos truques, - nem eu, que o ajudo em seu trabalho, conseguiria explicar toda a sua arte, - que ele poderia facilmente virar pelo avesso a estrada que estamos percorrendo e pavimentá-la de ouro e prata daqui até Cantuária.” (CHAUCER, 1988:264).

¹⁸⁸ *The General Prologue*, p. 30. “Mas é preciso reconhecer que era um profissional muito competente, e não havia ninguém, de Hull a Cartagena, que calculasse melhor as marés, as correntes e os imprevistos que o cercavam, ou entendesse tão bem de atracação, luas e pilotagem.” (CHAUCER, 1988:9).

constante do número de aprendizes na cidade. Para estabelecer-se, é fundamental possuir um ofício. Para tanto, torna-se crucial aprender a habilidade que tal ofício pressupõe, o que só pode ocorrer ao longo de um período de aprendizado junto a um mestre do ofício.

Este sentido do emprego de *craft*, indicando uma habilidade, é enfatizado ainda pela repetição da variante *craftly*, que se refere à forma como uma tarefa é realizada. Isto é exemplificado pela fala do Magistrado no Prólogo de seu conto, ao reconhecer que não pode narrar nenhuma história que Chaucer já não tenha narrado “On mettres and on rymyng craftly”.¹⁸⁹ Destaca, então, que Chaucer é habilidoso no modo como conta suas histórias, ou seja, tem um conhecimento que lhe confere tal maestria.

Embora *craft* seja o termo mais recorrente, também encontramos vocábulos como *myster* e *office*, cujos significados são menos abrangentes. Para *myster*, identificamos um sentido decorrente daquele de *ministerium*, ou seja, a prestação de um serviço, o exercício de um ofício. “In youthe he hadde lerned a good myster: / He was a wel good wrighte, a carpenter”.¹⁹⁰ Assim, afirma-se que o Feitor, em sua juventude aprendera um ofício, ressaltando novamente o papel do aprendizado no reconhecimento do ofício.

Outro termo presente, cujo emprego chama a atenção é *office*. Seu sentido estaria associado ao exercício de uma função. No entanto, o fator que mais lhe destaca é a oposição dentro da qual aparece no texto.

And he was nat right fat, I undertake,
But looked holwe, and therto sobrelly.
Ful thredbare was his overeste courtepy,
For he hadde geten hym yet no benefice,
Ne was so wordly for to have office.¹⁹¹

Destaca-se aqui a diferença entre as atividades, e até mesmo entre os rendimentos, daqueles que servem à Igreja e dos leigos. *Wordly*, que se refere ao que pertence ao mundo, logo, ao que não pertence a Deus e seu corpo-Igreja, ressalta o sentido laico de *office*, que seria um ofício secular. Oposto a este, temos *benefice*, que seria a ajuda financeira recebida por aqueles que servem a Deus e, logo, não precisam exercer uma tarefa mundana para seu sustento. No entanto, para que este *benefice* exista, é necessário que os leigos se dediquem aos

¹⁸⁹ *The Man of Law's Prologue*, p. 87. “Usando métricas e rimas habilidosamente” (Tradução livre).

¹⁹⁰ *General Prologue*, p. 32. “Na juventude, havia aprendido um bom ofício: tornara-se, dessa forma, eficiente carpinteiro.” (CHAUCER, 1988:12).

¹⁹¹ *Idem*, p. 28. “(...) e ele mesmo, asseguro-lhes, não era nada gordo, com aqueles olhos encovados e seu jeito taciturno. (...) ainda não se tornara clérigo para merecer a vantagens de uma prebenda, e já não se achava tão ligado ao mundo para exercer ofícios seculares.” (CHAUCER, 1988:7).

seus *offices*, afinal, são eles que fazem as doações que mantem a Igreja e seus religiosos, o que se torna causa de diversos conflitos contra a Igreja.

Neste caso, trata-se do Estudante de Oxford, que ainda não terminou a sua formação de clérigo e, portanto, ainda não recebe qualquer *benefice*, mas que também não pode se envolver com atividades terrenas, pois prepara-se para uma função religiosa. A presença dessa distinção é fundamental, uma vez que lança luz sobre o modo como são vistos os cargos eclesiásticos. Embora não sejam considerados ofícios, no sentido de uma atividade produtiva secular, aparecem como uma atividade realizada e, portanto, possuem uma função definida no jogo social. Além disso, ressalta a variedade de ofícios, e, de maneira mais geral, de funções, que se revelam no contexto medieval.

Essa diversidade de funções que se desdobram, tornando-se cada vez mais especializadas, dá espaço a um novo modelo que passa, em primeiro plano, a coexistir com o modelo das três ordens e, posteriormente, a suplantá-lo. Segundo este modelo, a sociedade configura-se como um corpo social, no qual cada membro tem uma função própria. “All contributed to the body’s efficient functioning; any part’s failure to perform its proper function would cause the whole body to suffer, and ultimately to die”.¹⁹² Tal concepção pôde ter maior aceitação devido à sua adaptabilidade às novas condições sócio-políticas que surgem principalmente no ambiente citadino, incluindo os grupos que aos poucos emergem. Este corpo social pressupõe ainda uma forma de governo, pois, como todo corpo deve ter uma cabeça, também a sociedade deve ter o seu governante, reforçando o papel do monarca. Esse modelo monárquico desdobra-se ainda dentro dos demais grupos como centros religiosos, confrarias, etc.

Considera-se possível que Chaucer, dedicado por anos ao serviço real, tivesse familiaridade com tal concepção, a qual se apresenta na narrativa, em especial, no que se refere à descrição dos peregrinos no Prólogo Geral. Embora não haja uma ordenação clara das funções então descritas, é possível notar a preocupação em apontar as funções e a diversidade na composição dos participantes. Ao introduzir a comitiva, já menciona que formavam “a compaignye of sondry folk”, ou seja, um grupo de pessoas de tipos variados, ressaltando a diversidade social dos mesmos.

Semelhante à noção de funções, acredita-se que tenha sido mais difundida em território inglês a noção de *estates* (estados), uma vez que orações dentro das próprias missas

¹⁹² SWANSON, Robert. “Social Structures”. In: BROWN, Peter (ed.). *A Companion to Chaucer*. Oxford: Blackwell, 2001, p. 398. “Todas contribuíam para o bom funcionamento do corpo; qualquer falha de alguma parte em realizar sua função levaria todo o corpo a sofrer, e por fim morrer.” (Tradução livre).

citavam uma lista destes.¹⁹³ Segundo Swanson, a concepção era menos prescritiva e, por isso, mais fluida. Assim, categorias diferentes poderiam ser utilizadas para definir um estado, ou até um mesmo indivíduo poderia pertencer a mais de um estado dependendo da perspectiva adotada, como, por exemplo, o Feitor das *Tales*, que, embora exerça essa função, é na verdade carpinteiro de formação.

Dentre esses estados, conferia-se um aos peregrinos, pois se considerava que estes abandonavam sua identidade com outros estados em prol da situação limite de deslocamento em que se encontravam. No entanto, salta à vista a forte identidade que os peregrinos de Chaucer mantêm. “Yet the group of pilgrims is also a selective, and selected, company. They quite emphatically do not include representatives of society’s highest or lowest levels”.¹⁹⁴ É difícil definir porque o autor teria excluído essas categorias, mas pode-se sinalizar conexões entre aquelas que estão presentes. Grande parte dos que participam desta *compaignye* estão diretamente envolvidos em uma sociedade baseada no dinheiro, e que já reconhece a presença e a participação das mulheres, tanto no campo religioso quanto no mundo dos ofícios urbanos, como representam, respectivamente, a Prioressa e Alisoun, a Mulher de Bath.

Embora a apresentação desses estados seja de certo modo desordenada, Chaucer deixa transparecer sua preocupação em torná-la clara a quem lesse/ouvisse a narrativa.

Me thinketh it acordant to resoun
To telle yow al the condicioun
Of ech of hem, so as it semed me,
And whiche they weren, and of what degree¹⁹⁵

Desse modo, ao iniciar a narrativa, procura posicionar cada peregrino dentro de um ordenamento social. No entanto, é preciso atentar para os diferentes termos utilizados pelo autor, pois estes indicam aspectos interligados, mas distintos. Acima, encontramos os vocábulos *condicioun* e *degree*, mas o texto também traz o termo mais específico *estaat*.

Now have I toold you soothly, in a clause,
Th’*estaat*, th’*array*, the *nomb*re, and eek the *cause*
Why that assembled was this *compaignye*
In *Southwerk* at this gentil *hostelrye*

¹⁹³ *Idem*, p. 400.

¹⁹⁴ *Idem*, p. 402. “O grupo de peregrinos também é uma comitiva seletiva, e selecionada. Eles enfaticamente não incluem representantes nos níveis mais altos e mais baixos da sociedade.” (Tradução livre).

¹⁹⁵ *General Prologue*, p. 24. “(...), creio de bom alvitre descrever a condição de cada qual (...), quem era e qual a sua posição” (CHAUCER, 1988:3).

Através de *estaat*, identificamos a noção de *estate* anteriormente discutida. Consideraríamos similar a esta ideia o sentido de *condicioun*, ou seja, o modo de vida que identifica o indivíduo. Não se deve, porém, confundir *estaat* com status, porque, embora estejam relacionados, apresentam distinções no campo lexical. Correspondendo a status, temos *degree*, que permaneceu no inglês moderno. Por exemplo, certo indivíduo está incluído no estado de uma profissão, mas dentro desse grupo ele pode ter um status elevado ou não; ele pode ser um ourives e, portanto, ser visto com bons olhos pelos demais cidadãos, mas pode não ser o melhor estabelecido dentro de seu grupo.

De acordo com Philippa C. Maddern, não é simples estabelecer um critério de definição do status. A riqueza, por exemplo, é um aspecto importante, mas não é determinante de forma isolada. Há que se considerar outros fatores como a origem dessa riqueza, a linhagem, a permanência, o comportamento, entre outros. Além disso, a perspectiva de mobilidade social não é tão remota quanto se poderia imaginar para o período. Existem diferentes vetores que apontam para essa mobilidade, como o comércio e a indústria, a carreira eclesiástica, o serviço militar, as funções administrativas e, claro, o casamento. Este último encontra seu exemplo nas *Tales*, na figura da Mulher de Bath, cujos três primeiros casamentos ocorreram porque os maridos eram velhos e ricos, logo, deixá-la-iam em uma boa situação quando morressem.

Pensando novamente os estados apresentados por Chaucer, nota-se uma correlação entre os mesmos. A principal divergência está na identificação de *gentils* e *churls*, isto é, os mais refinados e os vulgares. Essa distinção é expressa na caracterização dos peregrinos, assim como na qualificação das histórias que narram. Os mais refinados são *worthy men* (homens dignos) e contam *thrifty tales* (histórias apropriadas) enquanto os mais vulgares são *dronken men* (bêbados) que usam *cherles terms* (palavras vulgares) para contar suas *harlotries* (histórias imorais).

Um exemplo dos *gentils* presentes é o Cavaleiro. Em sua descrição já no Prólogo Geral, aparece quatro vezes o termo *worthy*, além do substantivo *worthyness*. E seu conto estaria de acordo como seu *degree*.

¹⁹⁶ *Idem*, p. 34. “Agora que fielmente lhes descrevi em resumo a condição, os trajés, o número dos peregrinos e também o motivo porque essa comitiva se reuniu em Southwark, nesta simpática hospedaria conhecida como ‘O Tabardo’, encostada à taverna do ‘Sino’, (...)” (CHAUCER, 1988:14).

Whan that the Knyght had thus his tale ytoold,
In al the route ther yong ne oold
That he ne seyde it was a noble storie
And worthy for to drawen to memorie,
And namely the gentils everichon.¹⁹⁷

O Cavaleiro conta uma nobre história, o que é reconhecido por todos. Contudo, seria bem apreciada pelos indivíduos mais requintados, isto é, por aqueles que fossem *gentils* como o Cavaleiro. Chama a atenção neste extrato ainda a menção a memória. Como discutido no Capítulo 2, por se tratar de um contexto em que a tradição oral tem forte presença, a memória exerce papel central, pois as histórias devem ser guardadas na memória para que possam posteriormente ser recontadas. Tal referência aparece repetidamente ao longo do texto.

Assim como há *gentils*, há *churls*, sendo um bom exemplo o Moleiro. Este interrompe o Cavaleiro e o Albergueiro, já apontando para sua falta de refinamento, e mesmo bêbado “tolde his cherles tale in his manere”, isto é, contou a seu modo, usando palavras vulgares, uma história comum entre as pessoas mal-nascidas.

É preciso analisar a hierarquização que existe entre esses *gentils* e *churls* que participam da comitiva. Procuraremos, então, observar os peregrinos, dividindo-os de acordo com suas funções. Como, já desde o século XIII, uma distinção marcante entre os ofícios era aquela que separava os ofícios manuais dos demais, adotaremos uma divisão apontada por Cassagnes-Brouquet entre artes mecânicas e artes liberais, além de discutirmos as atividades ligadas à Igreja. Não enfatizaremos, no entanto, as funções ligadas à terra, como o Lavrador e o Proprietário de Terras, e à cavalaria, como o Cavaleiro e o Escudeiro.

Das artes mecânicas. Diversas são as atividades manuais que movimentam a vida da cidade medieval, mas optamos por abordar primeiramente o artesanato e seus artesãos, que “representan la parte numericamente más importante de la población de las ciudades medievales”.¹⁹⁸ Philippe Braunstein aponta algumas dificuldades para o uso do termo artesanato que devem ser consideradas.¹⁹⁹ Para o autor, *artesanato* remeteria a um universo muito reduzido de ofícios, pois incluiria somente aqueles que recolhem sua matéria-prima ou a recebem de seu cliente e, então, criam seu produto para um determinado cliente. Contudo, o

¹⁹⁷ *The Miller's Prologue*, p. 66. “Quando o Cavaleiro acabou de contar a sua história, não havia jovem ou velho, em toda a comitiva, que não a proclamasse uma narrativa nobre e digna de ser conservada na memória, do agrado principalmente das pessoas requintadas.” (CHAUCER, 1988:48).

¹⁹⁸ DUTOUR, *op. cit.*, p. 244. “... representam a parte numericamente mais importante da população das cidades medievais.” (Tradução livre).

¹⁹⁹ BRAUNSTEIN, Philippe. “Artesãos”. In: LE GOFF e SCHMITT. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. EDUSC, 2002. V.2, pp. 83-90.

que se observa nas etapas de produção de uma oficina medieval vai muito além, englobando uma série de relações comerciais tanto na aquisição de matérias-primas e utensílios quanto na disponibilização do produto final. Na verdade, “el artesano que triunfa se convierte en un artesano comerciante, es decir, en un artesano y en un comerciante especializado en una certa classe de productos”.²⁰⁰

A principal produção medieval é a têxtil. Segundo Cassagnes-Brouquet, a única atividade que a supera é a agricultura, mas foi a atividade têxtil a primeira a ser testemunhada em maior escala na cidade medieval. Tal produção implica em uma vasta gama de etapas, desde o preparo da lã, passando pela tecelagem e pela coloração, até chegar à comercialização local ou até de longa distância. É possível imaginar a relevância desta atividade no território inglês, cujo principal mercado era o da lã e dos tecidos desta derivados, como discutimos no Capítulo 1.

In the late fourteenth century a new structure of marketing was needed to distribute the cloth from the growing cloth towns – Coventry, Salisbury, Colchester, Norwich, York – to London, to the ports and to inland centres of distribution and consumption.²⁰¹

Londres era, assim, um dos postos-chave do comércio de tecidos ingleses, não apenas por sua produção, mas também por ser tratar de um dos principais portos da costa e de fácil acesso ao continente. Por sua divisão em etapas, a produção têxtil exigia uma grande especialização dos seus trabalhadores, desdobrando-se em uma diversidade de ofícios. Sendo esta uma área importante para a cidade de Londres, e para a Inglaterra de modo geral, alguns ofícios a esta relacionados não poderiam estar ausentes. Entre estes exemplos, temos a Mulher de Bath, envolvida com a tecelagem, e alguns *guildsmen*, como o Tintureiro, o Tecelão e o Tapeceiro.

Destacaremos a princípio a figura da Mulher de Bath, uma vez que os *guildsmen* serão discutidos mais a frente.

A good Wif was there Of biside Bathe,

²⁰⁰ DUTOUR, *op. cit.*, p. 244. “o artesão que triunfa se transforma em um artesão comerciante, quer dizer, em um artesão e em um comerciante especializado em uma certa classe de produtos.” (Tradução livre).

²⁰¹ BRITNELL, Richard. “Town life”. In: HORROX, Rosemary & ORMROD, W. Mark (eds.). *A Social History of England 1200-1500*. Cambridge; Cambridge University Press, 2006, p. 149. “Em fins do século XIV, uma nova estrutura de mercado era necessária para distribuir o tecido das cidade tecelãs em crescimento – Coventry, Salisbury, Colchester, Norwich, York – até Londres, até os portos e até os centros de distribuição e consumo no continente.” (Tradução livre).

But she was somdel deaf, and that was scathe.
Of clooth-makyng she hadde swich an haunt
She passed them of Ypres and of Gaunt.
In al the parisshe wif ne was ther noon
That to offrynge bifore hire sholde goon ²⁰²

Sua própria identificação já nos remete a uma questão fundamental no campo dos ofícios medievais, a participação das mulheres no processo produtivo. Embora nas traduções para o português utilize-se o nome Mulher de Bath, podemos ver no extrato que a palavra usada no original é *wif*, isto é, esposa. Assim, comporta um significado mais específico que aponta para o papel do casamento na relação entre mulheres e ofícios. O uso desse termo não se refere apenas ao fato de que ela tenha se casado cinco vezes, mas também está ligado aos frutos gerados por estes casamentos, ou melhor, pela sua viuvez.

Como aponta Le Goff, a mulher também tem seu papel no mundo do trabalho: no campo, auxilia nos trabalhos de ceifa, colheita, vindima e na transformação de matérias-primas; na cidade, é trabalhadora nas oficinas. No entanto, esta não é sua única forma de participação nesse universo de produção, pois “a mulher também pode se tornar patroa, ‘dona do trabalho’. A viúva do mestre ocupa seu lugar na oficina, nas corporações, na sociedade urbana”.²⁰³ E assim, assume um papel de destaque na hierarquia do trabalho.

Tal característica pode ser encontrada na Mulher de Bath. Tendo se tornado viúva por quatro vezes, assume uma posição que não pode ser igualada por nenhuma outra mulher de sua paróquia, mesmo daquelas que fossem talvez esposas dos mestres, pois está ela mesma envolvida com *clooth-makyng*. Assim, nenhuma outra mulher de sua paróquia poderia na missa fazer uma oferta antes que a Mulher de Bath o fizesse. Além disso, vê-se que sua posição lhe permite realizar atividades como a própria peregrinação, uma vez que na comitiva, com exceção das religiosas, é a única mulher presente.

É interessante observar ainda a escolha de sua cidade de origem. Como aponta Hodget, Bath era uma das cidades que compunha a principal área produtora de tecidos da Inglaterra.²⁰⁴ Esta região fornecia a lã de melhor qualidade, além de possuir rios que asseguravam o funcionamento do pisoador hidráulico. Portanto, não é por acaso que se põe a caminho entre os membros da comitiva uma produtora de tecidos da região.

²⁰² *General Prologue*, p. 30. “E havia lá uma Mulher da cidade de Bath. Só que era meio surda, coitada. Tinha tanta experiência como fabricante de tecidos que seus panos superavam os produzidos em Ypres e Gant. Nenhuma paroquiana ousava passar-lhe à frente na fila dos devotos que levavam ofertas à relíquia na igreja, pois, se o fizesse, ela certamente ficaria furiosa, perdendo por completo as estribeiras.” (Chaucer, 1988: 9).

²⁰³ LE GOFF, 2002, *op. cit.*, p. 566.

²⁰⁴ HODGET, *op. cit.*, p. 178.

Voltando-nos para outros campos produtivos da cidade, cabe-nos destacar os ofícios associados ao consumo alimentar. “Nombreux et souvent dispersés dans la ville pour répondre aux besoins de leur clientèle, les commerces alimentaires constituent un autre secteur vital de l’économie citadine”.²⁰⁵ Também neste ramo, pode-se encontrar uma grande especialização dentre os ofícios, como padeiros, açougueiros, peixeiros, cozinheiros, etc. Os alimentos, como pães, patês, carnes, podiam ser, então, vendidos em seus lugares de produção, mas também podiam ser negociados por vendedores de rua. Muitos produtos eram ainda fornecidos para estalagens e albergarias. Também se encontram seus representantes entre os peregrinos, sendo eles, o Cozinheiro e o Albergueiro.

O Cozinheiro, que acompanha os *guildsmen*, é o peregrino que faz referências diretas à cidade de Londres em seu conto, além de ser devidamente identificado por seu nome Roger de Ware: “I pray to God, so yeve me sorwe and care/ If evere, sitthe I highte Hogge of Ware/ Herde I a millere bettre yset a-werk”.²⁰⁶ Sua identificação lança luz sobre a questão da imigração para as grandes cidades medievais. Ware era uma pequena cidade localizada próxima a Hertford, ao norte de Londres, e é nesta cidade que o Cozinheiro tem origem. Entretanto, já é identificado como um “Cook of Londoun”, ou seja, embora viesse de outro local, já havia se estabelecido em Londres. Esse processo de aceitação não era, contudo simples, envolvendo uma série de requisitos, como a posição de mestre em algum ofício. Logo, depreende-se que o Cozinheiro fosse reconhecido por sua habilidade.

A Cook they hadde with hem for the nones
To boille the chiknes with the marybones,
And poudre-marchant tart and galyngale.
Wel koude he knowe a draughte of Londoun ale.
He koude rooste, and seethe, and broille, and frye,
Maken mortreux, and wel bake a pye.²⁰⁷

Faz-se questão em sua apresentação de listar todas as tarefas que podia exercer, demonstrando-se assim sua grande habilidade em seu ofício. No entanto, este não lhe garante

²⁰⁵ CASSAGNES-BROUQUET, *op. cit.*, p. 42. “Numerosos e bastante dispersos pela cidade a fim de responder às necessidades dos clientes, os comércios alimentares constituem um outro setor vital da economia citadina.” (Tradução livre).

²⁰⁶ *The Cook’s Prologue*, p. 84. “Assim como Roger de Ware é meu nome, peço a Deus que nos traga muitas dores e desgraças se não for verdade que nunca ouvi falar de um moleiro que tivesse sido tão judiado.” (CHAUCER, 1988:68).

²⁰⁷ *General Prologue*, p. 29. “Naquela ocasião, traziam consigo um Cozinheiro, para que não lhes faltasse o seu cozido de galinha com ossos de tutano, temperado com pimenta moída e ciperácea. Esse Mestre Cuca era profundo conhecedor da cerveja londrina. Sabia assar e cozer e grelhar e fritar, assim como preparar terrinas apetitosas e belas tortas.” (CHAUCER, 1988:8).

uma posição confortável na hierarquia social. Ao longo da narrativa, é qualificado como um *povre man*, ou seja, um homem pobre. Sabe-se que a renda não é o único fator definidor do status, entretanto, enfatiza-se o seu comportamento ruim como forma de desqualificação. É, portanto, também identificado como um “*dronken wight*”, um bêbado, e um “*lusty man*”, um home luxurioso. Assim, não basta ter sua habilidade reconhecida para alcançar um status mais elevado, mas também manter uma postura correspondente.

Nosso próximo representante, o Albergueiro, apresenta muitas especificidades. É quem recebe os peregrinos antes de sua jornada, é quem propõe o fio narrativo do contar histórias e é o responsável por julgá-las. Sua identificação é bastante significativa, pois, assim como no caso do Cozinheiro, embora seja constantemente chamado de *Hooste*, é também reconhecido por seu nome: “*And therefore, Herry Bailly, by thy feith,/ Be thou not wrooth, er we departen heer,/ Though that my tale be of an hostileer*”.²⁰⁸ Além disso, sabe-se de sua origem e de suas qualidades.

A semely man Oure Hooste was withalle
For to been a marchal in an halle.
A large man he was with eyen stepe –
A fairer burgeys was ther noon in Chepe –
Boold of his speche, and wys, and wel ytaught,
And of manhood hym lakkede right naught.²⁰⁹

Destaca-se a princípio sua hospitalidade ao receber os peregrinos em sua hospedaria, o Tabard Inn. O Albergueiro é “*a seemly man*”, um homem impressionante, que poderia ser até um “*marchal*”, ou seja, um mestre de cerimônias. Portanto, reconhece-se sua eficiência em seu ofício, apontando para o papel dos albergues e hospedarias medievais. “*Pour les voyageurs et les pèlerins de passage, les villes médiévales fournisse bien des établissements qui accueillent les assoiffés et les affamés*”.²¹⁰ Estes localizavam-se geralmente próximos a pontes e ao longo dos caminhos pelos quais passavam viajantes, como mercadores, agentes reais e eclesiásticos e, certamente, peregrinos. Este é o caso do Tabard, localizado em *Chepe* (Cheapside), a principal estrada que cortava Southwark.

²⁰⁸ *The Cook's Prologue*, p. 85. “Por isso, Henry Bailey, peço que não se zangue se, antes de nos separarmos, eu contar uma história de um estalajadeiro.” (CHAUCER, 1988:68).

²⁰⁹ *General Prologue*, p. 35. “O homem tinha jeito para mestre de cerimônias nos banquetes. Era corpulento e de olhar brilhante. Melhor burguês não havia em Cheapside: apesar de sempre dizer o que realmente pensava, procurava expressar-se com equilíbrio e tato.” (CHAUCER, 1988:14).

²¹⁰ CASSAGNES-BROUQUET, *op. cit.*, p. 48. “Para os viajantes e peregrinos de passagem, as cidades medievais fornecem estabelecimentos que acolhem aqueles que sede e fome.” (Tradução livre).

Segundo Britnell, a partir do século XIII, as tavernas e hospedarias tornaram-se também pontos de comércio. Ao mesmo tempo em que ofereciam acomodação e alimentação aos viajantes e seus cavalos, as hospedarias eram locais onde se fechavam negócios e contratos. “Inkeepers were themselves often actively engaged in a wider range of business, assisted by the numerous contacts they gained through keeping open house”.²¹¹ Agindo em uma variedade de vertentes comerciais, os albergueiros eram por vezes associados a atividades imorais, como, por exemplo, a prostituição e a jogatina, o que era o caso de muitas hospedarias localizadas em Southwark. Esse tipo de acusação aparece nas *Tales* na voz do Vendedor de Indulgências:

I rede that oure Hoost heere shal bigynne,
For he is most envoluped in synne.
Com forth, sire Hoost, and offer first anon,
And though shal kisse the relikes everychon,
Ye, for a grote! Unbokele anon thy purs.”²¹²

Acusando-o de estar envolto pelo pecado, desqualifica-se sua atividade e coloca-se dúvidas quanto a sua reputação. No entanto, é identificado também como um “fairer burgeys”, um bom burguês, o que leva toda a comitiva a aceitar que fosse ele a julgar as histórias. O Albergueiro, de certa forma, estabelece-se à frente da comitiva, como reconhece o Estudante de Oxford:

Hooste, quod he, I am under youre yerde;
Ye han of us as now the governance,
And therefore wol I do yow obeisance,
As fer as resoun axeth, hardily.²¹³

Assim, associa-se sua participação na peregrinação a uma função de governo, uma vez que tem o poder de julgar e escolher a melhor história contada. Essa função só poderia ser assumida por um bom burguês, como ocorria no governo da própria cidade, cujas autoridades

²¹¹ BRITNELL, *op. cit.*, p. 140. “Hospedeiros estavam eles mesmos envolvidos ativamente em uma gama de negócios, auxiliados pelo grande número de contatos que conseguiam mantendo suas hospedarias abertas.” (Tradução livre).

²¹² *The Pardoner's Tale*, p. 202. “Creio que o primeiro a ser atendido deve ser o nosso Albergueiro, por estar mais coinvolto no pecado. Dê uma passo à frente, Senhor Albergueiro, e faça o seu donativo. Com isso, permitirei que beije todas as minhas relíquias. Sim, por apenas uma moeda! Vamos, abra a fivela da bolsa!” (Tradução livre).

²¹³ *The Clerk's Prologue*, p. 137. “Senhor Albergueiro, é seu o bastão do comando! Como estou sob suas ordens, vou esforçar-me, em tudo o que estiver ao meu alcance, para obedecer-lhe.” (CHAUCER, 1988:175).

eram escolhidas entre seus burgueses, ou seja, os cidadãos reconhecidos como tal. De forma geral, o Albergueiro tem seu status reconhecido, assumindo uma posição fundamental entre os peregrinos.

Com o crescimento das cidades, destacavam-se ainda as atividades ligadas à construção, que tinha como material principal a madeira, uma vez que a pedra se mantém por muito tempo como um luxo só acessível aos mais ricos. Nesse mundo da construção, aparecem diversos ofícios que convivem, como pedreiros, talhadores e carpinteiros. Estes últimos estavam divididos em dois grupos: aqueles que trabalhavam com a construção e aqueles que produziam artigos domésticos, como mesas, bancos, etc.

Nas *Tales*, encontramos o Carpinteiro, um dos membros da guilda, e o Feitor, que era na verdade carpinteiro de profissão, mas não há identificação de que sua produção fosse de maior ou menor escala. Há, por outro lado, sua caracterização; o *carpenteer* usa *cherles termes* para contar sua história, que é, na verdade, *harlotrie* (imoral), sobre um moleiro que fora enganado por dois estudantes.

Sua caracterização é, na verdade, semelhante àquela do Moleiro, também presente na comitiva. “The Millere is a cherl; ye knowe wel this./ So was the Reve eek and othere mo,/ And harlotrie they tolden bothe two.”²¹⁴ Ambos são, então, descritos como homens de um status inferior; são *cherls*, mal-nascidos. Tal caracterização é ainda mais enfatizada no caso do Moleiro que “for dronken was al pale”, isto é estava pálido de tão bêbado, corroborando para a má reputação de que gozavam em geral os moleiros.

O moinho é uma das marcas da paisagem do Ocidente medieval. A princípio, tratava-se basicamente de um moinho movido à água, mas, a partir do século XIII, se aperfeiçoaria, abrangendo usos além da moagem dos cereais. O moleiro, por sua vez, tem uma péssima reputação. Sua avidez aguça o antagonismo contra os que precisam utilizar seu moinho.

Corroborando para tal percepção, há ainda a questão da desonestidade. O Moleiro é conhecido porque “Wel koude he stelen corn and tollen thries”²¹⁵, ou ainda, “A thief he was for sothe of corn and mele,/ And that a sly, and usaunt for to stele”²¹⁶, uma vez que o pagamento por seu trabalho era retirado como uma parcela do produto. Assim, roubava seus clientes sempre que podia, atraindo para si a raiva destes. O Moleiro é uma figura enorme,

²¹⁴ *The Miller's Prologue*, p. 67. “O Moleiro é um crápula, e isso ninguém ignora. O mesmo pode se dizer do Feitor, - entre muitos outros mais, - e ambos só sabiam falar de coisas obscenas.” (CHAUCER, 1988:49).

²¹⁵ *General Prologue*, p. 32. “Roubava trigo, tirando para si três vezes mais do que permitia a lei” (CHAUCER, 1988:11).

²¹⁶ *The Reeve's Prologue*, p. 79. “era também um sorrateiro ladrão de trigo e farinha, useiro e vezeiro em lesar os seus fregueses” (CHAUCER, 1988: 61).

“He was short-sholdred, brood, a thikke knarre”²¹⁷, cujo aspecto amedronta, possuindo barba ruiva, uma berruga com tufo de cabelos no nariz, narinas negras e boca grande. Além disso, “He was a janglere and a goliardeys”²¹⁸, o que fica claro pela história que conta.

Embora o moinho constituísse um dos pontos centrais das cidades, e fosse um dos seus pontos de sociabilidade, observa-se assim que os moleiros não gozavam de tão boa reputação, sendo temidos, mas não respeitados. Não obstante, o Albergueiro não satisfeito com a interrupção do Moleiro ao Cavaleiro diz que “Some bettre man shal tell us first another”,²¹⁹ pois preferiria que alguém melhor, ou seja, de melhor status, contasse a história seguinte a do Cavaleiro, demonstrando novamente sua posição inferior na hierarquia do grupo de peregrinos.

Das artes liberais. Embora os ofícios manuais constituíssem a parte mais significativa entre o número de cidadãos, eram os ofícios não manuais que geralmente dispunham de um status mais elevado na hierarquia do mundo do trabalho. De acordo com Cassagnes-Brouquet,

S’ils ne sont pas nombreux dans la ville, ils occupent parfois des positions éminentes comme les notaires et les médecins. Ils ont fréquenté les facultés de droit et de médecine et forment une élite d’hommes de l’art au service des puissants.²²⁰

Assim como os ofícios manuais exigem um aprendizado, os ofícios não manuais exigem uma formação ainda mais específica, acessível àqueles que podem frequentar escolas e faculdades, como os Inns of Court de Londres.²²¹ Entre estas atividades, há também um alto nível de especialização, abrindo um amplo leque de ofícios, dos quais se pode encontrar vários representantes nas *Tales*.

As atividades ligadas à saúde tem um papel fundamental nas cidades medievais, uma vez que a proximidade trazida pela vizinhança e as dificuldades higiênicas facilitam a proliferação de doenças. Segundo Cassagnes-Brouquet, estas atividades encontram um alto nível de especialização; há os médicos, com formação específica, os barbeiros cirurgiões,

²¹⁷ *General Prologue*, p. 32. “entroncado e taludo, um colosso de encrenqueiro” (CHAUCER, 1988:11).

²¹⁸ *Idem*, p. 33. “era tagarela e boca-suja” (CHAUCER, 1988:11).

²¹⁹ *The Miller’s Prologue*, p. 67. “Alguém melhor que você é quem vai contar primeiro.” (CHAUCER, 1988:48).

²²⁰ CASSAGNES-BROUQUET, *op. cit.*, p. 50. “Se eles não são numerosos na cidade, eles ocupam talvez as posições eminentes como os notários e os médicos. Eles frequentaram as faculdades de direito e de medicina e formam uma elite de homens da arte ao serviço dos poderosos.” (Tradução livre).

²²¹ Os Inns of Court funcionavam como escolas de direito em Londres, sendo muito procurados a partir do século XIV devido a demanda da própria cidade.

treinados pela prática para fazer sangrias e outras incursões médicas, e os arrancadores de dente, que por vezes se fazem acompanhar por músicos a fim de abafar os gritos dos pacientes.

O Médico faz parte dos *gentils* da comitiva, e narra uma *pitous tale* (um conto piedoso), de acordo com sua posição. Há também uma crítica a sua atividade “for he was grounded in astronomye”, isto é, porque se baseava na astronomia. Tal crítica devia-se à falta de exatidão do ofício, uma vez que os estudos anatômicos só ganham espaço posteriormente, levando os médicos medievais a tomarem por base outras perspectivas científicas ao analisar e diagnosticar as doenças. No entanto, procura-se ressaltar sua habilidade médica no uso de seus utensílios.

I pray to God so save thy gentil cors,
And eek thy urinals and thy jurdones,
Thyn ypocras, and eek thy galiones,
And every boyste ful of thy letuarie;
God blesse hem, and oure Lady Seinte Marie.²²²

Lista-se os recipientes usados para analisar a urina dos pacientes, os *urinals* e *jurdones*, assim como as soluções usadas nos tratamentos, *ypocras* e *galiones*. É devido à necessidade de diversas poções nos tratamentos médicos, que estes estabelecem uma relação muito próxima com os *apothecaries*, os boticários.

Ful redy hadde he his apothecaries
To sende hym drogges and his letuaries,
For ech of hem made oother for to wyne –
Hir frendshipe was nat newe to bigynne.²²³

Essa longa amizade entre médicos e boticários remete às relações entre ofícios, muito comum no que tange ao fornecimento de matéria-prima e produção, ou ainda produção e comercialização. Neste caso, a relação se estabelece porque o trabalho dos boticários é garantido pelo trabalho dos médicos. Afinal, é através das receitas destes que os pacientes procuram os primeiros, ou até mesmo, são os próprios médicos a fazerem uma ponte entre boticários e pacientes, disponibilizando os medicamentos considerados apropriados.

²²² *The Pardoner's Prologue*, p. 194. “Peço a Deus que proteja a sua gentil pessoa, bem como todos os seus urinóis e penicos, suas poções hipocráticas e galiônicas, e suas caixinhas abarrotadas de remédio. Tenham as bênçãos de Deus e de Nossa Senhora!” (CHAUCER, 1988:240).

²²³ *General Prologue*, p. 30. “Seus boticários, que estavam de prontidão, logo lhe mandavam drogas e remédios os mais diversos, porque essas duas classes sempre se ajudaram mutuamente.” (CHAUCER, 1988:9).

Também os homens da lei têm seu representante em meio aos peregrinos, o Magistrado. Conhecedor da escrita de Chaucer, o Magistrado é qualificado como um homem sábio, erudito, sensato e digno de respeito, além de ser muito eficiente em seu ofício.

A Sergeant of the Lawe, war and wys,
That often hadde been at the Parvys,
Ther was also, ful riche of excellence.
Discreet he was and of greet reverence –
He seemed swich, his words weren so wise.²²⁴

Este trecho aponta para a alta posição dos homens da lei, ressaltando suas qualidades e indicando sua formação, que lhe conferiu um discurso *wise*, sábio. No entanto, também revela uma crítica aos ofícios relacionados ao direito, ao falar do Parvys, como era chamado o pórtico da Saint Paul's Cathedral. Este era conhecido na Londres medieval por agregar um grande número de advogados, não renomados, que tentavam de todos os modos conseguir clientes. Revela-se, assim, que antes de se tornar *of greet reverence*, ele esteve entre os homens de menor status dentro de seu estado, apontando novamente para a mobilidade social então presente.

Destaca-se ainda a educação formal necessária para o exercício deste tipo de ofício. No diálogo entre o Albergueiro e o Magistrado, explora-se o vocabulário jurídico, ressaltando a especificidade deste. O Albergueiro convoca o Magistrado a “acquiteth youre biheeste”, isto é, a quitar seu compromisso. Este logo se prontifica a atendê-lo, pois “For swich lawe as a man yeveth another wight,/ He sholde hymselfen usen it, by right”.²²⁵ Deste modo, a reiteração de seu digno comportamento, reforça seu status na hierarquia do grupo.

É importante aqui observar brevemente a difusão da educação em fins do período medieval. Segundo Dutour, as cidades testemunham o desenvolvimento de um sistema de instrução, que passa a ser acessível a um número cada vez maior de cidadãos, de modo que a escritura se torna para estes uma atividade familiar, ainda que não completamente aprendida. Desenvolve-se ainda um sistema de instrução específico para determinadas atividades, como cálculos para os mercadores e provedores, retórica e filosofia para os clérigos, etc. Esse tipo de educação passa, então, a caracterizar tais ofícios, revelando-se em seu próprio discurso.

²²⁴ *Idem*, p. 28. “Um Magistrado, sábio e cauteloso, que no passado frequentara o pórtico da igreja de São Paulo, também vinha conosco, um jurista de reconhecida competência. Da sensatez de suas palavras podia inderir-se que se tratava de um homem ponderado e digno de todo respeito.” (CHAUCER, 1988:7).

²²⁵ *Introduction to the Man of Law's Tale*, p. 87. “Afinal, pelo direito, quem dita leis aos outros deve igualmente submeter-se a elas.” (CHAUCER, 1988:70).

Quando contrapomos, por exemplo, as qualificações do Estudante de Oxford àquelas do Proprietário de Terras, fica bastante marcado o papel de uma educação formal. Ao convocar o Estudante, que preferia ter vinte livros sobre filosofia a ter vestes refinadas, para narrar sua história, o Albergueiro pede que “Speketh so pleyn at this time, we yow preye,/ That we may understonde what ye seye”.²²⁶ É preciso lembrá-lo de usar uma linguagem mais simples que todos possam compreender ao invés de usar o *heigh style* (alto estilo) comum entre os clérigos. Por sua vez, o Proprietário de Terras confessa ser um *burel man* (homem sem instrução) para desculpar-se pela linguagem *bare and pleyn* (simples) em que contaria sua história: “Have me excused of my rude speche./ I lerned never retorique, certeyn”. Logo, reconhece que por nunca ter frequentado uma escola de retórica, sua linguagem permaneceu muito simples. Embora esta seja uma sociedade que já se preocupa com o status econômico, os homens letrados são valorizados, destacando-se na hierarquia social.

Como vimos, também o ofício do mercador requer um preparo, um grau de instrução que lhe permita realizar cálculos, registrar seus negócios e fechar contratos. O Mercador é outro peregrino bem retratado na narrativa. É interessante notar que são sempre referidos como dignos comerciantes, hábeis para lidar com o dinheiro, sendo possível notar o valor que já era dado, então, para quem sabia obter rendimentos com o trabalho monetário. Sua descrição física já mostra a posição em que se encontra, pois usa roupas de várias cores, chapéu flamengo de pele de castor, além de botas com fivelas finas e elegantes, o que era acessível apenas a um *worthy man* (homem digno).

Wel koude he in eschaunge sheeldes selle.
This worthy man ful wel his wit bisette:
Ther wiste no wight that he was in dette,
So estatly was he of his governaunce
With his bargaynes and with his chevyssaunce.²²⁷

No entanto, também não se deixa de mencionar os motivos de crítica anteriormente destacados. Se ganhavam com o comércio de produtos de curto e longo alcance, também lucravam por meio do câmbio ilegal e dos empréstimos, estes últimos extremamente condenados pela Igreja, uma vez que negavam o princípio da caridade e negociavam o tempo,

²²⁶ *The Clerk's Prologue*, p. 137. “Agora, por favor, fale numa linguagem bem simples, para que todos o entendam.” (CHAUCER, 1988:175).

²²⁷ *General Prologue*, p. 28. “Dava-lhe bons retornos o câmbio ilegal de seus escudos. Esse respeitável senhor, de fato, tinha tino comercial: conduzia os seus negócios com tamanha dignidade, com as suas vendas e os seus empréstimos, que ninguém diria que estava cheio de dívidas.” (CHAUCER, 1988:7).

que só pertencia a Deus. Uma forte razão de reprovação ante a figura do mercador era ainda o apego aos bens terrenos e ao dinheiro, motivo pelo qual nunca deixa seus *bookes* (livros de cálculos) e *bagges* (sacos de moeda).

Outro ponto a ser destacado são as menções à própria atividade comercial. Sobre os mercadores, sabe-se “That wyde-where senten hir spicerye,/ Clothes of gold, and satyns riche of hewe”.²²⁸ Atividade essa que também implica um longo deslocamento espacial, como o do mercador que “Shoop hym to make redy his array/ Toward the toun of Brugges for to fare,/ To byen there a porcioun of ware”.²²⁹ No entanto, embora a movimentação desses homens seja constante, eles não se caracterizam como desenraizados, uma vez que sua atividade está pautada em um movimento de retorno para o lugar de onde partem e com o qual se identificam, até mesmo em oposição a mercadores de outras localidades que se reúnem em entrepostos comerciais, mercados regionais e feiras.

Devemos salientar ainda que não se desconsidera ao longo da narrativa os riscos que o ofício do mercador envolve, o que por vezes justifica o apego ao que já conseguiram. Além de depender de sua astúcia, seu tino comercial, o mercador depende das condições de viagem, que podem causar a perda do seu carregamento, assim como das variações do preço das mercadorias que trazem.

Wyf, quod this man, litel kanstow devyne
The curious bisynesse that we have.
For of us chapmen, also God me save,
And by that lord that clepid is Seint Yve,
Scarsly amonges twelve tweye shul thryve
Continually, lastyng unto oure age.
We may wel make chiere and good visage,
And dryve forth the world as it may be,
And kepen oure estaat in pryvetee,
Til we be deed, or ells that we pleye,
A pilgrimage, or goon out of the weye.
And therefore have I greet necessitee
Upon this queynte world t’avyse me,
For everemoore we moote stoned in drede
Of hap and fortune in oure chapmanhede.²³⁰

²²⁸ *The Man of Law’s Tale*, p. 89. “ (...), que mandavam para todas as partes do mundo as suas especiarias, os seus panos de ouro e os seus cetins de belas cores.” (CHAUCER, 1988:72).

²²⁹ *The Shipman’s Tale*, p. 203. “(...) resolveu aprontar sua bagagem a fim de viajar para a cidade de Bruges, onde pretendia comprar algumas mercadorias.” (CHAUCER, 1988:89).

²³⁰ *Idem*, p. 206. “‘Mulher,’ disse o marido, ‘você nem imagina como o nosso trabalho é complicado. Por Deus e por Santo Ivo, de cada doze mercadores apenas dois conseguem atingir a nossa idade progredindo sem tropeços. E, quando as coisas vão mal, ou nós fazemos cara alegre e vamos levando o mundo como podemos, escondendo até a morte a nossa situação real, ou então dizemos aos credores que vamos a uma romaria, e desaparecemos. Por isso é que preciso estar bem preparado para enfrentar as armadilhas deste nosso mundo; no comércio, os maiores

Os pequenos mercadores têm um raio de ação menor em comparação aos grandes mercadores, mas ambos preocupam-se com a contabilidade, os registros de sua atividade e os lucros. É a riqueza e a amplitude internacional da sua atividade que melhor caracterizam o grande mercador. Segundo Cassagnes-Brouquet, o pequeno e o grande mercador teriam ainda como pontos em comum o gosto pelo risco, a atração pelo ganho e a total ausência de especialização.²³¹ No entanto, é preciso reconsiderar este último aspecto, uma vez que é conhecida a existência uma divisão entre o que cada grupo de mercadores pode comercializar.

Os mercadores constituem um dos principais grupos de viajantes do Ocidente medieval, movimentando as cidades que se localizam ao longo de suas rotas comerciais. Os mercadores de Londres, por sua vez, destacavam-se no território insular devido à posição privilegiada da cidade e, por isso, influenciavam o comércio de diversas outras cidades menores. Segundo Britnell, sua atividade desenvolvia o volume do comércio londrino, assim como definia as outras cidades que seriam beneficiadas pela exportação de sua principal produção, a têxtil.²³² Essa posição de destaque reitera seu alto status na hierarquia social.

Entre esses homens das artes liberais, temos, por fim, o Provedor, que, embora tenha pouca presença na narrativa, é revelado como um homem de *good staat*, mas de cuja reputação se tem dúvidas devido às trapaças que realiza em seus negócios.

A gentil Maunciple was ther of a temple,
Of which achatours myghte take exemple
For to be wise in bying of vitaille;
For wheither that he payde or took by taille,
Algate he waited so in his achaat
That he was ay biforn and in good staat.²³³

O Provedor era um agente de negócios, comprando provisões para um *temple*, ou seja, um Inn of Court, uma das escolas de direito de Londres. Sua atividade envolve o vocabulário do campo comercial como vemos no exemplo acima o uso dos termos *achatours* (compradores) e *bying of vitaille* (compra de víveres). No entanto, destaca-se o fato de que

perigos são os azares e os golpes inesperados da Fortuna.” (CHAUCER, 1988:92).

²³¹ CASSAGNES-BROUQUET, *op. cit.*, p. 60.

²³² BRITNELL, *op. cit.*, p. 152.

²³³ *General Prologue*, p. 32. “E lá estava um gentil Provedor de uma escolar de direito em Londres, um homem que todos os intendentess deveriam imitar se quisessem aprender como se compram mantimentos. De fato, pagando à vista ou a prazo, ele observava tudo com muita atenção, e sempre passava a perna nos outros e levava vantagem.” (CHAUCER, 1988:11).

sempre tira vantagens em seus negócios, ao que aqueles com quem mantem relações devem estar atentos. Portanto, seu comportamento não lhe garante uma das melhores posições dentre os membros da comitiva.

Guildsmen. Os membros da comitiva que mais se destacam, mas que, paradoxalmente, não tem voz na narração dos contos são os *guildsmen*. Por isso, sua participação traz diversas questões, as quais procuraremos abordar a partir do extrato em que aparecem em meio aos peregrinos.

An Habberdassher and a Carpenter,
A Webbe, a Dyere, and a Tapycer –
And they were clothed alle in o lyveree
Of a solempne and a greet fraternitee.
Ful fresh and newe hir geere apiked was;
Hir knyves were chaped noght with bras
But al with silver, wroght ful clene and weel,
Hire girdles and hir pouches everydeel.
Wel semed ech of hem a fair burgeys
To sitten in a yeldehall on a deys.
Everich, for the wisdom that he kan,
Was shaply for to been an alderman.
For catel hadde they ynogh and rente,
And eek hir wyves wolde it wel assente;
And ells certeyn were they to blame.
It is ful fair to been ycleped ‘madame’,
And goon to vigils al bifore,
And have a mantel roialliche ybore.²³⁴

Em primeiro lugar, é essencial destacar que a associação da qual participam é uma *fraternitee*, e em que isto implica. Embora nos documentos do período também sejam identificadas como *guilds*, não se deve confundi-las com as *craft guilds*. Estas eram guildas que associavam homens de um mesmo ofício, com o objetivo de regulamentar a atividade, seus preços e sua qualidade, defender os interesses do ofício frente a ofícios concorrentes, decidir conflitos internos e controlar a reputação de seus membros e, conseqüentemente, do

²³⁴ *Idem*, p. 29. “Tínhamos em seguida um Armarinheiro, um Carpinteiro, um Tecelão, um Tintureiro e um Tapeceiro, todos vestidos com a mesma libré de uma importante e grande confraria. Suas ferramentas polidas eram novas em folha; os engastes de suas facas não eram de bronze, mas inteiramente de prata; e seus cintos e bolsas eram trabalhados com arte até nos pormenores. Cada um deles parecia um bom burguês, digno de tomar assento no estrado da sala de sua corporação ou de tornar-se, com a sua perspicácia, membro da câmara de sua cidade. Todos dispunham de posses e rendas para tanto. E suas esposas bem que concordariam com isso (a menos que fossem tolas), pois não há mulher que não goste de ser chamada de ‘Madame’ e de encabeçar as procissões, nas vigílias dos dias santos, com um manto às costas igual a uma rainha.” (CHAUCER, 1988:8).

ofício.²³⁵ As demais guildas identificadas constituíam *parish guilds*, isto é, guildas paroquiais, associações centradas em uma igreja local. Entretanto, de acordo com Garbáty, também estas estavam divididas em duas vertentes:

there were two kinds of parish guilds. Those with strong craft connections were parish guilds made up predominantly, but not exclusively, of a single craft, which in most cases was the founding craft of the fraternity. (...) The other type is the pure parish guild, a fraternity made up of diverse members of the parish not connected with any one craft, basing its membership only on residence in the parish.²³⁶

As fraternidades, compostas por membros de diversos ofícios, tinham por objetivo a piedade, a sociabilidade e o apoio mútuo, ressignificando a caridade pregada pela Igreja. Essas associações eram dedicadas a um santo patrono, como Thomas Becket, ou a uma devoção, como a Santíssima Trindade, o que requeria o cumprimento de alguns deveres religiosos como a manutenção de altares e a realização de missas. Além disso, trazia consigo obrigações sociais, como a realização de missas para os membros falecidos e assistência aos membros em dificuldades financeiras. As fraternidades tinham um caráter mais congregador, mas, devido a suas obrigações religiosas e sociais, todos os membros tinham de contribuir com uma quantia pré-determinada, sendo este em geral o seu fator de exclusão.

Embora muitos pesquisadores, tenham se debruçado sobre o tema, não se pode definir com exatidão a que fraternidade pertenciam os *guildsmen* de Chaucer. Alguns consideram a possibilidade de participarem de uma fraternidade dedicada a São Thomas Becket, outros discutem as diferentes guildas paroquiais localizadas em Aldsgate, onde se concentravam os ofícios da indústria têxtil.²³⁷ No entanto, a falta de documentação sobre essas associações paroquiais dificulta uma conclusão mais apropriada para a questão.

²³⁵ BURRAGE, Michael C. & CORRY, David. "At Sixes and Sevens: Occupational Status in the City of London from the Fourteenth to the Seventeenth Century". In: *American Sociological Review*, Vol. 46, No. 4 (Aug., 1981), pp. 375-393. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2095259>, acessado em 27/11/2011.

²³⁶ GARBÁTY, Thomas Jay. "Chaucer's Guildsmen and Their Fraternity". In: *The Journal of English and Germanic Philology*, Vol. 59, No. 4 (Oct., 1960), pp. 691-709. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/27707558>, acessado em 25/11/2011. "(...): havia dois tipos de guildas paroquiais. Aquelas com uma forte conexão com o trabalho eram guildas paroquiais formadas predominantemente, mas não exclusivamente, por um único ofício, que na maioria dos casos era o ofício fundador da fraternidade. (...) o outro tipo é a simples guilda paroquial, uma fraternidade formada por diversos membros da paróquia sem conexão com seus ofícios, baseando sua associação apenas na residência dentro da jurisdição da paróquia." (Tradução livre).

²³⁷ Uma revisão dos estudos realizados encontra-se em GARBÁTY, Thomas Jay. "Chaucer's Guildsmen and Their Fraternity", *op. cit.*

Apesar deste ponto em aberto, sabe-se que se trata de uma *solempne and greet fraternitee*, cujos membros eram *faire burgeys*, o que nos remete a outra questão crucial, a definição de uma burguesia entre os cidadãos. Antes que um grupo, a burguesia era um valor medieval, um valor cidadão. A burguesia apresenta-se como um estatuto jurídico que implica no reconhecimento da dignidade e da condição social do indivíduo.

Las atividades profesionales de los burgueses son las que se consideran especialmente honrosas: la gestión de bienes, el comercio, las finanzas, la administración, las profesiones jurídicas; eso excluye las actividades manuales y por lo tanto el artesanato, excepto cuando la actividad artesanal es la base de un comercio.²³⁸

Curiosamente, é esta exceção que se aproxima do caso dos *guildsmen* da peregrinação, uma vez que em sua maioria mantem ofícios manuais ligados à indústria têxtil, que constituía a principal produção e comércio da Inglaterra, com sua concentração em Londres. Observa-se, portanto, que são, neste caso, reconhecidos como burgueses aqueles cujos ofícios estão envolvidos com a principal fonte de renda do reino, como o Tecelão, o Tintureiro, o Tapeceiro e o Armarinheiro.

A burguesia conferia aos que a tinham reconhecida alguns privilégios perante aos demais cidadãos, como o direito à participação na vida política da cidade. Como discutido no Capítulo 1, o governo de associações como guildas e confrarias funcionavam muitas vezes como preparação para o governo da cidade. Sua descrição no Prólogo Geral já dá a conhecer que seu status dentro da cidade permitiria que chegassem ao cargo de *alderman* e se sentassem no *yeldehall* (*guildhall*, o centro administrativo da cidade), ou seja, dispunham de plenos direitos políticos não apenas para escolher as autoridades da cidade como também para serem escolhidos para ocupar tais cargos.

Ainda que posteriormente essa escolha passasse a ser feita por *wards* (divisões distritais), a princípio constituía uma possibilidade apenas para os membros das *livery companies*, associações que já haviam garantido o direito de usar uma veste própria e identificadora. Este o caso da fraternidade de que participam esses cinco peregrinos, que usam sua *lyveree*. Este fato reitera sua alta posição social no ambiente cidadão, da qual não se afastam durante a peregrinação, ao permanecer vestindo suas *liveries*.

²³⁸ DUTOUR, *op. cit.*, p. 243. “As atividades profissionais dos burgueses são as que se consideram especialmente honrosas: a gestão de bens, o comércio, as finanças, a administração, as profissões jurídicas; isso exclui as atividades manuais e por tanto o artesanato, exceto quando a atividade artesanal é a base de um comércio.” (Tradução livre).

Além disso, seu status estende-se a suas esposas, que os apoiariam caso fossem escolhidos *aldermen*, uma vez que passariam a destacar-se como *madames*, garantindo privilégios nas procissões e demais cerimônias religiosas. Este extrato nos revela, assim, além de questões sobre as associações medievais, aspectos da representação social que se desenvolvia no ambiente citadino, permitindo observar que, embora não tivessem voz ativa na narrativa, estes *worthy men* ocupavam um lugar proeminente na hierarquia social.

Dos Homens que servem à Igreja. Não poderiam deixar de participar de tal comitiva aqueles que ocupam as funções religiosas. Entre estes, encontram-se o Monge, o Frade, o Beleguim, o Vendedor de Indulgências, o Cônego (que chega quando os peregrinos já estão mais próximos a Canterbury), a Priora, o Padre e o Pároco. Para Swanson, em geral, Chaucer apresenta ao longo da narrativa, os religiosos com os quais seus contemporâneos teriam mais contato, como frades, beleguins e, principalmente párocos.²³⁹

Mosteiros e conventos eram numericamente mais escassos e, por isso, mantinham em seus claustros uma parcela pequena dos religiosos. Os frades exerciam sua função entre os citadinos, principalmente, e encontravam-se em maior número, mas não superavam a presença dos padres locais em uma paróquia. Os párocos formavam um grupo de destaque, afinal, toda a Cristandade, campo e cidade, estava dividida em paróquias, que tinham a sua frente um pároco próprio, e, por isso, eram os religiosos mais acessíveis a população.²⁴⁰

Não obstante, o Pároco é o religioso melhor qualificado pelo narrador.

A good man was ther of religioun,
And was a povre Persoun of a Toun,
But riche he was of hooly thought and werk.
He was also a lerned man, a clerk,
That Cristes gospel trewely wolde preche;
His parissshens devoutly wolde he teche.²⁴¹

Este é um bom padre, que se preocupa e se ocupa com a formação de seus paroquianos, para o que se preparou, pois é um *lerned man* (letrado). Também a fim de qualificá-lo, é apresentado como um *povre persoun* (pároco pobre), o que demonstraria ser um homem fiel à religião, que não se preocupa com a riqueza. No entanto, em seguida,

²³⁹ SWANSON, *op. cit.*, p. 405.

²⁴⁰ *Idem*, p. 407.

²⁴¹ *General Prologue*, p. 31. “Também vinha conosco um religioso, Pároco de uma pequena cidade, um bom homem, pobre de dinheiro mas rico de santidade nos pensamentos e ações. Ademais, era um clérigo culto, pregando com fidelidade o evangelho de Cristo e devotamente ensinando os seus fiéis.” (CHAUCER, 1988:10).

sabemos que estava à frente de uma grande paróquia, logo, recebia os donativos de todos os paroquianos. Por servir a Deus e aos paroquianos, ministrando os sacramentos e pregando o evangelho, os párocos recebiam sua renda a partir da produção das terras paroquiais e dos donativos recebidos dos fiéis. Além disso, o fato de participar de uma comitiva em peregrinação corrobora para a noção de que obtivesse uma boa renda, caso contrário, não poderia pagar os custos da viagem. É mais acertado, portanto, imaginar que o emprego do termo *povre* se refira ao fato de não ostentar riqueza com vestes refinadas, como acontece com os demais religiosos da comitiva.

Sua reputação é ainda mais elevada, pois se dedica aos seus paroquianos.

He sette nat his benefice to hyre
And leet his sheep encombred in the myre
And ran to Londoun unto Seinte Poules
To seken hym a chaunterie for soules,
Or with a bretherhed to been withholde ²⁴²

Este Pároco nunca abandonara suas ovelhas em busca de uma renda maior, ministrando missas para confrarias. Este era certamente um dos grandes problemas do clero secular nos últimos séculos do período medieval, uma vez que é notório o crescimento do número dessas *chaunteries* (*chantries*) nas igrejas das maiores cidades. Segundo Britnell, *chantries* eram acordos, com base em uma remuneração, através dos quais padres celebravam uma missa diária em altar específico de uma igreja em nome de algum indivíduo, vivo ou morto, ou de alguma associação de cidadãos.²⁴³ Os rendimentos provenientes desses acordos deveriam levar muitos padres a abandonar suas paróquias em busca de melhores condições nas cidades ou junto a senhores poderosos. Este seria, por exemplo, o caso do Padre que acompanha a Priora na peregrinação.

Apesar destas adversidades, os padres são muito bem qualificados na narrativa. São homens *hooly and vertuous* (santos e vistuosos), *gentil preests* (padres dignos), em oposição àqueles associados ao clero regular. Estes são responsáveis pela inversão do princípio de *caritas*, que, de acordo com os ensinamentos da Igreja, deveria ser o principal laço entre os cristãos, pois se preocupam com os prazeres do mundo, como veremos a seguir.

²⁴² *Idem*, p. 31. “(...), nuca alugou a sua paróquia, deixando suas ovelhas atoladas na lama, a fim de correr à igreja de São Paulo em Londres, à cata de alguma rica dotação com que pudesse lucrar rezando missas pelas almas, ou de um bom cargo de capelão em alguma confraria.” (CHAUCER, 1988:10).

²⁴³ BRITNELL, *op. cit.*, p. 171.

Iniciaremos nosso percurso pelo Monge que aparece na comitiva, partindo da fala do Albergueiro a este:

I vowe to God, thou hast a ful fair skyn;
It is a gentil pasture ther thow goost.
Thou art nat lyk a penant or a goost:
Upon my faith, thou art som officer,
Som worthy sexteyn, or som celerer,
For by my fader soule, as to my doom,
Thou art a maister whan thou art at hoom;
No povre cloysterer, ne no novys,
But a governour, wily and wys,
And therwithal of brawnes and of bones
A wel farynge persone for the nones.
I pray to God, yeve hym confusioun
That first thee broghte unto religioun!
Thou woldest han been a trefowel aright.²⁴⁴

O Monge em nada se assemelha a um enclausurado, a começar pelo fato de que está em uma peregrinação. Tem um belo porte e é *farynge persone* (pessoa bonita). Parece-se, na verdade, com um homem de alta responsabilidade ou um administrador, que cavalga pelas terras do mosteiro a fim de fiscalizar seus rendimentos. Além disso, é apaixonado pela montaria, possuindo belos cavalos em seus estábulos, sem poupar despesas, ou seja, sem preocupar-se com a moderação e a reclusão da vida religiosa. No entanto, ao ser solicitado a contar uma história, propõe-se a fazê-lo seguindo a virtude, optando por uma *thrifty tale* sob as tragédias de grandes homens.

Também a Priora, madame Eglentyne, apresenta preocupações divergentes da vida religiosa: “In curtesie was set ful muchel hir lest”.²⁴⁵ Falava francês e procurava se portar de modo cortês para ser reconhecida como uma dama digna, ou seja, não se preocupava em primeiro lugar com sua função religiosa. É interessante notar que tanto o Monge quanto a Priora apresentam *lest (lust)*, isto é, um prazer mundano, pela caça e pela cortesia, respectivamente. Dessa forma, desqualifica-se aqueles que deveriam estar mais próximos de Deus, vivendo de maneira mais fervorosa a religião, na clausura.

²⁴⁴ *The Monk's Prologue*, p. 240. “Mas juro por Deus que o senhor tem uma pele que é uma beleza. Por aí já se vê que não costuma passar mal, pois não tem nada daquele ar spectral dos penitentes. Aposto como o senhor é algum administrador, algum sacristão ou despenseiro, alguém em posição de mando lá onde vive. Um enclaustrado ou um noviço é que não é; deve ser um superior, prudente e prático, que, além de tudo, com esses músculos e ossatura, pode vencer qualquer parada. Que Deus castigue quem o encaminhou para a religião! O senhor daria um bom galo reprodutor.” (CHAUCER, 1988:112).

²⁴⁵ *General Prologue*, p. 25. “Nos hábitos cortesios achava a sua maior satisfação.” (CHAUCER, 1988:5).

Outros peregrinos ligados ao serviço à Igreja são desqualificados por seu apego aos bens materiais, entre eles o Beleguim. Este era uma oficial da justiça eclesiástica, responsável por encaminhar intimações: “A somonour is a rennere up and doun/ With mandementz for fornicacioun,/ And is ybet at every townes ende.”²⁴⁶. É assim que o Frade descreve essa atividade, da qual crê que nada de bom possa se dizer, uma vez que os beleguins são traiçoeiros e sempre inventam acusações para chantagear inocentes e lhes extorquir moedas, além de enganar até seu superior, o arcediogo.

Ao Beleguim, que, também associado à devassidão, fazia das suas às escondidas, não restava outra comparação do que aquela com o diabo, de quem se torna parente no conto em que aparece.

As I am sworn, and ech o fus til oother,
For to be trewe brother in this cas;
And bothe we goon abouten oure purchas.
Taak thou thy part, what that men wol thee yive,
And I shal myn; thus may we bothe lyve.²⁴⁷

Conclui o Frade, então, que não há outro fim ao Beleguim que não ser arrastado para a habitação do demônio. Para este fim, sua própria descrição física já o prepara, apresentando rosto afogueado, com pústulas, olhos juntos, pestanas negras e barba rala.

Por sua vez, o Frade mendicante não goza de melhor reputação. Assemelha-se ao Monge quanto à boa aparência. Era bem apessoado, robusto e tinha olhos cintilantes, além de ser alegre e galanteador, ao cantar, dedilhar as cordas e tocar a harpa. Por esta razão, seduzia as mocinhas, as quais depois casava, usando sempre uma manta recheada de faquinhas e fivelas para presenteá-las. Era também um grande confessor, pautando as penitências na medida das doações recebidas. Embora o Beleguim dedique seu conto a difamar os frades, é no Conto da Mulher de Bath que encontramos a principal crítica a estes.

But now kan no man se none elves mo,
For now the grete charitee and prayers
Of lymytours and othere hooly frères,
That serchen every londe and every stream,
As thikke as motes in the sonne-beem,

²⁴⁶ *The Friar's Prologue*, p. 122. “(...) o beleguim não passa de um sujeito que vive correndo para baixo e para cima, a levar intimações para os fornicadores e a apanhar nas saídas das cidades.” (CHAUCER, 1988:157).

²⁴⁷ *The Friar's Tale*, p. 126. “Afinal, fizemos ambos um juramento de que seríamos irmãos; e é como irmãos que vamos prosseguir em nossas buscas. Você tomará a sua parte daquilo que os homens lhe derem, e eu tomarei a minha; ambos assim viveremos.” (CHAUCER, 1988:161).

Blessynge halles, chambres, kichenes, boures,
 Citees, burghes, castels, hye toures,
 Thropes, bernes, shipnes, dayeryes –
 This maketh that ther been no fayeryes.
 For ther as wont to walken was an elf
 Ther walketh now the lymytour hymself
 In undermeles and in morwenynges,
 And seyth his matins and his hooly thinges
 As he gooth in his lymytacioun.
 Women may go sauflly up and doun.
 In every bussh or unde every tree
 Ther is noon oother incubus but he,
 And he ne wol doon hem but dishonour.²⁴⁸

Crítica-se, então, a atividade dos frades mendicantes, que circulam por todos os espaços próximos às cidades, arrecadando doações para sua Ordem. Como se pode perceber, estariam mais preocupados com as doações a serem recebidas do que com a pregação do evangelho. Além disso, deixa-se entender que estes se aproveitavam dos fiéis com quem tinham contato, em especial das mulheres.

Também criticados por se aproveitarem de seus irmãos, o Vendedor de Indulgências e o Cônego viviam de modo a tirar vantagens sobre os outros. Como discutido anteriormente, o Vendedor de Indulgências carrega consigo diversas relíquias falsas, de modo a enganar os fiéis que as queiram comprar. Além disso, em suas pregações, nas quais usa *hauften speche* (um discurso refinado) para impressionar os fiéis, condena a avareza, a fim de que aqueles que o ouvem se disponham a fazer doações mais generosas. O Cônego, por sua vez, engana a todos que pode para conseguir os materiais necessários aos seus experimentos de alquimia; apropria-se, assim, do dinheiro dos que consegue ludibriar sem jamais devolver-lhes as somas.

Com exceção do Pároco, os religiosos presentes na comitiva deturpam o sentido da caridade cristã, ocupando-se em primeiro plano de suas vontades e benefícios, ao invés de cuidar da salvação das almas a eles confiadas. Dessa forma, desqualifica-se o grupo que apresentaria maior destaque na sociedade depois dos nobres, a fim de aproximá-los da posição dos demais peregrinos.

²⁴⁸ *The Wife of Bath's Tale*, p. 116-117. “Hoje em dia, porém, ninguém mais pode ver esses duendes, e isso por causa da grande caridade e das orações dos mendicantes e dos outros santos frades, que, numerosos como as partículas de pó num raio de sol, esquadrinham todas as terras e torrentes, benzendo salões, câmaras, cozinhas, alcovas, cidades, burgos, castelos, torres elevadas, aldeias, celeiros, estábulos, leiteiras... e dando sumiço às fadas. Por conseguinte, no lugar onde antes passava o gnomo, hoje quem passa é o próprio frade, a rezar as suas matinas e as suas coisas santas de tarde e de manhã, enquanto percorre a sua zona de esmolar. Agora as mulheres podem andar tranquilas por toda parte, pois o único incubo que encontram, sob as árvores ou atrás das moitas, é o bom frade. E ele por certo não lhes fará nenhum mal, - exceto deflorá-las.” (CHAUCER, 1988:150).

Ao incluir entre os peregrinos que formavam a comitiva membros de diversos grupos que compunham o universo citadino, Chaucer apresenta e representa não só os ofícios como a própria cidade, através da diversidade de funções que lhe é característica. Embora haja diferenças quanto ao seu estado e status, cada peregrino mantém uma posição própria no corpo que constitui a cidade. Ao lançá-los em peregrinação, Chaucer insere a cidade no novo modelo de vida cristã, proativo, tornando-a parte de um corpo ainda maior, aquele da Cristandade. Ao novelar, modela-se os ofícios, e a cidade, integrando-os no projeto da Cristandade.

CAPÍTULO 4. A CIDADE SOB O TEXTO

4.1. SER DA CIDADE: PERTENCIMENTO E ALTERIDADE EM LONDRES (SÉCULO XIV)

Muitos especialistas em Chaucer argumentam que Londres, como uma cidade, não está presente em seu discurso, pois não é possível recuperar uma unidade que a represente. Para estes, Chaucer, assim como seus contemporâneos, apenas remeteria a Londres indiretamente através de um discurso fragmentado e descontínuo, logo, a cidade estaria ausente.²⁴⁹ No entanto, não consideramos tal proposição apropriada, uma vez que percebemos a diversidade como a peça chave do discurso sobre a cidade.

A cidade medieval é caracterizada pela multiplicidade de atividades, ofícios e funções presentes em sua composição, além de uma diversidade de indivíduos que convivem no tempo e no espaço urbano, o que não seria diferente no caso da principal cidade insular. Ainda que se tenha em mente a noção do corpo social representado pela cidade, não se deve ignorar as diferenças entre as partes, os grupos, que o constituem. Portanto, observar o discurso sobre Londres implica em estar atento à diversidade que a compõe.

Em primeiro plano, identificamos uma associação cristã, um grupo de peregrinos que se reúne em torno de um mesmo objetivo, visitar o túmulo do Santo Thomas Becket. Contudo, embora formem uma *compaignye*, os peregrinos não são uma comunidade uniforme. Como aponta Swanson, este é um encontro ocasional e de curta duração, com um sentido utilitário, de modo que componham uma comunidade ainda superficial.²⁵⁰

“That the Canterbury pilgrims are only superficially a community is clear from the way they are introduced and described in the General Prologue.”²⁵¹ Swanson defende que o fato de serem descritos por seus sinais externos, como feições e vestuário, indica uma falta de proximidade entre os peregrinos, isto é, estes não teriam maiores relações entre si. A fragilidade desse grupo seria corroborada pelo surgimento, ao longo do caminho, de outros personagens, o Cônego e seu Criado, que são incorporados à comitiva sem objeção.

Entretanto, é preciso repensar esta questão, uma vez que se pode observar que alguns

²⁴⁹ Esta proposição foi defendida originalmente por David Wallace, ao qual uma linha de pesquisadores se afiliou. Cf. WALLACE, David. “Chaucer and the Absent City”. In: HANAWALT, Barbara A. *Chaucer’s England: Literature in Historical Context*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992, pp 59-90.

²⁵⁰ SWANSON, *op. cit.*, p. 404.

²⁵¹ *Idem*. “Que os peregrinos de Canterbury sejam somente superficialmente uma comunidade fica claro a partir do modo como são apresentados e descritos no Prólogo Geral.” (Tradução livre).

desses peregrinos conhecem uns aos outros pelo nome e também por sua reputação, levantando dúvidas quanto à superficialidade e fragilidade dessa associação. O exemplo do Albergueiro pode em si demonstrar tal perspectiva. Ao dirigir-se aos peregrinos que devem narrar as histórias, embora dê preferência à identificação por ofícios, por algumas vezes, emprega seus nomes próprios, como nos exemplos a seguir.

Moleiro	And seyde, “Abyd, Robyn, my leeve brother (p. 67) (Devagar aí, Robyn, meu querido irmão.)”
Cozinheiro	Now telle on, Roger; looke that it be good, (p. 84) (Está bem, Roger, pode contar, desde que seja boa.)
Pároco	Oure Host answerde, “O Jankin, be ye there? (p. 104) (O Albergueiro retrucou: Oi, Jankin! É você que está aí?)
Padre da Freira	“Com neer, thou preest, com hyder, thou sir John! (p. 253) ((...) venha até aqui, Padre John!)

Tabela sobre os nomes próprios mencionados pelo Albergueiro

Ainda outros peregrinos chamam uns aos outros por seus nomes próprios em Prólogos e Epílogos de diversos contos, e alguns parecem ter um relação muito próxima, que poderia ter sido proporcionada, por exemplo, pelos laços de vizinhança. Além disso, já em sua descrição no Prólogo Geral, deixa-se conhecer o nome de outros peregrinos, embora essa não seja sua identificação principal. Entre eles, estariam a senhora Eglentyne (a Priorosa) e Oswald (o Feitor). Embora a lista dos nomes medievais constasse mais de repetições do que de uma variedade de nomes, estes eram um símbolo de identidade, revelando muitas vezes as famílias e a posição social quando do nascimento do indivíduo.

No mesmo sentido, destacavam-se os sobrenomes, uma marca para as famílias mais abastadas e mais fluído entre as famílias menos favorecidas. Os sobrenomes podiam expressar experiências pessoais, como no caso do Cozinheiro, Roger de Ware, vindo da cidadezinha de Ware, ou relações familiares, sejam elas expressas pelo lugar de origem da família ou pela própria ocupação de um antepassado. Este último é o caso de Geoffrey Chaucer. É sabido que Chaucer provinha de uma família de comerciantes de vinho, que possuíam propriedades agrícolas. No entanto, seu sobrenome refere-se a um antepassado mais distante da família que exercia o ofício de sapateiro, *chaucer* em inglês médio.

Esses nomes próprios e sobrenomes são mais um aspecto, além dos ofícios, que marcam a identidade desses peregrinos. Buscamos, assim, outros fatores que revelam sua identidade com relação à presença e participação na vida da cidade.

O que seria, então, esta identidade cidadina? Inúmeros são os aspectos que a

envolvem, como nome, sobrenome, laços familiares, atividades exercidas, nível de instrução, etc. Como aponta Ardis Butterfield, seria mais apropriado falar em identidades, pois não é possível definir quem é um indivíduo a partir de uma única perspectiva; não existe, portanto, um fator determinante.

Concepts of identity in the Middle Ages depended not on some single, overarching idea of state, but rather on a variety of often competing allegiances. A single individual might have several conflicting loyalties, and the name of these commitments would depend on his or her social status, occupation and linguistic habits and competences.²⁵²

Desse modo, há uma gama de relações estabelecidas que contribuem para a construção de uma identidade. É essencial ainda não perder de vista o fato de que “[i]dentity was never a process of replacement, but of accumulation”²⁵³, isto é, não se pode realizar uma mudança identitária, mas ela passa por um processo de transformação de acordo com as experiências acumuladas pelo indivíduo, por exemplo, a troca ou o acúmulo de ofícios, uma nova vizinhança, um casamento, entre outros.

Sintetizando o que entendemos aqui como identidade, recorreremos à discussão de Michael Pollak:

Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.²⁵⁴

A identidade é, na verdade, uma forma de representação social, funcionando como um eixo através do qual os sujeitos históricos se movimentam e interagem. A representação que um grupo faz de si não determina o que ele realmente é, mas deixa ver de que forma ele se identifica e opõe dentro de um contexto social mais amplo. Assim, a identidade configura-

²⁵² BUTTERFIELD, Ardis. “Nationhood”. In: ELLIS, Steve (ed.). *Chaucer: An Oxford Guide*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 51. “Noções de identidade na Idade Média dependiam de uma única e dominante ideia de estado, mas de uma variedade de alianças geralmente conflituosas. Um único indivíduo pode ter diversos laços de lealdade conflituosos, e o nome dado a essas alianças dependeria no seu status social, sua ocupação, e seus hábitos e competências linguísticas.” (Tradução livre).

²⁵³ RUBIN, Miri. “Identity”. In: HORROX, Rosemary & ORMROD, W. Mark (eds.). *A Social History of England 1200-1500*. Cambridge; Cambridge University Press, 2006, p. 391. “A identidade nunca foi um processo de substituição, mas de acumulação”. (Tradução livre).

²⁵⁴ POLLAK, *op. cit.*, p. 202.

se ainda como um conceito relacional, baseando-se nas relações de afinidade e oposição.²⁵⁵ Estas, por sua vez, podem ser tanto relações entre diferentes grupos quanto entre indivíduos, importando então as expectativas e experiências por elas forjadas através de seu discurso.

Segundo Rubin, por muito tempo, os historiadores negaram o conceito de identidade à Idade Média, considerando-o uma noção moderna.²⁵⁶ Esta resolução deveu-se em grande parte à ideia de que os homens medievais pensariam apenas em termos dos grupos em que estavam incluídos. No entanto, não se pode excluir a existência de uma subjetividade, quando pensamos em uma sociedade que já se preocupava com o reconhecimento e os privilégios que este acarretava. Imaginavam-se, é certo, como membros de grupos mais amplos, fossem estes estados, guildas, ou confrarias, assim como estabeleciam relações pessoais, criando várias esferas de influência. Portanto, a identidade constrói-se não apenas no nível comunitário, mas também privado. Associados ao valor de pertencimento a uma comunidade e às limitações que isto requer, encontravam-se interesses e aspirações pessoais.

Em diferentes áreas, revelava-se a subjetividade dos homens medievais, sendo um dos principais exemplos a confissão. Neste rito privado, o cristão, depois de refletir sobre seus atos, reconhecia-se pecador diante do padre, responsável por absolvê-lo de suas faltas. No entanto, esse processo também contava com uma face pública, pois, após sua confissão, o pecador deveria realizar uma penitência, a fim de se reconciliar com Deus e voltar a participar da comunhão durante as celebrações.

For he hadde power of confessioun,
As seyde himself, moore than a curat,
For of his ordre he was licenciat.
Ful sweetly herde he confessioun,
And pleasaunt was his absolucioun:
He was an esy man to yeve penaunce,
Ther as he wiste to have a good pitaunce.²⁵⁷

Sendo parte das atividades do Frade da comitiva, a confissão aparece, de forma irônica, com uma preocupação do cristão. Este buscaria, na verdade, uma absolvição suave para seus pecados. Mais do que redimir-se de seus erros, almejava redimir-se diante de sua comunidade, a partir do momento em que pudesse participar novamente da comunhão,

²⁵⁵ RUBIN, *op. cit.*, p. 383.

²⁵⁶ *Idem*, p. 384.

²⁵⁷ *General Prologue*, p. 27. “(...), conforme ele mesmo fazia questão de proclamar, por licença especial de sua ordem tinha poder de confissão maior do que o próprio cura. Ouvia sempre com grande afabilidade os pecadores; e agradável era a sua absolvição. Toda vez que esperava polpudas doações, eram leves as penitências que impunha, (...)” (CHAUCER, 1988:6).

encontrando-se, então, reinserido em seu grupo. Deste modo, esse processo conjugava a experiência subjetiva do reconhecer-se pecador a uma forma de reconciliação social.

Nessa íntima relação entre experiências privadas e públicas que constroem a identidade, parece-nos ganhar maior relevância a noção de *self-fashioning* (ou seja, auto-fabricação, auto-modelagem), como apontada por Rubin e Ganim.²⁵⁸

It has since been expanded to describe acts by which individuals choose to present themselves to the world – or even just to themselves – by nurturing a persona through literary and other representational device: clothing, linguistic idiom, public gestures.²⁵⁹

A princípio utilizada para referir-se aos autores do Renascimento, que criavam para si uma imagem de autoridade, tal noção foi ampliada, englobando os processos através dos quais indivíduos adotam símbolos e signos a fim de criar uma representação própria. Essa perspectiva inclui um processo de auto-invenção, pelo qual se cria um lugar de pertencimento no mundo, assim como de auto-descoberta, pois veicula-se uma imagem sobre si, ao mesmo passo que se reconhece nessa imagem criada. A noção de *self-fashioning* torna-se, então fundamental ao analisarmos o processo de construção de uma identidade cidadina.

É preciso observar, deste modo, os símbolos utilizados neste percurso. Entre estes, destacavam-se os ritos públicos, como as procissões. Devido à grande diversidade de guildas e fraternidades, as autoridades da cidade eram responsáveis por definir a ordem dos participantes dos cortejos de acordo com sua riqueza e influência. Além disso, apenas participavam desses ritos os cidadãos reconhecidos, isto é, aqueles que tinham um papel político e econômico definido no mundo citadino.

Esses ritos multiplicavam-se através dos serviços religiosos e dos festejos exclusivos às guildas e fraternidades, intensificando a identificação entre seus membros. Como observamos ao discutir os *guildsmen* presentes na narrativa, suas esposas preocupavam-se com seu status, pois almejavam “goon to vigilies al bifore”, isto é, ir à frente nas vigílias, procissões. Ser visto assume um papel essencial na representação de sua imagem, ressaltando sua posição social.

No entanto, não é apenas nos grandes festejos que estes símbolos aparecem, eles podem ser percebidos nos espaços cotidianos frequentados pelos cidadãos, como é o caso das

²⁵⁸ Conferir RUBIN, *op. cit.*; GANIM, *op. cit.*

²⁵⁹ RUBIN, *op. cit.*, p. 396. “Tem sido expandido desde então para descrever atos através dos quais indivíduos escolhem se apresentar ao mundo – ou mesmo apenas para si – nutrindo uma personalidade por meio de mecanismos literário e representacionais: vestimenta, sistema linguístico, gestos públicos.” (Tradução livre).

missas dominicais. Como vimos no exemplo da Mulher de Bath, nenhuma paroquiana atrevia-se a passar à sua frente no momento do ofertório, pois seu status, acumulado depois de seus cinco casamentos, lhe garantia prioridade em tal ritual. Na sua figura, também se destaca a via de mão dupla do ver e ser visto, como afirma:

I hadde the bettre leyser for to pleye,
And for to se, and eek for to be seye
Of lusty folk. What wiste I wher my grace
Was shapen for to be, or in what place?
Therefore I made my visitaciouns
To vigilies and processions,
To prechyng eek, and to thise pilgrimages,
To pleyes of miracles, and to mariages,
And wered upon my gaye scarlet gytes.²⁶⁰

Logo, estimava todo tipo de passeio, pois eram os momentos em que podia se dar a ver aos demais. Em sua lista, podemos ver diferentes momentos em que os cidadãos se reuniam, como as peças de milagres, realizadas nas praças para toda a cidade, e as pregações, que com a ampliação da ação das Ordens Mendicantes ganhou outros espaços além do interior das igrejas. É nesses eventos que melhor se observa os modos de representação não só de grupos, mas de indivíduos, expressos, por exemplo, como no extrato acima, através das próprias vestes. A Mulher de Bath comparece a estes momentos públicos ricamente adornada com suas vestes vermelhas, uma cor que indica a riqueza, ou a ostentação desta.

Na descrição de seus peregrinos, Chaucer destaca sua aparência. Como um homem da corte, conhecia bem os códigos de conduta social, e entenderia como bons homens de ofício aqueles que se vestiam de acordo com sua condição.

The ‘General Prologue’ is a fashion show of sorts, with specific enumeration of clothing materials, jewellery, hairstyles, and the relative success of managing the total package as what we might call a personal style.²⁶¹

A qualidade, a cor e os ornamentos das vestes marcavam fortemente a posição social. Segundo Rubin, “dress could be a social mirror, reliably marking status or office, but also a

²⁶⁰ *The Wife of Bath's Prologue*, p. 112. “(...), isso me deixava com mais liberdade para divertir-me, para ver pessoas interessante e ser vista por elas... pois como eu podia saber o que o destino me reservava de bom, e em que lugar? Por isso, eu estava sempre participando de procissões e vigílias, pregações e romarias, peças de milagres e casamentos, e sempre com minhas alegres roupas vermelhas.” (CHAUCER, 1988:145).

²⁶¹ GANIM, *op. cit.*, p. 230. “O ‘Prólogo Geral’ é um desfile de tipos, com uma enumeração específica de materiais têxteis, joias, penteados, e um relativo sucesso em organizar todo este conteúdo em algo que poderíamos chamar de um estilo pessoal.” (Tradução livre).

badge of vanity, of aspiration.”²⁶² Contudo, expressava tanto o status real quanto o status ao que se aspirava, causando insatisfação entre os *good burgeys*, ao ponto de criar-se estatutos controlando o modo de se vestir dos cidadãos, na Inglaterra, as *Sumptuary Laws*. Estes estatutos definiam, por exemplo, que homens de ofício ou criados não podiam usar tecidos acima de determinado preço ou tecidos decorados, sob pena de multa ou até prisão, limitando as opções desses homens.

As cores também falam sobre o lugar de produção dos tecidos. No território inglês, as colorações mais comuns eram o azul, o amarelo, o vermelho e o verde, produzidas a partir das plantas nativas como o pastel-dos-tintureiros, o lírio-dos-tintureiros e a garança. No Prólogo Geral, abundam as vestes azuis, tanto entre os *gentils*, quanto entre os *churls*. Uma diferença notável entre estes é que os *churls* procuram ostentar uma posição superior a que possuiriam. Entre os *gentils*, alguns procuram vestir-se de forma humilde, como o Cavaleiro, que usa um saio de simples fustão, ressaltando sua qualidade, enquanto outros apresentam, além de nobres vestes, outros signos de distinção, como no caso do Mercador.

A Marchant was ther with a forked berd,
In mottelee, and hye on horse he sat;
Upon his heed a Flaundryssh bever hat,
His bootes clasped faire and fetisly.²⁶³

Além de vestir mais de uma cor, o azul e o vermelho, o Mercador traz um chapéu flamengo de pele de castor, que também aponta para sua ligação com outros mercadores estrangeiros, e fivelas nas botas, destacando a superioridade de sua posição social. No caso dos *guildsmen*, que eram bons burgueses, carregavam consigo facas com engaste de prata, além de cintos e bolsas adornadas. Para os leigos, o porte de alguma arma era um forte símbolo de status; destacavam-se entre estas, as adagas e facas, que simbolizavam não apenas a virilidade, mas também a liberdade desses homens

Também os membros do universo eclesiástico carregam signos de sua posição social.

I seigh his sleeves purfiled at the hond.
With grys, and that the fyneste of a lond;
And for to festne his hood under his chyn,

²⁶² RUBIN, *op. cit.*, p. 399. “As veste podiam ser um espelho social, realmente marcando o status ou o ofício, mas também funcionava como um símbolo de vaidade, de aspiração.” (Tradução livre).

²⁶³ *General Prologue*, p. 27. “Fazia parte da comitiva um Mercador, de barba bifurcada e roupa de várias cores. Vinha montado numa sala alta, e trazia na cabeça um chapéu flamengo feito de pele de castor. As fivelas de suas botas eram finas e elegantes.” (CHAUCER, 1988:7).

He hadde of gold ywroght a ful curious pyn;
A love-knotte in the gretter ende ther was.²⁶⁴

O Monge apresenta uma fivela de ouro em seu capuz, assim como sua veste adornada pelas melhores peles inglesas. De forma alguma, suas vestes condiziam com a vida reclusa do mosteiro, indicavam na verdade um alto status. Por sua vez, a Priora, que se veste de modo adequado, traz em suas mãos um rosário bem delicado, do qual pendia um medalhão de ouro, novamente apontando para uma posição social mais elevada.

Em seu Prólogo Geral, Chaucer também ressalta os traços faciais dos peregrinos, o que poderia indicar a utilização de estereótipos na construção desses viajantes. Conjuga-se em sua descrição aspectos situacionais e relativistas que moldam o caráter com aspectos mais deterministas, como mostra o exemplo do Beleguim.

A Somonour was ther with us in that place,
That hadde a fyr-reed cherubynnes face,
For saucefleem he was, with eyen narwe.
As hoot he was and lecherous as a sparwe,
With scalled browes blake and piled berd.
Of his visage children were aferd.
There was no quyk-silver, lytarge, ne brymstoon,
Boras, ceruce, ne oille of tarter noon,
Ne oynement that wolde clense and byte,
That hym myghte helpen of his whelks white,
Nor of the knobbes sittynge on his chekes.²⁶⁵

Como visto no capítulo anterior, o Beleguim tinha uma reputação ruim, conhecido por extorquir dinheiro dos cristãos para não acusá-los diante do tribunal eclesiástico. À sua falha de caráter, associa-se sua aparência monstruosa que amedronta crianças, cheio de pústulas e manchas que não podem ser curadas por nenhuma solução. Portanto, conjuga-se aparência externa e comportamento. Procura-se, como demonstrado nesse exemplo, descrever os peregrinos de forma circular, revelando a perspectiva circular em que se percebia a relação entre caráter e aparência.

A língua falada também é um importante aspecto identitário, quando consideramos

²⁶⁴ *Idem*, p. 26. “Observei que os punhos de suas mangas orlavam-se de penas gris, as melhores peles desta terra; e que prendia o capuz sob o queixo com uma fivela de ouro artisticamente cinzelada, tenda na extremidade mais larga um nó cego, símbolo do amor.” (CHAUCER, 1988:5).

²⁶⁵ *Idem*, p. 33. “Ali conosco estava um oficial de justiça eclesiástica, um Beleguim, cujo rosto afogueado de querubim, com os olhos bem juntos, estava coberto de pústulas. Quente e lascivo como um pardal, tinha negras pestanas escabiosas e barba muito rala. As crianças morriam de medo da cara dele. Não havia mercúrio, litargírio, enxofre, bórax, alvaiade ou cremor de tártaro que pudesse limpá-lo e curá-lo, livrando-o das manchas esbranquiçadas e das bexigas nas faces.” (CHAUCER, 1988:12).

que Londres era uma cidade plurilíngue. Aí, conviviam não apenas londrinos que tinham contato tanto com o inglês quanto com o latim e o francês, mas também diversos estrangeiros que falavam outras línguas continentais. Portanto, as escolhas linguísticas não se referem somente ao lugar de origem, abrangendo status, grupo social, nível de instrução e tipo de atividade exercida.

Os homens associados à corte e os mais abastados valorizavam o francês. A Igreja e aqueles que frequentaram escolas e universidades tinham conhecimento do uso do latim, também muito difundido entre aqueles que prestavam serviços à Coroa. Os cidadãos de maior destaque preocupavam-se em enviar seus filhos às escolas, em geral a cargo dos clérigos, onde pudessem aprender *hauteyn speche*, ou seja, um discurso mais refinado.

Aqueles que conseguiam chegar à universidade especializavam ainda mais a linguagem usada, de acordo com suas áreas de atuação. A linguagem do direito era escrita prioritariamente em latim e francês, embora já houvesse a partir do século XIV alguma influência do inglês,²⁶⁶ o que podemos observar na participação do Magistrado.

Hoste, quode he, *depardieux*, ich assente;
To breque forward is nat myn entente.
Biheste is dette, and I wole holde fayn
Al my biheste, I kan no better sayn.²⁶⁷

A linguagem dominante no serviço burocrático real e cidadão era o latim. No comércio, imperava um forte plurilinguismo, em que o latim oferecia a base gramatical sobre a qual se organizava uma mistura do léxico latino, francês e inglês, a fim de permitir a comunicação numa área em que a atividade portuária, e logo o contato com mercadores de origens diversas, se destacava.

A escolha de Chaucer pelo inglês aponta para mais um fator identitário. Embora alguns peregrinos apresentem influências latinas e francesas em sua linguagem, todos narram suas histórias em inglês, remetendo à linguagem difundida no ambiente cidadão. Ainda que pertençam a grupos sociais diferentes e, por isso, a qualidade de sua linguagem seja divergente, todos os peregrinos utilizam o inglês, o que também se associa à ampla recepção da obra.

²⁶⁶ GANIM, *op. cit.*, p. 59.

²⁶⁷ *The Man of Law's Prologue*, p. 87. “*Depardieux*, Albergueiro, só posso anuir plenamente, respondeu o magistrado. Jamais me passou pela cabeça quebrar minha palavra. Promessa é dívida! E eu lhe asseguro que é com maior prazer que pretendo desincumbir-me desse encargo.” (CHAUCER, 1988:70).

4.2. DISPUTAS NA PRAÇA: CONFLITOS E INTERAÇÕES NA CIDADE

A identidade é, então, construída através da manutenção da memória individual e coletiva e através de um aspecto para nós fundamental, a oposição ao Outro, como aparece constantemente em *The Canterbury Tales*. No entanto, este Outro não se encontra apenas entre os que não estão na cidade. Os próprios peregrinos poderiam ser considerados como o Outro, uma vez que estão fora da cidade, mas, através da narrativa, criam um mecanismo que os integra à cidade, a identidade de seus ofícios.

Este mecanismo engloba a representação desses ofícios sob a forma de um corpo social, no qual cada um tem seu lugar, apresentando uns uma posição mais privilegiada que outros. O Outro se constitui, então, de uma categoria mais ampla, que expressa por diversas vezes antagonismos no interior do próprio ambiente citadino. Essa oposição, por sua vez, é geradora de conflitos.

Esses conflitos são também eixos essenciais na construção da identidade citadina. Segundo Alcuin Blamires, o século XIV teria sido um período tão permeado por crises na Inglaterra que os ingleses teriam substituído a ideia de uma série de crises para um sentido mais geral de crise, uma crise difundida pela sociedade através da peste, da guerra, das altas taxas e das facções que procuravam controlar o governo das cidades. Londres testemunhou a emergência de todos esses problemas e foi um ponto chave de articulação na maior parte dos casos. Logo, os conflitos não poderiam estar ausentes na construção de uma identidade a ela associada, destacando-se os conflitos do mundo dos ofícios.

Sendo Londres uma cidade com intensa atividade portuária, grande era o número de homens cujos ofícios associavam-se ao comércio e à navegação, entre os quais se davam oposições. Além dos imprevistos trazidos pelo acaso, como as marés e outras intempéries climáticas, os mercadores devem estar preparados, sobretudo, para os perigos representados por outros homens. Um deles é a pirataria, que já aparece na descrição do Mercador no Prólogo Geral, no qual se diz que “He wolde the see were kept for any thyng/ Bitwixe Middelburgh and Orewelle”.²⁶⁸

Há ainda o perigo representado pelos homens que trabalham nos navios; exemplo disso é o Homem do Mar, em cuja descrição dá-se a conhecer que roubava vinho enquanto os mercadores dormiam.

²⁶⁸ *General Prologue*, p. 27. “Achava que o trecho do mar entre Middelburg, na Holanda, e Orwell, na Inglaterra, devia ser protegido contra a pirataria a qualquer custo.” (CHAUCER, 1988:7).

Ful many a draughte of wyn had he ydrawe
Fro Burdeux-ward, whil that the chapman sleep.
Of nyce conscience he took no keep.²⁶⁹

Neste ponto, vê-se uma das primeiras oposições, uma vez que é o Homem do Mar a contar o conto no qual o mercador é enganado por sua esposa e um monge. Podemos pensar tal conflito com base no fato de que os carregamentos e todo o trabalho mais pesado nos navios ficavam por conta daqueles, que ainda conheciam as técnicas para uma navegação segura, enquanto os significativos rendimentos provenientes da comercialização dos produtos carregados ficavam em mãos dos mercadores. Os *marineers* (marinheiros), por sua vez, procuravam tirar proveito do serviço prestado aos mercadores, acumulando, além de seu pagamento, os lucros dos produtos apanados em momentos de distração.

Comuns eram ainda os conflitos entre os ofícios ligados à alimentação. Devido à grande especialização nesse ramo, uns controlavam os outros a fim de que não se aventurassem na produção de alimentos fora de seu ofício. Além disso, essa limitação fazia necessário o fornecimento de diversos itens alimentares às estalagens, tavernas e hospedarias, que não tinham permissão para produzi-los autonomamente. Desse modo, havia um alto nível de dependência entre esses ofícios, gerando algumas tensões.

Exemplo disso é o antagonismo, ainda que apresentado de forma leve, entre o Albergueiro e o Cozinheiro, que parece emergir da necessidade de suprimentos a serem fornecidos às hospedarias.

Now telle on, Roger; looke that it be good,
For many a paste hastow laten blood,
And many a Jakke of Dovere hastow sold
That hath been twies hoot and twies coold.
Of many pilgrim hastow Cristes curs,
For of thy percely yet they fare the wors,
That they han eten with thy stubble goos,
For in thy shoppe is many a flye loos.²⁷⁰

O Albergueiro acusa o Cozinheiro de vender tortas estragadas e requentadas, além de

²⁶⁹ *Idem*, p. 29-30. “Toda vez que voltava de Bordéus, aproveitava as ocasiões em que o mercador dormia para surrupiar-lhe parte de seu vinho.” (CHAUCER, 1988:9).

²⁷⁰ *The Cook's Prologue*, p. 84. “Está bem, Roger, pode contar... desde que seja boa. Veja lá, porque você já serviu muito pastelão a sangrar de cru e já vendeu muita torta requentada, dessas que já estiveram duas vezes quentes e duas vezes frias. Muitos peregrinos já lhe lançaram a maldição de Cristo pelo mal que lhes fez a salsinha do seu ganso gordo, porque na sua cozinha há muita mosca voando solta.” (CHAUCER, 1988:68).

outras iguarias de má qualidade, o que traz à tona a rivalidade entre suas funções. Possuindo uma hospedaria em uma das áreas mais frequentadas por peregrinos e viajantes, Southwark, Harry Baily, o Albergueiro, deveria preocupar-se com a alimentação oferecida aos mesmos, pois era a garantia de que voltariam a hospedar-se no Tabard, e chega a mencionar que o Cozinheiro já teria sido amaldiçoado pelos peregrinos que comeram de sua comida estragada. Deve-se lembrar ainda que, como já mencionado, ambos se conhecem pelo nome próprio, o que indica uma proximidade em sua relação, reiterando a ideia de que mantivessem relações comerciais, ligadas ao fornecimento de suprimentos alimentares.

No entanto, os conflitos entre os ofícios alimentares não eram os únicos. A fala do Albergueiro ao Cozinheiro atenta também para um problema enfrentado pelas autoridades da cidade, a venda de alimentos estragados, que se caracterizava como um dos principais crimes que se procurava controlar. Havia diversos conflitos entre as autoridades e estes ofícios, devido à venda e à qualidade dos produtos oferecidos. Inúmeras eram as proclamações referentes ao controle da venda de alimentos, assim como as condenações pela venda de alimentos estragados.

Thomas Lovelane, baker, attached to answer a charge brought by John de Briclesworth, the Common Serjeant, who prosecutes for the Commonalty, of having gone to the common market for corn on the pavement within Neugate on the previous day, and offered more than the price current for a bushel of corn, to the damage of the common people and the enhancement of the price of corn. The said Thomas says he is not guilty, and puts himself on the country, &c. And the said John likewise. A jury from the venue of the pavement elected and tried (electi et triati), viz., Peter Colbrok, Thomas Kynggesbrugge, William Bedell, Nicholas Braylles, William Randolf, Walter Raven, Philip le Chaundeler, William Lodelowe, William Dymnel, Walter de Keleshulle, John "Geldeford," and Thomas Canoun, who say that the said Thomas is guilty of the charge. Therefore it is adjudged by the Mayor and Aldermen that he stand in the pillory for three hours in the day, and John de Hiltoft, one of the Sheriffs, is ordered to carry the judgment into execution.²⁷¹

²⁷¹ From: 'Folios cxxx - cxl: Sept 1364 -', Calendar of letter-books of the city of London: G: 1352-1374 (1905), pp. 169-178. URL: <http://www.british-history.ac.uk/report.aspx?compid=33504>. Date accessed: 13 January 2012. "Thomas Lovelane, padeiro, convocado a responder uma cobrança trazida por John de Briclesworth, o Common Serjeant, que indicia pela Commonalty, de ter ido ao mercado comprar milho no pavilhão de Newgate no dia anterior, e oferecido mais do que o preço estabelecido para um cesto de milho, para o prejuízo das pessoas e aumento do preço do milho. Tal Thomas diz não ser culpado, e se põe a disport, &c. E o ditto John fez o mesmo. Um juri deste pavilhão eleito e testado, viz., Peter Colbrok, Thomas Kynggesbrugge, William Bedell, Nicholas Braylles, William Randolf, Walter Raven, Philip le Chaundeler, William Lodelowe, William Dymnel, Walter de Keleshulle, John 'Geldeford', and Thomas Canoun, que diz ser o mesmo Thomas culpado. Portanto foi decidido pelo Mayor e pelos Aldermen que ele ficaria no pelourinho por três horas durante o dia, e John de Hiltoft, um dos Sheriffs, foi designado a executar a decisão." (Tradução livre).

Este extrato refere-se aos problemas quanto à venda irregular de produtos como o milho. Neste caso, o conflito deve-se ao preço indevido, fora daquele estabelecido previamente pelas autoridades, pago pela mercadoria. Thomas Lovelane é, então, condenado a passar três horas no pelourinho por ter comprado milho por um preço mais alto do que o regulamentado, o que prejudicaria os demais cidadãos, pois poderia levar o preço do milho a subir. As autoridades mantinham um severo controle sobre os preços dos produtos vendidos na cidade, a fim de garantir que nenhum cidadão se aproveitasse de sua função indevidamente. Desse modo, considerava-se que aquele que oferecia um valor mais alto para a compra de um produto também era culpado, pois sua atitude poderia levar o vendedor do mesmo a reivindicar um aumento em seu preço.

Em outro caso,

John "Cochow," "pulter," attached to answer a charge made by John Hockele, spicer, who prosecutes for the Commonalty, of having sold him a putrid rabbit on Thursday after the Feast of St. Leonard [6 Nov.], 38 Edward III. [A.D. 1364]. The accused acknowledged the charge and was condemned to the pillory, the rabbit to be burnt under him, and proclamation to be made of his offence.²⁷²

Pulter é uma forma de *poulter*, isto é, um vendedor de animais de pequeno porte, como galinhas, patos e coelhos. John "Cochow" era um desses vendedores, e também foi condenado ao pelourinho por vender um coelho com carne já apodrecida. Essa era uma das principais acusações das autoridades, e as punições por tais crimes eram severas. Como no caso acima, o *poulter* teria que permanecer no pelourinho enquanto o coelho podre era queimado, de forma que inalasse o odor então exalado, como punição por sua falta e como exemplo aos demais membros do ofício.

Também as hospedarias passavam por um severo controle das autoridades.

That no one harbour any person more than one day and one night, unless he be good and loyal and ready to answer for him if he do anything contrary to the peace; and that every one of the City in the peace of our lord the King be empowered, in the absence of officers, to arrest felons and evildoers, and

²⁷² From: 'Folios cxxx - cxl: Sept 1364 -', Calendar of letter-books of the city of London: G: 1352-1374 (1905), pp. 169-178. URL: <http://www.british-history.ac.uk/report.aspx?compid=33504>. Date accessed: 13 January 2012. "John 'Cochow', vendedor de animais de pequeno porte, convocado a responder uma cobrança feita por John Hockele, vendedor de temperos, que indicia pela Commonalty, de ter lhe vendido um coelho podre na quinta-feira depois da Festa de São Leonardo [6 Nov.], do trigésimo oitavo ano do reinado de Edward III. [A.D. 1364]. O acusado reconheceu a cobrança e foi condenado ao pelourinho, com o coelho a ser queimado sob ele, e uma proclamação sobre sua falta ser pronunciada." (Tradução livre).

bring them to the Sheriffs to do execution as the law wills.²⁷³

A paz na cidade era uma preocupação constante das autoridades londrinas. Havia um severo controle sobre a hora em que os portões deveriam ser fechados e as ruas esvaziadas, a fim de evitar conflitos noturnos. Do mesmo modo, procuravam garantir a segurança assegurando-se de que só permaneceriam abrigados nas hospedarias no interior das muralhas homens de bem, que não tivessem a intenção de causar perturbações aos cidadãos. Por isso, grande responsabilidade era delegada aos proprietários de hospedarias, como demonstra o extrato acima, estes deveriam se assegurar de que seus hóspedes fossem homens de bem. Além disso, os cidadãos tinham permissão, no caso de ausência de alguma autoridade instituída, para prender delatores e conduzi-los às instâncias responsáveis por seu julgamento e punição. A cidade era um lugar de paz, e todos os cidadãos eram responsáveis por mantê-la.

Outro conflito presente na narrativa se dá entre o Moleiro e o Feitor, antes que uma disputa pessoal, como é apresentado, deve ser entendido no contexto dos ofícios urbanos. O feitor é um oficial administrativo ou jurídico sob o comando de um rei ou outro nobre, logo, sua atividade consiste em fiscalizar os ofícios realizados nas áreas destes. Sendo a reputação dos moleiros ligada à desonestidade, pode-se associá-la à oposição entre estes dois ofícios.

Se um moleiro pretendia tirar mais do que o permitido como pagamento, não desejaria ter um oficial fiscalizando sua atividade. Ou ainda, conhecendo os feitores a fama dirigida aos moleiros, provavelmente exerceriam uma fiscalização mais próxima a estes. Esses motivos não seriam poucos para que se criasse uma rivalidade como a apresentada na narrativa, na qual um procura denegrir a imagem do outro através de seus contos.

Existiam ainda conflitos internos associados aos ofícios, como aqueles entre mestres e aprendizes ou mestres e companheiros. Esses tipos de conflitos eram constantes. Os homens de ofício aproveitavam-se da liberdade de que gozavam, somada aos privilégios de pertencerem a uma guilda, para controlar aqueles que trabalhavam em suas oficinas. O próprio exemplo do aprendizado o indica, a fixação de sua duração servia principalmente como garantia da manutenção de uma força de trabalho cada vez mais qualificada nas oficinas. Além disso, por diversas vezes, empregava-se trabalhadores que já haviam passado

²⁷³ From: 'Folios lxxi - lxxxii: April 1358 -', Calendar of letter-books of the city of London: G: 1352-1374 (1905), pp. 101-115. URL: <http://www.british-history.ac.uk/report.aspx?compid=33498>. Date accessed: 13 January 2012. "Que ninguém abrigue qualquer pessoa por mais de um dia e uma noite, a menos que este seja bom e leal e pronto a responder por si mesmo caso faça algo contrário à paz; e que todos da Cidade na paz de nosso senhor o Rei tenham o poder de, na ausência de oficiais, prender malfeitores, e trazê-los aos Sheriffs para executar a lei." (Tradução livre).

pela fase do aprendizado, mas que não possuíam recursos para montar sua oficina e atuar livremente, o que gerava relações bastante delicadas, como se demonstra a seguir.

William de Mertone and Simon de Mertone, late servant of John de Valenciens, goldsmith. attached, the former for having taken into his service the said Simon, who had left his master without reasonable cause, and refusing to give him up; and the latter for having deserted his master. The said William and Simon, by Robert Stalworth their attorney, do not acknowledge that the said Simon was John's servant as alleged, but say that on a certain day the said Simon had come before the Mayor and Aldermen, and had shown that the said John had taken him, when a freeman of the City, as an apprentice for a term of seven years, contrary to the custom of the City, and had produced one part of an indenture thereon, and the said John, being called upon to produce the other part, put himself on the mercy of the Mayor, &c. Thereupon he was condemned to lose the apprenticeship, the indenture was cancelled, and he was committed to prison, quousque etc. Could the said John maintain his action? As to this the said John says that after the indenture had been made the said Simon came to him with friends, and it was agreed that the said Simon should become his servant, but had left his service, &c. After further pleadings judgment given against the said John, and William and Simon to go without a day, &c.²⁷⁴

O conflito aqui surge porque John de Valenciens toma os serviços de Simon de Mertone através de um contrato de aprendizado, fixado em sete anos. Entretanto, Simon já era um *freeman*, um homem da cidade, logo, este tipo de contratação estava fora dos padrões estabelecidos pelas autoridades. Esse tipo de acordo tornava a produção de encomendas menos dispendiosa, pois a manutenção de um aprendiz era mais barata do que o pagamento de um companheiro, jornaleiro. Contudo, estava sujeita às contestações do contratado, como ocorre neste caso. Insatisfeito, Simon nega-se a produzir metade da encomenda, e acusa John de ter contratado seus serviços em padrões fora da lei. John é condenado como culpado, perdendo tanto o aprendizado de Simon quanto a encomenda feita, além de ser levado a uma

²⁷⁴ From: 'Folios lxi b - lxx: May 1357 -', Calendar of letter-books of the city of London: G: 1352-1374 (1905), pp. 88-101. URL: <http://www.british-history.ac.uk/report.aspx?compid=33497> Date accessed: 13 January 2012. "William de Mertone e Simon de Mertone, servidores de John de Valenciens, ourives, convocados, o primeiro por ter empregado a seu serviço o ditto Simon, que tinha deixado seu mestre sem uma causa razoável, e se recusado a liberá-lo; e o último por ter abandonado seu mestre. Estes William e Simon, por Robert Stalworth seu advogado, não reconhecem ter sido o referido Simon um dos dos servidores de John como alegado, mas dizem que em certo diz Simon teria vindo a frente do Mayor e dos Aldermen, e mostrado que o ditto John o havia tomado, quando já um homem da Cidade, como aprendiz pelo period de sete anos, contrariamente ao costume da cidade, e tenha então produzido uma parte do pedido, e o tal John, tenha sido chamado para produzir a outra parte, colocado a mercê do Mayor, &c. Portanto, ele foi condenado a perder seu aprendizado, o pedido foi cancelada, e ele foi condenado à prisão, quousque etc. Poderia o dito John manter sua ação? Sobre isto John diz que depois de feito o pedido, Simon veio até ele com seus amigos, e acordou-se que Simon deveria tornar-se seu servidor, mas deixara seu serviço, &c. Depois de mais alguns recursos jugou-se contra o dito John, e William e Simon a sair imediatamente." (Tradução livre).

das prisões da cidade.

Esse tipo de conflito também está presente em *The Canterbury Tales*, tanto entre os contos, como aquele narrado pelo Cozinheiro, quanto entre os peregrinos, como no caso do Cônego e seu Criado.

A! quod the Yeman, heere shal arise game;
Al that I kan anon now wol I telle.
Syn he is goon, the foule feend hym quelle!
For nevere hereafter wol I with hym meete
For peny ne for pound, I yow biheete.
He that me broghte first unto that game,
Er that he dye, sorwe have he and shame!²⁷⁵

Depois de alcançar a comitiva, o Criado do Cônego explica que ele e seu mestre esforçaram-se para acompanhá-los, pois o Cônego gostava de viajar em boa companhia. Contudo, a lealdade desse criado dura muito pouco tempo na narrativa. O Criado passa a falar sobre as atividades do Cônego, o que o enfurece. O Cônego, por sua vez, manda que o Criado se cale, acusando-o de traição, mas este se recusa a obedecê-lo, levando o Cônego a abandonar a comitiva. A partir deste momento, o Criado passa a revelar todas as trapaças realizadas por seu mestre, praguejando e culpando-o por tê-lo iniciado em uma ciência sem resultados, a alquimia. Em sua atitude, o Criado abandona seu mestre para aderir a outro grupo, o dos peregrinos, remetendo aos conflitos recorrentes na cidade.

O controle sobre as relações entre os mestres e aqueles que trabalhavam em suas oficinas era feito com muita atenção pelas autoridades, pois as faltas deste tipo eram consideradas crimes contra a regulamentação das guildas, assim como crimes contra a cidade. Londres, assim como as demais cidades medievais, era parte de uma sociedade hierarquizada, na qual a desobediência a um superior, como um pai, um mestre ou uma autoridade, configurava tanto um crime quanto um pecado.²⁷⁶

Nem mesmo os homens que serviam à Igreja podiam evitar os antagonismos entre suas funções. Trataremos, então, de mais um dos conflitos presentes na narrativa, aquele entre dois homens da Igreja, o Frade e o Beleguim, que aparece diretamente em intervenções em meio aos contos narrados por ambos, nos quais tentam denegrir cada um a imagem do outro.

²⁷⁵ *The Canon's Yeoman's Prologue*, pp. 271-2. "Ah! Exclamou o Criado. Isto será divertido; vou logo lhes contar tudo o que sei. Ainda mais agora que ele se foi... O diabo que o carregue! Nunca mais quero vê-lo, isso eu lhes garanto, nem por soldos nem por libras. Espero que ele, antes que morra, passe ainda por muito sofrimento e vergonha, pois foi ele quem me iniciou nessas besteiras!" (CHAUCER, 1988:265).

²⁷⁶ BENSON, *op. cit.*, p. 78.

No confronto entre essas duas figuras, podemos perceber a oposição entre o clero regular e o secular, que se escuta na voz do Frade do Conto do Beleguim:

‘Blessed be they that povere in spirit been.’
And so forth al the gospel may ye seen,
Wher it be likker oure professioun,
Or hirs that swymmen in possessioun.
Fy on hire pompe and on hire glotonye!
And for hir lewednesse I hem diffye.²⁷⁷

Aqui o Frade representa esse clero secular, que se considera mais virtuoso, mas cuja descrição se opõe a tal ideia; por exemplo, enquanto pregam a necessidade do jejum, só aparecem robustos e bem alimentados. O Beleguim representa o clero secular, ao qual serve, acusado de obter dinheiro dos fiéis cristãos das paróquias e dioceses, de forma desonesta.

Há ainda a oposição entre leigos e clero, representada principalmente pela Mulher de Bath. Os homens medievais prezavam pelo comportamento condizente com a posição ocupada por cada um, o que englobava o papel das mulheres. As mulheres tinham um papel central, enfatizado pelos pregadores, de perpetuar os valores familiares e cristãos. Embora estivessem proibidas de pregar em público ou de exercer qualquer função sacerdotal, eram centrais na difusão da religiosidade, pois estavam no seio do ambiente familiar.

A Mulher de Bath apresenta uma inversão deste comportamento, e é em sua voz que emerge um dos principais questionamentos bíblicos presentes nas *Tales*. Ela levanta a discussão sobre o número de matrimônios permitidos retomando exemplos bíblicos como a Samaritana, cujo quinto marido não era considerado legítimo, e as menções nas Cartas de São Paulo sobre castidade e matrimônio.

But that I axe, why that the fifthe man
Was noon housbonde to the Samaritan?
How manye myghte she have in marriage?
Yet herde I nevere tellen in myn age
Upon this nombre diffinicioun.
Men may devyne and glosen, up and down,
But wel I woot, expres, withoute lye,
God bad us for to wexe and multiplie;
That gentil text kan I wel understonde.²⁷⁸

²⁷⁷ *The Summoner's Tale*, p. “‘Bem-aventurados os pobres de espírito’. E assim, no Evangelho inteiro, você pode facilmente verificar quem é que está mais perto da virtude: nós, do clero regular, ou esses padres seculares que nadam em dinheiro. Que vergonha a sua pompa e sua gula! E como detesto a sua devassidão!” (CHAUCER, 1988:168).

²⁷⁸ *The Wife of Bath's Prologue*, p. 105. “(...), pois não consigo entender por que motive o quinto homem não

Chama a atenção o fato de ser uma mulher, não um homem, e, em especial, uma leiga, não uma freira, a levantar este tipo de questionamento sobre o Evangelho e apresentar até mesmo algumas percepções pessoais sobre o tema. Alisoun não entende por que o quinto marido da Samaritana não era legítimo e põe em dúvida tal constatação; além disso, faz sua própria interpretação das Escrituras. Este tipo de comportamento era desaprovado e perseguido, muitas vezes como heresia, pela Igreja, que não tolerava qualquer concorrência com o seu papel de intermediária entre os cristãos e Deus. No entanto, não foi possível eliminar esta forma de oposição, que veria a multiplicação de movimentos evangélicos e heréticos, culminando mais de um século mais tarde em um processo de reforma.

A partir do que abordamos até este ponto, observamos que a narrativa da peregrinação funciona como um espelho social. São os papéis sociais, representados pelos ofícios que marcam a interação que ocorre, seja pelo conagraçamento ou pelo confronto, refletindo as relações que se desdobram no interior do meio citadino.

4.3. A CIDADE INSCRITA NA NARRATIVA

But God forbede that we stynte heere;
And therefore, if ye vouche-sauf to heere
A tale of me, that am a povre man,
I wol yow telle, as wel as evere I kan,
A litel jape that fil in oure citee.²⁷⁹

É desse modo que o Cozinheiro pede a palavra para narrar uma história sobre *oure citee* (nossa cidade), ou seja, Londres. Ao usar o termo *oure citee*, este engloba os peregrinos, que são a audiência imediata presente na narrativa, assim como a audiência que teria contato com a obra, inserindo a todos em uma comunidade imaginada e apresentada através de uma imagem, que se revela ao longo da narrativa.

Entendemos imagem aqui, partindo da discussão de Schmitt, como a noção mais ampla que abrange tanto os objetos figurados, como vitrais e miniaturas, quanto as imagens

era marido da samaritana, quantos, afinal, ela podia desposar? Até hoje, pelo que eu saiba, ninguém definiu esse número. Por isso, deixo que os outros façam as suas suposições e as suas interpretações; quanto a mim, o que sei é que Deus, expressamente e sem mentira, ordenou-nos claramente isto: ‘Crescei e multiplicai-vos!’ E esse texto gentil entendo muito bem.” (CHAUCER, 1988:137).

²⁷⁹ *The Cook's Prologue*, p. 84. “Mas, pelo amor de Deus, não vamos deixar a coisa parar por aqui: se quiserem ouvir a mim, que sou um pobre coitado, eu também gostaria de contar a história de uma pequena peça que pregaram em nossa cidade.” (CHAUCER, 1988:68).

da linguagem, como as metáforas e alegorias, e ainda as imagens mentais, que perpassam a memória.²⁸⁰ Neste caso, destacam-se as imagens da linguagem, pois é através do discurso sobre os ofícios que a cidade se corporifica na narrativa, e as imagens mentais, uma vez que é através da memória, em que se compartilha percepções e concepções de mundo, que se pode construir uma identidade cidadina.

A imagem medieval ‘presentifica’ sob a aparência do antropomorfo e do familiar, o invisível no visível, Deus no homem, o ausente no presente, o passado ou o futuro no atual. Ela reitera assim, à sua maneira, o mistério da Encarnação, pois dá presença, identidade, matéria e corpo àquilo que é transcendente e inacessível.²⁸¹

Desse modo, a cidade, que se poderia considerar inacessível devido ao deslocamento que dela distancia os peregrinos, torna-se presente na narrativa, através do discurso, da sua imagem criada pelo discurso.

Ao empregar o termo *oure citee*, remete-se ainda à questão do pertencimento, pois tal denominação seria exclusiva ao grupo de verdadeiros cidadãos da cidade. Mas quem seriam estes? Não se tornava um filho da cidade pelo simples fato de habitar em Londres. Este reconhecimento e este título só eram adquiridos por meio de herança, aprendizado ou mesmo compra, de modo que a maioria dos habitantes de Londres não eram identificados como cidadãos, mas como estrangeiros; *foreigners* para os nascidos na cidade ou no reino, e *aliens* para os nascidos fora da ilha.²⁸²

Uma distinção muito comum era ainda aquela entre *freemen* e *unfreemen*. Os primeiros constituíam um grupo que não se limitava aos nascidos na cidade, abrangendo todos aqueles em condições de financiar os privilégios citadinos, como a liberdade de exercer um ofício e o direito à participação na vida política da cidade. Estes eram os bons burgueses, como são apresentados os membros da guilda, o Albergueiro e o Mercador.

Os *unfreemen*, por sua vez, eram aqueles que não possuíam plena liberdade para atuar no âmbito da cidade; não podiam exercer qualquer ofício livremente, nem podiam iniciar alguma atividade sem antes terem uma licença concedida. Constituía a massa de assalariados que serviam aos mestres ou às casas mais abastadas, apresentando, portanto, um

²⁸⁰ SCHMITT, Jean-Claude. “Imagem”. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: Edusc, 2002, v1, pp. 592-3.

²⁸¹ *Idem*, p. 595.

²⁸² HANRAHAN, *op. cit.*, p. 269.

status de dependência.²⁸³ Estavam livres para circular por Londres durante o dia, mas sua falta de liberdade devia-se centralmente à ausência de direitos políticos e econômicos.

O caso do Cozinheiro é um exemplo apropriado para essa diferenciação. Embora não seja originalmente da cidade, pois como seu próprio nome indica, ele vem da pequena cidade de Ware, é ainda identificado como o *Cook of Londoun*, o Cozinheiro de Londres. Sua ocupação não o desqualifica como um membro da cidade, ainda que não atue por conta própria, servindo aos membros da guilda que viajam com a comitiva.

O Cozinheiro tem ainda outro destaque, ao lado do Conto do Criado do Cônego, narra o conto mais diretamente relacionado a Londres. Ao contar a história do aprendiz Perkyn, passa por diversos aspectos que caracterizavam a Londres do século XIV.

A prentys whilom dwelled in oure citee,
And of a craft of vitailliers was hee.
Gaillard he was as goldfinch in the shawe,
Broun as a berye, a proper short felawe,
With lokkes blake, ykembd ful festily.
Dauncen he koude so wel and jolily
That he was cleped Perkyn Revelour.²⁸⁴

Perkyn é um aprendiz entre os vitailliers (victuallers), isto é, os vendedores de itens alimentícios. No entanto, é conhecido como um farrista, pois “He loved bet the taverne than the shoppe”.²⁸⁵ Preferia dançar, cantar e correr atrás de mulheres a se dedicar em seu aprendizado. Como gostava de frequentar tavernas e jogar dados, chegava a roubar da loja de seu mestre para financiar seus prazeres. Seu aprendizado quase chega ao fim do período determinado, mas seu mestre desiste de repreendê-lo e expulsa-o antes que ele influenciasse os demais aprendizes.

Observa-se aqui a presença marcante das guildas no seio da cidade, pois logo em sua identificação é ressaltado que era membro-aprendiz do grupo dos vendedores de víveres. E o pertencimento a este grupo levanta ainda outra questão. Um dos principais conflitos que permearam a Londres da segunda metade do século XIV foi a disputa entre os *victuallers* e os *nonvictuallers*, como o eram todos os ofícios têxteis. O conflito teve seu ápice na disputa pelo governo da cidade entre Nicholas Bembre e John of Northampton em 1383.

²⁸³ BRITNELL, *op. cit.*, p. 160.

²⁸⁴ *The Cook's Tale*, p. 85. “Havia antigamente em nossa cidade um aprendiz que trabalha em uma mercearia. Jovial como um pintassilgo no bosque, era ele um sujeito baixo, moreno qual amora madura, e com os cabelos negros bem repartidos e encaracolados. Sabia dançar com tanto jeito e com tamanha graça que todos o chamavam de perkin-o-Farrista.” (CHAUCER, 1988:68-9).

²⁸⁵ *Idem*, p. 85. “Gostava mais da taverna do que do trabalho.” (CHAUCER, 1988:69).

A Londres de Chaucer atravessou todo este período de conflito, em que as guildas, de diversos núcleos de artesãos, lideradas por John Northampton, passaram a disputar a participação ativa no governo da cidade e a ameaçar a oligarquia dos mercadores, representada por Nicholas Bembre. O conflito incluiu até mesmo disputas jurídicas, em que muitos cidadãos prestaram depoimentos, com um final favorável ao favorito da Coroa, Nicholas Bembre, que derrotou o então governante Northampton. Não se pode deixar de enfatizar tal evento, afinal, estava presente na memória da audiência imediata de Chaucer, e certamente seria evocado através do conto.

O Conto do Cozinheiro ressalta também outro problema cidadão.

For whan ther any ridyng was in Chepe,
Out of the shoppe thider wolde he lepe –
Til that he hadde al the sighte yseyn,
And daunced wel, he wolde nat come ayeyn –
And gadered hym a meynee of his sort
To hoppe and synge and maken swich disport;
And ther they setten stevene for to meete,
To pleyen at the dys in swich a streete.²⁸⁶

Perkyn sempre se reunia com *a meynee of his sort*, um grupo de outros aprendizes, nos arredores de *Chepe* (Cheapside), uma das áreas mais movimentadas de Londres. Estes grupos de jovens eram uma constante preocupação das autoridades, pois eram um ameaça à ordem da cidade. O bando de Perkyn, em sua descrição, parece estar interessado em divertimentos, mas muitos grupos reuniam-se para organizar revoltas contra os mestres e contra o governo de Londres. E mesmo os bandos a princípio pacíficos representava um risco, pois em sua diversão embebedavam-se, ameaçando a paz das ruas londrinas.

Como indica Dutour, as leis relativas aos aprendizes, companheiros e jornaleiros estabelecidas pelas autoridades determinavam que estes não podiam permanecer nas ruas depois das nove da noite e que os mestres deveriam responsabilizar-se por todos os seus empregados.²⁸⁷ A relação entre os mestres e aqueles que os serviam seguia o modelo das relações familiares. Os mestres eram, assim, responsáveis tanto pela subsistência quanto pela conduta daqueles que com ele dividiam o trabalho da oficina.

O Conto do criado do Cônego também faz referência direta a Londres, além de trazer

²⁸⁶ *Idem*, p. 85. “Nos dias de procissão em Cheapside, saia correndo para a rua, só voltando depois de assistir à passagem do cortejo inteiro e de dançar quanto queria. Também costumava reunir a sua volta um bando da mesma laia, que só pensava em pular, cantar e divertir-se, marcando entro nas ruas para os seus jogos de dados.” (CHAUCER, 1988:69).

²⁸⁷ DUTOUR, *op. cit.*, p. 250.

à luz mais um de seus problemas internos. “In Londoun was a preest, an annueleer,/ That therinne dwelled hadde many a yeer”.²⁸⁸ Assim, o Criado narra a história de um bom padre que morava em Londres, e que fora enganado por um Cônego que, como seu mestre, ludibriava inocentes a fim de conseguir recursos para seus experimentos de alquimia. Esta era outra dificuldade enfrentada pelas autoridades londrinas: perseguir e punir enganadores que se aproveitavam dos cidadãos por meio de fraudes, truques e jogos.

Estes casos ficavam registrados na memória dos cidadãos, assim como as nobres histórias que ouviam serem contadas. “Local experience of struggles and disputes became part of the memory and identity of local communities, at least for a while.”²⁸⁹ Logo, pertencer a uma comunidade significava compartilhar o que era digno de guardar na memória, criando uma familiaridade entre os membros do grupo. Esta familiaridade está presente na comitiva que narra as *Tales*, uma vez que ao longo de toda a narrativa dedicam-se a compartilhar histórias *worthy for to drawen to memorie* (dignas de serem guardadas na memória).

Esta memória, e a identidade por ela gerada, emergem de uma simbologia da cidade,²⁹⁰ expressa ao longo da narrativa. Podemos observar no seu decorrer as três vertentes do simbolismo medieval indicadas por Pastoureau, o desvio, o encontro de extremos e a parte pelo todo. Quanto ao desvio, temos uma comitiva de peregrinos que, embora se direcionem a um destino sagrado, viajam com distrações mundanas, como cerveja, comida e a narração de histórias. Além disso, como discutimos, vários são os peregrinos que se desviam da imagem que deles era esperada, em especial, no que tange o universo eclesiástico.

O encontro de extremos, por sua vez, é percebido por meio dos antagonismos desenvolvidos no texto. A noção veiculada é a “de que os extremos se atraem mutuamente e terminam por se juntar”²⁹¹, como é o caso da comitiva, que reúne uma gama de cidadãos, que tanto colaboram mutuamente quanto se opõem no jogo social. Por fim, são ofícios, a parte, que presentificam a cidade, o todo, através de sua representação e identidade. Assim, estabelece-se um signo de força da cidade, que supera, no plano imaginário, a ausência concreta da cidade, causada pelo deslocamento da peregrinação.

²⁸⁸ *The Canon's Yeoman's Tale*, p. 277. “Era uma vez um padre, rezador de missas anuais pelos defuntos, que vivia em Londres havia muitos anos.” (CHAUCER, 1988:270).

²⁸⁹ RUBIN, *op. cit.*, p. 405. “A experiência local de lutas e disputas tornava-se parte da memória e da identidade das comunidades locais, pelo menos por algum tempo.” (Tradução livre).

²⁹⁰ Símbolo é aqui entendido como o signo que representa “uma entidade abstrata, uma idéia (sic), uma noção, um conceito”. PASTOUREAU, Michel. “Símbolo”. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: Edusc, 2002, v2, p. 496.

²⁹¹ *Idem*, p. 503.

CONCLUSÃO

A pesquisa empreendida levou-nos a compreender de que forma a narrativa da peregrinação contribui para a construção de um pertencimento à cidade, como corpo social, observando como Londres aparece inscrita na mesma como padrão de referência de cidade medieval. Ao escrever para os homens de seu tempo, Chaucer utilizou-se de referências contemporâneas, em especial, das referências presentes no cotidiano da cidade em que vivia. Além disso, pôde-se analisar a relação existente entre os diferentes ofícios, e oficiais, considerando-se suas representações na narrativa, uma situação limite de desenraizamento, assim como dentro do conjunto de documentos normativos.

A cidade é construída pela prática social, uma vez que são as relações sociais que se desdobram em seu interior que a definem. No entanto, essas relações só são percebidas através de suas representações, as imagens criadas para estas relações, ou seja, a representação do corpo social. É através dessa, então, que se cria uma imagem da cidade. Assim, a cidade é por excelência um lugar de representações.

Ao longo da narrativa, constrói-se um espaço concreto e simbólico, recria-se a própria cidade, garantindo a identidade e as relações entre os membros dessa sociedade urbana medieval. Esse lugar seria uma parcela materializada do que os homens percebem de suas relações com seu território e entre si. A cidade apresenta-se, desse modo, como um lugar antropológico, que garante identidade, relações e história ao grupo que o partilha. O lugar antropológico, por sua vez, configura-se como um lugar de convivência, no qual se vive a história. A cidade sob o texto indica-nos, então, este lugar, que é um polo de encontro, com o qual diferentes indivíduos se identificam.

Observamos ainda que tal narrativa procura apresentar um quadro da sociedade urbana, como acontecia com as procissões, um dos símbolos da cidade, em que, mais do que por piedade, é para serem vistos que se movimentam. A peregrinação, assim como as procissões, não apenas simboliza, mas recria a cidade através da representação de sua hierarquia e relações internas. Para dar a ver essa sociedade, a narrativa nos permite conhecer cidadãos, com toda a minúcia de sua descrição física, a qual se soma a possibilidade de ouvir suas próprias vozes na condução das narrativas.

É através de suas vozes que “pronunciava-se uma palavra necessária à manutenção do laço social”²⁹². As relações sociais, que entre eles se desenvolvem, encontram-se articuladas

²⁹² ZUMTHOR, *op. cit.*, p. 67.

em um sistema de valores, que controla o comportamento desses indivíduos em relação aos outros participantes de sua sociedade e a partir do qual o indivíduo toma consciência do grupo de que faz parte e de suas condições. Esses indivíduos assumem, então, a identidade de seus ofícios para sua representação, não determinando o que eles realmente são, mas deixando ver de que forma eles se identificam e opõem dentro de um contexto social mais amplo.

É por meio de sua identidade social que estes peregrinos constroem uma unidade espacial e temporal, ligada ao seu pertencimento à cidade. Este ponto associa-se a dois aspectos essenciais para essa sociedade, a fixação em um lugar e a manutenção de laços duradouros. O mundo medieval valoriza a permanência física que leva a identificação com o espaço e ao aprofundamento dos laços sociais, os quais consequentemente geram um sentido de continuidade àqueles a quem são transmitidos. Esses laços e essa identificação parecem, assim, só se tornar possíveis devido ao papel dos ofícios que representam.

A cidade medieval é caracterizada pela multiplicidade de atividades, ofícios e funções presentes em sua composição, além de uma diversidade de indivíduos que convivem no tempo e no espaço urbano, o que não seria diferente no caso da principal cidade insular. Ainda que se tenha em mente a noção do corpo social representado pela cidade, não se deve ignorar as diferenças entre as partes, os grupos, que o constituem.

Londres apresenta uma diversidade de ofícios, que ganham importância na medida em que a cidade se destaca no Ocidente medieval, diversidade essa que se deixa ver em *The Canterbury Tales*. A narrativa deixa entrever a composição desse corpo social que dá vida à cidade. Cada membro deste corpo ocupa sua função e se reconhece através desta. Da mesma forma, ainda que haja oposições entre esses membros, sabe-se que todos são necessários para o funcionamento desse corpo que é a cidade. Portanto, observar o discurso sobre Londres implica em estar atento à diversidade que a compõe, mas sem esquecer que este é um aspecto fundamental da cidade medieval.

Seu espaço, nas diferentes categorias abordadas por Lefebvre, é reconstruído ao longo da narrativa. O espaço da prática social (espaço percebido) encontra-se na própria rota de peregrinação, onde ocorrem então as interações sociais entre seus participantes. A representação do espaço (espaço concebido) indica ainda um plano superior, associado à peregrinação à Jerusalém celeste, inserindo-os em um projeto de Cristandade que domina o ocidente medieval. Por fim, o espaço de representação (espaço vivido) revela-se como a cidade, em toda a sua simbologia.

A narrativa da peregrinação espelha o palco que é a cidade, refletindo as relações que aí se desdobram aos olhos de seus membros, que são ao mesmo tempo espectadores e atores desse jogo social. Embora difiram com relação ao seu estado e status, cada peregrino possui uma função no corpo que constitui a cidade. Ao lançá-los em peregrinação, Chaucer insere esta cidade no novo modelo de vida cristã, que assim como a cidade possui participantes ativos, tornando-a parte de um corpo ainda maior, aquele da Cristandade.

No jogo das oposições, os próprios peregrinos poderiam ser considerados como o Outro, uma vez que estão fora da cidade. Se retomarmos a noção de *estates*, observamos que se conferia um estado específico aos peregrinos, pois se considerava que estes abandonavam sua identidade com outros estados em prol da situação limite de deslocamento em que se encontravam. No entanto, a atividade de novelar histórias torna nítida a identidade que os peregrinos de Chaucer mantem. Através da narrativa, criam um mecanismo que os integra à cidade, mesmo estando fisicamente afastados, a identidade de seus ofícios. Este mecanismo engloba a representação desses ofícios sob a forma de um corpo social, no qual cada um tem seu lugar. Sem negar, no entanto, que uns apresentem uma posição mais privilegiada que outros, pois há uma hierarquia cidadina que aí se reflete. Existem *gentils* e *cherls*, há diversos estados, e diferente é o status alcançado por cada cidadão, mesmo no interior de um grupo em comum.

Pudemos demonstrar, assim, como a identidade da cidade medieval é construída através da representação de seus ofícios, assumindo Londres como ponto de referência e reproduzindo as relações sociais presentes em seu interior. A memória por estes compartilhada reiterava, portanto, sua identidade cidadina, inserindo-os em uma comunidade imaginada e representada. Desse modo, a narrativa da peregrinação gerou um novo espaço, um lugar, através do qual se construíram laços de pertencimento à cidade, superando no plano imaginário o desenraizamento daqueles que dela participavam.

ANEXO 1

Síntese de *The Canterbury Tales*

Fragmento I

Prólogo Geral

Em um dia de primavera, Chaucer encontrava-se em Southwark, em uma hospedaria conhecida como Tabard Inn, preparando-se para partir em peregrinação a Canterbury, quando chega à mesma um grupo de vinte e nove peregrinos também com o intuito de visitar o túmulo do santo mártir, Thomas Becket. A companhia, a que Chaucer logo se reúne, é composta por membros dos mais diversos grupos sociais, descritos um a um pelo autor: o Cavaleiro, o Escudeiro, o Criado, a Prioresa, a Freira e três padres, o Monge, o Frade, o Mercador, o Estudante de Oxford, o Magistrado, o Proprietário de Terras, os membros de uma confraria (um Armarinheiro, um Carpinteiro, um Tecelão, um Tintureiro, e um Tapeceiro) e seu Cozinheiro, o Homem do Mar, o Médico, a Mulher de Bath, o Pároco e seu irmão Lavrador, o Moleiro, o Provedor, o Feitor, o Beleguim e o Vendedor de Indulgências.

O Albergueiro, por sua vez, propõe que ao longo da viagem os peregrinos se distraiam contando histórias, assim, cada um teria direito a contar dois contos na ida e mais dois na volta. Aceita a sugestão, também o Albergueiro se junta à comitiva, a fim de julgar a melhor história, cujo narrador ganharia uma ceia ao retornar ao Tabard Inn. Partem, então, em peregrinação e, por sorteio, quem inicia o jogo é o Cavaleiro, o que a todos agrada.

O Conto do Cavaleiro

O Cavaleiro narra uma história sobre cavalaria e cortesia na Grécia Antiga. O Rei Teseu trava uma luta contra Tebas, a fim de vingar quatro viúvas a quem se tinha negado o direito de velar e enterrar os maridos. A armada ateniense vence a disputa e dois soldados atenienses, os primos Arcite e Palamon, são levados como prisioneiros. Ambos passam anos presos em uma torre, até que em uma manhã de primavera Palamon, acordando cedo, vê Emília, irmã da Rainha Hipólita e cunhada de Teseu, e apaixona-se. Ao ouvir os murmúrios de seu primo, Arcite também desperta e, procurando o motivo do sofrimento de Palamon, também vê Emília e se apaixona. Os primos, então, se confrontam, mas percebem que isso é inútil, uma vez que ambos estão aprisionados e não podem ter o amor de Emília.

Certo dia, um duque amigo tanto de Teseu quanto de Arcite pede por sua libertação, que é concedida por Teseu com a condição de Arcite nunca retornar a Atenas. Palamon e Arcite continuam a sofrer por Emília, pois Palamon acredita que Arcite pode invadir Atenas e tomar Emília, enquanto Arcite sofre por não poder vê-la como seu primo. Após anos, já consumido pela dor, Arcite decide voltar a Atenas disfarçado, conseguindo servir no palácio; por sua vez, Palamon consegue escapar da torre. Os dois acabam por se encontrar no bosque e travam uma disputa, interrompida por Teseu, que, ao tomar conhecimento do motivo do embate, decide que os primos terão direito a um duelo pela mão de Emília.

Arcite e Palamon têm cinquenta semanas para preparar seu exército para o duelo, enquanto Teseu se ocupa com a construção de uma suntuosa liça para o duelo. Arcite pede a Marte pela vitória, Palamon pede a Vênus que tenha Emília como esposa e Emília pede a Diana pela sua felicidade no casamento. Os deuses discutem a questão e Saturno resolve intervir. Arcite vence a batalha, mas antes de ser coroado vencedor é ferido mortalmente em um terremoto. No entanto, antes de morrer, ele se reconcilia com Palamon e diz ser este merecedor de Emília, com quem, por fim, se casa.

O Conto do Moleiro

Depois de terem todos apreciado a história do Cavaleiro, o Moleiro decide interromper o jogo, pois, segundo o Albergueiro, o Monge deveria ser o próximo a participar, e contar também sua história. Ele anuncia que narrará a vida de um carpinteiro (John) e como este fora enganado por sua esposa (Alisoun) e por um estudante de astronomia (Nicholas), o que deixa o Feitor bastante contrariado, e avisa que aquele que não desejar ouvir tal história deve pular para outro conto.

A narrativa se passa em Oxford, onde um rico carpinteiro, casado com uma bela jovem, alugava quartos de sua casa para estudantes como Nicholas. Este, no entanto, apaixonou-se por Alisoun e deseja ter uma noite com a amada, que também é desejada pelo sacristão Absolon. O estudante, então, cria um plano para enganar John, com a ajuda de Alisoun. Nicholas diz ao carpinteiro que teve uma visão e que logo haverá um dilúvio, afirmando que precisam estar preparados para se salvar. Para isso, afirma que devem amarrar ao teto três tinas, uma para cada, com provisões para os dias do dilúvio, e dentro delas devem esperar o momento certo em oração, sem dizer uma só palavra.

John acredita na mentira do estudante e prepara as tinas para os três. Quando Nicholas e Alisoun percebem que o carpinteiro adormeceu, descem de suas tinas e correm

para o quarto, para ter sua noite de amor. Também Absolon quer os favores de Alisoun e bate em sua janela pedindo um beijo, mas tudo que consegue é beijar as nádegas de Alisoun. Enfurecido e desejando vingança, o sacristão consegue ferro em brasa na forja do ferreiro da cidade e, com a mesma estratégia, acaba queimando as nádegas de Nicholas, que também pretendia lhe pregar uma peça. Com os gritos de dor do estudante, John acorda e corta as cordas da tina, levando um grande tombo. Ele tenta contar como foi enganado, mas todos da cidade riem do castigo que os quatro tiveram.

O Conto do Feitor

Toda a comitiva havia se divertido com o conto do Moleiro, com exceção do Feitor, que se sentiu ofendido por ser um carpinteiro de profissão. Portanto, decide que será o próximo a narrar uma história, em resposta àquela do Moleiro. Sua narrativa versa sobre um moleiro valentão chamado Symkyn e como este fora passado para trás por dois estudantes, Aleyn e John, do Solar Hall de Cambridge.

Symkyn vivia com sua esposa, sua jovem filha e seu filho menor em Trumpington, próximo a Cambridge. Sendo muito trapaceiro, o moleiro roubava do trigo e do malte de todos que utilizavam seu moinho. Quando esses roubos se tornaram maiores e mais frequentes, o diretor do Solar Hall enviou dois de seus alunos para supervisionarem o trabalho do moleiro. Muito esperto, Symkyn consegue enganar os estudantes, soltando seus cavalos e roubando sua farinha, mas acaba sendo obrigado a acomodá-los em sua casa para o pernoite.

Depois da ceia, estando todos embriagados, Aleyn seduz Molly, a filha do moleiro, e John consegue enganar a esposa do mesmo e se deitar com ela. Ao ouvir os jovens conversando sobre suas conquistas, Symkyn se enfurece e inicia uma briga, mas sua esposa acaba, por engano, golpeando sua cabeça ao tentar ajudá-lo. Assim, os estudantes conseguem fugir.

O Conto do Cozinheiro

O Cozinheiro de Londres, Roger de Ware, mostra-se bastante satisfeito com a história do Feitor, afirmando como é importante não abrir sua casa a estranhos, pois não se sabe do que são capazes. Depois de um confronto amigável com o Albergueiro, inicia o seu conto sobre um aprendiz farrista que só pensava em se divertir e roubar seu patrão, até ser dispensado. A narrativa passa-se na cidade de Londres, no entanto, encontra-se incompleta, sendo interrompida logo no início.

Fragmento II

O Conto do Magistrado

O Albergueiro atenta para o fato de que o tempo está passando e que devem continuar sua empreitada. Para isso, direciona-se ao Magistrado para que conte a próxima história. Este, por sua vez, diz ser muito difícil narrar uma boa história que já não tivesse sido contada por Chaucer em um livro ou em outro, mas, depois de tratar das agruras da pobreza e dos benefícios da riqueza, começa seu conto sobre Custance (Constância).

Constância, filha de um Imperador Romano, torna-se a escolhida de um Sultão da Síria, que aceita converter a si e a seu reino para recebê-la como esposa. No entanto, insatisfeita com tal atitude a mãe do sultão, espera a chegada dos cristãos e oferece um banquete, no qual mata e esquarteja todos os que não seguiam a lei de Mohammed, com exceção de Constância, que é colocada em um barco com suprimentos. Ela recorre a Deus em suas orações e consegue chegar em terra firme, na Nortúmbria, Bretanha, ainda um reino pagão, onde é acolhida pelo guardião de um castelo e sua esposa, Hermengyld, a quem consegue converter.

O castelo pertence ao Rei Alla. Um de seus cavaleiros se encanta com Constância, mas não consegue seduzi-la e decide vingar-se. O cavaleiro mata Hermengyld e acusa Constância pelo crime. O Rei Alla pede que o cavaleiro jure a verdade sobre a Bíblia e, ao fazê-lo, este cai cego imediatamente. O Rei, então, converte-se e toma Constância por esposa. Eles têm um filho, Mauricius, que nasce enquanto o Rei está em campanha na Escócia, e continuam se comunicando por cartas. No entanto, estas são trocadas pela mãe do Rei, que não aceitava o casamento do filho. Em uma dessas cartas, ela faz com que Constância seja expulsa no mesmo barco em que chegara.

À deriva com seu filho, mas sempre recorrendo a Deus, Constância é finalmente encontrada por um senador romano, mas não é reconhecida como filha do Imperador, e passa a servir na casa daquele que a resgatara. O Rei Alla, quando volta ao castelo e descobre o plano de sua mãe, mata-a e, arrependido, decide ir em peregrinação a Roma para pedir perdão. Ao chegar em Roma, é recebido pelo senador e se impressiona com o filho de Constância. Logo encontra sua esposa e, contando-lhe a verdade, ambos se alegram por estarem juntos novamente. Por fim, o casal é recebido pelo Imperador, que, ao saber que sua filha ainda está viva, se regozija e indica o neto como seu sucessor. Após a morte do Rei Alla, Constância volta definitivamente para Roma. A comitiva aprecia a história do Magistrado.

Fragmento III

O Conto da Mulher de Bath

Este conto apresenta um dos maiores prólogos, pois, antes de iniciar sua história, a Mulher de Bath discorre sobre o casamento, considerando-se uma especialista no assunto, uma vez que já se casara cinco vezes. Ela trata das maravilhas e das dificuldades do casamento e de como controlava seus maridos, lembrando cada um deles. Os três primeiros foram bons maridos, porque eram velhos, ricos e submissos; conseguia todas as suas vontades através de acusações, remorsos e de seus encantos; e sempre esperava presentes em troca de seus favores. Os dois últimos foram mais jovens e mais difíceis de controlar. Casara com o quarto marido quando ainda era jovem, o que já não é mais, mas este tinha uma amante e a fez sofrer muito. O quinto marido, apesar de ser muito mais novo, não a deixava dominá-lo, pois acreditava que a mulher devia ser submissa. Jankyn lia para ela histórias de mulheres más, o que a irritava ao ponto de um dia arrancar-lhe páginas do livro. Enfurecido, seu marido batera em sua cabeça, o que a deixara surda de um ouvido. Arrepentido, ele decidiu ser submisso a ela, e foram muito felizes.

Terminada a história de seus casamentos, a Mulher de Bath dá início ao seu conto. A narrativa se passa na época do Rei Arhur. Em seu reino, um jovem cavaleiro, certo de seu poder, violenta uma bela jovem e é condenado à morte pelo rei. No entanto, a rainha pede que lhe seja concedida mais uma chance e dá-lhe uma tarefa: se conseguir descobrir o que as mulheres mais querem, terá sua vida poupada. Por um ano, vagou o cavaleiro a procura da resposta, mas as mulheres lhe davam diferentes alternativas, até que encontrou uma velha muito feia que lhe prometeu a resposta correta caso se casasse com ela. Sem opção, o cavaleiro aceita a proposta.

De volta a reino, o cavaleiro revela à rainha a resposta dada pela velha: o que as mulheres mais querem é controlar seus maridos. E todos concordam com a resposta. O cavaleiro tem, então, que tomar a velha feia por esposa, o que o deixa muito infeliz. Na noite de núpcias, a velha pergunta o porquê de sua tristeza e, ao saber da verdade, oferece duas opções: pode ser feia mas leal e boa, ou bela mas infiel. Ele reflete e deixa que ela decida o que for melhor e, por isso, ela decide ser bela e leal. E eles vivem felizes para sempre.

O Conto do Frade

O Frade começa pedindo desculpas ao Beleguim, porque sua história tratará dos abusos de sua profissão, afirmando que os beleguins roubam o dinheiro pago pelos pecadores ameaçados de excomunhão. O Frade conta sobre um beleguim trapaceiro, que só intimava aqueles que tinham dinheiro para dar à Igreja e ainda pegava metade do que pagavam para si.

Certo dia, encaminhando-se para uma de suas missões, o beleguim encontra um criado estranho na estrada, que mais tarde revela ser o diabo sob uma forma humana. Os dois decidem seguir viagem juntos, tomando cada um aquilo que lhe pertence verdadeiramente. Finalmente, chegam à casa da viúva procurada pelo beleguim, que tenta extorquir-lhe dinheiro e bens. Sabendo de sua inocência, a viúva se enfurece e amaldiçoa o beleguim, desejando que seja levado pelo diabo. Ao ouvir o pedido, o diabo aparece novamente e leva o beleguim para o inferno, que, segundo o Frade, é o lugar natural para os beleguins.

O Conto do Beleguim

Enfurecido pela história narrada pelo Frade, o Beleguim já no prólogo conta uma anedota sobre um frade, que, visitando o inferno, percebeu que lá não havia frades, ao que lhe responderam mostrando que todos os frades no inferno vivem sob a cauda de Satanás. Seu conto também não é diferente, versando sobre o castigo recebido por um frade aproveitador.

Esse frade vivia na região de Yorkshire, onde fazia sermões e visitava casas à procura de ricas doações. Certo dia, chegando à casa de um de seus doadores, que estava doente, toma conhecimento de que sua filha morrera recentemente e diz que tivera um sonho em que a vira no céu, o que também fora visto por seus confrades. O frade completa seu sermão dizendo que o homem ainda está doente porque tem feito poucas doações, o que o deixa muito zangado. O frade, então, faz um longo sermão contra a ira e, ao final, pede novamente por doações. O homem diz que tem um presente para o frade, que deve ser dividido entre os frades do convento, e solta um grande pum. O frade procura o nobre da cidade para expor sua humilhação, mas acaba se tornando motivo de zombaria, pois um dos criados do nobre cria uma solução para dividir o pum entre os doze frades do convento.

Fragmento IV

O Conto do Clérigo (Estudante)

O Albergueiro chama a atenção para o Clérigo, que esteve muito quieto durante toda a viagem, e afirma ser a sua vez de contar uma história. Sabendo que o Albergueiro é o juiz do jogo, ele aceita o pedido e avisa que vai contar uma história que aprendeu de Petrarca, que já está morto, mas que tinha uma bela retórica.

A história se passa em Saluzzo, uma região da Itália. Lá vivia o marquês Walter, um homem de muita bravura, que amava os prazeres da vida e, por isso, recusava-se a casar-se. Preocupados com a falta de um herdeiro, os demais nobres de sua corte tentam persuadi-lo a casar-se e ele cede, com a condição de que pudesse escolher a esposa que lhe agradasse, sem se preocupar com sua origem, fosse humilde ou nobre.

Perto do palácio, vivia um pobre camponês com sua filha Griselda, muito virtuosa, corajosa e caridosa. Certo dia, enquanto caçava, o marquês avistou a jovem e, reconhecendo sua virtude, escolheu-a como esposa. O marquês não revelou a ninguém a identidade de sua futura esposa, mas deixou tudo preparado para o dia do casamento. No dia marcado, dirigiu-se à casa do camponês para pedir a mão de Griselda em casamento e disse à jovem que, se aceitasse sempre obedecê-lo e ser resignada, seria sua esposa. Griselda aceita e eles se casam.

No entanto, Walter deseja testar sua esposa. Griselda dá à luz uma menina, mas Walter afirma que, embora ame sua filha, o povo está insatisfeito porque esperava um herdeiro e, portanto, terá que matar a menina. Griselda aceita resignadamente e despede-se de sua filha, a quem Walter envia a Bologna para ser criada por sua irmã. Quatro anos depois, Griselda dá à luz um filho, mas Walter diz que o povo está insatisfeito porque não quer um herdeiro com o sangue humilde de Griselda. Ele faz sua esposa acreditar novamente que o filho foi morto, enquanto ele também é enviado a Bologna.

Em mais um teste, Walter diz que recebeu uma bula papal autorizando a anulação de seu casamento e manda Griselda de volta à casa de seu pai, levando somente uma roupa simples no corpo. E ela aceita seu destino sem derramar uma só lágrima. Walter, que já havia pedido que seus filhos fossem trazidos de volta a Saluzzo com toda pompa e circunstância, anuncia que vai se casar novamente e pede que Griselda organize a cerimônia, o que ela acata. Ao ver seus filhos chegarem ao palácio, Walter conta toda a verdade a Griselda, que desmaia de tanta emoção. A família, então, viveria muito feliz.

Segundo o Clérigo, a intenção de Petrarca ao contar tal história não era a de sugerir que todas as mulheres seguissem o exemplo de Griselda, pois isso seria impossível, mas a de mostrar que é necessário ter paciência diante das adversidades da vida. Por fim, em homenagem à Mulher de Bath, canta versos sobre como as mulheres devem agir.

O Conto do Mercador

O Mercador aprecia a virtude e a paciência de Griselda, que considera muito diferente de sua esposa. Portanto, decide falar de uma esposa má, que vivera há muito tempo na Lombardia, e de como ela enganara seu marido, um cavaleiro já idoso.

Janeiro era um nobre cavaleiro, que depois dos sessenta anos decidiu finalmente encontrar uma esposa. Desejava uma esposa jovem e bela e, revelando sua vontade a seus amigos, inicia com eles uma discussão, repleta de exemplos, sobre os malefícios e benefícios do casamento. Placebo o apóia, enquanto Justino atenta para o fato de que uma esposa jovem certamente trairá um marido velho. Janeiro não desiste de se casar, escolhe uma jovem esposa e cuida dos preparativos para a cerimônia. Sua única preocupação é a de que não consiga ser tão feliz no céu quanto será no casamento.

Janeiro casa-se com Maio, a jovem por ele escolhida. No entanto, esta era também amada por Damião, um dos servidores da casa de Janeiro, que adoece de tanto sofrimento. Ao visitá-lo, Maio recebe dele uma carta e toma conhecimento de sua paixão, à qual quer corresponder. Os dois passam a se comunicar por cartas e sinais, enquanto Janeiro fica cego e se torna cada vez mais possessivo quanto à Maio. Em sua casa, possuíam um belo jardim, para onde Janeiro levava Maio todos os verões para que mantivessem relações. Maio, por sua vez, em um plano para conseguir deitar-se com Damião, fez para este uma cópia das chaves do jardim.

Certo dia de verão, Janeiro decide ir com Maio ao jardim, onde Damião já esperava por ela em cima de uma árvore. Maio diz a Janeiro que deseja comer uma pera e pede sua ajuda para subir na árvore. Mesmo cego, Janeiro a ajuda e, sobre a árvore, ela tem uma relação com Damião. Os deuses discutem a situação e acabam por devolver a visão a Janeiro, que vê a traição de sua esposa. Ela, no entanto, afirma que ele não está vendo bem e que, na verdade, ela estava lutando com Damião, pois sabia que assim seu marido voltaria a enxergar. Janeiro acredita na esposa e se alegra por seu esforço em fazê-lo voltar a enxergar.

Todos da comitiva se surpreendem com a história. Também o Albergueiro diz que sua esposa é má, mas prefere não comentar o assunto, pois teme que ela tome conhecimento.

Fragmento V

O Conto do Escudeiro

O Albergueiro convida o Escudeiro a contar a próxima história. Decide, então, falar sobre Cambyuskan, um rei da Tartária, que tinha dois filhos (Algarsyf e Cambalo) e uma filha (Canacee) e era casado com Elpheta. Em um dia em que o reino comemorava o aniversário de Cambyuskan, aparece no palácio um cavaleiro enviado pelo rei da Arábia e Índia, com presentes para a família real. Eram eles um cavalo de latão, com o qual se poderia viajar para qualquer lugar dentro de vinte e quatro horas, um espelho, em que se podia prever o futuro, um anel, que permitia entender os pássaros, e uma espada, que podia matar ou curar. Todos ficam maravilhados com o cavalo, mas somente o cavaleiro sabe como movê-lo ou usá-lo. O Escudeiro fala ainda de como Canacee utilizou o anel pela primeira vez e promete tratar de muitos outros fatos, mas é interrompido. O Albergueiro diz que não há na comitiva alguém tão cortês quanto ele, e o Proprietário de Terras o elogia e lamenta que seu filho não seja cortês como ele.

O Conto do Proprietário de Terras

O conto versa sobre o casal Arveragus e Dorigen, que se casa prometendo igualdade em seu amor. Arveragus é um bom cavaleiro e decide viajar em busca de honra e fama, deixando Dorigen sozinha em uma região na costa da Britânia. Enquanto seu marido viajava, Dorigen começou a ser cortejada, contra sua vontade, por um escudeiro muito galante que por ela se apaixonara. No entanto, ela não lhe retribuía seus favores, pois amava Arveragus. Dorigen preocupava-se constantemente com seu marido, temendo que seu navio fosse destruído nas rochas da costa.

Tentando se livrar das investidas de Aurelius, o escudeiro, Dorigen prometeu que se deitaria com ele caso conseguisse retirar as rochas do mar. Aurelius, então, encontra um feiticeiro que garante realizar o desejo de Dorigen em troca de uma alta soma. O feiticeiro cria uma ilusão, fazendo parecer que as pedras haviam desaparecido e Arveragus consegue voltar para casa. Dorigen, então, conta-lhe sua promessa e, embora ambos estejam inconsoláveis, Arveragus acha que Dorigen deve fazer valer sua palavra. Ela, por sua vez, relembra várias mulheres nobres que morreram para defender sua honra. Aurelius percebe que o amor do casal é verdadeiro e libera Dorigen de sua promessa. O feiticeiro fica comovido com a atitude e perdoa a dívida de Aurelius.

Fragmento VI

O Conto do Médico

Ao ser convocado, o Médico narra a história de Virginius, um respeitável cavaleiro romano, cuja filha, Virgínia, possuía uma beleza incomparável. Certo dia, quando acompanhava sua mãe ao templo, Virgínia foi vista por Appius, o juiz que governava a cidade, e que passou a desejá-la. Este juiz corrupto procurou, então, a colaboração de Claudius, que declarou diante tribunal que Virgínia era sua escrava e que Virginius a tinha tomado sem seu consentimento, fingindo ser essa sua filha. Appius, conforme seu plano, ordena que Virgínia seja devolvida ao seu senhor. Virginius, sabendo que Appius e Claudius tinham agido desta forma para atentar contra a honra de sua filha, pede a ela que escolha entre a morte e a desonra. Virgínia escolhe morrer, e Virginius corta sua cabeça com sua espada, levando-a até Appius. O povo da cidade, chocado ao saber da iniquidade do juiz, revolta-se, jogando-o na prisão e banindo Claudius.

O Conto do Vendedor de Indulgências

Antes de iniciar seu conto, o Vendedor de Indulgências fala de seu ofício e de como deve se esforçar a fim de enganar os fiéis que compram suas relíquias. Também fala das relíquias que leva consigo, oferecendo-as aos peregrinos. Por falar sempre contra a avareza, convencendo os fiéis a serem generosos, este é o tema de seu conto, que versa sobre três jovens gananciosos. Seu conto tem início em uma taverna, onde os três jovens bebiam quando observam a passagem de um funeral de um aldeão que morrera com a Peste. É, então, que decidem procurar pela Morte, a fim de derrotá-la.

Em sua busca, encontram um velho, de quem zombam, que diz a eles onde a Morte pode ser encontrada: no fim da estrada, debaixo de uma árvore. Os companheiros vão até a mesma, e lá encontram um tesouro. Dois destes enviam o terceiro até a aldeia para comprar comida e bebida para que festejassem, mas, na verdade, planejam fugir com o tesouro. Enquanto ele estava fora, os dois pensam melhor e decidem simplesmente matá-lo. Por sua vez, o terceiro rapaz envenena a bebida para ficar com todo o tesouro para si. Ao retornar, os dois companheiros o esfaqueiam, mas também morrem bebendo o vinho envenenado. Todos os três encontram, assim, a Morte sob a forma da Avareza. Com o fim de sua história, o Vendedor de Indulgências oferece novamente suas relíquias à comitiva.

Fragmento VII

O Conto do Homem de Mar

O Homem do Mar narra a história de um mercador que vivia em Saint Denis com sua bela esposa. Por ser muito hospitaleiro, sua casa estava sempre recebendo visitantes. Entre estes, estava Dom John, um monge que sempre o visitava esperando benefícios. O mercador, que controlava muito bem seu dinheiro, exige que sua esposa pague cem francos que tinha pego emprestado com ele. A esposa insatisfeita se queixa sobre isso com Dom John, que se oferece para pagar a dívida caso ela aceite dormir com ele. A mulher concorda, e o monge consegue os cem francos pegando-os emprestado com o próprio mercador, antes de uma de suas viagens a Bruges. No entanto, o mercador percebe que a mulher o estava pagando com o mesmo dinheiro que havia emprestado ao monge. A questão se resolve quando a esposa lhe diz que pode saldar a dívida com ele na cama.

O Conto da Prioressa

Em seguida, tem voz a nobre Prioressa, que conta a história de um menino cristão que vivia numa cidade da Ásia, onde havia um gueto ocupado por perversos judeus. O menino apreciava a canção *Alma Redemptoris*, que louvava a Virgem Maria, e, certo dia, voltou da escola para casa cantando-a. No entanto, o pobre menino procurando o melhor caminho, e distraído pela canção, atravessou o gueto dos judeus, que, enfurecidos, capturam-no e mataram-no, abandonando-o em uma cisterna para morrer. A mãe do menino, uma pobre viúva, colocou-se a procurá-lo e pôde encontrá-lo enquanto ainda não tinha morrido, pois a Virgem Maria tinha colocado uma semente na sua língua para permitir que o menino falasse enquanto ela estivesse lá. Ao retirarem a semente, o menino morre e vai para o Paraíso. A história termina com um lamento pelo menino e uma maldição aos judeus que cometeram este crime atroz.

O Conto de Chaucer sobre Sir Thopas

Convocado pelo Albergueiro, que discorre sobre sua forma física, Chaucer entra na narrativa como peregrino-narrador. Contudo, sua história não tem nenhum sucesso entre a comitiva. Ele conta a história do cavaleiro Sir Thopas, fazendo um poema tão rebuscado e cansativo que consegue aborrecer todos os peregrinos. É, então, que o Albergueiro o interrompe, antes mesmo do fim do conto, dizendo quão ruim era sua narrativa.

O Conto de Chaucer sobre Melibeu

Conseguindo uma segunda chance de narrar seu conto, Chaucer pede para não ser mais interrompido. Ele fala, então, sobre Melibeu, um poderoso governante cujos inimigos violentam sua esposa, Prudência, e quase matam sua filha, Sofia. Enquanto considerava declarar guerra aos seus inimigos, Prudência o aconselha a se manter tolerante, e eles se envolvem numa longa discussão sobre a atitude mais apropriada a sua posição. Melibeu decide, por fim, permitir que seus inimigos escolham ser sentenciados por ele ou por sua esposa, e estes escolhem serem julgados por Melibeu. Este pretende exilá-los e confiscar seus bens. No entanto, acaba acatando o pedido de clemência feito por Prudência. Embora seja um dos maiores contos, este é apreciado pela comitiva.

O Conto do Monge

Em seguida, o Albergueiro chama o Monge para participar do jogo, elogiando sua boa forma física. O Monge, por sua vez, não conta apenas uma história, mas narra uma longa lista de figuras históricas e literárias que experimentaram uma tragédia. Entre outros, menciona Adão, Sansão, Hércules, o Rei Pedro da Espanha, Bernabò Visconti, Nero, Júlio César e Crespo. Os peregrinos interrompem a história do Monge, achando que esta lista de tragédias históricas era monótona e deprimente, com o que o Cavaleiro concorda, afirmando preferir ouvir sobre aqueles que cresceram na vida do que ouvir tragédias.

O Conto do Padre da Freira

O Albergueiro solicita que o Monge narre outro conto, mas este alega que não tem mais vontade de brincar. Portanto, é o Padre da Freira, o padre que acompanha a Prioressa, quem tem a sua vez. Este narra a história do galo Chantecler, que vivia com sete galinhas, sendo sua preferida a galinha Pertelote. Chantecler julgava que era muito importante, pois, se não cantasse toda madrugada, o sol não nasceria. Certa noite, estando doente, Chantecler teve um sonho, que julgou ser profético, no qual ele era morto por um animal amarelo com as extremidades pretas. Preocupado, o galo contou sua angústia a Pertelote, mas a galinha garantiu que este sonho era fruto da sua doença, e que ele devia procurar ervas para se curar.

Chantecler insiste que os sonhos têm um significado mais profundo, recorrendo a uma discussão sobre os filósofos que haviam abordado a questão, mas acaba concordando com sua esposa. O narrador destaca que a mulher é a ruína do homem, remetendo a um ditado

romano. Quando Chantecler vai procurar ervas, uma raposa aparece e tenta convencê-lo de que é sua amiga. Esta pede que ele cante, como seu pai o fazia, e, no momento em o galo se prepara para cantar, a raposa o ataca, levando-o com ela. Chantecler é salvo pelos gritos de Pertelote, que atraíram a dona do sítio onde as aves viviam, e seus vizinhos, que conseguem expulsar a raposa de lá. Ao fim do conto, o Albergueiro faz um elogio ao Padre da Freira, tanto por sua história quanto por seu bom porte.

Fragmento VIII

O Conto da Segunda Freira

Em seu Prólogo, a Segunda Freira fala da necessidade de evitar o pecado e o mal, e faz uma invocação à Virgem Maria. Em seguida, trata das origens do nome Cecília, a santa sobre cuja história irá falar. Seu conto segue os modelos de hagiografias, narrando a vida e as virtudes de Santa Cecília. A Freira conta como Santa Cecília converteu seu marido e o irmão deste ao Cristianismo no tempo do Império Romano, quando a fé cristã era ainda perseguida. Os dois são executados pelas suas crenças, e ela mesma é cortada por uma espada três vezes durante sua execução, sem, contudo, morrer imediatamente. Durante sua longa agonia, que se prolonga por vários dias, ela ordena que seus bens sejam distribuídos entre os pobres. Após sua morte, ela é santificada pelo Papa Urbano.

O Conto do Criado do Cônego

Terminada o belo conto sobre a vida de Santa Cecília, juntam-se à comitiva outros dois peregrinos que percorriam o mesmo caminho: o Cônego e seu Criado. Embora parecesse uma pessoa de muito valor, o Cônego trajava vestes velhas e surradas, o que se descobre mais tarde ser devido aos seus gastos com os experimentos de alquimia. Seu Criado, antes muito leal, decide não mais segui-lo e passa a contar todas as suas trapaças, levando-o a fugir da companhia.

O Criado resolve, então, participar da brincadeira e narra um conto. Na primeira parte deste, o Criado fala longamente sobre o trabalho de um alquimista e sobre a forma como ele e seu mestre enganavam os tolos, fazendo com que pensassem que eles podiam duplicar seu dinheiro. Na segunda parte, o Criado conta a história de um bom padre que vivia em Londres e que fora enganado por um alquimista, que lhe tirou seu dinheiro a fim de fazer mais experimentos.

Fragmento IX

O Conto do Provedor

O Albergueiro convoca novamente o Cozinheiro para contar uma história, mas este está tão bêbado que mal pode se equilibrar sobre seu cavalo. É então que o Provedor se oferece para narrar a próxima história. Ele fala sobre Febo, o deus da poesia, que se tornava um marido muito ciumento quando assumia forma mortal. Ele tratava sua esposa de maneira cortês, mas vigiava-a de perto, temendo que fosse infiel. Febo tinha ainda um corvo branco que podia falar a linguagem dos homens e tinha uma bela voz. Certo dia, descobrindo o corvo branco que a esposa de Febo o traía, ele dá a má notícia ao seu dono. Enfurecido, Febo toma seu arco e flecha e mata sua esposa. Arrependido, ele agride o corvo, arrancando todas as suas penas brancas, e o amaldiçoa. De acordo com o Provedor, foi desta forma que os corvos se tornaram negros e somente podem cantar de forma desagradável. O Provedor conclui a história lembrando à comitiva que se deve ter muito cuidado com aquilo que se diz.

Fragmento X

O Conto do Pároco

Ao fim do conto do Provedor, o Albergueiro convida o Pároco a narrar sua história. Entretanto, este recusa-se a contar uma história mundana e promete, então, falar sobre a moral e a virtude. O Pároco, na verdade, faz um longo sermão sobre a natureza do pecado e a necessidade da penitência. Primeiramente, trata dos três componentes do perdão: a contrição, a confissão e a satisfação. Em seguida, discorre sobre a importância da confissão para os cristãos. E, por fim, o Pároco aborda exemplos dos sete pecados capitais, explicando-os e detalhando o que é necessário para a redenção. Dessa forma, pretende encaminhar os peregrinos para uma peregrinação permanente, à Jerusalém celeste.

Epílogo

Chaucer encerra a narrativa direcionando-se aos seus leitores/ouvintes: aqueles que apreciaram o que ouviram deveriam agradecer a Deus, enquanto aqueles que se ofenderam com alguma história deveriam culpar sua ignorância. Pede, então, que todos peçam a Cristo por sua alma, pois já havia produzido muitas obras e traduções mundanas. Por outro lado, diz

acreditar que será redimido de suas faltas, pois também havia traduzido muitos textos cristãos e de elevação moral. Assim, termina com uma pequena oração por sua alma.

ANEXO 2

Cronologia

1337	Início da Guerra dos Cem Anos
1340 (?)	Nascimento de Chaucer
1348-9	Grande surto de Peste Negra na Inglaterra
1349-52	Bocaccio, <i>Decameron</i>
1357	Chaucer a serviço da Condessa de Ulster
1359-60	Chaucer aprisionado em guerra e resgatado por Edward III
1360	Tratado de Brétigny
1365 (?)	Casamento de Chaucer com Philippa
1368	Primeira visita de Chaucer à Itália
1369-70	Chaucer, <i>Book of the Duchess</i>
1370	Chaucer parte em missão à França
1372-3	Chaucer visita Gênova e Florença
1374	Morte de Petrarca
1375	Morte de Bocaccio
1376	Morte do Príncipe Negro
1377	Morte de Edward III e ascensão de Ricardo II
1378	Grande Cisma
1378-80	Chaucer, <i>House of Fame</i> and <i>Anelida and Arcite</i>
1380	Chaucer, <i>Parliament of Fowls</i>
1380-6	Gower, <i>Vox Clamantis</i>
1381	Revolta dos Camponeses
1382-6	Chaucer, <i>Boece</i> and <i>Troilus and Criseyde</i>
1385-7	Chaucer, <i>Legend of Good Women</i>
1386	Chaucer atua como Membro do Parlamento
1387	Morte de Philippa Chaucer
1387 (?)	Chaucer inicia <i>The Canterbury Tales</i>
1390 (?)	Gower, <i>Confessio Amantis</i>
1396	Trégua na Guerra dos Cem Anos
1399	Deposição de Ricardo II e ascensão de Henry IV

1400	Morte de Chaucer
1400-20	Produção dos primeiros manuscritos de <i>The Canterbury Tales</i>
1453	Fim da Guerra dos Cem Anos
1478-9	Primeira impressão de Chaucer por William Caxton
1532	Primeira edição das obras de Chaucer por William Thyne

ANEXO 3

Glossário

Benefice - renda recebida pelos membros da Igreja

Bretherhed - irmandade, fraternidade, confraria

Burgeys - burguês

Carpenteer (Carpenter) - carpinteiro

Chapman - mercador

Cherl - homem mal-nascido

Clerk - clérigo

Cook - cozinheiro

Craft - atividade que envolve habilidade

Compainye - comitiva

Degree - status

Doctor of Phisik - médico

Dyer - tintureiro

Estaat - estado

Frankeleyn - proprietário de terras

Fraternitee - fraternidade, guilda paroquial, confraria

Frere - frade

Gentil - homem de boa posição social

Goldsmith - ourives

Guildsmen - membro de guilda

Haberdasshere - armarinheiro

Hooste (Hostileer) - albergueiro

Knight - cavaleiro

Laboure - trabalho

Lymytour - frade mendicante

Marchant - mercador

Marineer - marinheiro

Maunciple - provedor

Millere - moleiro

Monk - monge

Myster - ministério, officio

Office - ofício secular

Pardoner - vendedor de indulgências

Persoun (Parson) - pároco

Plowman - lavrador

Pulter (Poulter) - vendedor de animais de pequeno porte

Prioress - priorisa

Reve - feitor

Sergeant of Law (Man of Law) - magistrado, homem da lei

Shipman - homem do mar, marinheiro

Somonour - beleguim, oficial de justiça eclesiástica

Squire - escudeiro

Swink (Swinken) - trabalho (trabalhar)

Tapicer - tapeceiro

Webbe - tecelão

Yeman - criado

ANEXO 4

Antologia de Fontes

Título: Início do Prólogo Geral
Referência: THE RIVERSIDE CHAUCER. Larry D. Benson (ed.), 3 rd ed., Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 23.
Resumo do conteúdo: Apresenta-se a época do ano em que preferencialmente ocorre grande parte das viagens de peregrinação, com destaque para aquele que se tornou o principal ponto dos peregrinos na Inglaterra.
<p>Whan that Aprill with his shoures soote The droghte of March hath perced to the roote, And bathed every veyne in swich licour Of which vertu engendered is the flour; Whan Zephirus eek with his seete breeth Inspired hath in every holt and heeth The tender croppes, and the yonge sonne Hath in the Ram his half cours yronne And smale foweles maken melodye, That slepen al the night with open ye (So proketh hem nature in hir corages), Thane longen folk to goon on pilgrimages, And palmeres for to seken straunge strondes, To ferne halwes, kowthe in sondry londes; And specially from every shires ende Of Engelond to Caunterbury they wende, The hooly blissful martir for to seke, That hem hath holpen whan that they were seeke.</p> <p>Bifil that in that season on a day, In Southwerk at the Tabard as I lay Redy to wenden on my pilgrimage</p>

To Caunterbury with ful devout corage,
At nyght was come into that hostelrye
Wel nyne and twenty in a compaignye
Of sondry folk, by aventure yfalle
In felaweshipe, and pilgrims were they alle,
That toward Caunterbury wolden ryde.

Título: Os guildsmen de Chaucer

Referência: THE RIVERSIDE CHAUCER. Larry D. Benson (ed.), 3rd ed., Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 29.

Resumo do conteúdo: Descrição dos membros de uma guilda que participam da comitiva.

An Habberdassher and a Carpenter,
A Webbe, a Dyere, and a Tapycer –
And they were clothed alle in o lyveree
Of a solempne and a greet fraternitee.
Ful fresh and newe hir geere apiked was;
Hir knyves were chaped noght with bras
But al with silver, wroght ful clene and weel,
Hire girdles and hir pouches everydeel.
Wel semed ech of hem a fair burgeys
To sitten in a yeldehall on a deys.
Everich, for the wisdom that he kan,
Was shaply for to been an alderman.
For catel hadde they ynogh and rente,
And eek hir wyves wolde it wel assente;
And ells certeyn were they to blame.
It is ful fair to been ycleped ‘madame’,
And goon to vigils al bifore,
And have a mantel roialliche ybore.

Título: Controle da venda de vinho
Referência: 'Folios cci - ccx: Jan 1367-8 -', <i>Calendar of letter-books of the city of London: G: 1352-1374</i> (1905), pp. 221-228. URL: http://www.british-history.ac.uk/report.aspx?compid=33511 Date accessed: 24 February 2012.
Resumo do conteúdo: Proclamação sobre a regulamentação da venda de vinhos.
<p><i>Proclamacio de Allece vendend'.</i></p> <p>Ordinance to the effect that no one shall sell red herring (<i>harang sore</i>) for more than eight a penny, and white herring (<i>harang blank</i>) for more than six a penny by wholesale or retail, under pain of forfeiture.</p> <p>Proclaimed on Thursday before the Feast of St. Matthias [24 Feb.], 42 Edward III. [A.D. 1367-8].</p> <p>And there were present when the proclamation was made the following, viz.:—</p> <p><i>Aldermen:</i> James Andreu, the Mayor, William Haldene, Adam Fraunceys, John Stodeye, Stephen Cavendysshe, William Welde, John Lytle, John Mytford, John Tornegold, Simon de Mordone, John de St. Alban, and Richard de Croydone.</p> <p><i>Fishmongers:</i> Ralph Double, Nicholas de Extone, John Horn, Thomas de Croydone, Robert Rammeseye, John Rous, William Bys, John de Mordone, Thomas Frere, John Tryple, William de Neuport, William Kelshulle, and William Strokelady.</p>

Título: Eleição para o governo dos tecelões.
Referência: 'Folios xi - xx: Aug 1353 -', Calendar of letter-books of the city of London: G: 1352-1374 (1905), pp. 13-25. URL: http://www.british-history.ac.uk/report.aspx?compid=33492 . Date accessed: 24 February 2012.
Resumo do conteúdo: Proclamação sobre a eleição de Richard Cook e John Dyne para o governo da guilda dos tecelões, e de Giles Rpegarst e Peter atte Broke, para os tecelões estrangeiros.
<p>Monday after the Feast of St. Edmund, Abp. [16 Nov.], 27 Edward III. [A.D. 1353], Richard Cook, "webbe," and John Dyne, "webbe," weavers of London, elected Bailiffs of the Weavers before Adam Fraunceys, the Mayor, and the Aldermen.</p> <p>The same day Giles Ripegarst and Peter atte Broke, weavers of Flanders, were elected Bailiffs of the Weavers of Flanders residing in the City.</p>

BIBLIOGRAFIA

AUGÉ, Marc. *Los no lugares: espacios del anonimato. Una antropología de la sobremodernidad*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2000.

BASCHE, Jérôme. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Editora Globo, 2006.

BATANY, Jean. “Escrito/Oral”. In: LE GOFF, Jacques e Schmitt, Jean-Claude (org.). *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC/Imprensa Oficial SP, 2002, v1.

BENEVOLO, Leonardo. *A cidade na história da Europa*. Lisboa: Presença, 1995.

BENSON, David. “London”. In: ELLIS, Steve (ed.). *Chaucer: An Oxford Guide*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

BRAUNSTEIN, Philippe. “Artesãos”. In: LE GOFF e SCHMITT. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. EDUSC, 2002. V.2.

BRITNELL, Richard. “Town life”. In: HORROX, Rosemary & ORMROD, W. Mark (eds.). *A Social History of England 1200-1500*. Cambridge; Cambridge University Press, 2006.

BURRAGE, Michael C. & CORRY, David. “At Sixes and Sevens: Occupational Status in the City of London from the Fourteenth to the Seventeenth Century”. In: *American Sociological Review*, Vol. 46, No. 4 (Aug., 1981), pp. 375-393. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2095259>, acessado em 27/11/2011.

BUTTERFIELD, Ardis. “Nationhood”. In: ELLIS, Steve (ed.). *Chaucer: An Oxford Guide*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

CAMARERO, Jesús. “Escritura, espacio, arquitectura: uma tipologia del espacio literário”. Disponível em <http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/01361631924573830199024/p0000002.htm#6>, acessado em 24/06/2010.

CARDOSO, Ciro Flamarion. “Repensando a construção do espaço”. In: *Idem. Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

CASSAGNES-BROUQUET, Sophie. *Les métiers au Moyen Age*. Rennes: Éditions Ouest-France, 2008.

COSTA LIMA, Luiz. *O controle do imaginário e a afirmação do romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

DUFFY, Eamon. “Religious belief”. In: HORROX, Rosemary & ORMROD, W. Mark (eds.). *A Social History of England 1200-1500*. Cambridge; Cambridge University Press, 2006.

DUTOUR, Thierry. *La ciudad medieval: Orígenes y triunfo de la Europa urbana*. Barcelona: Paidós, 2004.

EVANS, Ruth. “Chaucer’s life”. In: ELLIS, Steve (ed.). *Chaucer: An Oxford Guide*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

FINUCANE, Ronald C. *Miracles and Pilgrims: Popular Beliefs in Medieval England*. New York: St. Martin’s Press, 1995.

FORTINI, Franco. “Literatura”. In: *Enciclopédia Einaudi, Vol 17: Literatura-Texto*. Lisboa: Casa da Moeda, 1986.

GANIM, John M. “Identity and subjecthood”. In: ELLIS, Steve (ed.). *Chaucer: An Oxford Guide*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

GARBÁTY, Thomas Jay. "Chaucer's Guildsmen and Their Fraternity". In: *The Journal of English and Germanic Philology*, Vol. 59, No. 4 (Oct., 1960), pp. 691-709. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/27707558>, acessado em 25/11/2011.

GEREMEK, Bronislaw. "O marginal". In: Le Goff, Jacques. *O Homem Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

GOLDBERG, P. J. P. *Medieval England: A Social History, 1250-1550*. London/New York: Bloomsbury Academic, 2010.

GONÇALVES, Síval Carlos Mello. Na medida do impossível: O cavaleiro além da cavalaria nos romances de Chrétien de Troyes (1165-1191). Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

HANHARAN, Michael. "London". In: Brown, Peter. *A companion to Chaucer*. Oxford: Blackwell, 2002.

HODGET, Gerald A. J. *História Social e Econômica da Idade Média*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

LAORGA, Maria Alicia Langa. Literatura y sociedad: la ciudad levítica, modelo sociológico en evolución. In: *Cuadernos de Historia Contemporanea*. nº 16. 1994. Editorial Complutense. Madrid. Disponível em <http://revistas.ucm.es/ghi/0214400x/articulos/CHCO9494110167A.PDF>, acessado em 24/06/2010.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 2000, 4ª ed.

LE GOFF, Jacques. "Cidade". In: IDEM & SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: Edusc, 2002, v2.

_____. "La fonction culturelle, l'image et le vécu". In: *Idem* (org.). *La ville en France au Moyen Âge*. 2. ed. Paris: Seuil, 1980.

_____. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. “Profissões Lícitas e Profissões Ilícitas no Ocidente Medieval” In: Le Goff, J. *Para um Novo Conceito de Idade Média: Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

_____. “Trabalho”. In: LE GOFF e SCHMITT. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. EDUSC, 2002. V.2.

LOPEZ, Roberto. *A cidade medieval*. Lisboa: Presença, 1988.

MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MEDEIROS, Márcia Maria de. “A História Cultural e a História da Literatura Medieval – Algumas referências à ‘escritura’ do oral e à ‘oralidade’ do escrito”. In: *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 10, n. 17, pp. 97-111, jan/jun. 2008.

MOSSER, Daniel. “A New Descriptive Catalogue of the Manuscripts of The Canterbury Tales”. In: *The Canterbury Tales Project - Occasional Papers I*, 1995.

MYERS, MYERS, A.R. *Chaucer’s London – Everyday Life in London 1342-1400*. London: Amberley, 2009.

OWEN, Charles Abraham. “Introduction”. In: *The Manuscripts of the Canterbury Tales*. Cambridge, D.S. Brewer, 1991.

PASTOUREAU, Michel. “Símbolo”. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: Edusc, 2002.

PEARSALL, Derek. “Language and Literature”. In: SAUL, Nigel (ed.). *The Oxford Illustrated History of Medieval England*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. « História & literatura: uma *velha-nova* história », *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En línea], Debates, 2006, Puesto en línea el 28 janvier 2006. URL: <http://nuevomundo.revues.org/index1560.html>.

PIDD, Michael, STUBBS, Estelle and THOMSON, Claire E. “The Hengwrt Canterbury Tales: Inadmissible Evidence?”. In: *The Canterbury Tales Project - Occasional Papers II*, 1997, pp. 61-68.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. “A filosofia e os fatos – narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, n.2, dez. 1996, pp.59-72.

RIGBY, S. H. “Society and politics”. In: ELLIS, Steve (ed.). *Chaucer: An Oxford Guide*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

RODRÌGUEZ GUTIÈRREZ, Borja. Historia literaria "versus" teoría de la literatura. Consideraciones sobre el debate. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2008. Disponível em <http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/scclit/89147398760125031021457/p0000001.htm>, acessado em 24/06/2010.

RONCAYOLO, Marcel. “Cidade”. In: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 8: Região. Lisboa: Casa da Moeda, 1986.

ROSSIAUD, Jacques. “O cidadão e a vida na cidade”. In: Le Goff, Jacques. *O Homem Medieval*. Lisboa: Editorial Presença. 1989.

_____. “Structures sociales et sociabilités urbaines”. In: LE GOFF, Jacques (org.). *Histoire de la France urbaine: la ville médiévale*. Tome 2. Paris: Éditions Seuil, 1980.

RUBIN, Miri. "Identity". In: HORROX, Rosemary & ORMROD, W. Mark (eds.). *A Social History of England 1200-1500*. Cambridge; Cambridge University Press, 2006.

SCALA, Elizabeth. "Editing Chaucer". In: ELLIS, Steve (ed.). *Chaucer: An Oxford Guide*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

SCANLON, Larry. "Introduction". In: SCANLON, Larry (ed.). *The Cambridge Companion to Medieval English Literature 1100-1500*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

_____. "Geoffrey Chaucer". In: SCANLON, Larry (ed.). *The Cambridge Companion to Medieval English Literature 1100-1500*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

SCASE, Wendy. "Re-inventing the vernacular: Middle English language and its literature". In: SCANLON, Larry (ed.). *The Cambridge Companion to Medieval English Literature 1100-1500*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

SCHMITT, Jean-Claude. "Imagem". In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: Edusc, 2002.

SIMPSON, James. "Chaucer's presence and absence, 1400-1550". In: BOITANI, Piero & Mann, Jill (eds.). *The Cambridge Companion to Chaucer*. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SOARES, Angélica. *Gêneros literários*. São Paulo: Editora Ática, Série Princípios, 6^aed., 2004.

SOT, Michel. "Peregrinação". In: Jacques LE GOFF e Jean-Claude SCHMITT (orgs.). *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC/Imprensa Oficial SP, 2002, Vol. 2.

STONE, Brian. *Chaucer*. London: Penguin Critical Studies, 1989.

STROHM, Paul. "The social and literary scene in England". In: BOITANI, Piero & Mann, Jill (eds.). *The Cambridge Companion to Chaucer*. 2nd edn. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

_____. "Writing and Reading". In: HORROX, Rosemary & ORMROD, W. Mark (eds.). *A Social History of England 1200-1500*. Cambridge; Cambridge University Press, 2006.

SWANSON, Robert. "Social Structures". In: BROWN, Peter (ed.). *A Companion to Chaucer*. Oxford: Blackwell, 2001.

VAUCHEZ, André. *A Espiritualidade na Idade Média Ocidental – séculos VIII a XIII*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

VINCENT, Catherine. "Dans la cité". In: Idem. *Les Confréries Médiévales dans le Royaume de France (XIIIe - Xve Siècles)*. Paris: Albin Michel, 1994.

WATT, Ian. *A ascensão do romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WEBB, Diana. *Pilgrimage in Medieval England*. London and New York: Hambledon and London, 2000.

ZINK, Michel. "Literatura(s)". In: LE GOFF, Jacques e Schmitt, Jean-Claude (org.). *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC/Imprensa Oficial SP, 2002, v1.

ZUMTHOR, Paul. *A Letra e a Voz*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.

ZUMTHOR, Paul. *Performance, recepção, leitura*. São Paulo: Cosac Naif, 2007.